Assembleia Municipal de Caminha

MINUTA

Alínea d) – Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2017

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de abril de dois mil e dezoito, relativa ao **"Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2017"**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea l) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprecie e aprove o "Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2017".

Esta proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 24 votos a favor, 11 votos contra e Ø abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, Ø votos contra e Ø abstenções.

Assembleia Municipal de Caminha, 27 de abril de 2018

A Segunda Secretária

Sónia La/[illegible]

O Primeiro Secretário

O Presidente da Mesa da Assembleia

MUNICÍPIO DE CAMINHA

CÓPIA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA REALIZADA NO DIA 18 DE ABRIL DE 2018.----------

----------PARTE RESPETIVA----------

PROPOSTA N.º 2 – APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017;

Nos termos da alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação e votação do Órgão Deliberativo.

Assim, são presentes todos os documentos de prestação de contas, referidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), bem como os elencados na Resolução n. 6/2013 – 2º Secção, de 21 de novembro, do Tribunal de Contas, integralmente elaborados e ficarão devidamente arquivados para consulta quando para tal forem solicitados, dos quais se extrai que a execução da receita atingiu o montante de 15.604.702,14€ (quinze milhões seiscentos e quatro mil setecentos e dois euros e catorze cêntimos), a execução da despesa no montante de 15.474.633,48€ (quinze milhões quatrocentos e setenta e quatro mil seiscentos e trinta e três euros e quarenta e oito cêntimos) e o resultado líquido do exercício negativo em 2.087.090,90€ (dois milhões oitenta e sete mil noventa euros e noventa cêntimos).

Apreciado o processo composto pelos documentos de prestação de contas do exercício de 2017 acima referidos, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere:

1 – Aprovar todos os documentos da prestação de contas apresentados, e com ele, os valores apurados nas diversas contas, designadamente o saldo de gerência de 2017 no valor de 829.908,29€ (oitocentos e vinte e nove mil novecentos e oito euros e vinte e nove cêntimos), dos quais 137.826,15€ (cento e trinta e sete mil oitocentos e vinte e seis euros e quinze cêntimos) reportam-se a operações orçamentais e 692.082,14€ (seiscentos e noventa e dois mil oitenta e dois euros e catorze cêntimos) a operações de tesouraria;

2 – Submeter à Assembleia Municipal para apreciação e votação do processo de prestação de contas do exercício de 2017, ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido, Liliana Ribeiro e Rui Lages, 3 votos contra dos Senhores Vereadores José Presa, Paulo Pereira e Liliana Silva, e 0 abstenções.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** leu a seguinte declaração de voto:

"Votamos contra o relatório de prestação de contas porque:

As contas de gerência são o espelho da gestão, e desde logo uma gestão que aumenta as dividas globais de 2016 para 2017, em 2.753.483.14.

Tal como a notícia do JN de 24 de setembro 2017 denunciava, o Município de Caminha estava em 9º no ranking dos municípios que mais aumentaram a divida nos últimos anos.

O que nós sempre dissemos está a acontecer, os prejuízos anuais desde 2014 anunciavam um futuro menos otimista para Caminha.

Mas se o aumento das dividas de 2016 para 2017 foram de 2.753.483.14€, então de 2013 para 2017 foram de 3.057.211.17€ ou seja, ao contrario do que apregoa o executivo, as dividas são sempre a aumentar.

Mas se é preocupante o aumento das dividas também não menos preocupante a perda de ativos (dividas de terceiros e ativos financeiros), que em 31.12.2013 eram de 5.503.969.17€ e em 31.12.2017 reduziram para 3.244.785.26€, ou seja, a menos em bancos e em IVA a receber.

Quer isto dizer que a atual realidade é que os cerca de 2,4 milhões que a 18.10.2013 havia em bancos e estava confirmado no relatório da auditoria, em 31.12.2017 só havia 827.062.02€. Menos cerca de 1,5 milhões em bancos.

7º - E se há a menos em bancos cerca de 1,5 milhões do que os que haviam a data do vosso relatório de auditoria e o valor do IVA também confirmado no relatório da auditoria, de cerca de 500 mil euros, recebido em 2016, estamos a falar de cerca de

2 milhões de euros gastos e de cerca de 3 milhões de aumento da divida, logo a divida aumentaria 5 milhões…se não fosse a herança…financeira do executivo PSD.
É assustador verificar que somando os prejuízos anuais de 2014 a 2017 (1.4+1.6+.0.9+2=6) têm um prejuízo acumulado de cerca de 6 milhões de euros.
Verificamos que continuam a aumentar as dividas a fornecedores, porque não tem dinheiro em bancos, porque os PMP são dos piores do país, e que não conseguem pagar as faturas da água, da recolha do lixo e à Caminhaequi, porque erraram no calculo da despesa face à receita disponível.
Em suma, jamais poderemos aprovar/concordar com a prestação de contas que tem consecutivos resultados negativos e um contínuo aumento da dívida total do Município, refletindo uma má gestão das finanças públicas municipais."

----------ESTÁ CONFORME----------

A ATA ONDE CONSTA A PRESENTE PROPOSTA FOI APROVADA EM MINUTA NO DIA 18 DE ABRIL DE 2018, POR UNANIMIDADE.----------

Paços do Município de Caminha, 18 de Abril de 2018

A COORDENADORA TÉCNICA

Teresa Maria Gonçalves Palma Amorim Fernandes

MUNICÍPIO DE CAMINHA

DESPACHO
Remeta-se proposta para reunião de Câmara de modo a poder ser aprovada e submetida a próxima Assembleia Municipal. 13/4/18

De: *Chefe da Divisão de Finanças e Administração*

Para: *Senhor Presidente*

ASSUNTO: DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2017

São presentes todos os documentos de prestação de contas, referidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), bem como os elencados na Resolução n. 6/2013 – 2ª Secção, de 21 de novembro, do Tribunal de Contas, integralmente elaborados e ficarão devidamente arquivados para consulta quando para tal forem solicitados, dos quais se extrai que a execução da receita atingiu o montante de € 15.604.702,14 (quinze milhões seiscentos e quatro mil setecentos e dois euros e catorze cêntimos), a execução da despesa no montante de 15.474.633,48 (quinze milhões quatrocentos e setenta e quatro mil seiscentos e trinta e três euros e quarenta e oito cêntimos) e o resultado líquido do exercício negativo em € 2.087.090,90 (dois milhões oitenta e sete mil noventa euros e noventa cêntimos).

Apreciado o processo composto pelos documentos de prestação de contas do exercício de 2017 acima referidos, propõe-se que a Câmara delibere:

1. Aprovar todos os documentos da prestação de contas apresentados, e com ele, os valores apurados nas diversas contas, designadamente o saldo de gerência de 2017 no valor de € 829.908,29 (oitocentos e vinte e nove mil novecentos e oito euros e vinte e nove cêntimos), dos quais € 137.826,15 (cento e trinta e sete mil oitocentos e vinte e seis euros e quinze cêntimos) reportam-se a operações orçamentais e € 692.082,14 (seiscentos e noventa e dois mil oitenta e dois euros e catorze cêntimos) a operações de tesouraria;

MUNICÍPIO DE CAMINHA

DESPACHO
Já assinei 13/4/18

De: *Chefe da Divisão de Finanças e Administração*

Para: *Senhor Presidente*

ASSUNTO: Declaração - PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2017

Para cumprimento do estipulado na Resolução do Tribunal de Contas n.º 44/2015, de 25 de novembro, os municípios, aquando do envio do documento de prestação de contas para o referido Tribunal, devem ainda remeter uma declaração de responsabilidade, conforme modelo em anexo, decorrente das obrigações de aprovação e de aplicação de princípios e norma contabilísticas e de controlo interno (n.º 8).

O n.º9 da mesma resolução ressalva que um responsável identificado pode subscrever condicionalmente a declaração ou manifestar a sua discordância ou total oposição, nos termos que igualmente devem constar da declaração anexa.

Caminha, 12 de abril de 2018

Marlene Castilho

MUNICÍPIO DE CAMINHA

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência do exercício de 2017 do Município de Caminha declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas individuais ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que as mesmas, designadamente:

a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública, atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;

b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;

c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;

d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;

e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;

f) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Assumimos ainda a responsabilidade de que, por aplicação dos princípios, normas e procedimentos acima referidos e segundo o nosso conhecimento, as transações subjacentes:

g) respeitaram as normas da contração pública aplicáveis;

h) asseguram o cumprimento pontual e tempestivo todos os acordos e contratos com terceiros;

i) respeitaram as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho e observaram as incompatibilidades e limitações previstas nesses diplomas, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais.

Os responsáveis subscritores:

Luís Miguel da Silva Mendonça Alves

Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:

2017

PRESTAÇÃO DE CONTAS

MUNICÍPIO DE CAMINHA

VOLUME I | RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Índice

INTRODUÇÃO 2

EIXO DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO..... 2 A 7

EIXO DA SOLIDARIEDADE, BEM-ESTAR E COESÃO SOCIAL..... 7 A 16

EIXO DO ESPAÇO PÚBLICO DE QUALIDADE..... 17 A 26

EIXO DE PROXIMIDADE, PARTICIPAÇÃO E NOVO MODELO DE GOVERNAÇÃO ..... 26 A 29

EIXO DO PRESTÍGIO E PROJEÇÃO DO CONCELHO DE CAMINHA..... 29 A 32

CONCLUSÃO..... 32 A 43

INTRODUÇÃO

Ao longo de todo o mandato de quatro anos e também durante o ano de 2017, o executivo camarário pautou a sua atuação por seguir as linhas essenciais do programa político sufragado nas eleições de 2013. Assim, seguiu também as suas linhas estruturantes que agora se apresentam como guias do Relatório de Atividades do ano em análise: o Eixo do Crescimento e Desenvolvimento Económico, o Eixo da Solidariedade, Bem-Estar e Coesão Social, o Eixo do Espaço Público de Qualidade, o Eixo da Proximidade, Participação e Novo Modelo de Governação e o Eixo do Prestígio e Projeção do Concelho de Caminha. No final, elencamos de forma mais sistematizada e por ordem cronológica um conjunto mais alargado de ações da responsabilidade direta do Município ou apoiadas por este.

EIXO DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

No contexto deste Eixo de ação, a atividade da Câmara foi sendo definida através da concretização de projetos de continuidade que sustentaram o curso político dos últimos quatro anos. De todas, no ano de 2017, destaca-se a aprovação do novo Plano Diretor Municipal (PDM) de Caminha, documento fundamental para a concretização de uma via de crescimento e desenvolvimento económico do concelho de Caminha. De fato, em apenas três anos foi possível completar um processo que se arrastava desde 2006 tendo deixado o concelho sem uma estratégia em matéria territorial durante mais de uma década. O documento é equilibrado, defende a paisagem e as pessoas, potencia o turismo e a economia e permite o crescimento populacional, estando preparado para acomodar um aumento da ordem das 10 mil pessoas ao longo da próxima década. Com 21 anos, o anterior PDM estava completamente ultrapassado e desadequado. Este Executivo assumiu o processo de revisão como uma prioridade, constituiu uma equipa de técnicos interna, coordenada pelo vice-presidente, Guilherme Lagido, e lançou mãos à obra. O novo PDM resultou de um debate transparente e participativo, de um trabalho realizado sem recursos externos nem a avenças milionárias e, com isso, foi possível desenhar um território que, sendo sustentado no turismo, valoriza a paisagem, a qualidade de vida e os espaços públicos cuidados. Durante a fase de debate, entre as reclamações recebidas, apenas 2 por cento são provenientes de cidadãos do concelho. Essas reclamações foram analisadas, tendo sido atendidas cerca de 42 %. O novo texto do PDM prepara o concelho para um crescimento substancial, sem comprometer as condições que garantem a qualidade de vida e a sustentabilidade do território de Caminha. O documento foi submetido e aprovado pela Assembleia Municipal.

Outra vertente da ação mais salientável neste eixo de mobilização da economia, passa por uma política fiscal estável e amiga dos cidadãos. Desde o início do mandato que o Município apostou no aumento

imediato dos rendimentos das famílias como modo mais direto de incentivo económico da comunidade e isso foi feito através da ação fiscal. O IMI foi reduzido por duas vezes e a taxa variável do IRS também. Durante o ano de 2017 manteve-se esta política e estes valores de impostos e os resultados não podiam ser mais esclarecedores: Caminha é o 6º Município de Portugal que mais IRS devolve em média à sua população. As contas foram feitas pelo "Jornal de Negócios", a partir dos dados disponibilizados pela Autoridade Tributária (AT), que detalham o número de declarações por município e a coleta líquida de IRS (os dados foram publicados a 12 de junho).

Sendo verdade que neste ano de 2017 foi possível preparar o futuro do desenvolvimento da nossa terra, não é menos verdade que a aposta do Município numa economia fortemente ligada ao Turismo, durante estes últimos dois anos, começou a dar os seus frutos. Os números apresentados pelo INE sobre o ano de 2016 (conhecidos no decurso de 2017) são muito claros, nessa matéria: no concelho de Caminha, relativamente ao ano anterior, o número de hóspedes chegou aos 38.418 (+ 16%), o número de dormidas às 74.069 (+10,3%) e o número de proveitos para as empresas desta indústria do Turismo ligadas à hotelaria, atingiu os 2.6 milhões de euros numa subida de 21,7%. Note-se, a este propósito, a evolução dos últimos 4 anos onde os proveitos para a hotelaria subiram mais de 100%! A estes dados juntam-se outros, estes já de 2017. Vejamos:

A procura turística dos Postos de Turismo do concelho - Caminha e Vila Praia de Âncora - registaram em 2017 uma subida de 7% no número de pessoas atendidas relativamente ao ano anterior, recebendo quase 40 mil visitantes. Cerca de um terço destes turistas são portugueses, havendo também novidades em relação à sua proveniência, com os EUA, Canadá e Austrália a aparecerem representados com alguma relevância entre os países de origem. Em quatro anos, este mesmo indicador (balcões de turismo) cresceu 35%, o que demonstra uma tendência consolidada da procura do concelho. Os Postos de Turismo funcionam, na realidade, como um barómetro, uma vez que a maioria dos turistas não buscam informação nestes organismos. Em 2017, foram atendidas 39.134 pessoas. Em Caminha, o total foi de 18.592 turistas atendidas e em Vila Praia de Âncora o número foi um pouco superior, chegando aos 20.542 turistas. Os valores atingidos no ano passado consolidam, na verdade, o crescimento registado nos últimos 4 anos, como referimos, período em que o número de turistas atendido nos nossos Postos cresceu 35%. Ainda em relação a 2017, de referir que 35% dos turistas atendidos são portugueses. De Espanha vieram 24% das pessoas e o terceiro lugar é ocupado pela França, seguida do Reino Unido (subida de 34% este ano), Alemanha (subida de 36%), enquanto a Holanda passou a ser o 6º país de origem dos nossos turistas, com uma subida de 55% neste último ano. Destaque para a emergência de origens pouco habituais e que aparecem na lista. Dos Estados Unidos vieram 500 turistas atendidos - subida de 103% - e países como o Canadá e Austrália, com cerca de 300 turistas atendidos, apresentam crescimentos na ordem dos 200%.

Por outro lado, são cada vez mais os peregrinos do Caminho de Santiago que procuram o concelho de Caminha. Este número cresceu 46% em 2017, relativamente ao ano anterior e os dados ficarão até aquém da realidade, já que são aferidos apenas tendo em conta os peregrinos que procuram os postos de turismo. Os números revelam a importância que o Caminho de Santiago tem para o nosso território e o acerto que o Município tem tido nesta aposta. No ano passado foram investidos mais de 230 mil euros no reforço da sinalização, na criação de novos canais informativos e na divulgação. O aumento extraordinário da procura em 2017 tem em conta a comparação feita com o ano de 2016 e a avaliação realiza-se de acordo com os peregrinos que foram aos postos de turismo de Vila Praia de Âncora e de Caminha, sendo que cada peregrino corresponde a um único registo no concelho, não havendo registos duplos em Caminha e VPA. Assim, em 2017 passaram pelos Postos de Turismo do concelho 4676 peregrinos. Em 2016 tinham passado 3203. Mas, há muitos mais peregrinos que passam e não se deslocam aos postos de turismo. Estes são os que lá vão para carimbarem a Compostela. É de referir que a maior percentagem de peregrinos não é de nacionalidade portuguesa. O país que trouxe mais peregrinos ao concelho é a Alemanha: 22%, ou seja, quase um quarto dos peregrinos são alemães. A segunda nacionalidade é a portuguesa (12%), seguida da Espanha (8%), França (7%), Itália e Reino Unido (6%). Destaque ainda para a América do Norte (Estados Unidos e Canadá trouxeram, em conjunto, cerca de 450 peregrinos) e para a Polónia, Austrália e República Checa, com mais de uma centena de pessoas, de cada nacionalidade, a visitar o concelho de Caminha. Ao todo, foram registadas 45 nacionalidades diferentes, entre as quais peregrinos de Cuba, Japão, Índia ou Malásia.

Não restam, assim, dúvidas, dos resultados da ação do Município na vertente turística. Contam os números, mas conta também o impacto que a chegada de Turistas e a divulgação do território tem nas mais diversas áreas. Uma das que mais beneficiou deste bom trabalho ao nível do Turismo, é a área da construção e do imobiliário. De acordo com o estudo do Confidencial Imobiliário, divulgado pelo jornal Expresso, o concelho de Caminha surge na 17ª posição a nível nacional, com uma recuperação de 15%, com o preço por metro quadrado de 868 euros. Nesta short-list, o Norte apenas surge representado, além de Caminha, pelos concelhos do Porto e de Braga. Com melhores resultados nacionais estão, respetivamente, Lisboa, Faro, Olhão, Cascais, Loulé, Oeiras; Lagoa, Silves, Albufeira, Portimão, Lagos, Tavira, Porto, Braga, Vila Real

de Santo António, Vila do Bispo, Caminha e Odivelas. Este estudo foi realizado, como referimos, a partir da informação cedida ao semanário Expresso por quatro centenas de empresas mediadoras imobiliárias de todo o país. A partir do preço mínimo que foi atingido nos vários municípios (no 2º semestre de 2013 e no 1º semestre de 2014) a recuperação em 2016 verifica-se sobretudo nos grandes centros - de Lisboa e do Porto – assim como no Algarve. Caminha foge à regra, pela positiva, com uma recuperação extraordinária, com um destacado lugar entre os concelhos do país com maior recuperação de preços no imobiliário.

Cumpre, nesta matéria, destacar os méritos da atividade municipal nas vertentes desportiva, cultural ou de qualificação do espaço público. A positividade do impacto económico do Turismo não se faz só com recurso a uma vertente de ação, antes pela mobilização de diversos modos de atuar. Mas, é justo que se faça uma especial ressalva à realização e eventos com impacto forte e internacional, quer a nível direto, quer a nível indireto e em contínuo. Destacamos aqui dois desses eventos, o Rally de Portugal e o Festival de Vilar de Mouros.

O WRC Vodafone Rally de Portugal 2017, realizado de 18 e 21 de maio último, assegurou um retorno económico direto ao concelho de Caminha entre os 3,1 e os 3,4 milhões de euros. Os valores foram apurados pelo Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo da Universidade do Algarve, em colaboração com a Universidade do Minho, e constam do documento Estudo de Impacto Económico Direto do WRC Vodafone Rally de Portugal 2017 à escala local. De acordo com este documento, o Município de Caminha, arrecadou entre 3.118.280 euros e 3.459.076 euros de valor de retorno económico direto (despesas de adeptos e equipas no concelho), fruto da sua participação na organização e acolhimento da edição deste ano.

Já o EDP Vilar de Mouros, cujo cartaz reflete a aposta da organização em reafirmar o evento através da transversalidade de estilos musicais e de gerações, trouxe até ao nosso território milhares de pessoas e proporcionou notícias nos principais meios de comunicação social que levaram o concelho de Caminha por

todo o mundo. Estiveram no recinto do Largo do Casal bandas e artistas tão emblemáticos como os Primal Scream, 2ManyDjs, The Jesus and Mary Chain, The Mission, The Dandy Warhols, The Psychedelic Furs, Morcheeba, The Young Gods, The Boomtown Rats, The Veils, George Ezra, Peter Bjorn and John, Avec, Capitão Fausto, Salvador Sobral, Golden Slumbers e Zanibar Aliens. Recorda-se que, o regresso do Festival insere-se na estratégia de desenvolvimento do concelho de Caminha, e de valorização do seu legado cultural, através da potenciação dos recursos naturais existentes, mas também do espólio cultural material e imaterial, do qual faz parte a história do mais antigo festival de música de Portugal.

Ao lado destes destaques, cumpre ainda dar nota de alguns trabalhos iniciados em 2017 que terão continuidade no ano de 2018 e que são excelentes exemplos do investimento realizado pelo Município no incentivo à economia e desenvolvimento.

Um prende-se com a obra de reabilitação do Cais da Rua em Caminha e do desassoreamento do canal de navegação dos pescadores. Este é um investimento direto na economia, na economia sustentada no rio e no mar numa área de atividade tradicional, a pesca, que emprega dezenas de pessoas de forma direta e centenas de modo indireto. Como é sabido, os pescadores de Caminha terão o seu novo cais muito em breve - os trabalhos iniciaram-se em 2017 e estão a terminar dentro do previsto, dentro da normalidade. A modernização do Cais dos Pescadores, ou Cais da Rua, com implementação de condições de segurança e funcionalidade é um sonho da classe piscatória com mais de quatro décadas. A obra começou em finais de junho, num investimento global de cerca de 900 mil euros, que contempla a requalificação e revitalização da Frente Ribeirinha da sede do concelho. A modernização do Cais de Pesca prevê, especificamente, o aumento da área útil do cais, o prolongamento da ponte-cais, a reparação/beneficiação da rampa-varadouro e das estruturas para amarração às embarcações e recuperação das escadas para acesso às embarcações, a instalação de um novo guincho na rampa e o incremento da capacidade de atracação dos barcos. O investimento é financiado pelo Programa Operacional Mar 2020 em 75%. Por outro lado, foi possível avançar também com o desassoreamento do canal que permite aos pescadores navegarem do

eixo do rio ou do mar para a costa. Esta intervenção tem um duplo impacto, vindo não só beneficiar os pescadores, mas também contribuir para a proteção, reabilitação e reforço do cordão dunar entre Camarido e Moledo, numa extensão de cerca de 700 metros, com areias provenientes de dragagens de manutenção do canal de navegação no troço final da zona estuarina do Rio Minho. Trata-se de um investimento global associado da ordem dos 500 mil euros, com uma taxa de cofinanciamento comunitário de 85%.

Uma segunda obra a destacar, que terá um impacto estruturas logo que concluída, é a da colocação de fibra ótica no concelho de Caminha. Esta obra cobrirá, numa primeira fase, um conjunto bastante alargado de freguesias: Caminha e Vilarelho, Vila Praia de Âncora, Moledo e Cristelo, Seixas, Âncora, Lanhelas, Riba de Âncora, Venade e Azevedo e Vile. Esta obra vai custar cerca de 1 milhão de euros, sendo que o Município de Caminha vai investir mais de 100 mil euros, mas permitirá melhorar, para parte importante da população do concelho e para quem nos visita, a capacidade de tráfego de voz, vídeo e dados de alta velocidade. Esta obra é importante para o dia-a-dia das famílias (isso vai notar-se rapidamente na casa das pessoas, na gestão de televisão e internet) mas é sobretudo fundamental para as empresas. No caso do turismo, a indústria mais importante do concelho, é uma alavanca essencial, um instrumento para quem nos visita e para podermos fazer coisas diferentes. Através desta cobertura de rede de fibra ótica, as famílias e empresas podem beneficiar das soluções e serviços de telecomunicações de última geração oferecidos pelos principais operadores, a preços competitivos, que operam em simultâneo e de forma transparente a mesma infraestrutura de fibra. No âmbito de uma estratégia de expansão e utilizando parte da rede já anteriormente construída, há uma expansão em curso que irá permitir uma cobertura superior a 10 mil casas, abrangendo, assim, cerca de 15 mil pessoas. Deste modo qualquer habitante nas zonas cobertas pela fibra ótica, poderá consultar os operadores de telecomunicações nacionais, para aderir aos serviços 3P (TV+ NET+VOZ fixa) ou 4P (TV+NET+VOZ fixa+ VOZ Móvel). Os trabalhos estão a decorrer.

EIXO DA SOLIDARIEDADE, BEM-ESTAR E COESÃO SOCIAL

EDUCAÇÃO

A Câmara Municipal de Caminha, ano após ano, tem vindo a aumentar o investimento na Educação, por considerar que é um setor essencial e imprescindível, para o desenvolvimento do concelho. Apostar na Educação é, indubitavelmente, apostar no futuro. Assim, de acordo com a legislação em vigor e ultrapassando, na maioria dos casos, as competências que a mesma determina, tem vindo a implementar um conjunto de medidas que visam melhorar as condições de ensino/aprendizagem e promover o sucesso educativo dos alunos deste concelho. Entre elas, merecem especial destaque o reforço das auxiliares de ação educativa, a diversificação de atividades de Ocupação de Tempos Livres, a gratuitidade do prolongamento de horário e do transporte escolar. Além destas ações, são ainda de considerar os encargos

com o fornecimento de refeições escolares aos alunos do pré-escolar e 1º ciclo, o apoio concedido às mais diversas ações promovidas pelos estabelecimentos de ensino e os investimentos realizados na beneficiação e manutenção dos edifícios escolares, sem descurar as despesas correntes com o fornecimento de água, gás, gasóleo e eletricidade.

Para se ter uma ideia do que significa acompanhar esta escolha política, para o ano letivo de 2017/2018, a Câmara Municipal prevê investir 402.500 euros em transportes escolares, o que corresponde a um aumento de 23% em relação ao ano letivo em curso. Tendo em conta o ano de 2013, o apoio duplicou, mas esta é apenas uma parte da aposta do Município na Educação. Antes do novo período escolar, foram realizadas importantes obras na Escola EBS de Vila Praia de Âncora, de ampliação, por forma a responder ao aumento da procura, prevendo-se um acréscimo de alunos no Agrupamento. A Escola Básica e Secundária do Vale do Âncora, em Vila Praia de Âncora, tem mais três salas de aula completamente equipadas, mais espaço de recreio coberto e melhor isolamento acústico. As obras tiveram um investimento de 120 mil euros por parte do Ministério da Educação, a que acresce a participação do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, que assume os custos com a parte acústica. O trabalho conjunto que tem vindo a ser desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas Sidónio Pais e pelo Município de Caminha, com forte apoio do Ministério da Educação, traduz-se em excelentes resultados e na previsão do crescimento da procura das escolas públicas do concelho.

O forte investimento na Educação por parte do Executivo desta Câmara Municipal materializou-se, ainda, em muitas outras obras, como a da ampliação da Escola Básica e JI de Venade (que impediu que os meninos fossem para Moledo), as obras que decorreram em várias escolas básicas do concelho, e o financiamento já garantido para a Escola Básica e Secundária Sidónio Pais, na ordem dos três milhões de euros. A requalificação da escola prevê a ampliação de todo o complexo escolar, sem prejuízo dos espaços ao ar livre, dotando-o de mais 15 salas de aula, sendo que duas delas serão laboratórios.

No sentido de incrementar a autonomia do Agrupamento de Escolas, foi também celebrado um contrato anual, que contemplou a transferência de verbas para expediente e limpeza, apoio aos projetos educativos e disponibilização de material escolar e fotocópias, entre outros.

Para reforçar o apoio aos agregados familiares concelhios, a Câmara de Caminha ofereceu os livros de fichas aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho, beneficiários de ação social escolar (alunos com escalões A e B). No total, foram abrangidos 218 alunos, o que se traduz num investimento que ultrapassa os 7 mil euros. Oferecer um ensino de qualidade a cada um dos alunos que frequenta as escolas do concelho é uma prioridade para o executivo camarário. No presente ano letivo, o Município ofereceu 777 livros de fichas, designadamente de inglês, matemática, português e estudo do meio, a 218 alunos. Recorda-se que os manuais escolares são oferecidos pelo Governo.

Nota ainda para o reforço de condições nas nossas escolas. Nos primeiros dias de junho, a Câmara Municipal apetrechou as escolas básicas e jardins de infância do concelho com novo material informático. No total, foram colocados 11 computadores, 13 monitores e 2 computadores portáteis, um investimento que ronda os 10 mil euros. Proporcionar um ensino de qualidade às crianças e alunos do concelho de Caminha tem sido um objetivo perseguido pelo executivo caminhense. Neste âmbito, os alunos das escolas básicas de Vilar de Mouros, Vilarelho, Seixas, Âncora Lage, Lanhelas, Venade e Moledo e dos jardins de infância de Venade, Moledo, e Âncora Lage têm equipamentos informáticos novos. A EB1 de Vilar de Mouros vai ser contemplada com dois monitores; a EB1 de Vilarelho com 1 computador; o JI de Venade com 1 computador; a EB1 de Seixas com 1 com; o JI de Moledo com 2 computadores; a EB1 de Âncora Lage com 1 computador; a EB1 de Lanhelas com 1 computador e 1 portátil; a EB1 de Caminha com 2 computadores; a EB1 de Venade com 1 computador; JI de Âncora Lage com 1 computador; e a EB1 de Moledo com 1 portátil.

Mas a vertente da Educação não se esgota nas quatro paredes da escola. A ligação estabelecida entre a prática desportiva e o universo escolar, consolidou uma política global de crescimento e coesão social. O ano letivo 2017/2018 começou com novidades em matéria de desporto. Os alunos do 2º e 3º ciclos do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais estão a ter nas aulas de Educação Física, pela primeira vez, as modalidades de SUP (Stand Up Paddle) e Canoagem. Para tal, o Município de Caminha assinou, no passado dia 8 de setembro, dois protocolos celebrados entre a Câmara Municipal de Caminha, o Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, a Nautiminho e o Sporting Club Caminhense (SCC), um para o desenvolvimento das modalidades SUP e Canoagem, outro para desenvolvimento da modalidade Remo no concelho. Estes protocolos inserem-se numa estratégia de valorização das camadas mais jovens da nossa comunidade, que não está dissociada de outros projetos educativos, do apoio escolar, do transporte escolar, das refeições escolares, mas é também um apoio dado à nossa comunidade, dando como exemplo o projeto 'Caminha sabe Nadar', que tem levado mais de 400 meninos a aprender a nadar. Sobre o desenvolvimento do Stand Up Paddle e da canoagem, este protocolo vai mais longe que o Remo e servirá para colocar os nossos meninos a experimentar o Stand Up Paddle e a Canoagem no rio Âncora. Este é

um protocolo que chega aos três rios do nosso concelho, uma oferta que é particularmente importante. Ainda sobre o projeto "Caminha Sabe Nadar", recorde-se que a iniciativa do Município é dirigida a crianças até aos oito anos e faz parte de um conjunto de políticas no âmbito do desporto, de aposta em atividades ligadas ao mar e ao rio e está a ser um sucesso, ultrapassando mesmo as expectativas. "Caminha Sabe Nadar" arrancou a 1 de fevereiro de 2017 com o objetivo de incentivar o desporto no concelho. O executivo pretende, com este projeto, proporcionar a todas as crianças do concelho de Caminha, com idade menor ou igual a oito anos, aulas de adaptação ao meio aquático e natação para que fiquem dotadas de mecanismos de defesa em meio aquático, e para que possam desfrutar de qualquer desporto náutico em segurança. Outra iniciativa do Município com impacto já considerável na procura e utilização das piscinas, é a possibilidade concedida aos sócios de clubes e associações desportivas do concelho de Caminha de usufruir de um desconto de 50% na tarifa de utilização das Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora. Esta é uma medida de apoio aos clubes e associações, mas que pretende também incentivar a prática desportiva e promover hábitos mais saudáveis.

Uma última palavra para o apoio dado ao ensino vocacional, não só nos eventos e ações programadas pela instituição, mas também no seu edificado. A Câmara Municipal ampliou as instalações do Polo de Caminha da Academia Fernandes Fão. A intervenção passa pela ocupação do piso térreo da ala esquerda da antiga escola primária de Caminha, desativado e em avançado estado de degradação e, consequente reorganização funcional. Esta ampliação surge na sequência do aumento de alunos inscritos na Academia no presente ano letivo e consequente resposta às diretrizes da Direção Regional da Educação do Norte e normativos de funcionamento de utilização de uma escola de música, nomeadamente no que concerne às áreas regulamentares, condições acústicas, ventilação e iluminação natural. A escola vai ser complementada com três salas de instrumento e duas de formação musical; o acesso vai ser deslocalizado para a entrada original do edifício, arrastando consigo a receção/administração, a sala de professores e, ainda a travessia de peões, uma vez que a atual não responde aos critérios de segurança que se exigem.

AÇÃO SOCIAL

Ao nível da Ação Social, o Município de Caminha procurou, em todo o trabalho que desenvolveu, assegurar uma intervenção integrada e um acompanhamento psicossocial capaz de assegurar respostas adequadas às necessidades das pessoas em situação de maior vulnerabilidade social. O trabalho desenvolvido junto dos indivíduos e das famílias privilegiou uma abordagem multidimensional e interinstitucional, permitindo, assim, uma ação global sobre os problemas apresentados, considerando todas as dimensões do ser humano. A intervenção social realizada teve, também, em vista o trabalho de proximidade com os indivíduos e as famílias incentivando-os a participar ativamente no seu próprio processo de mudança e resolução dos seus problemas.

Talvez a nota de maior destaque no ano de 2017, prende-se com o reforço do apoio às IPSS do concelho, atribuindo um subsídio global de 44 mil euros, para além de auxílios diversos, materializados em função das caraterísticas e das necessidades de cada instituição. Para além do apoio, esta foi uma forma de valorizar as IPSS do concelho de Caminha e vem ao encontro da política seguida nos últimos anos. Além do apoio financeiro, o Município assume o pagamento do consumo de água, saneamento e resíduos das instituições, num investimento de vários milhares de euros, apoia vários eventos, assume o pagamento de transportes em determinadas situações, promove projetos comuns.

Tendo em vista o cumprimento destes propósitos, de forma muito resumida, foram dinamizados os seguintes programas/serviços:

1 - O Serviço de Atendimento e Apoio Psicossocial assegura a todos os munícipes um atendimento personalizado e integrado na área psicossocial;

2 - O projeto de Educação Familiar ao Domicílio, através da realização de visitas domiciliárias, pretende a progressiva tomada de consciência das famílias das suas vulnerabilidades e potencialidades, bem como, o seu envolvimento ativo e permanente na construção do seu próprio processo de mudança positiva.

3 - O Programa de Emergência Social - Caminha Solidária dá resposta a situações de gravidade excecional, resultantes de insuficiência económica inesperada, em que não seja possível ao agregado familiar suportar as despesas domésticas (gás e eletricidade), de saúde, e rendas de casa.

4 - O Programa de Incentivos a Estudantes do Ensino Superior pretende incitar os estudantes à frequência de cursos superiores e à melhoria da qualificação profissional através da concessão de um apoio financeiro àqueles que, tendo em conta os seus parcos recursos, se encontram impedidos de prosseguir os estudos. De facto, de 02 a 23 de outubro decorreu o processo de candidaturas para atribuição de incentivos a estudantes do ensino superior para o ano letivo 2017/2018. Para além dos beneficiários de anos anteriores, a Câmara Municipal de Caminha vai apoiar até cinco estudantes do concelho. Numa política de continuidade, a educação e o apoio financeiro às famílias caminhenses são uma prioridade para o executivo caminhense. Recorde-se que, no ano letivo 2016/2017, a Câmara Municipal beneficiou 10 estudantes.

5 - O Programa Caminha Habita apoia agregados desfavorecidos na recuperação de habitações degradadas.

6 - Desporto Sénior - Sensíveis e atentos à problemática do desporto na terceira idade, a Autarquia, no sentido de incentivar todos os seus Munícipes para a prática desportiva, implementa um projeto desportivo direcionado para a faixa etária mais idosa, neste caso em concreto, para todos os utentes de Lares, Centros de Dia e comunidade em geral do concelho.

7 - A Animação de Centros de Dia e Centros de Convívio é dinamizada como uma forma de fomentar sentimentos de revalorização, participação, autoestima e autonomia da pessoa idosa. Alterar a situação do idoso, assegurando o desenvolvimento e a utilização do seu potencial físico, intelectual e criativo e, ao mesmo tempo, contrariar sentimentos de apatia, monotonia e desinteresse nos idosos integrados nas instituições, são os objetivos desta ação. As atividades de animação destinam-se a todos os Centros de Dia, Centros de Convívio e Lares do concelho de Caminha.

8 - O Banco Local de Voluntariado de Caminha promove e divulga o voluntariado facilitando o encontro entre a oferta e a procura de voluntários e as organizações promotoras.

Sobre Ação Social Escolar, é preciso dar conta de que a autarquia, por transferência de competências, ao abrigo do Decreto-Lei n. º144/2008, de 28 de julho, comparticipa financeiramente o fornecimento de refeições das crianças do 1.º ciclo e pré-escolar, mediante a avaliação socio económica do agregado familiar. O apoio prestado ao nível da ação social escolar refere-se, também, ao prolongamento de horário, que é, atualmente, comparticipado pela Autarquia, na totalidade.

Na área de apoio à infância, para além de todo o trabalho que foi efetuado nas escolas e no apoio familiar, houve uma específica ação feita em conjunto com diversas instituições mas, sobretudo, com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Caminha. Cumpre aqui destacar três:

1 - O Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância com várias iniciativas, com o objetivo de consciencializar a comunidade para a problemática dos maus tratos na infância. A Câmara Municipal também abarcou esta causa juntando-se, aos demais parceiros na distribuição de laços azuis e flyers informativos em Caminha e em Vila Praia de Âncora. O objetivo foi o de envolver toda a comunidade, desde as associações culturais e desportivas até às IPSS's e passar a mensagem: "A melhor forma de tratar o problema é impedir que aconteça", ou seja, se a comunidade se envolver pode ser capaz de mudar o destino das crianças. O Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância teve início, no dia 1 de abril, com uma 'Instalação performance', a cargo da Krisálida – Associação Cultural do Alto Minho, em Caminha. No dia 5, decorreu a distribuição do laço Azul em Caminha. No dia 6, decorreu uma ação idêntica em Vila Praia de Âncora. No dia 8, teve lugar na Praça da República, em Vila Praia de Âncora, a 'instalação performance'. As iniciativas continuaram no dia 22, com a Aula de Zumba, gratuita e aberta à comunidade, a cargo de Gabriela Duarte, Ivone Correia e Liliana Silva e no dia 29, com a exibição, no auditório do Museu Municipal de Caminha, do filme 'O Garoto de Charlot'. O cinema teve o apoio da Locus Cinemae - Associação de

Cinema de Caminha. O Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância encerrou no dia 29, com a 'Instalação performance', a cargo da Krisálida – Associação Cultural do Alto Minho.

2 - A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Caminha em parceria com a Câmara Municipal organizou a Semana dos Direitos da Criança. Exposição de fotografia, 'GNR por um dia', tertúlia, conferência com o Juiz Joaquim Manuel Silva, Dia Mundial da Criança e Assembleia Municipal de Crianças e Jovens marcaram esta XI edição certame. O objetivo desta semana foi chamar à atenção para o direito da audição da criança e do jovem.

3 - Por fim, a autarquia e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Caminha assinalaram o Dia Mundial da Criança com uma grande festa que juntou no Dólmen da Barrosa as crianças do pré-escolar e do primeiro ciclo do concelho.

Uma área onde se destacou o apoio às famílias que teve, naturalmente, os seus custos financeiros para a autarquia, foi o da campanha de redução de 50% com os encargos decorrentes da ligação à rede pública de drenagem de águas residuais de habitações unifamiliares, que o Município tem vindo a realizar nas freguesias do concelho, desde que os ramais não possuam uma extensão superior a 20 m. A campanha esteve em vigor até ao dia 31 de dezembro. O objetivo foi apoiar os munícipes, libertando-os de alguns encargos, de modo a proporcionar-lhes uma melhor qualidade de vida. Para além da redução dos 50% com os encargos decorrentes da ligação ao saneamento, esta campanha permitia que os restantes 50% do valor em causa possam ser pagos em doze prestações mensais anexadas na fatura da água.

Também neste âmbito social, decorreu nas freguesias de Arga de São João e Arga de Baixo o projeto de voluntariado de proximidade "Em sua Casa: Histórias & Companhia". O objetivo era possibilitar aos idosos isolados residentes nas freguesias de Arga de Cima, Arga de Baixo e Arga de São João, quinzenalmente, uma tarde diferente, em convívio e no domicílio. Tratou-se de uma iniciativa de continuidade desenvolvida pelo Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora, através da equipa do CLDS-3G Caminha (Contrato Local de Desenvolvimento Social de Terceira Geração) e pela Rede Social de Caminha, que contou com o apoio da Câmara Municipal de Caminha.

Uma palavra em sede de demonstração do trabalho de coesão social no concelho de Caminha passa também pelo apoio dado aos clubes desportivos, quer pelo que representam pela prática desportiva, quer pelo que significa o seu apoio à comunidade. São centenas de crianças e jovens que aqui encontram forma de complementar a sua atividade escolar, dando coesão à comunidade e tornando mais sadia a relação com o outro. Como é sabido, a prática desportiva, e sobretudo a formação das camadas infantis e juvenis,

são prioridades deste executivo, expressas no aumento considerável do apoio proporcionado nos últimos anos. No quadro do REMAD - Registo Municipal das Associações Desportivas, o incremento no ano de 2017 foi de 12% face a 2016, mas, considerando o ano de 2013, o aumento é de 41%. Na sequência da inscrição dos clubes e associações do concelho no REMAD e dos pedidos de apoio no âmbito do PAAD - Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo, previstos no Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo, a Câmara de Caminha apoiou financeiramente as entidades desportivas com 76.400 €. Foram 15 as entidades contempladas: o Clube de Andebol de Caminha; o G.D.C. Venade; o Lanhelas F.C.; o Âncora Praia F.C.; o C.C.D. Ancorense; o Atlético Clube de Caminha; a Associação Desportiva Juventude V.P.; o Sporting Club Caminhense; o Jucaminha; a Associação Triatlo de Caminha; o Âncora Praia F.C (futsal); a Nautiminho; o Desnível Positivo e a Associação Columbófila Ancorense e o Surf Clube. Esta é apenas uma parte do apoio concedido, uma vez que são muitos os eventos que o Município organiza e coorganiza para promover o Desporto e o próprio concelho. Casos, entre outros, do Rally de Portugal (etapa Caminha 19 de maio), III Meia Maratona Sunset de Caminha (3 junho), Triatlo Longo de Caminha (24 junho), Grande Trail da Serra d'Arga (23 e 24 de setembro). No dia a dia, e de acordo com disponibilidade e as solicitações, a Câmara concede apoios variados, através dos transportes, obras, equipamentos desportivos colocados à disposição dos clubes e associações, apoio logístico, pagamento de despesas com energia, água, etc. Nota, por isso, para uma última medida lançada este ano. Os sócios de clubes e associações desportivas do concelho de Caminha poderão usufruir de um desconto de 50% da tarifa de utilização das Piscinas Municipais de Vila Praia de Âncora. Esta é uma medida de apoio aos clubes e associações, mas que pretende também incentivar a prática desportiva e promover hábitos mais saudáveis. A solicitação do desconto partiu do Âncora Praia Futebol Clube, mas o Executivo decidiu alargar a medida a todos os sócios de clubes e associações desportivas do concelho, que terão agora de fazer os respetivos pedidos.

Embora fique muito trabalho para registar nesta esfera tão importante da atuação camarária, e apesar da dúvida sobre a sua integração sistemática, talvez fique bem aqui referir o trabalho de limpeza e prevenção efetuado nos nossos montes no ano passado, forma de cuidar da floresta e evitar os incêndios mas, sobretudo, do bem-estar das populações contribuindo para um esforço mais solidário. De facto, o Município conseguiu para o concelho mais de meio milhão de euros, a aplicar na defesa da floresta, através da aprovação da candidatura de execução "Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Caminha", obra que se iniciou já no ano em curso. A abertura deste concurso é um investimento considerável na rede primária e secundária e vai permitir melhorar a nossa capacidade de reação em caso de catástrofe. Esta empreitada, florestal, orçada em €577.098,92, é financiada em 85% pelo Fundo de Coesão, e consiste na instalação de rede primária e rede secundária de gestão de combustíveis em várias freguesias do concelho. Esta operação consiste na execução de faixas de gestão de combustíveis – primária e secundária – planeadas em sede do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

(PMDFCI), com uma abrangência municipal com vista à minimização dos efeitos da passagem dos incêndios florestais. Assim, pretende-se: aumentar a resiliência do território florestal ao risco de incêndio florestal; diminuir a área percorrida por grandes incêndios florestais; criar oportunidades de apoio ao combate a eventuais incêndios florestais; alterar o regime de fogo do concelho e, ainda a recuperação silvopastoril do território, que se reveste de enorme importância para as populações de montanha. As intervenções a realizar consistem na execução de trabalhos florestais de corte e controlo do estrato arbustivo e herbáceo; corte e desbaste de povoamentos florestais para correção de densidades, desramações e podas, acordoamento e trituração de despojos e controlo/erradicação de espécies infestantes, caso da áquea e da acácia, de modo a evitar a propagação de incêndios florestais e para reforçar as condições de segurança das forças de combate.

Finalmente, e já a pensar no futuro, a Câmara Municipal de Caminha propôs-se criar o Conselho Económico e Social do Concelho de Caminha (CESCC). O projeto de regulamento, que define a sua organização e objetivos, foi submetido para discussão pública. Trata-se de um órgão de consulta, concertação e estudo no domínio das políticas económicas e sociais do Município. Posteriormente, será submetido à Assembleia Municipal de Caminha. O CESCC tem como competências: elaborar e aprovar o respetivo regimento; pronunciar-se sobre as políticas económicas e sociais no Concelho de Caminha, bem como sobre a sua execução; pronunciar-se sobre as propostas de planos setoriais de âmbito municipal e, em geral, sobre as políticas de reestruturação e de desenvolvimento socioeconómico que a Câmara Municipal entenda submeter-lhe; dar parecer sobre a regulamentação das atividades económicas, ao abrigo da legislação em vigor; apreciar regularmente a evolução da situação económica e social do Concelho; promover o diálogo e a concertação entre os parceiros sociais; propor à Câmara Municipal a realização de colóquios, seminários, ou conferências bem como a edição de materiais de informação ou formação, dirigidas a públicos-alvo que contendam com as esferas económica e social locais; e elaborar estudos, bem como apresentar propostas ou recomendações de caráter económico e social à Câmara Municipal ou a outras entidades públicas.

EIXO DO ESPAÇO PÚBLICO DE QUALIDADE

Nesta parte pretende-se distinguir, embora que de forma sucinta, as obras e ação política levada a cabo pelo executivo camarário da valorização das instituições e coletividades, no apoio à Cultura e incentivo à realização de eventos que dinamizam a economia e a comunidade, na melhoria das infraestruturas de água e saneamento, na qualificação das nossas costas e praias, na promoção do território e na requalificação do edificado. Tudo sempre na linha daquilo que foram as diretrizes máximas do PDM revisto e aprovado que tratamos noutro momento desta Relatório de Atividades.

O ano começou bem. No dia 7 de janeiro escreveu-se mais uma página na história dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora e do concelho de Caminha com a inauguração da remodelação do Cineteatro dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora, no Centenário da instituição, cerimónia presidida pela Senhora Ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa. Esta data serviu para celebrar a história, o passado e o legado da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, bem como todas as ações humanitárias, todos os sacrifícios, todos os contributos de gerações de homens e mulheres que no corpo ativo, nos órgãos sociais ou como funcionários, souberam honrar a sua terra e partilhar um espírito de comunidade e bairrismo que faz parte da massa do sangue de todos os Ancorenses. Mas, festejou-se também o futuro daquela grande instituição, o futuro do voluntariado, o futuro da cultura em Vila Praia de Âncora, o futuro da solidariedade e coesão da nossa terra. Recorde-se que o Cineteatro estava encerrado há mais de uma década, mas um novo relacionamento entre o Município e a Associação Humanitária dos Bombeiros dos Voluntários de Vila Praia de Âncora, cuja direção desenvolve um trabalho excelente, que permitiu ultrapassar situações de grande aflição financeira, em que a continuidade dos serviços da corporação chegou a estar em causa, permitiu iniciar formalmente as obras no Cineteatro. A renovada sala tem capacidade para 200 pessoas, sendo integrada num complexo com novos camarins, novas instalações sanitárias, condições de conforto e de segurança. A Câmara Municipal assumiu a gestão cultural do Cineteatro dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora. O protocolo entre o Município e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora para a utilização do equipamento assegura também uma verba mensal, que permitirá à Associação garantir o pagamento das obrigações assumidas com as obras. O excelente entendimento entre o Município e a Associação Humanitária permitiu, mais uma vez, chegar a bom porto. O objetivo principal do protocolo é a cedência de utilização do Cineteatro dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora ao Município de Caminha, para que possam ser realizadas atividades sociais e culturais, e ao mesmo tempo apoiar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora no que concerne à manutenção do referido equipamento. Nos termos do documento, a Câmara assume a gestão cultural, o que implica a definição da linha programática, contratação, divulgação, promoção e procedimentos em geral. A Câmara responsabiliza-se também pelo pagamento de todas as despesas relativas a energia, água, limpeza,

manutenção e recursos humanos, pagando ainda à Associação Humanitária, mensalmente, a quantia de mil euros. O protocolo tem a duração de dez anos, com início em janeiro de 2017, sendo automaticamente renovável se as partes assim o entenderem.

Mas, se o ano começou bem, terminou melhor. Também em Vila Praia de Âncora. Decorreu no dia 13 de dezembro último, a inauguração da empreitada requalificação do Nó da Erva Verde, em Vila Praia de Âncora, que contou com a presença do Secretário de Estado das Autarquias Locais, Carlos Miguel. Trata-se de uma intervenção estruturante de quase 700 mil euros, assumida por inteiro pela Câmara Municipal. A requalificação do Nó da Erva Verde foi uma intervenção de grande envergadura numa zona central de Vila Praia de Âncora. Era uma zona degradada, marcada por deficiências a vários níveis, incluindo as infraestruturas básicas. Esta obra veio trazer muitos benefícios à população de Vila Praia de Âncora. Recorde-se que esta zona se encontrava degradada e pouco funcional, no que respeitava à organização viária, ao desgaste de pavimentos, tanto dos passeios como das vias de circulação. Esta zona ainda apresentava deficiências ao nível de infraestruturas de águas pluviais e carência de bolsas de estacionamento. Agora, as melhorias são muitas: foi eliminado o conflito existente nas ligações entre a Rua Miguel Bombarda, a Rua Lourenço Rocha e a EN13, procedendo-se à hierarquização das redes viárias; previu-se a promoção da acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada através da definição de percursos pedonais e criação de passadeiras sobre-elevadas, niveladas com os passeios, inibidoras de velocidade, de forma a promover e garantir a travessia das vias existentes sem barreiras arquitetónicas e em segurança e, ainda, foi criada uma nova entrada para a Ludoteca/Biblioteca de Vila Praia de Âncora.

Ao nível das águas pluviais foram requalificadas as infraestruturas existentes e adaptadas ao novo arranjo urbanístico, bem como, se construiu uma nova galeria hidráulica, com grande capacidade de escoamento.

Por todo o concelho avançaram obras essenciais e adiadas há muitos anos. Desde logo, a execução das redes de saneamento em Vilar de Mouros e Âncora. O investimento nas duas freguesias ronda 1,3 milhões de euros. Dotar as freguesias do concelho das infraestruturas necessárias para melhorar a qualidade de vida dos munícipes é uma das apostas do executivo caminhense. Na reunião de câmara de 15 de março, foi adjudicado o concurso público da empreitada de Rede de Saneamento de Vilar de Mouros pelo montante de 747.600,01 +IVA e aprovada minuta do contrato do concurso público da empreitada de saneamento de Aspra, Viso, Currais e Igreja – 2ª fase – Freguesia de Âncora, pelo valor de 494.900,01 + IVA. Quanto ao investimento em infraestruturas, é de referir que houve investimento noutras obras de menor dimensão mas não de menor importância como, por exemplo, a execução da rede de drenagem da Ribeira das Preces, em Moledo, a rede de saneamento zona Sul Vila Praia de Âncora, Vile e Riba de Âncora, a execução da rede de saneamento da Meia Légua em Moledo, a execução da "Infraestrutura em "baixa" do sub-sistema de Aspra, Viso e Currais - 1.ª fase", na freguesia de Âncora, entre outras. Nesta matéria, destaque ainda para a empreitada da rede de distribuição de água e saneamento na freguesia de Argela. Trata-se de uma obra muito importante e que vai dotar de infraestruturas básicas a freguesia de Argela. A obra de instalação da rede de distribuição de água e saneamento vai custar cerca de 1,4 milhões de euros e foi garantida pelo executivo através de candidatura ao Portugal 2020.

Houve também muito investimento na nossa costa ribeirinha e atlântica. Comecemos pelo rio Minho. A Modernização do Cais de Pesca (também conhecido por Cais da Rua ou Cais dos Pescadores), integra o projeto de Requalificação da Marginal de Caminha, estando em fase de conclusão neste momento. A obra tinha caráter urgente, vindo beneficiar a classe piscatória da sede do concelho, que há cerca de quatro décadas esperava por uma obra deste género, que viesse dar condições à faina, sobretudo em matéria de segurança. Os trabalhos que estão em execução incluem especificamente: o aumento da área útil do cais, prolongamento da ponte-cais, reparação/beneficiação da rampa-varadouro e das estruturas para amarração de embarcações, recuperação das escadas para acesso às embarcações, instalação de um novo guincho na rampa e o incremento da capacidade de atracação de barcos. O investimento global associado é de 780 mil euros, cofinanciado em 75% pelo PO Mar 2020 e em 25% pela DOCAPESCA. Ao mesmo tempo, a obra de alimentação artificial dos sistemas dunares de Camarido e Moledo também já está a decorrer. Prevê a proteção e reforço dos cordões dunares nas praias de Camarido e Moledo, mediante a execução de dragagens de areias de elevada qualidade no estuário do Rio Minho, e seu transporte para aqueles sistemas naturais de defesa costeira. Em simultâneo melhoram, com a estratégica localização dos fundos a dragar, as condições de navegabilidade de embarcações no estuário, o que se revela num contributo muito importante para a atividade da pesca local. Esta intervenção foi decidida após a realização de estudos e análises que confirmaram a qualidade dos sedimentos. O investimento global é de 490 mil euros, com financiamento de 95% da operação pelo PO SEUR, e de 5% pela Sociedade Polis, através do seu Capital Social. A conclusão desta obra está prevista para o mês de abril de 2018.

Ainda na foz do rio Minho, a Câmara Municipal de Caminha procedeu à limpeza da zona envolvente ao pontão de encostagem da Foz do Minho, criando condições para a polícia marítima, pescadores e, até mesmo, para os próprios turistas poderem atracar em segurança. O pontão da Foz do Minho encontrava-se inatingível e inoperável, já que os barcos, nomeadamente os da polícia marítima, pescadores e de recreio, não tinham acesso, pois estava completamente inacessível. A situação em que se encontrava este

pontão era uma preocupação para o executivo. Com esta intervenção do Município, já é possível os barcos atracarem em segurança, o que até agora não acontecia!

No âmbito da Polis Litoral Norte foi possível ir ainda mais longe. Em 2017 arrancou e foi concluída uma obra importante para o concelho de Caminha, a empreitada "Infraestruturas para valorização e visitação de áreas classificadas no concelho de Caminha" que permite a ligação de Moledo a Vila Praia de Âncora. O momento foi assinalado com um passeio de bicicleta pela ecovia de Moledo que contou com a presença de José Pedro Matos Fernandes, Ministro do Ambiente, Pimenta Machado, Presidente da Polis Litoral Norte, Célia Ramos, Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Presidentes das Câmaras Municipais de Viana do Castelo e de Esposende, entre muitas outras individualidades e população que se quis juntar e percorrer este troço da ecovia. É preciso ter em memória que, de 2008 a 2013, não se fez um único investimento no âmbito da Polis Litoral Norte no concelho de Caminha. Mas desde 2013 até agora foram já feitas 10 obras e investidos 2,5 milhões no território de Caminha. Ainda no âmbito da Polis Litoral Norte, realizou-se a empreitada de proteção e reabilitação do sistema costeiro entre a Foz do Rio Âncora e o Forte do Cão, orçada em 160 mil euros. Tratou-se de uma obra estruturante do ponto de vista da proteção dunar, que se insere na estratégia global no âmbito da erosão costeira e que vem na sequência do trabalho que temos vindo a fazer ao longo deste tempo. Esta obra consistiu na execução de recarga de areias na praia localizada entre a Duna dos Caldeirões e o Forte do Cão, através da ripagem da zona entre marés, com o objetivo de reforçar o cordão dunar enquanto elemento natural de proteção costeira. A intervenção incluiu também a erradicação de espécies exóticas infestantes (acácia longifólia) numa faixa de 40 metros de largura, para promover a recuperação da vegetação autóctone que irá impulsionar a fixação e robustez daquele sistema dunar.

O investimento municipal teve, como se vê, muito em conta, a questão das praias. Não foi, por isso, à toa que o concelho de Caminha viveu mais um "Verão Azul", com as quatro praias marítimas a içarem a Bandeira Azul da Europa, pela terceira vez na história do concelho. Tal nunca tinha sucedido antes e, no

caso de Vila Praia de Âncora, a última vez que a praia tinha sido galardoada aconteceu em 2011. A Câmara Municipal hasteou as bandeiras referentes aos Galardões "Bandeira Azul", "Praia Acessível" e "Bandeira Qualidade de Ouro" nas praias do concelho. Para que os veraneantes possam usufruir das praias do concelho em pleno, o Município fez um forte investimento na preparação das praias para a época balnear, garantido assim uma ótima época balnear a todos os que procurem as praias marítimas do concelho. A Câmara Municipal procedeu à reparação e reabilitação no passadiço que liga a praia do Forte do Cão, em Âncora, à zona dos Caldeirões. Esta empreitada envolveu intervenções no piso, com substituição de réguas nos locais onde isso é necessário, reposição e reordenamento da paliçada de resguardo e das cordas que ladeiam o trajeto pelas dunas. Só nesta obra, "Retificação e manutenção do passadiço de madeira na Praia da Gelfa", a Câmara investiu mais de 15 mil euros. Em Caminha, no passadiço que liga a marginal à Foz do Minho, também se procedeu à sua reabilitação. Aqui, a situação foi mais complexa, devido às deficiências graves da obra original, e os trabalhos foram executados pelos funcionários do município. Destes trabalhos gerais consta a limpeza abrangente dos areais de todas as praias, para que as pessoas possam 'tomar' banhos de sol. Foi colocada nova sinalética e painéis informativos em todas as praias do concelho. Nos casos das praias de Moledo e de Vila Praia de Âncora a sinalética e os painéis informativos para além de novos, foram ainda reforçados. Na praia da Foz do Minho, a Câmara procedeu à colocação de sanitários para pessoas de ambos os sexos, bem como para as pessoas com mobilidade condicionada. Ainda instalou um Posto de Primeiros Socorros para apoio à atividade dos nadadores salvadores. Esta infraestruturas de apoio à praia estão localizadas no espaço onde anteriormente existiu um bar. Nesta praia, na zona onde o trânsito está condicionado o Município assegura até dia 31 de agosto, um vigilante, aos fins de semana na zona, de modo a garantir o estacionamento ordenado para que o acesso à praia esteja sempre desimpedido para as viaturas de emergência. A praia de Moledo é uma zona balnear considerada acessível e conta pela primeira vez com um tiralô. Assim, as pessoas com mobilidade reduzida também podem usufruir em pleno desta praia. O tiralô resulta de uma candidatura submetido pelo município ao Programa Praia Saudável da Vodafone Portugal. O Município também colocou sanitários para pessoas de ambos os sexos, por forma a apoiar as duas concessões de praia a norte. De modo a que os banhistas possam caminhar em segurança, o município adquiriu novas passadeiras de praia para todas as zonas concessionadas. Recorde-se que a plataforma online Trivago colocou este ano Caminha no Top 10 dos destinos de praia em Portugal.

Obra importante também realizada foi a primeira fase da obra de recuperação do espaço envolvente ao Dólmen da Barrosa, em Vila Praia de Âncora, a realizar no âmbito do Orçamento Participativo de Caminha. Esta obra regenerou urbanisticamente o parque, devolvendo-o às pessoas e criou condições de segurança para usufruto das crianças e dos adultos. Esta é uma obra fruto do Orçamento Participativo de Caminha. Trata-se de uma intervenção no montante de 22.378,39 + IVA. Dos trabalhos desta primeira fase fazem parte: o rebaixamento do muro existente no topo nascente para uma altura de 1,20 m, bem como está prevista a sua reconstrução nas zonas em falta, com características idênticas ao existente; a demolição do

muro atualmente existente no topo norte e reconstrução do mesmo com uma altura de 1,20 m em toda a extensão. Quanto à segunda fase, já foi submetida uma candidatura ao Programa 2020 para a criação de um núcleo museológico que potencie o megalitismo de Vila Praia de Âncora e de todo o concelho de Caminha.

Para além de todas as obras realizadas, o Município preparou o futuro próximo com a conclusão dos Planos Estratégicos de Reabilitação Urbana e Operação de Reabilitação Urbana para as áreas do Centro Histórico de Caminha e Sandia (Vila Praia de Âncora). O Centro Histórico de Caminha, numa área de 10,37 hectares, vai sofrer uma profunda intervenção, num investimento já garantido de cerca de 800 mil euros, a que poderá acrescer a ação dos particulares em matéria do edificado de que são proprietários, uma vez que estão disponíveis importantes incentivos financeiros e fiscais. O Município intervirá em matéria de espaço público e infraestruturas, de acordo com as quatro prioridades de investimento definidas: Rua de S. João, Rua Ricardo Joaquim de Sousa e Travessa do Tribunal, Largo do Turismo e Largo Dr. Luís Fetal Carneiro. A área de intervenção inclui as zonas urbanas mais consolidadas, abrangendo o património histórico e cultural, os espaços públicos geradores de atratividades e equipamentos de utilização coletiva, que integram a centralidade da Vila. A estratégia de intervenção no Centro Histórico de Caminha decorre também da revisão do Plano Diretor Municipal. Assim, na Rua de S. João, o propósito é a reabilitação (devolução) da dinâmica comercial desta artéria (desde o topo norte - edifício das Finanças - até ao encontro com a Rua Visconde Sousa Rego). Quanto à obra a executar na rua Ricardo Joaquim Sousa e na Travessa do Tribunal, está em causa uma intervenção nos dois eixos do núcleo histórico que assumem maior vivência, com vista à renovação e qualificação urbana. Sobre os trabalhos a desenvolver no Largo do Turismo, vai ser recuperada a importância e o papel daquele largo, face à localização privilegiada (charneira), destacando a intenção de promover a condição de espaço de encontros e fixação de atividades, e a de induzir a reabilitação dos imóveis situados na área de influência do largo. A intervenção no Largo Dr. Luís Fetal Carneiro, por seu lado, visa genericamente a qualificação do espaço público. No que diz respeito ao Plano Estratégico de Reabilitação Urbana e Operação de Reabilitação Urbana para a área da Sandia (Vila Praia de Âncora), é de referir que a intervenção foi dividida em três grandes ações estruturantes: Reabilitação do Espaço Público da Sandia (Espaço Público), Reabilitação da Rua Luís de Camões e envolvente (Espaço Público) e Melhoria das condições de Acessibilidade para Todos da Sandia (Espaço Público). A área é de 19,01 hectares e inclui as zonas urbanas mais consolidadas, abrangendo os espaços públicos geradores de atratividades, no qual residem habitantes com mobilidade condicionada e que integram a centralidade da Vila. Os objetivos são reabilitar tecidos urbanos degradados e em degradação; modernizar as infraestruturas urbanas; contribuir para a reabilitação dos edifícios degradados ou funcionalmente inadequados; garantir a proteção e promover a valorização do património cultural; promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e económica dos espaços urbanos; requalificar os espaços verdes, os espaços urbanos e os equipamentos de utilização coletiva; melhorar a mobilidade,

através da melhor gestão da via pública e dos espaços de circulação; promover a criação e melhoria das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada; fomentar a adoção de critérios de eficiência energética e assegurar o acesso a fontes de financiamento para reabilitação urbana. Através da implementação do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Sandia – Vila Praia de Âncora e consequente Operação de Reabilitação Urbana, a Câmara Municipal vai pôr fim ao caos urbanístico da zona da Sandia, em Vila Praia de Âncora, resolvendo problemas estruturais que, há décadas, castigam a população. O investimento supera o milhão de euros e as obras avançam já em 2018. O objetivo é acabar com as inundações sazonais de casas e quintais, por causa das águas pluviais que correm livremente, e com as graves deficiências nas acessibilidades.

Para além disso, e já na sequência da aprovação do PDM, a Câmara Municipal avançou com a abertura do procedimento de elaboração do Plano de Pormenor da UOPG 15 - Areia, que abrange a entrada à freguesia de Âncora (Águas Férreas) até à Zona Empresarial da Gelfa, uma das prioridades máximas estabelecidas na Proposta de Revisão de PDM, aprovada a 6 de janeiro. Com a apresentação desta proposta, deu-se seguimento ao compromisso assumido. A UOPG 15- Areia está entre as UOPG sujeitas a Plano de Pormenor (de iniciativa municipal) para as quais a Proposta de Revisão do PDM estabelece prioridade máxima. O Plano de Pormenor em causa abrange a entrada da freguesia de Âncora (Águas Férreas) até à Zona Empresarial da Gelfa, promovendo a sua expansão. São objetivos deste plano: beneficiar a organização viária geral e a dinâmica dos diferentes fluxos, criando adequadas condições gerais de acessibilidade (nó de ligação da EN13), isto é, a criação de acessos com a execução de mais uma rotunda na EN13, de modo a se conseguir reorganizar a rede viária de acesso à praia, e empreendimentos turísticos; bem como consolidar o tecido urbano existente, beneficiando-o ao nível da qualidade e legibilidade do espaço público. É também objetivo desta Plano de Pormenor reforçar a vocação empresarial de Âncora, como fator de diferenciação territorial, concentrando ali atividades económicas geradoras de emprego. O Plano de Pormenor da UOPG 15- Areia já está a ser trabalhado pela equipa municipal que foi responsável Proposta de Revisão do PDM.

Importante para a criação de boas condições de usufruto do espaço público, sobretudo do espaço público natural e florestal, destacamos aqui duas medidas:

A apresentação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado, cuja cerimónia contou com a presença de Secretária de Estado da Justiça, Dra. Anabela Pedroso. Caminha integra o "pelotão da frente", composto por dez municípios (entre os 308) e assumiu um grande desafio, uma vez que detém entre os dez (e porventura entre muitos outros) a pior situação em termos de cadastro agrícola e florestal, com apenas 5% das terras registadas, ou seja, entre todo este território, só se encontram formalmente identificados com competente registo 5% dos proprietários. Esta é uma grande oportunidade para todos os proprietários, uma vez que todo o processo é gratuito, durante um ano. O Balcão Único do Prédio está centralizado na

Conservatória de Caminha, mas o Município dispõe também de uma unidade móvel que está já a percorrer as freguesias

A Câmara Municipal procedeu à beneficiação de vários estradões municipais, um investimento que ultrapassa os 76 mil euros. Esta intervenção permitiu receber as provas do Rally de Portugal 2017, beneficia diretamente as populações locais, promovendo o turismo e facilitando a prevenção de eventuais incêndios. Ao todo estamos a falar de caminhos florestais que se estendem por mais de 18 quilómetros, abrangendo as seguintes freguesias: União de Freguesias Gondar e Orbacém, Dem, União de Freguesias Azevedo e Venade, Argela, Riba de Âncora e União de Freguesias de Cristelo e Moledo.

Uma última palavra para toda a atividade cultural desenvolvida ao longo de todo o ano. Para além da recuperação do património – Cineteatro dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora, a ampliação do Pólo de Caminha da Academia de Música Fernandes Fão ou requalificação dos Caminhos de Santiago – para além do apoio dado às instituições – concertos do Orfeão de Vila Praia de Âncora, apoio à escola de música da Banda de Lanhelas e do Centro de Instrução e Recreio Vilarmourense, apoio aos eventos e concursos da Academia de Música Fernandes Fão, o apoio dado à aquisição de cadeiras para a SIRA, o apoio dado ao Etnográfico de Vila Praia de Âncora na organização do Âncora Folk – para além da realização de eventos internacionais – como o Festival de Vilar de Mouros, o Entremargens ou o Artbeerfest - para além da realização e eventos de índole tradicional – como a Maior Mesa da Páscoa, o Vila Praia em Flor ou as celebrações do Corpo de Deus – para além dos grandes eventos como a Feira Medieval, a Passagem de Ano e Natal e o Carnaval no concelho de Caminha, este ano foi marcado também pela parceria com a Fundação Serralves. Mais de duas mil pessoas visitaram a exposição 'Música e Palavras: Obras da Coleção de Serralves'. Esta foi a primeira exposição que Caminha acolheu enquanto "Vila Serralves". Esta aposta na cultura prestigia o concelho e permite aos caminhenses ampliarem os seus hábitos culturais e contactarem com manifestações artísticas de criadores portugueses e estrangeiros de maior relevância, bem como atrai novos públicos ao concelho. A adesão a Serralves é a continuidade da aposta na cultura que o Município vem reforçando, nos últimos anos, entendendo-a como motor de desenvolvimento

económico e social. Enquanto Vila Serralves, o Município de Caminha está a desenvolver um conjunto de iniciativas que promovem a cultura contemporânea e a sensibilização ambiental na área das suas atribuições institucionais.

EIXO DE PROXIMIDADE, PARTICIPAÇÃO E NOVO MODELO DE GOVERNAÇÃO

Nesta esfera de atuação, é preciso sublinhar, até pela habituação que já criou, a realização das diversas Reuniões de Câmara Descentralizadas. O executivo continua a percorrer as freguesias do concelho de Caminha aproximando-se das pessoas e dos seus problemas e afirmando as respostas e soluções para as questões colocadas. Além disso, as Assembleias Municipais continuam a ser transmitidas online, dando novo vigor ao debate no fórum maior da democracia autárquica. O trabalho contínuo realizado junto do Provedor do Munícipe bem como o debate público dos grandes projetos, são outras das vertentes que cumpre destacar.

De todo o modo, creio que iniciativas como o Orçamento Participativo de Caminha acabam por colher o maior sublinhado desta forma de ação. Os habitantes do concelho de Caminha escolheram em março de 2017 as propostas que gostariam de ver desenvolvidas no concelho com o dinheiro dos seus impostos em diversos Encontros de Participação que foram realizados por todo o território. Estas sessões decorreram entre os dias 13 e 29 de março e foram participadas por mais de duas centenas de pessoas. Foram apresentadas 63 propostas pelos grupos e votadas em plenário. Os munícipes que participaram nesta 3ª edição do Orçamento Participativo de Caminha propuseram 19 propostas: aquisição de barcos de remo - Freguesia Caminha e Vilarelho; requalificação do Largo de S. Sebastião – Vilarelho; reconstrução do Moinho do Carvoeiro - Moledo ; recuperação da Escola de Vilarinho -Vila Praia de Âncora; monumento ao pescador falecido no mar - Vila Praia de Âncora; aquisição de 3 Kit's para combate a incêndios incluindo uma viatura - Argas e Dem; requalificação e alargamento do Caminho da Aldeia - Orbacém; aquisição de braço para trator (limpeza de caminhos) - Argas e Dem; Parque infantil e equipamento de fitness –

Lanhelas; Parque Infantil - Vilar de Mouros; rede Wi-Fi – Seixas; recuperação do edifício das Pedras Ruivas – Seixas; programa de esterilização animal - Freguesias de Caminha e Vilarelho; requalificação do Caminho entre Argela e Venade - Colarinha e Aldeia Nova - Argela e Venade; execução do Caminho de acesso à Capela de Santo Amaro - Riba de Âncora; recuperação do Trilho da Calçada Romana de S. Pedro de Varais - Vile; aquisição de um camião grua - Âncora; Caminho do Lameiro - Vile e remoção das águas da Estrada do Calvário - Âncora.

Decorreu o período de publicidade e votação e estas foram as propostas vencedoras: "Aquisição de meios para combate a incêndios para a Serra d'Arga", "Programa de esterilização animal", "Parque Infantil em Vilar de Mouros" e "Requalificação e alargamento do Caminho da Aldeia, em Orbacém". Os resultados foram apresentados no dia 21 de junho, em cerimónia que teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Recorde-se que o Orçamento Participativo de Caminha é um processo de participação cidadã, que visa assegurar o envolvimento dos munícipes na decisão anual sobre as prioridades de investimento público autárquico, reforçando, desse modo, os mecanismos de interação com a população, de transparência na alocação dos recursos públicos e de aprofundamento da democracia a nível local. O Orçamento Participativo 2017 contemplou uma verba de 195 mil euros, o que correspondente ao montante de IRS que se prevê que os munícipes do concelho paguem durante o ano de 2017. É importante referir que cada projeto não pôde ultrapassar os 65 mil euros.

O Orçamento Participativo de Caminha tem já obras visíveis no terreno que acabaram, em alguns casos, por ganhar uma dimensão que inicialmente não tinham. Exemplo máximo é a obra do cais da Rua em Caminha, que venceu nas duas primeiras edições do OP e que com o contributo da Câmara Municipal, da Polis Litoral Norte e da DOCAPESCA acabou por se constituir uma obra de grande vulto orçada em cerca

de 900 mil euros. Mas há outros exemplos, mais prosaicos, como seja a obra de requalificação do parque do Dólmen da Barrosa ou a implementação da rede móvel e wi fi na Serra d'Arga que já tem concretização em algumas partes das aldeias estando à espera da sua realização total.

A forma mais cristalina de atestar a importância do OP de Caminha prende-se com o reconhecimento do OP nacional. De facto, Caminha recebeu o segundo Encontro Participativo do Orçamento Participativo de Portugal (OPP), um projeto único no mundo, a partir do qual os cidadãos vão escolher projetos a concretizar, num investimento total de três milhões de euros. No Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários de Caminha reuniu-se cerca de meia centena de pessoas, contribuindo com 15 projetos nas áreas da Cultura e da Agricultura, um número que superou largamente o de projetos submetidos no primeiro destes encontros, que decorreu em Braga. Nesta edição do OPP estavam disponíveis quatro áreas, para projetos de âmbito regional e nacional: Cultura, Agricultura, Ciência e Educação e Formação de Adultos, tendo a contribuição de Caminha sido centrada nas duas primeiras. Na área da Cultura foram apresentados os seguintes projetos: Aquisição de livros para bibliotecas municipais(Basílio Barrocas – regional); Apanha do Sargaço (Paula Araújo – regional); Regeneração da Cividade de Âncora - Afife (António Brás – regional); A carruagem do Alto Minho no comboio Celtinha /Itinerário Porto-Vigo (Ângela Soares - regional); Cultura Roteiros (Maria Helena Alves – regional); Oficina - Museu de Artes e Ofícios em Vila Praia de Âncora - Caminha (Álvaro Meira – regional); Recuperação de espaços da muralha existente em Cerveira e Caminha (José Barbosa –regional); Encontro de embarcações tradicionais no Rio Minho (Andreia Alves – regional); A arte do Linho (Mónica Gonçalves – regional); Levantamento de todas as alminhas do Alto Minho correspondente aos dez concelhos que o integram (Maria Adélia Rodrigues – regional); Rotas do Contrabando (Filipe Fernandes – nacional) e Rotas do Contrabando no Rio Minho(Filipe Fernandes – regional). Na vertente da Agricultura houve mais três propostas: ONG/Vigilância e Prevenção de Incêndios Florestais (João Bezerra - nacional); Quintas de Portugal (Miguel Penteado – nacional) e Programa de Esterilização animal (Fabrícia Silva - nacional/regional). Conforme referiu Pedro Gomes, adjunto da Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa, Graça Fonseca, não foi por acaso que o concelho de Caminha foi escolhido para a realização de um Encontro Participativo do OPP, e logo o segundo, já que nesta edição ocorrerá cerca de meia centena de encontros deste tipo (para 308 concelhos), divididos pelo Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo e Algarve assim como Regiões Autónomas. Pedro Gomes elogiou os moldes em que decorre o Orçamento Participativo de Caminha, considerando-o "exímio" e completamente original, já que põe à disposição dos cidadãos o montante que pagam em termos de IRS no concelho. O presidente da Câmara de Caminha saudou os participantes, congratulando-se pela "sala cheia" e pela pronta resposta ao apelo feito pelo Município, recordando que, tratando-se do segundo encontro a nível nacional, este foi também o segundo a nível mundial, uma vez que Portugal é a única nação no mundo a levar a cabo esta prática de Democracia Participativa. O Orçamento Participativo Portugal é um processo democrático, direto e universal, através do qual as

pessoas decidem sobre investimentos públicos em diferentes áreas de governação. O OPP é deliberativo. São as pessoas que apresentam propostas de investimentos e de projetos que querem ver concretizados nas áreas da Cultura, da Ciência, da Educação e Formação de Adultos e da Agricultura, no Continente e nas áreas da Justiça e da Administração Interna, nas Regiões Autónomas.

Cumpre sublinhar duas medidas, de forma muito simples, que se enquadram e/ou comprovam a aposta na continuidade deste modelo:

A Câmara Municipal de Caminha vai criar o Conselho Económico e Social do Concelho de Caminha (CESCC). O projeto de regulamento, que define a sua organização e objetivos, foi submetido para discussão pública. Trata-se de um órgão de consulta, concertação e estudo no domínio das políticas económicas e sociais do Município

A Câmara de Caminha foi uma das distinguidas, a nível nacional, com o Galardão ECO XXI, que tem por objetivo reconhecer e divulgar as boas práticas dos municípios na promoção do desenvolvimento sustentável. Os critérios são bastante exigentes e menos de meia centena de câmaras concorreram, sendo que no distrito apenas Caminha e Viana do Castelo foram premiadas.

EIXO DO PRESTÍGIO E PROJEÇÃO DO CONCELHO DE CAMINHA

Ao longo do último ano foram muitos os sinais dados no sentido de continuar a trabalhar para recuperar o prestígio beliscado no início deste século e toda a atividade municipal acabou por ser direcionada para aí. O executivo comprometeu-se a recuperar o prestígio cultural da nossa terra, a apostar na capacidade de trabalho das nossas instituições, a projetar o concelho pelo mundo através dos canais mediáticos, a lançar iniciativas que levem o concelho lá fora e atraiam novos visitantes, a aparecer nas notícias pelas melhores razões e a ser pessoa de bem.

Isso foi muito notório na distinção que o Município teve através da realização de mais uma edição do Festival de Vilar de Mouros que trouxe grande nomes até ao nosso concelho; muito evidente na projeção mediática do campeonato do mundo de Rally no nosso território; na realização de provas competitivas da seleção nacional em diferentes modalidades e distintos escalões; em estabelecer parcerias por algumas das instituições mais importantes do mundo como é o caso da Fundação Serralves; em receber a visita de inúmeras personalidades cívicas e políticas que marcam pelo percurso das suas vidas; em colocar os

nossos eventos nos diversos canais televisivos; em projetar a qualidade das nossas praias como fator de atratividade. É importante distinguir, por isso, aqui, as formas como o concelho de Caminha se destacou do resto:

1 - De acordo com o estudo do Confidencial Imobiliário, divulgado pelo jornal Expresso, o concelho de Caminha surge na 17ª posição a nível nacional no ranking dos Municípios que melhor recuperaram do período da troika em termos de imobiliário, com uma recuperação de 15%, com o preço por metro quadrado de 868 euros. Nesta lista, o Norte apenas surge representado, além de Caminha, pelos concelhos do Porto e de Braga. Com melhores resultados nacionais estão, respetivamente, Lisboa, Faro, Olhão, Cascais, Loulé, Oeiras; Lagoa, Silves, Albufeira, Portimão, Lagos, Tavira, Porto, Braga, Vila Real de Santo António, Vila do Bispo, Caminha e Odivelas.

2 - Todas as praias marítimas do concelho de Caminha voltaram a içar a Bandeira Azul da Europa em 2017. Esta é a terceira vez na história do concelho que as quatro praias são distinguidas simultaneamente com a Bandeira Azul da Europa. O galardão de qualidade esteve nas praias de Caminha (Foz do Minho), Moledo, Âncora (Forte do Cão) e Vila Praia de Âncora.

3 - Caminha foi considerado o 6º município de Portugal que mais IRS devolve em média à sua população. As contas foram feitas pelo "Jornal de Negócios", a partir da informação oficial, ou seja, dos dados disponibilizados pela Autoridade Tributária (AT), que detalham o número de declarações por município e a coleta líquida de IRS. A Câmara Municipal desceu o IRS por duas vezes em quatro anos, para ajudar as famílias e incentivar a economia local obtendo, agora, o reconhecimento nacional.

4 – A plataforma TRIVAGO colocou Caminha no "top 10" dos destinos mais procurados pelos portugueses para as férias no ano de 2017. O site TRIVAGO revelou 10 praias que se estão a tornar "destinos-tendência" entre os portugueses, pelo menos a avaliar pelos mais de quatro milhões de pesquisas diárias, nos últimos dois anos e, no distrito de Viana do Castelo, Caminha foi o único destino a representar a região do Norte nesta lista. Aquela entidade destacou as praias marítimas e fluviais, as festas tradicionais, o centro histórico, gastronomia e a vista dos miradouros, a lista de motivos para conhecer este destino não para de crescer.

5 - Os Postos de Turismo do concelho - Caminha e Vila Praia de Âncora - registaram em 2017 uma subida de 7% no número de pessoas atendidas relativamente ao ano anterior, recebendo quase 40 mil visitantes. Cerca de um terço destes turistas são portugueses, havendo também novidades em relação à sua proveniência, com os EUA, Canadá e Austrália a aparecerem representados com alguma relevância entre os países de origem. Em quatro anos, este mesmo indicador (balcões de turismo) cresceu 35%, o que demonstra uma tendência consolidada da procura do concelho. Os Postos de Turismo funcionam, na

realidade, como um barómetro, uma vez que a maioria dos turistas não buscam informação nestes organismos.

6 - São cada vez mais os peregrinos do Caminho de Santiago que procuram o concelho de Caminha. Este número cresceu 46% em 2017, relativamente ao ano anterior e os dados ficarão até aquém da realidade, já que são aferidos apenas tendo em conta os peregrinos que procuram os postos de turismo. Os números revelam a importância que o Caminho de Santiago tem para o nosso território e o acerto que o Município tem tido nesta aposta.

7 - De 28 a 30 de julho, Caminha acolheu a X Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP, recebendo os representantes dos governos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Na IXª Conferência, realizada na Ilha do Sal, em Cabo Verde, ficou acordado que a cimeira de 2017 teria lugar em Portugal e Caminha foi o concelho escolhido para receber este evento. Esta foi, provavelmente, a mais importante cimeira setorial internacional realizada no concelho de Caminha. Na presidência desta Conferência esteve o ministro da Educação de Portugal, Tiago Brandão Rodrigues.

A recuperação do prestígio fez-se nas boas notícias que afirmamos através da imprensa nacional e internacional mas também graças à credibilidade do trabalho que fizemos na negociação de indemnizações e na postura que tivemos relativamente a várias condenações em processos judiciais anteriores ao nosso mandato. Só no ano de 2017, dando corpo a esta nova postura, que tornou o Município de Caminha numa pessoa de bem, tivemos que agir através da contração de um empréstimo bancário de curto prazo que permitiu o pagamento de algumas dívidas judiciais ou decorrentes de velhos acordos nunca cumpridos.

No início do ano, a Câmara Municipal de Caminha chegou a acordo com os herdeiros do Dr. Dionísio Marques para pagamento de mais de meio milhão de euros, relativos a uma sentença judicial transitada em julgado em 2012. O Supremo Tribunal de Justiça tinha obrigado o Município a realizar de pesadas obras no prédio e ao pagamento de uma indemnização, sentença que nunca foi cumprida. Em causa está o

arrendamento de um prédio na Travessa do Tribunal, em Caminha, que o Executivo anterior se recusou a entregar ao proprietário nas condições estabelecidas em contrato. O acordo, que prevê o pagamento de mais de meio milhão de euros em três prestações, foi celebrado entre a Câmara e João Gabriel Neiva Marques, na qualidade de cabeça de casal na herança ainda ilíquida e aberta por óbito de seus pais, Maria Júlia Sousa Neiva Marques, falecida em 17 de julho de 2014, e de António Dionísio Marques, falecido no dia 13 de maio deste ano. Recorde-se que Município entregou no Tribunal Judicial de Caminha, no final do mês de março de 2016, as chaves do edifício, que tinha sido arrendado em 1999 para instalação provisória de serviços municipais. Ao não restituir o prédio, em 2005, nos termos fixados no contrato, o anterior Executivo envolveu a Câmara num longo litígio judicial que culminou com o Supremo Tribunal de Justiça, em 2012, a obrigar a Câmara a executar pesadas obras e ao pagamento de todas as rendas vencidas e respetivos juros, num total que vai além dos 600 mil euros.
Na sequência deste acordo e estando a cumprir um outro assumido anteriormente, na primeira semana do mês de abril, a Câmara Municipal pagou mais 220 mil euros aos herdeiros dos terrenos do Dólmen da Barrosa e aos herdeiros do Dr. Dionísio Marques.

Meses depois, terminou finalmente o imbróglio que envolvia a Quinta da Barrosa. O diálogo entre o presidente da Câmara e o professor António Manuel Gomes de Carvalho, herdeiro de uma parcela da Quinta com 6090 m2, permitiu chegar a um acordo. A Câmara pagou já 75 mil euros em duas parcelas, tendo liquidado a primeira em maio de 2017 e a segunda em março deste ano.

CONCLUSÃO

Cumpre, em jeito de nota final neste Eixo de atuação, dar relevo ao conjunto de atividades organizadas pela autarquia que não têm o destaque das obras e ações mencionadas anteriormente, bem como de todos os eventos de instituições concelhias, ou não, que merecem a mobilização dos recursos humanos, materiais e financeiros do Município para apoio à sua concretização. Referem-se sempre menos estes momentos mas são eles que complementam a atividade diária da Câmara Municipal e dos seus trabalhadores dando conteúdo a toda a dinâmica comunitária.

Ao longo do ano de 2017, estas foram as mais relevantes atividades de índole cultural, recreativa e desportiva organizadas ou apoiadas pela Câmara Municipal de Caminha que aqui surgem por ordem cronológica da sua concretização:

- Organização do **Concerto de Ano Novo** (01 de janeiro);
- Apoio na realização **das Comemorações do Centenário dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora** (01 a 07 de janeiro);

- Apoio na realização da Oficina de Teatro (06, 13, 20 e 27 de janeiro e 04 de fevereiro);
- Apoio na realização do Concerto de Ano Novo da Sociedade Musical Banda Lanhelense realizado em Lanhelas (07 de janeiro);
- Organização do concerto solidário com **António Zambujo** (07 de janeiro);
- Apoio na realização da Oficina de Teatro para Crianças (08, 15, 22 e 29 de janeiro e 05 de fevereiro);
- Organização do Feirão de Tradições – os Sabores do Campo (14 e 28 de janeiro);
- Organização da hora do conto "Que me contas?!" (14 e 21 de janeiro);
- Organização da exibição do filme "**Um Mar de Distância**", de Pedro Magano (14 e 15 de janeiro);
- Organização da iniciativa "Lampreia do rio Minho – Um Prato de Excelência" (15 de janeiro a 15 de abril);
- Apoio na realização da iniciativa "**Caminha X-Treme 2017**" (22 de janeiro);
- Organização da Exposição Retrospetiva 2016 patente na Sala de Exposição Temporárias do Museu Municipal de Caminha (28 de janeiro a 05 de março);
- Organização da exibição do filme "Sleepless: Nos Limites da lei", de Baran Bo Odar (28 e 29 de janeiro);
- Apoio na realização da **5ª Regata ARN Remo Jovem, Master e Adaptado** (04 de fevereiro);
- Organização da apresentação do livro "Não desisto de mim", de Paula Sousa (04 de fevereiro);
- Apoio na realização do almoço convívio de angariação de fundos para a Festa de Nossa Senhora da Assunção de Santa Maria de Âncora (05 de fevereiro).
- Exposição Permanente de Arqueologia (Museu Municipal de Caminha);
- Exposição de arte contemporânea **"Música e Palavras – obras da coleção de Serralves'** (até 16 de abril);
- Exposição Retrospetiva 2016 (até 30 de abril);
- Organização da atividade 'Que me contas?!...' (18 de fevereiro; 04, 11 e 18 de março; 01 de abril);
- Apoio na realização da Feira de Antiguidades e Colecionismo de Caminha (19 de fevereiro; 19 de março);
- Apoio na realização do Desfile de Carnaval das Escolas (24 de fevereiro);
- Apoio na realização da peça de teatro 'O último a rir é o que ri melhor', a cargo dos alunos de expressão dramática da Universidade Sénior do Rotary Club de Caminha (24 de fevereiro);
- Apoio na realização do Baile do Assalto (25 de fevereiro);
- Organização da **Feira de Doçaria – Caminha Doce** (14 a 28 de fevereiro);
- Organização da programação do cineteatro dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora com a exibição dos filmes: '50 Sombras mais escuras' (25 e 26 de fevereiro); 'A Grande Muralha', de Zhang Yimou (11 e 12 de março); 'Elementos Secretos', de Ted Nelfi (25 e 26 de março); 'Kong: Ilha da Caveira', de Jordon Vogt-Roberts (08 e 09 de abril);
- Apoio na realização da Noite de Carnaval **'Desfile de Carnaval Noturno'** (27 de fevereiro);

- Apoio na realização do concurso de fotografia 'Ser Feliz' (01 a 31 de março);
- Apoio na realização da exposição de pintura 'João Barros' no Posto de turismo de Vila Praia de Âncora (01 a 31 de março);
- Promotor da Lampreia do Rio Minho – Um Prato de Excelência (01 a 15 de abril);
- Organização das 'Tardes 100 PC', na Biblioteca Municipal de Caminha (01, 08, 22 e 29 de março; 05 de abril);
- Apoio na realização da Oficina de teatro para adultos (02, 10, 17, 24 e 31 de março e 07 de abril);
- Organização da atividade 'Março com Poesia' (18, 21 e 25 de março);
- Apoio na realização da peça de teatro 'Ao calor da forja', de Álvaro Peixoto (04 de março);
- Apoio na realização da Oficina de Teatro para crianças (05, 12, 19 e 26 e 02 e 09 de abril);
- Organização da ação de formação 'Programa educativo Música e Palavras' (18 março);
- Apoio na realização do Dia Internacional da Mulher (08 a 11 de março);
- Apoio na realização do Concerto da Disney, a cargo dos Alunos da Escola de Música Amadeus (12 de março);
- Apoio na realização do espetáculo comemorativo do 59º aniversário do Orfeão de Vila praia de Âncora (17 de março);
- Organização da Feira de Artesanato do Concelho de Caminha 'Mãos d'Arte' (18 e 19 de março);
- Apoio na realização do concerto 'Ensemble Risoluto', cuja receita reverteu a favor da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caminha (18 de março);
- Organização do Dia Mundial da Poesia (21 de março);
- Promotor do Fim de Semana Gastronómico (24 a 26 de março);
- Organização do Feirão de Tradições – Os sabores do campo (25 de março; 08 de abril);
- Apoio na realização do concerto de guitarra com Artur Caldeira (24 de março);
- Apoio na realização das Masterclass de Guitarra – Artur Caldeira (25 de março);
- Apoio na realização do concerto 'Cavaquinho Cantado', com Daniel Pereira Cristo em quinteto (25 de março);
- Organização da semana da leitura com a apresentação da obra literária do escritor David Machado (30 e 31 de março);
- Apoio na realização da **Campanha 'Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância'** (01 a 30 de abril);
- Apoio na Oficina de Teatro para crianças 'Férias da Páscoa no Teatro (05 a 07 de abril e 10 a 13 de abril);
- Apoio na realização do Dia Mundial da Saúde (07 de abril);
- Apoio na realização do Piano Fórum (08 a 12 de abril);
- Apoio nas Celebrações da Semana Santa (09 a 16 de abril);
- Exposição Permanente de Arqueologia (Museu Municipal de Caminha);

- Apoio na realização do II Trail de Gondar e Orbacém (22 de abril);
- Organização da Exposição 'Viver Abril', exposição coletiva de fotografia sobre o 25 de Abril e a Liberdade (22 de abril a 19 de maio);
- Organização da apresentação do livro 'Em busca da felicidade', de Diamantino Bártolo (22 de abril);
- Organização do Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor (23 de abril);
- Organização dos **43 anos de abril (25 de abril)**;
- Organização do concerto 'A Festa da Vida', com **Carlos Mendes** (25 de abril);
- Organização dos '80 anos da Guerra Civil de Espanha' (28 e 29 de abril);
- Organização do **Vila Praia em Flor** (28 de abril a 01 de maio);
- Apoio na realização das Festas em Honra de Nossa Senhora da Guadalupe (28 de abril a 07 de maio);
- Organização do Feirão de Tradições – os Sabores do Campo (29 de abril; 13 e 27 de maio; 10 de junho);
- Apoio na realização do Dia Mundial da Dança (29 de abril);
- Apoio na realização do concerto Sons do Caminho com o 'Bando de Surunyo' (29 de abril);
- Apoio na realização da exposição 'Artes e Pintura' de Olga Gonçalves patente no Posto de Turismo de Vila Praia de Âncora (01 a 15 de maio);
- Apoio na realização da oficina de teatro para adultos (05, 12 19 e 26 de maio; 01, 08 e 14 de junho);
- Apoio na realização do jantar dançante no Pavilhão Municipal de Vila Praia de Âncora (06 de maio);
- Apoio na realização da oficina de teatro para criança (07, 14 e 21 de maio; 04 e 11 de junho);
- Apoio na realização do XXI Torneio Internacional Master – Aniversário do EDV (13 e 14 de maio);
- Organização do passeio em bicicleta 'O Rally e Bicicleta' (14 de maio);
- Organização da exposição 'Ventura Terra – Arquiteto' pateante ao público no Museu Municipal de Caminha (18 de maio a 30 de junho);
- Apoio na realização da exposição de trabalhos dos alunos da Universidade Sénior do Rotary Club de Caminha 'A Universidade Sénior em Ação', patente na Galeria de Arte Caminhense (19 a 25 de maio);
- Apoio na realização do **Vodafone Rally de Portugal 2017** (19 de maio);
- Organização do workshop 'Plantas Silvestres Comestíveis' (20 de maio);
- Organização da exposição 'As Flores que a Natureza nos Oferece', de Carlos Venade, patente ao público no Centro de Interpretação da Serra d'Arga (20 de maio a 31 de julho);
- Apoio na realização da 'Noite de Fados', na SIRA (20 de maio);
- Organização da 'Mãos d'Arte' – Feira de Artesanato do Concelho de Caminha (20 e 21 de maio; 10 e 11 de junho);
- Apoio na realização do concerto com Miguel Gizzas no Valadares, Teatro Municipal de Caminha (20 maio);
- Apoio na realização da Feira de Antiguidades e Colecionismo (21 de maio);
- Organização da Festa do Livro (24 a 27 de maio);

- Apoio na realização da conferência 'Projeto Borrelho-de-coleira-interrompida (27 de maio);
- Apoio na realização do concerto com o mestre da guitarra portuguesa **António Chainho** (27 de maio):
- Apoio na realização da XI Semana dos Direitos da Criança (29 de maio a 02 de junho);
- Organização do **Dia Mundial da Criança** (01 de junho);
- Organização da exposição de pintura de João Miguel Barros, patente na Galeria de Arte Caminhense (02 a 08 de junho);
- Organização do **Entre Margens – Encontro de Tocadores** (02 a 04 de junho);
- Apoio na realização da peça de teatro para a infância "Os 3 Erres" no Valadares, Teatro Municipal de Caminha (03 de junho);
- Apoio na realização da **III Meia Maratona Sunset de Caminha** (03 de junho);
- Apoio na realização do 3º Concurso de Pesca Desportiva de Mar (04 de junho);
- Apoio na realização da peça de teatro para a infância "Os 3 Erres" no Cineteatro dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora (04 de junho);
- Organização da exposição de pintura de CACHI, patente na Galeria de Arte Caminhense (09 a 15 de junho);
- Apoio na realização da Semana do XXV Arraial Minhoto (09 a 16 de junho);
- Apoio na realização das Comemorações do Dia de Portugal (10 de junho).
- Exposição **Forte da Lagarteira** (Forte da Lagarteira, Vila Praia de Âncora);
- Organização do Feirão de Tradições – os Sabores do Campo (24 de junho; 01, 08, 15, 22 e 29 de julho; 05 de agosto);
- Organização da Hora do Conto "O dia em que a mata ardeu" de José Fanha (24 de junho);
- Apoio na realização do **V Triatlo Longo de Caminha** (24 de junho);
- Apoio na realização da peça de teatro "Vovó Ganza! Uma comédia de faca e alguidar", pela Companhia Vidas de A a Z, no Valadares, Teatro Municipal de Caminha (24 de junho);
- Apoio na realização do concerto a solo de **Ricardo Carriço** "O Meu Mundo", no Cineteatro dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora (24 de junho);
- Apoio na realização da peça de teatro "Vovó Ganza! Uma comédia de faca e alguidar", pela Companhia Vidas de A a Z, no Cineteatro dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora (25 de junho);
- Apoio na realização do 13º Concurso Internacional de Piano do Alto Minho, pela Academia de Música Fernandes Fão (30 de junho a 02 de julho);
- Organização da exposição de pintura "Vitor Alves", na Galeria de Arte Guntilanis, em Vila Praia de Âncora (01 de julho a 06 de agosto);
- Organização da caminhada "Caminhar com Maria" com passagem por igrejas com devoção Mariana do Arciprestado de Caminha, integrada nas Celebrações do Centenário das Aparições de Fátima (01 de julho);
- Apoio na realização da peça de teatro "Auto da Índia", na Casa de São Bento em Seixas (01 de julho);

- Apoio na realização do Convívio Anual de São Pedro de Varais, em Vile (01 e 02 de julho);
- Apoio na realização da peça de teatro "Auto da Índia", no Centro Cultural de Dem (02 de julho);
- Apoio na realização da Romaria de São Bento de Seixas (02 a 11 de julho);
- Apoio na realização do ATL de Teatro de Verão para Crianças (03, 05, 10, 12, 17, 19, 24 e 30 de julho):
- Apoio na realização da III Oficina de Verão para Crianças (03 a 20 de julho);
- Organização da conferência "O segredo para se manter jovem e saudável" (06 de julho);
- Apoio na realização da peça de teatro "Auto da Índia", no Centro de Instrução e Recreio Vilarmourense (07 de julho);
- Organização da exposição de pintura "Rego Meira", na Galeria de Arte Caminhense (07 a 13 de julho);
- Pareceria na realização da ação "Valorização dos produtos locais: desafios e oportunidades (07 de julho);
- Organização do percurso interpretativo "Plantas da Orla Costeira" (08 de julho);
- Promotor na **Descida Internacional do Rio Coura em Kayak** (08 de julho);
- Apoio na realização da peça de teatro "Auto da Índia", no Centro Cultural de Argela (08 de julho);
- Organização do espetáculo **Cancioneiro do Concelho de Caminha**, no âmbito do Aniversário da Elevação de Gontinhães a Vila Praia de Âncora, no Cineteatro dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora (08 de julho);
- Apoio na realização da Gala Gímnica de Caminha (08 de julho);
- Organização da conferência "150 anos de Miguel Ventura Terra, moderada pelo prof. Fernando Capela Miguel (10 de julho);
- Promotor do **Artbeerfest - Festival Internacional da Cerveja Artesanal** (13 a 16 de julho);
- Organização do ciclo de concertos marianos pelo Orfeão de Vila Praia de Âncora "Te Canto Maria", integrado nas Celebrações do Centenário das Aparições de Fátima (13 de julho);
- Organização da exposição de pintura "Puskas", na Galeria de Arte Caminhense (14 a 20 de julho);
- Apoio na realização da peça de teatro "Auto da Índia", no Edifício da Freguesia de Arga, em Arga de Baixo (14 de julho);
- Apoio na realização da Festa em Honra da Senhora e Senhor do Rosário (14 a 16 de julho);
- Apoio na realização do Torneio Noturno de Judo Golden Score do Jucaminha (15 de julho);
- Organização da exposição de imagens da Virgem Maria das Paróquias do Arciprestado de Caminha "Os Rostos da Mãe de Deus", integrada nas **Celebrações do Centenário das Aparições de Fátima** (15 de julho a 29 de outubro);
- Apoio na realização do GTSA Sunset – Grande Trail da Serra d'Arga (15 de julho);
- Apoio na realização da peça de teatro "Auto da Índia", no Centro Cultural de Azevedo (15 de julho);
- Apoio na apresentação do livro de Diamantino Bártolo "Universidade da Vida: Licenciatura para o Sucesso" (15 de julho);

- Apoio na realização da Festa em Honra de São Sebastião, em Vilarelho (15 e 16 de julho);
- Organização do Feira de Artesanato do Concelho de Caminha "Mãos d'Arte" (15 e 16 de julho);
- Apoio na realização da **19ª edição da Arte na Leira** (15 de julho a 20 de agosto);
- Apoio na realização da Feira de Antiguidades e Colecionismo (16 de julho);
- Apoio na 2ª Mikkeler World Beer Run Caminha (16 de julho);
- Apoio na realização do 10º Encontro de Motinhas do SIRA (16 e 22 de julho);
- Organização da exposição de pintura "Dasha", na Galeria de Arte Caminhense (21 a 27 de julho);
- Apoio na realização da Festa de Santa Marinha, em Vila Praia de Âncora (21 a 23 de julho);
- Apoio na realização do certame Patronato no Parque, no parque Dr. Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora (21 a 23 de julho);
- Apoio na realização do **AMFF in Concert**, no Campo do Castelo em Vila Praia de Âncora (21 de julho);
- Apoio na realização do espetáculo final da formação anual para adultos "As Peripécias da Família Noronha" (21 e 22 de julho);
- Apoio na realização da exposição "A Paisagem no Acervo" integrada na programação da XIX Bienal Internacional de Arte de Cerveira (22 de julho a 31 de agosto);
- Apoio na realização do **Minho Sup Race** – prova pontuável para o Campeonato Nacional de Sup (22 de julho);
- Apoio na realização do Concerto de **Rodrigo Leão e Scott Matthew** no Cineteatro do Bombeiros de Vila Praia de Âncora (22 de julho);
- Apoio na realização das regatas de remo Entre Pontes **"Rowers Fest"** (23 de julho);
- Organização do concerto Centenário de Fátima pela Associação Vox Angelis, integrado nas Celebrações do Centenário das Aparições de Fátima (23 de julho);
- Organização do **Festival Blues Soul**, com Juke Box, Vitor Bacalhau e Just Soul Orchestra na Praça de República, em Vila Praia de Âncora (24 a 26 de julho);
- Apoio na realização do 55º Aniversário do Âncora Praia Futebol Clube, no Forte da Lagarteira, em Vila Praia de Âncora (26 de julho);
- Organização da **XIV Feira Medieval de Caminha** (26 a 30 de julho);
- Organização da exposição de pintura "Vitor Carneiro", na Galeria de Arte Caminhense (28 de julho a 03 de agosto);
- Organização do evento "Aposta Bacalhau" nos restaurantes aderentes do Concelho de Caminha (28 de julho a 06 de agosto);
- Apoio na realização da Festa em Honra de São Tiago, em Cristelo (29 e 30 de julho);
- Apoio na Celebração da Bodas de Ouro Sacerdotais do Senhor Vigário Geral Monsenhor Sebastião Pires Ferreira, em Riba de Âncora (30 de julho);
- Apoio na realização do Folk Monção – O Mundo a Dançar (02 de agosto):

- Apoio na realização das Festas em Honra de Nossa Senhora de Ao Pé da Cruz, em Moledo (03 a 06 de agosto);
- Organização do ciclo de cinema sobre Fátima "Às quintas – Encontro com Fátima", integrado nas Celebrações do Centenário das Aparições de Fátima, no Cineteatro dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora (07, 17 e 31 de agosto);
- Organização do concerto **Antologia Opereta com a Orquestra do Norte**, **Coro Sinfónico Inês de Castro e Orfeão de Vila Praia de Âncora**, no Dólmen da Barrosa, em Vila Praia de Âncora (04 de agosto);
- Apoio na realização do **Festival de Vinho "Caminha Wine Weekend"** (04 a 6 de agosto);
- Organização da exposição de pintura "Paula Azevedo", patente na Galeria de Arte Caminhense (04 a 10 de agosto);
- Organização da caminhada "Caminhar com Maria" com passagem por igrejas com devoção Mariana do Arciprestado de Caminha, integrada nas Celebrações do Centenário das Aparições de Fátima (05 de agosto);
- Organização do lançamento do livro "Viagens à Terra Nova II", de Aurora Rego, António Garrido e Jorge Simão Meira (05 agosto);
- Organização do **Fado Forte** com Bruno Alves, Maria Emília, Marla Amastor e Camané, no Forte da Lagarteira, em Vila Praia de Âncora (05 e 06 de agosto);
- Apoio na realização do programa de rádio "+Verão – Rádio Alto Minho", na praia fluvial de Vilar de Mouros (06 de agosto);
- Organização da atividade de educação ambiental "Brigadas das Areias", nas praias do concelho de Caminha (07 a 10 de agosto);
- Apoio na realização da Festa em Honra de São Domingos, em Argela (08 de agosto);
- Apoio na realização do **Festival Internacional de Folclore "Âncora Folk"**, que contou com a participação dos grupos: Etnográfico de Vila Praia de Âncora – Portugal – Grupo Municipal Virgen de la Mar de Almeria – Espanha – Slowianki Ensemble de Cracóvia – Polónia - Ossétia do Norte – Alania: youth Dance Ensemble ARFAN (10 a 13 de agosto);
- Apoio na realização do **Festival Gastronómico do Bife de Espadarte**, no Campo do Castelo, em Vila Praia de Âncora (10 a 20 de agosto);
- Apoio na realização do **Sonicblast Moledo** (11 e 12 de agosto);
- Apoio na realização do IV Arraial do Âncora Praia F. C., no Parque Dr. Ramos Pereira, em Vila Praia de Âncora (11 a 13 de agosto);
- Apoio na realização das Festas em Honra de Nossa Senhora da Assunção, em Âncora (11 a 13 de agosto);
- Apoio na realização da Feirinha dos Petiscos, no Parque Infantil de Moledo (11 a 13 de agosto);
- Apoio na realização das Festas em Honra de Santa Rita de Cássia, em Caminha (11 a 13 de agosto);

- Apoio na realização das Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios, em Venade (11 a 16 de agosto);
- Organização da exposição de pintura "Maria João Gabriel", patente na Galeria de Arte Caminhense (11 a 17 de agosto);
- Apoio na realização da Festa no Castelo, em Lanhelas (12 de agosto);
- Apoio na realização da Festa do Emigrante, em Vilar de Mouros (12 de agosto);
- Organização do ciclo de concertos marianos pelo Orfeão de Vila Praia de Âncora "Te Canto Maria", integrado nas Celebrações do Centenário das Aparições de Fátima, na Igreja de Nossa Senhora da Bonança, em Vila Praia de Âncora (13 agosto);
- Apoio na realização das Festas em Honra de Nossa Senhora da Assunção - Festa da Padroeira, em Arga de Baixo (15 de agosto);
- Organização do concerto com Alexandre Carvalho e Eva Mina, no Largo Calouste Gulbenkian, em Caminha (17 agosto);
- Apoio na realização das Festas em Honra de Nossa Senhora da Agonia, em Caminha (18 a 20 de agosto);
- Apoio na realização da III Festa do Rio, em Seixas (18 a 20 de agosto);
- Apoio na realização das Festas em Honra de Nossa Senhora do Rosário, em Arga de Cima (18 a 20 de agosto);
- Apoio na realização das Festas em Honra de Nossa Senhora do Amparo, em Vilarelho (18 a 20 de agosto);
- Organização da exposição de pintura "Santarelli", patente na Galeria de Arte Caminhense (18 a 24 de agosto);
- Organização do percurso pedestre interpretativo "Plantas Dunares", junto à Praia de Moledo (19 de agosto);
- Organização da ação Astronomia na Serra d'Arga, junto ao Edifício da Antiga Escola Primária, em Arga de Baixo (19 de agosto);
- Apoio na realização das Festas em Honra de Santo Onofre, em Venade (20 de agosto);
- Apoio na realização do **II Open Remo de Mar 2017** (20 de agosto);
- Apoio na realização do **EDP Vilar de Mouros 17**, (PRIMAL SCREAM | THE JESUS AND MARY CHAIN| THE MISSION| THE YOUNG GODS| THE VEILS|GEORGE EZRA| THE DANDY WARHOLS| CAPITÃO FAUSTO| SALVADOR SOBRAL| PETER BJORN AND JOHN| 2MANYDJS (DJ SET)| MORCHEEBA| PSYCHEDELIC FURS| THE BOOMTOWN RATS | AVEC (24 a 26 de agosto);
- Organização do percurso pedestre "Romaria a São João d'Arga" (28 de agosto);
- Apoio na realização da Romaria de São João d'Arga (28 e 29 de agosto);
- Organização da **Festa do Mar e da Sardinha, em Vila Praia de Âncora** (30 de agosto a 03 de setembro);

- Apoio na realização da Festa das Solhas, em Lanhelas (01 a 03 de setembro);
- Organização do I Encontro de Escaladores da Serra d'Arga (01 a 03 de setembro);
- Apoio na realização da Festa de Nossa Senhora da Bonança, em Vila praia de Âncora (07 a 10 de setembro);
- Organização da Feira Agrícola e dos Produtos Tradicionais, em Vila Praia de Âncora (22 a 24 setembro);
- Apoio na realização do **Grande Trail da Serra d'Arga** (23 e 24 setembro).
- Organização da **exposição 'Viagens à Terra Nova II (Marcas)** patente no Edifício da Antiga Assembleia – Vila Praia de Âncora;
- Apoio na realização da exposição 'Fernando Magalhães', patente no Museu Municipal de Caminha;
- Organização da exposição 'Os Rostos da Mãe de Deus', patente no Museu Municipal de Caminha;
- Organização da exposição 'Nadir em Ferro' de Plácido Souto, patente no Museu Municipal de Caminha;
- Organização da exposição de pintura 'Maria Cândida Enes', patente na Galeria de Arte Caminhense (01 a 07 de setembro);
- Apoio na realização das Festas em Honra de Nossa Senhora da Bonança, Vila Praia de Âncora (07 a 10 de setembro);
- Apoio na realização das Festas em Honra da Senhora da Peneda, Vilar de Mouros (08 a 10 de setembro);
- Organização da exposição de pintura 'Maria Mondim Pereira', patente na Galeria de Arte Caminhense (08 a 14 de setembro);
- Organização do percurso pedestre "Caminho da Natureza", inserido no Caminho do Santiago – Caminho Português da Costa, com passagem em Âncora, Vila Praia de Âncora, Moledo e Caminha (10 de setembro);
- Organização da exposição de pintura 'Márcia Barbosa', patente na Galeria de Arte Caminhense (15 a 18 de setembro);
- Organização das sessões de cinema no Cineteatro dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora: 'Dunkirk' (15 e 16 de setembro); 'Atomic Blonde: agente especial' (22 e 23 de setembro); 'Logan Lucky' (06 e 07 de outubro); 'The Bad Batch Terra Sem Lei' (20 e 21 de outubro); 'Thor Ragnarok (10 e 11 de novembro); 'Gang do Parque' (24 e 25 de novembro); 'Only the Brave' 01 e 02 de dezembro);
- Apoio na realização da Cestada de Venade (15 a 17 de setembro);
- Organização do Feirão de Tradições – Os Sabores do Campo (16 de setembro; 07 e 21 outubro; 04 e 18 de novembro; 02 de dezembro);
- Organização da Feira de Artesanato do Concelho de Caminha – Mãos d'Arte (16 e 17 de setembro; 21 e 22 de outubro; 18 e 19 de novembro);

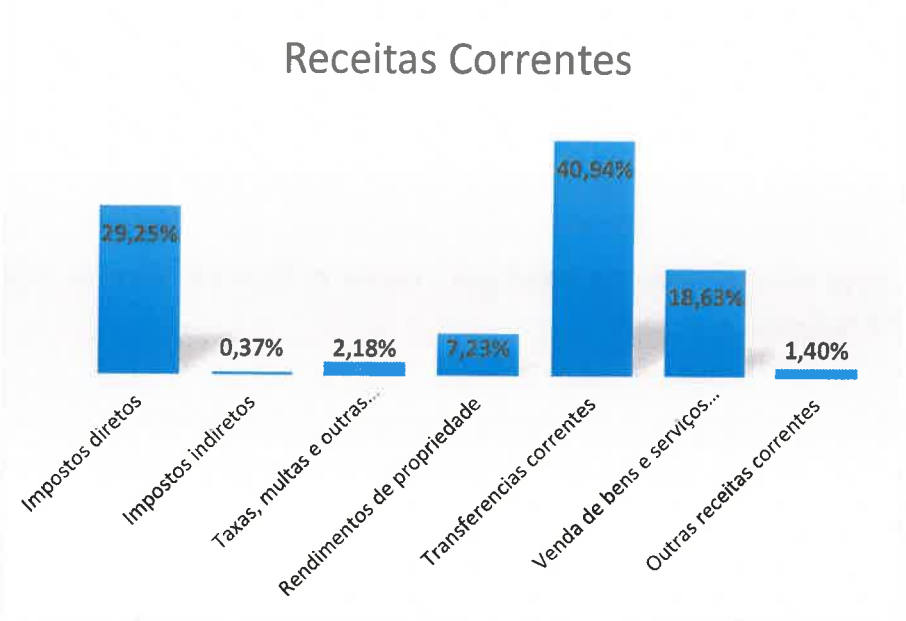
- Apoio na organização do torneio 'Futsal Internacional Portugal/Espanha', no Pavilhão Municipal de Caminha (19 e 20 de setembro);
- Organização da exposição de pintura 'José da Costa Correia', patente na Galeria de Arte Caminhense (29 de setembro a 12 de outubro);
- Apoio na realização da peça de teatro 'As Peripécias da Família Noronha', pela Krisálida – Associação Cultural do Alto Minho (29 de setembro);
- Apoio na realização do 1º Concerto do Festival CA Noroeste (05 de outubro);
- Apoio na realização da peça de Teatro "Sabina", no Valadares, Teatro Municipal de Caminha (07 de outubro);
- Apoio na realização do ciclo de cinema e saúde mental (mês de outubro);
- Apoio na realização da 4ª edição da 'Oficina de Teatro para Crianças' (07, 14, 21 e 28 de outubro; 04, 11, 18 e 25 de novembro; 02, 09 e 16 de dezembro);
- Organização do Encontro Mariano Arciprestal (13 de outubro);
- Organização da caminhada 'Caminhar com Maria' com passagem por igrejas com devoção Mariana do Arciprestado de Caminha (14 de outubro);
- Apoio na realização do espetáculo solidário 'Juntos pela Carla', no Cineteatro dos Bombeiros de Vila Praia de Âncora (28 de outubro);
- Apoio na realização do Torneio de Qualificação Buenos Aires 2018 – Youth Olympic Games (01 a 04 de novembro);
- Organização da exposição de trabalhos em serradura 'Leandro Neiva do Moinho', patente no Posto de Turismo de Vila Praia de Âncora (02 a 15 de novembro);
- Organização do Workshop de Escrita Criativa com Filipe Morato (04, 05 e 11 de novembro);
- Apoio na realização dos Jogos de Futsal das Seleções Masculinos Sub – 21 de Portugal e Eslovénia (07 e 08 de novembro);
- Organização da exposição de pintura 'José da Costa Correia', patente na Galeria de Arte Caminhense (10 a 30 de novembro);
- Apoio na realização do Dia da Comunidade Seixense (11 de novembro);
- Apoio na realização do Magusto da Padroeira - Âncora (11 de novembro);
- Apoio na realização da 'Expedição à Casota da Moura' – Riba de Âncora (12 de novembro);
- Apoio na realização da Campanha 'Laços de Natal' (13 a 20 de novembro);
- Organização da exposição de Miniaturas de Riba de Âncora, de Rui Pacheco, patente no Posto de Turismo de Vila Praia de Âncora (16 a 30 de novembro);
- Apoio na realização do Jantar de Gala comemorativo das bodas de prata do JUCAMINHA (18 de novembro);
- Apoio na realização da Semana Europeia da Prevenção dos Resíduos (18 a 26 de novembro);
- Apoio na realização da Feira de Antiguidades e Colecionismo (19 de novembro);

- Apoio na realização do Torneio de Judo 'Rota da Costa Verde' (25 de novembro);
- Apoio na realização do concerto com Gabi Buarque, no Valadares Teatro Municipal de Caminha (25 de novembro);
- Organização da Inauguração da Iluminação de Natal em caminha e em Vila Praia de Âncora (01 de dezembro);
- Organização da exposição de pintura decorativa encáustica 'Ernestina Lima, patente na Galeria de Arte Caminhense (01 a 14 de dezembro);
- Apoio na realização da **III Festa da Marioneta Luso-Galaica** (02 e 03 de dezembro);
- Organização da exposição Bordados em Renda, de Lurdes Sarmento, patente no Posto de Turismo de Vila Praia de Âncora (04 a 31 de dezembro).
- Exposição Permanente de Arqueologia (Museu Municipal de Caminha);
- Organização da exposição de imagens da Virgem Maria dos Arciprestado de Caminha 'Os Rostos da Mãe de Deus', patente no Museu Municipal de Caminha (até 31 de dezembro 2017);
- Organização da exposição Bordados em Renda, de Lurdes Sarmento, patente no Posto de Turismo de Vila Praia de Âncora (04 a 31 de dezembro 2017);
- Organização da exposição de artesanato de Rita Costa e Norberto Carrelo, patente na Galeria de arte Caminhense (15 a 18 de dezembro 2017);
- Apoio na organização do espetáculo de Danças Urbanas 'Pintarolas' no Cineteatro dos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora (19 e 20 de dezembro 2017);
- Organização dos Concertos de Natal protagonizados pelo Orfeão de Vila Praia de Âncora, na Igreja Matriz de Caminha (22 de dezembro 2017) e na Igreja Matriz de Vila Praia de Âncora (23 de dezembro);
- Organização do Christmas Market – Mercado de Natal – nas praças das duas vilas do concelho (23 de dezembro 2017);
- Organização da **Festa de Passagem de Ano com o espetáculo Remember Queen** (31 de dezembro 2017);

VOLUME II | RELATÓRIO DE GESTÃO

Índice

1. INTRODUÇÃO 2
2. ANÁLISE ORÇAMENTAL 2
2.1 - EXECUÇÃO DA RECEITA 2
2.1.1 - RECEITAS CORRENTES 2
2.1.2 - RECEITAS CAPITAL 3
2.1.3 - EVOLUÇÃO DA RECEITA 4
2.2 - EXECUÇÃO DA DESPESA 5
2.2.1 - DESPESAS CORRENTES 5
2.2.2 - DESPESAS DE CAPITAL 6
2.2.3 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS 7
2.2.4 - EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 7
2.3 - PRINCIPAIS RÁCIOS/INDICADORES 9
2.4 - DISPOSIÇÕES FINAIS – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 11
3. ANÁLISE PATRIMONIAL 13
3.1 - BALANÇO 13
3.1.1 - ATIVO LÍQUIDO 13
3.1.2 - ATIVO BRUTO 16
3.1.3 - AMORTIZAÇÕES /PROVISÕES 16
3.1.4 - FUNDOS PRÓPRIOS 16
3.1.5 - PASSIVO 17
3.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 19
3.2.1 CUSTOS E PERDAS 19
3.2.2 - PROVEITOS E GANHOS 20
3.3 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 21
3.4 – RÁCIOS PATRIMONIAIS 21
3.5 – DISPOSIÇÕES FINAIS – EXECUÇÃO PATRIMONIAL 22



Dentro do universo das *Receitas Correntes*, as receitas com maior significado foram as Transferências Correntes de origem do Estado que representaram 40,94% do total da execução das receitas correntes, seguindo se os impostos diretos com cerca de 29,25%

2.1.2 - RECEITAS CAPITAL

No final de dezembro de 2017, o montante arrecadado referente a ***Receitas de Capital*** ascendeu a € 1 365 082,07 (um milhão trezentos e sessenta e cinco mil oitenta e dois euros e sete cêntimos), apenas 19% de execução relativamente ao valor previsto por via da estagnação no arranque do quadro comunitário 2020, que retiveram os investimentos previstos.

As *Receitas de Capital* correspondem 9% do total da receita arrecadada e são constituídas maioritariamente pelas transferências provenientes do Orçamento de Estado que representam 80% do total das receitas de capital.

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do regulamentado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro que aprova o POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das autarquias Locais, o executivo Camarário apresenta o presente relatório, referente ao ano de 2017, elaborado em conformidade com o estabelecido no ponto 13 do POCAL, sendo as contas anuais certificadas pela sociedade de Revisores Oficiais de Contas *"Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A."*

Ao longo deste documento será apresentada uma análise da situação financeira do município de Caminha à data de 31 de dezembro de 2017, com incidência nas áreas Orçamentais, Patrimoniais e de Resultados, reportando os níveis de Limite Total da Dívida.

2. ANÁLISE ORÇAMENTAL

2.1 - EXECUÇÃO DA RECEITA

O orçamento inicial da receita para 2017 foi aprovado com uma previsão de € 20 702 207,00, tendo sofrido uma revisão, por via da aprovação de projetos cofinanciados, passando o seu valor para € 23 179 905,71.

A *receita cobrada líquida* no exercício económico de 2017 fixou-se nos € 15 604 702,14, ficando por arrecadar € 386.524,98, conforme se verifica no mapa *Controlo Orçamental da Receita*, a que corresponde a uma execução de 67,3%.

A receita cobrada líquida é constituída por ***receitas correntes e receitas de capital.***

2.1.1 - RECEITAS CORRENTES

A execução das ***Receitas Correntes*** no final do exercício económico de 2017 foi de € 14 239 620,10 (catorze milhões duzentos e trinta e nove mil seiscentos e vinte euros e dez cêntimos) correspondeu a 91 % do total da receita arrecadada e 88% da previsão efetuada.

As receitas próprias perfazem 59% da Receita Corrente e os restantes 41% correspondem às transferências do OE.

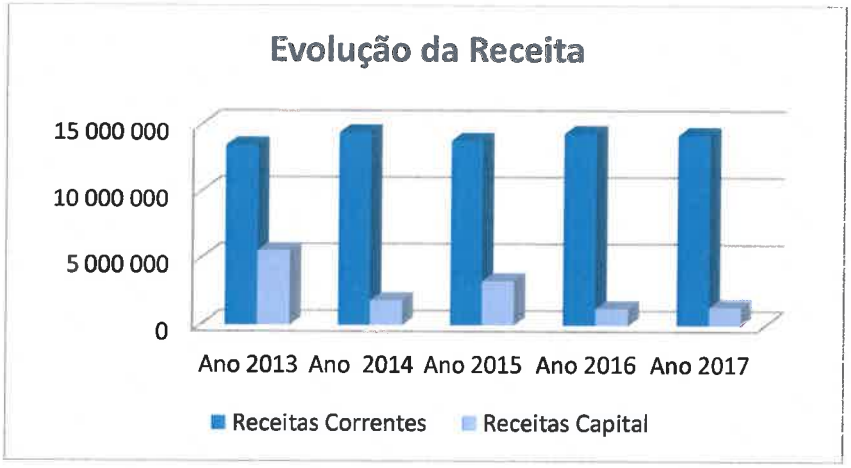
Sendo o gráfico abaixo elucidativo da tipologia de receitas correntes arrecadadas em 2017 e a sua percentagem.

Em 2017, o município recorreu ao crédito de curto prazo para fazer face ao pagamento de despesas processos judiciais e outros processos: processo 14/06.7 TBCMN denominado por "Dr. Dionísio Marques" e acordo de compensação pela alteração do destino de parcela de terreno na Quinta da Barrosa.

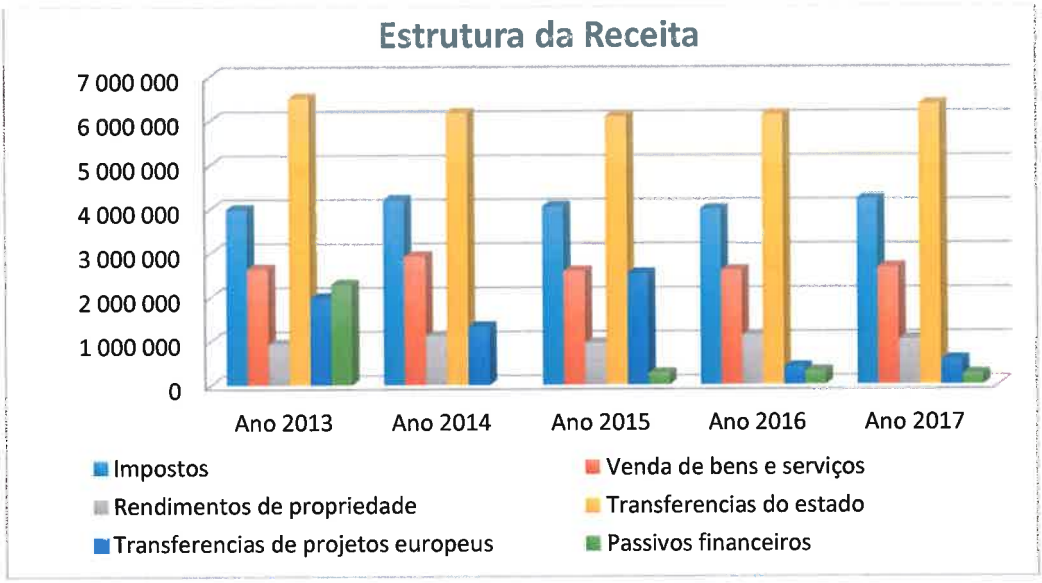
2.1.3 - EVOLUÇÃO DA RECEITA

A evolução das receitas correntes e de capital nos últimos 5 anos (figura abaixo), demonstra que as receitas correntes foram sempre superiores às receitas de capital.

O aumento das receitas correntes deve-se à alteração da repartição dos valores recebidos a título de FEF, que desde o Orçamento de estado para 2013 passaram a representar cerca de 90% desse valor e à crescente diminuição dos valores recebidos oriundos de fundos comunitários. Esta diminuição está relacionada com o fim do anterior quadro comunitário e, em simultâneo, o lento arranque do PORTUGAL 2020.



Da análise dos diferentes tipos de receitas existentes, constata-se que, ao longo destes cinco anos, as transferências constituíram a principal fonte de receita do Município (figura abaixo).



2.2 - EXECUÇÃO DA DESPESA

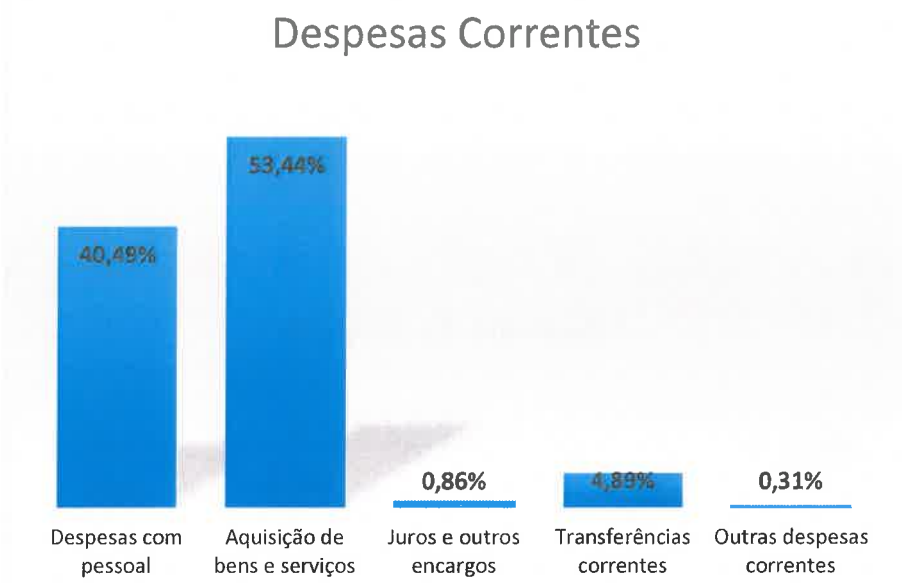
O orçamento inicial da despesa para 2017 foi aprovado com uma previsão de € 20 702 207,00, tendo sofrido uma revisão, passando o seu valor para € 23 179 905,71.

No final de dezembro de 2017, a execução orçamental da despesa fixou-se nos € 15 474 633,48 (quinze milhões quatrocentos e setenta e quatro mil seiscentos e trinta e três euros e quarenta e oito cêntimos), representando uma taxa de execução orçamental na ordem dos 67%.

A execução das *despesas correntes* corresponde a 80% da execução da despesa total e a execução das *despesas de capital* corresponde a 19 % a execução total da despesa.

2.2.1 - DESPESAS CORRENTES

Ao longo do ano transato, a despesa que o município realizou com ***Despesas Correntes*** ascendeu a € 12 472 977,44 (doze milhões quatrocentos e setenta e dois mil novecentos e setenta e sete euros e quarenta e quatro cêntimos), o que corresponde a 80% da execução da despesa verificada no final de dezembro de 2017.



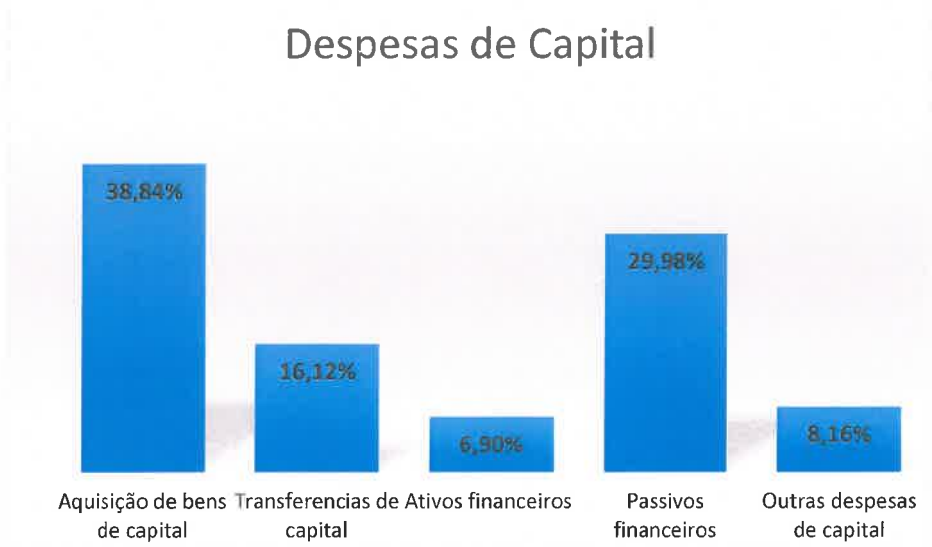
Verifica-se um peso de 53,44% das Aquisições de bens e serviços e 40,49% das despesas com pessoal.

2.2.2 - DESPESAS DE CAPITAL

No exercício económico de 2017 as ***Despesas de Capital*** realizadas pelo município fixaram-se nos € 3 001 656,04 (três milhões um mil seiscentos e cinquenta e seis euros e quatro cêntimos) correspondendo a uma execução perante o valor previsto de 40%.

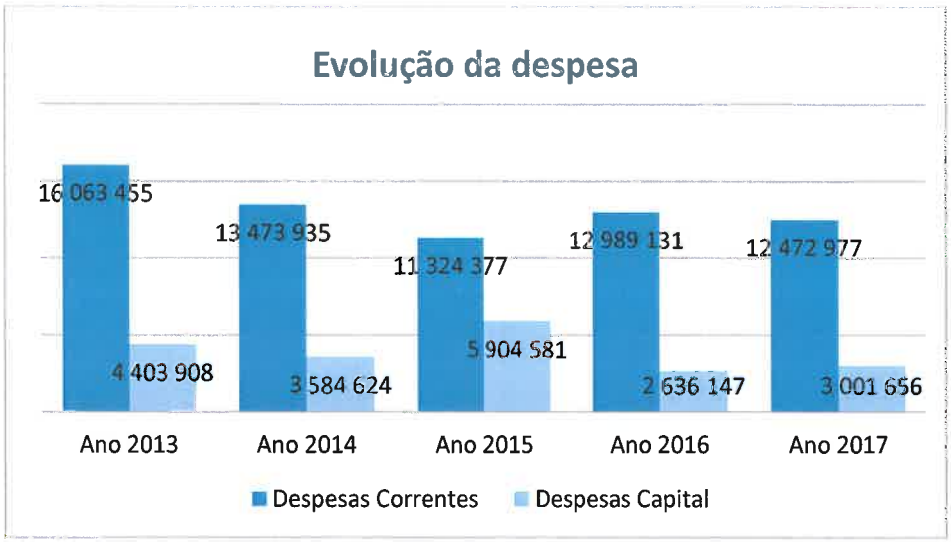
Representam 19% da despesa total paga no final de dezembro de 2017.

As rubricas com maior peso são as ***Aquisições de bens de capital*** representando 38,84% das despesas de capital e os ***Passivos financeiros*** têm um peso de 29,98%.



2.2.3 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

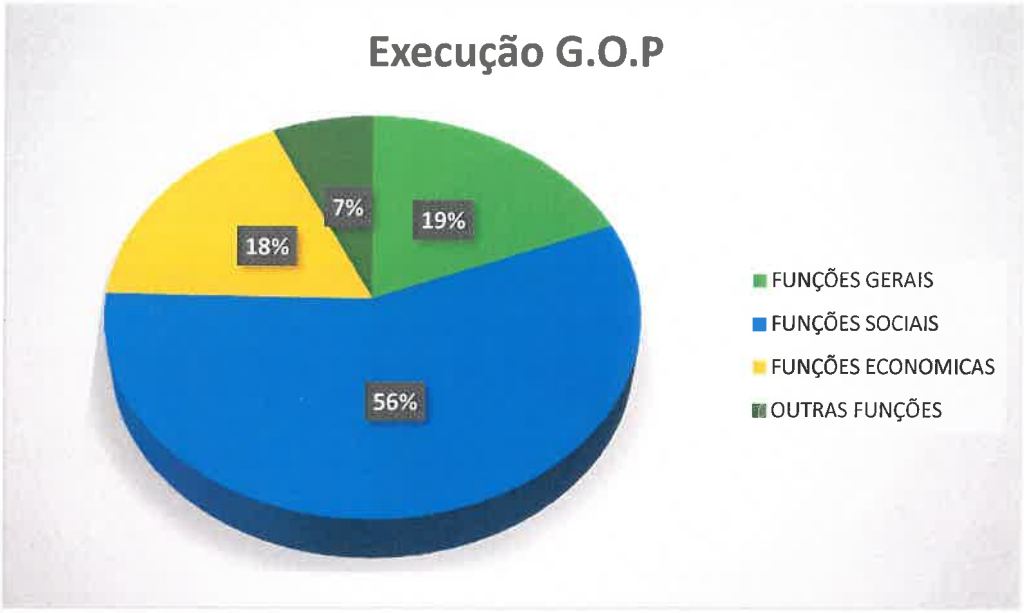
Verifica-se que as despesas correntes foram sempre ao longo de cinco anosas predominantes, tendo em 2015 se verificado um decréscimo e um aumento das despesas de capital muito por via do fecho do quadro comunitário anterior.



2.2.4 - EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano foram aprovadas com o valor de €3 909 923,00 tendo sofrido uma revisão passando para €6 403 645,78. Do valor previsto foram executados € 1 696 255,32 representando uma taxa de execução de 26,49%.

Vejamos as despesas divididas por funções.



Analisando o gráfico acima percebemos as que as Funções Sociais são as representam uma maior fatia, subdividindo-se nas seguintes áreas:

EDUCAÇÃO

Na ***Educação,*** foram investidos 5% da execução obtida nas funções sociais.

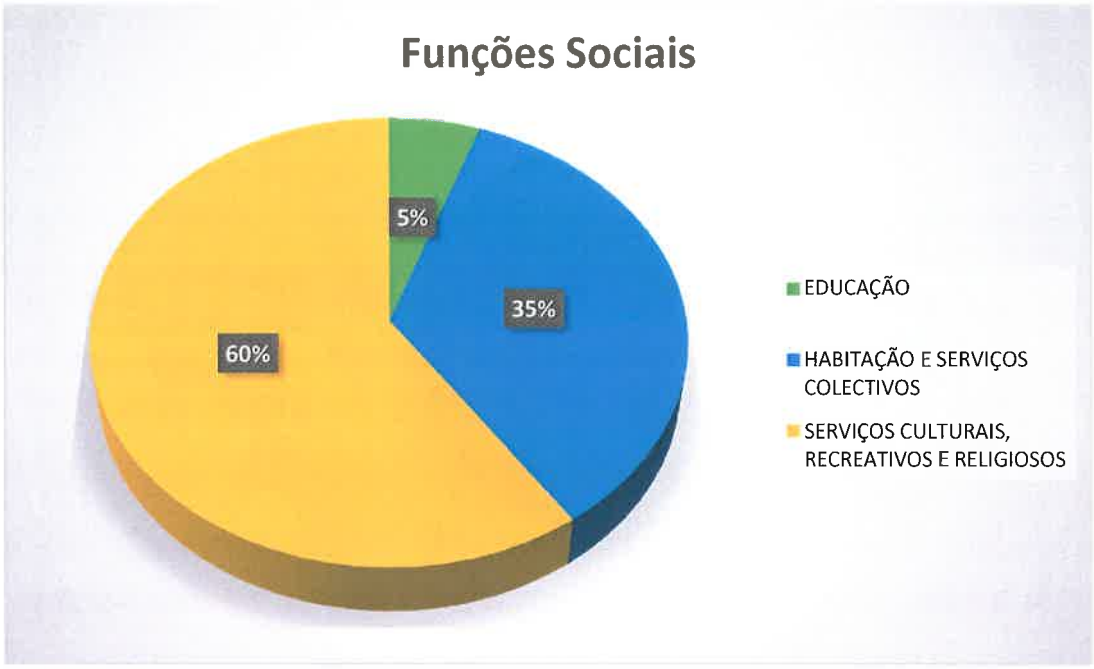
HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLETIVOS

Os investimentos realizados em despesas de ***Ordenamento do Território***, de ***Saneamento***, de ***Abastecimento de Água***, ***Resíduos Sólidos*** e ***Proteção do Ambiente e Conservação da Natureza*** corresponderam a 35% das despesas pagas neste capítulo.

Devendo-se a maior parte do investimento nas infraestruturas de saneamento, nomeadamente nas empreitadas em Vilar de Mouros e em Âncora (lugares Aspra, Viso e Currais e Igreja).

SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS

O investimento efetuado na ***Cultura, Desporto, Recreio e Lazer*** correspondeu a 60% do total investido em despesas inseridas nas funções sociais.



2.3 - PRINCIPAIS RÁCIOS/INDICADORES

RECEITA

	Ano 2017	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2014	Ano 2013	obs.:
Impostos diretos/Receitas correntes	*29%*	27%	29%	28%	29%	1
Transferências correntes/Receitas correntes	*41%*	39%	41%	40%	41%	2
Venda de bens e serviços/Receitas correntes	*19%*	18%	19%	20%	19%	3
Receitas correntes/Receitas totais	*91%*	91%	80%	84%	63%	4
Receitas capital/Receitas totais	*9%*	9%	19%	11%	26%	5

OBS.:

1- Mede o peso da receita obtida com a cobrança dos Impostos Diretos sobre a execução da Receita Corrente;

2- Mede o peso da receita proveniente de Transferências Correntes sobre a execução da Receita Corrente;

3- Mede o peso da receita obtida com a Venda de Bens e Serviços correntes sobre a execução da Receita Corrente;
4- Mede o peso das receitas correntes sobre a execução da Receita Total;
5- Mede o peso das receitas capital sobre a execução da Receita Total.

DESPESA

	Ano 2017	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2014	Ano 2013	obs.:
Despesas pessoal/Despesas correntes	*40%*	39%	45%	40%	32%	1
Aquisição de bens e serviços/Despesas correntes	*53%*	52%	45%	52%	59%	2
aquisição de bens de capita/Despesa total	*8%*	7%	27%	14%	17%	3
Despesas correntes/Despesa total	81%	83%	66%	79%	78%	4
Despesas capital/Despesa total	*19%*	17%	34%	21%	22%	5

Obs.:

1- Mede o peso da despesa paga com Despesas com o Pessoal sobre a execução da Despesa Corrente;
2- Mede o peso da despesa paga com Aquisição de Bens e Serviços Correntes sobre a execução da Despesa Corrente;
3- Mede o peso da despesa paga com a Aquisição de Bens de Capital – Investimento - sobre a execução da Despesa Total;
4- Mede o peso da despesa paga com Despesas Correntes sobre a execução da Despesa Total;
5- Mede o peso da despesa paga com Despesas de Capital sobre a execução da Despesa Total.

RÁCIOS DE GESTÃO

	Ano 2017	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2014	Ano 2013	obs.:
Despesas correntes/Receitas correntes	*81%*	35%	37%	37%	38%	1

Aquisição de bens de capital-investimentos/Receitas totais	*7%*	7%	27%	14%	17%	2
Receitas correntes/Despesas correntes	*114%*	111%	122%	107%	82%	3

Obs.:

1- Mede o peso da despesa paga com Despesas com o Pessoal em função da Receita Corrente obtida;
2- Mede o peso da despesa paga com Aquisição de Bens de Capital – Investimento em função do total das receitas arrecadadas;
3- Mede o peso das Receitas Correntes sobre a execução da Despesa Corrente.

2.4 - DISPOSIÇÕES FINAIS – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE

O saldo para a gerência seguinte de execução **orçamental é** € 137.826,15 (cento e trinta e sete mil oitocentos e vinte e seis euros e quinze cêntimos).

LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO

Verifica-se, na execução orçamental de 2017, o cumprimento do o estabelecido no artigo 40º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro.

LEI Nº 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO

A execução orçamental não levou ao aumento dos pagamentos em atraso.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS A 31/12/2017

Exercício N+1 € 5 818 281,16 (cinco milhões oitocentos e dezoito mil duzentos e oitenta e um euros e dezasseis cêntimos),

Exercício N+2 € 3 597 257,10 (três milhões quinhentos e noventa e sete mil e duzentos e cinquenta e sete euros e dez cêntimos),

Exercício N+3 € 3 459 200,73 (três milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil duzentos euros e setenta e três cêntimos),

Exercícios seguintes € 17 344 729,86 (dezassete milhões trezentos e quarenta e quatro mil setecentos e vinte e nove euros e oitenta e seis cêntimos)

3. ANÁLISE PATRIMONIAL

3.1 - BALANÇO

O ***Balanço*** reflete a situação financeira e patrimonial da autarquia verificada a 31 de dezembro de 2017.
Compara-se o ativo com o passivo para apurar o valor e natureza dos fundos próprios.
Abaixo segue a evolução nos últimos 5 anos, tendo-se verificado uma diminuição do ativo e fundos próprios e um aumento do passivo face ao ano anterior (2016).

	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017
Ativo	65 436 521	63 342 823	65 517 257	60 714 066	60 545 254
Passivo	38 267 966	38 116 416	41 908 964	39 672 010	41 750 644
Fundos Próprios	27 168 556	25 226 407	23 608 293	21 042 056	18 703 610

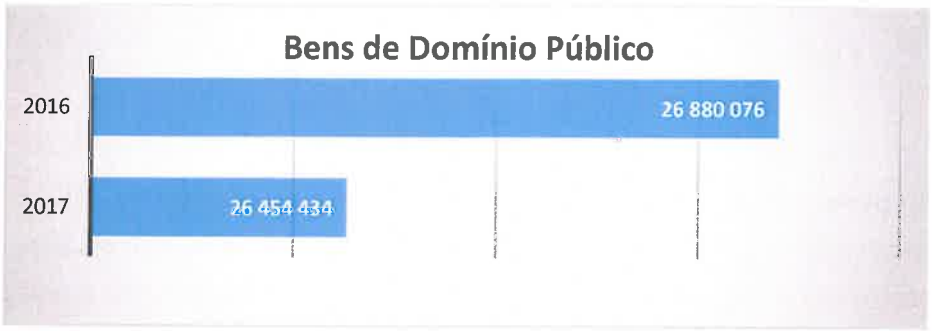
3.1.1 - ATIVO LÍQUIDO

O ***Ativo Líquido*** da autarquia no final de dezembro de 2017 fixou-se nos € 60 545 254 (sessenta milhões quinhentos e quarenta e cinco mil e duzentos e cinquenta e quatro euros).
A estrutura do **Ativo** é composta pelo **Ativo Imobilizado** (bens de domínio público, imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas, investimentos financeiros) e **Ativo Circulante** (existências, dívidas de terceiros, títulos negociáveis, depósitos em instituições financeiras e caixa e acréscimos e diferimentos).
De relevar que na sua composição, se observa a ausência de títulos negociáveis.

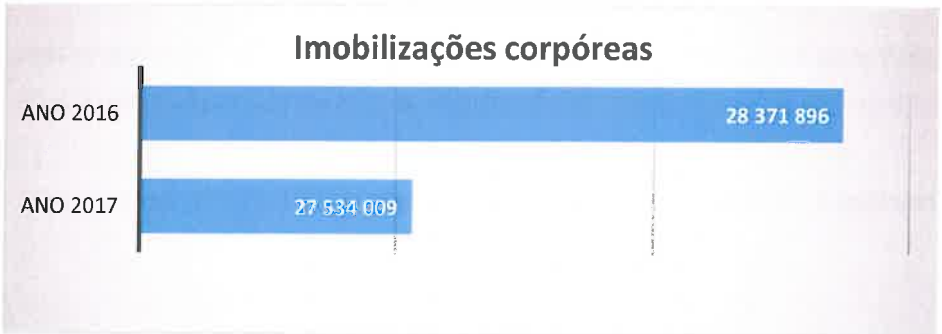
	dezembro/16	*dezembro/17*
ATIVO LÍQUIDO	60 714 066	60 545 254
Ativo Imobilizado	57 248 972	56 102 347
Bens de Domínio Público	26 880 076	26 454 434
Imobilizações Incorpóreas	7 832	24 737
Imobilizações Corpóreas	28 371 896	27 534 009
Investimentos Financeiros	1 989 167	2 089 167
Ativo Circulante	3 465 094	4 351 907
Existências	311 539	291 444
Dívidas de Terceiros	2 025 493	2 123 433
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	573 596	829 908
Acréscimos e Diferimentos	554 466	1 107 122

A estrutura do **Ativo Liquido** demonstra uma predominância do *Ativo Fixo ou Imobilizado* o qual representa cerca de 92% do total do ativo.

Os ***Bens de Domínio Público*** da autarquia representam 47% do total do ativo fixo ou ativo imobilizado, valores muito idênticos aos do ano anterior.

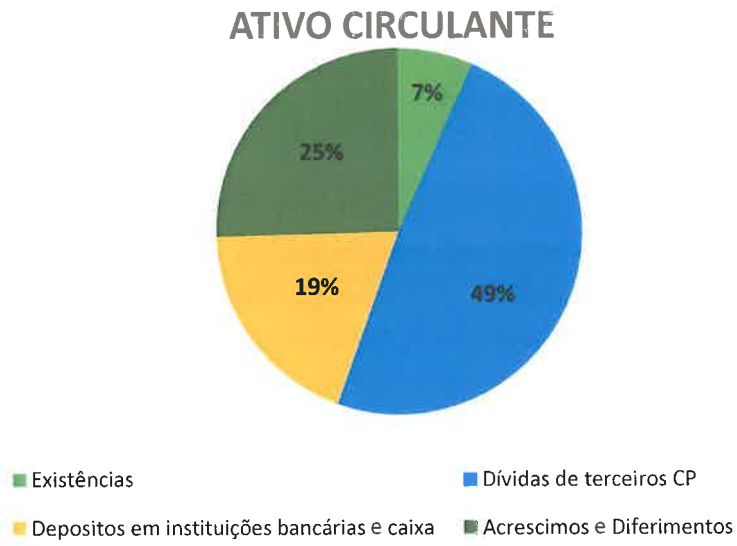


As ***Imobilizações Corpóreas*** representam 49% do total do ativo fixo ou ativo imobilizado e face ao ano anterior verificou-se uma diminuição de € 837 887.



As ***Imobilizações Incorpóreas*** e os ***Investimentos Financeiros*** têm uma representatividade muito baixo no valor total do Ativo Imobilizado.

O ***Ativo Circulante*** do município representa 7% do total do ativo.
No final de dezembro de 2017 o valor do ativo circulante fixou-se nos € 4 351 907 (quatro milhões trezentos e cinquenta e um mil novecentos e sete euros), valor superior ao verificado na execução do exercício anterior.



As ***Existências*** representam 7% do ativo circulante. No final de dezembro de 2017, o valor de encerramento € 291 443,74 (duzentos e noventa e um mil quatrocentos e quarenta e três euros e setenta e quatro cêntimos) corresponde essencialmente as matérias primas afetas a trabalhos desenvolvidos por administração direta e a algum material de consumo corrente.

As ***Dívidas de Terceiros*** ao município representam 49% do ativo circulante.

Os ***Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa*** registados no final do exercício económico de 2017 representaram 19% do ativo circulante, face à execução de 2016 verificou-se um aumento deste valor.

Os ***Acréscimos e Deferimentos*** apurados corresponderam a 25% do ativo circulante.

3.1.2 - ATIVO BRUTO

O ***Ativo Bruto*** do município no final do ano de 2017 fixou-se nos € 101 123 211,64(cento e um milhões cento e vinte e três mil duzentos e onze euros e sessenta e quatro cêntimos), valor superior ao apurado no exercício económico do ano anterior.

É constituído por *Ativos Fixos e Ativos Circulantes*. No final de dezembro de 2017, o valor apurado em ativos fixos ou imobilizados foi de € 96 666 026 (noventa e seis milhões seiscentos e sessenta e seis mil e vinte e seis euros), o qual representa 96% do total do ativo bruto.

3.1.3 - AMORTIZAÇÕES /PROVISÕES

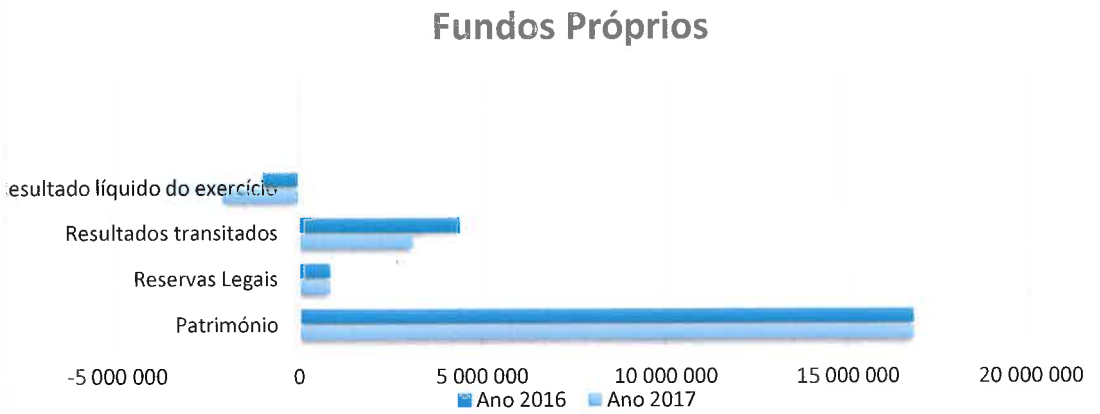
As ***Amortizações Acumuladas*** apuradas no exercício em análise ascenderam a € 40 563 679,69 (quarenta milhões quinhentos e sessenta e três mil seiscentos e setenta e nove euros e sessenta e nove cêntimos).

O total de ***Provisões*** registado no final de dezembro de 2017 foi € 105 278,39 (cento e cinco mil duzentos e setenta e oito euros e trinta e nove cêntimos).

3.1.4 - FUNDOS PRÓPRIOS

Os ***Fundos Próprios*** da autarquia totalizaram no final de dezembro de 2017 o montante de € 18 703 609,68 (dezoito mil setecentos e três mil seiscentos e nove euros e sessenta e oito cêntimos).

A estrutura dos ***Fundos Próprios*** do município assenta no *Património, nas Reservas Legais, nos Resultados Transitados e no Resultado Líquido do Exercício.*



O valor registado na conta ***51 - Património*** no final de dezembro de 2017 correspondeu a 90% dos fundos próprios da autarquia, não sendo alvo de qualquer aumento ou diminuição face ao valor verificado no final de 2016.

O valor das ***Reservas Legais*** também não sofreu qualquer alteração face à execução de 2016, correspondendo a 5% do valor dos fundos próprios verificado no final do exercício económico de 2017.

O peso dos ***Resultados Transitados*** nos fundos próprios da autarquia foi de 17%.

O ***Resultado Líquido do Exercício*** obtido no final de dezembro de 2017 foi de - € 2 087 090,90 (dois milhões oitenta e sete mil noventa euros e noventa cêntimos).

3.1.5 - PASSIVO

O ***Passivo*** da autarquia, no final de dezembro de 2017, **atingiu os** € 41 750 643,88 (quarenta e um milhões setecentos e cinquenta mil seiscentos e quarenta e três euros e trinta e oito cêntimos), valor superior em cerca de 5% face ao verificado no final de 2016.

O ***Passivo*** é constituído pelas *Provisões para Riscos e Encargos, pelas Dívidas a Terceiros de Curto e Médio e Longo prazos e pelos Acréscimos e Diferimentos.*

Analisando a sua estrutura verificou-se que as *Provisões para Riscos e Encargos* não têm representatividade no total do Passivo, as *Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazos* 34%, as *Dívidas a Terceiros de Curto Prazo* 20% e os *Acréscimos e Diferimentos* 46%.

As ***Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo*** totalizaram no final de dezembro € 14 058 344,19 (catorze milhões cinquenta e oito mil trezentos e quarenta e quatro euros e dezanove cêntimos).
Correspondem às dívidas à banca de médio e longo prazo, aos acordos de pagamento celebrados com os fornecedores da autarquia e ao registo do Fundo de Apoio Municipal.
Analisando a sua estrutura concluímos que 31% são dívidas à banca, 41% correspondem a acordos de pagamento celebrados, 26% à dívida à Caminhaequi e os restantes 2% ao Fundo de Apoio Municipal.

Face a 2016, verificou-se um aumento das ***Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazos*** por força do acordo celebrado com as Águas do Norte no final do ano de 2017.

As ***Dívidas a Terceiros de Curto Prazo,*** no final de dezembro de 2017, totalizam € 8 400 317,39 (oito milhões quatrocentos mil trezentos e dezassete euros e trinta e nove cêntimos). Correspondem essencialmente às dívidas de curto prazo à *Banca*, a *Fornecedores*, ao *Estado* e a *Outros Credores*.

Os ***Acréscimos e Diferimentos*** apurados no final de dezembro de 2017 fixaram-se nos € 19 291 982,30 (dezanove milhões duzentos e noventa e um mil novecentos e oitenta e dois euros e trinta cêntimos). São constituídos por ***Acréscimos de Custos*** e por ***Acréscimos de Proveitos***.

Os ***Acréscimos de Custos*** apurados no final de dezembro de 2017 totalizaram € 1 664 779,05 (um milhão seiscentos e sessenta e quatro mil setecentos e setenta e nove euros e cinco cêntimos) e

representam 8% do total verificado de *Acréscimos e Diferimentos*. Correspondem à especialização de diversos custos cuja a sua contabilização não aconteceu no ano económico de 2017.

Os ***Acréscimos de Proveitos*** verificados em 2017 ascenderam € 17 627 203,25 (dezassete milhões seiscentos e vinte e sete mil duzentos e três euros e vinte e cinco cêntimos), representam 92% do total obtido no final de dezembro de 2017 em *Acréscimos e Diferimentos*. Este montante refere-se à totalidade dos financiamentos recebidos pela autarquia, com os devidos diferimentos, até ao final de dezembro de 2017, cujo o proveito só será reconhecido em anos futuros à medida da amortização dos investimentos financiados.

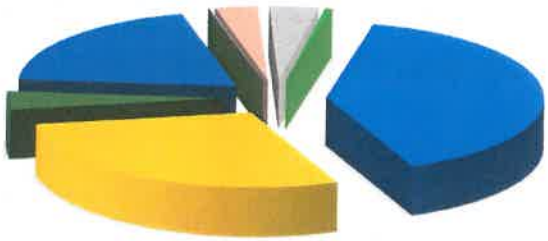
3.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O ***Resultado líquido do exercício*** de 2017 foi negativo em € 2 087 090,90 (dois milhões oitenta e sete mil noventa euros e noventa cêntimos), justificando-se na estrutura de custos da autarquia (elevados custos fixos de funcionamento e compromissos plurianuais). Em relação ao ano de 2016 verifica-se um aumento nas contas de Fornecimentos e serviços externos (onde se encontram os custos de funcionamento), nas amortizações do exercício e custos e perdas financeiros (resultante dos encargos do acordo celebrado com a empresa Águas do Norte).
Importa referir que o indicador financeiro EBITDA, que analisa o resultado das atividades da entidade, é positivo em € 1 098 506,40 (um milhão noventa e oito mil quinhentos e seis euros e quarenta cêntimos).

3.2.1 CUSTOS E PERDAS

Os custos e perdas de 2017 registam um aumento no montante de € 1 455 452,80 (9%), face ao ano de 2016, muito influenciado pelo aumento registado nas rubricas Fornecimentos e serviços externos (€ 617 000,82); **Amortizações do exercício** (€ 235 215,78); **Custos e perdas financeiros** (€ 306 282,99); Custos com pessoal (€ 106 805,29); Transferências, subsídios e **prestações sociais** (€ 94 970,98); Custos e perdas **extraordinários** (€ 106 662,50).

ESTRUTURA DE CUSTOS E PERDAS



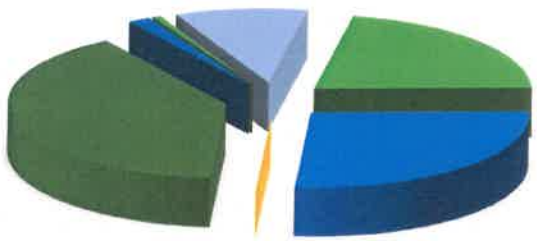
- CMVMC
- Custos com pessoal
- Amorizações do exercício
- Provisões do exercício
- Custos e perdas extraordinários
- FSE
- Transferências e sub.Correntes e prestações sociais
- Outros custos operacionais
- Custos e perdas financeiros

3.2.2 - PROVEITOS E GANHOS

Analisando a estrutura dos proveitos presente na demonstração de resultados, verificamos que a execução económica de 2017 teve um aumento à execução de 2016, tendência que se tem verificado nos últimos anos. O saldo dos proveitos e ganhos registado a 31 de dezembro de 2017 ascendeu a € 16 204 842, 04.

O grande peso deste aumento localiza-se nas transferências e subsídios, onde se encontram as transferências vindas do Orçamento de Estado, que de 2016 para 2017 teve um aumento de cerca de 5%.

ESTRUTURA DE PROVEITOS E GANHOS



- Vendas e prestações de serviços
- Proveitos suplementares
- Outros proveitos e ganhos operacionais
- Proveitos e ganhos extraordinários
- Impostos e Taxas
- Transferências e subsidios obtidos
- Proveitos e ganhos financeiros

3.3 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Conforme disposto no ponto 2.7.3.1. do POCAL, a aplicação do ***Resultado Líquido do Exercício*** é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Face ao exposto, propõe-se:

- Que o ***Resultado Líquido do Exercício*** seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados.

O ***Resultado Líquido do Exercício*** de 2017 apurado, através da prestação de contas, foi ***negativo em € 2 087 090,90.***

3.4 – RÁCIOS PATRIMONIAIS

RÁCIOS DE AUTONOMIA FINANCEIRA

Fundos próprios + passivo / Passivo	145%	Mede a autonomia financeira da autarquia - quando inferior a 50%, a entidade está dependente dos credores
Fundos próprios / Ativo líquido	31%	Mede a solvabilidade do município através da proporção dos ativos que são financiados com capitais próprios

RÁCIOS DE LIQUIDEZ

Ativo circulante / Passivo circulante	40%	Mede o grau em que as dívidas de curto prazo estão cobertas pelo ativo circulante
Disponibilidades / Passivo circulante	10%	Mede o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades

RÁCIOS DE ENDIVIDAMENTO

Dívidas a curto, médio e longo prazo / Fundos próprios + Passivo	37%	Mede o grau de utilização de capitais alheios para o financiamento das atividades
Dívidas a terceiros de curto prazo / Fundos próprios + Passivo	14%	Mede o peso das dívidas de curto prazo no total do passivo

3.5 – DISPOSIÇÕES FINAIS – EXECUÇÃO PATRIMONIAL

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL

Para o ano de 2017, o ***Limite da Dívida Total*** apurado nos termos do nº 1 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, com as devidas alterações, foi de **€ 21 300 225,15** (vinte e um milhões trezentos mil duzentos e vinte e cinco euros e quinze cêntimos).

No final de 2017, o valor apurado correspondente à dívida total ascendeu a **€ 21.294.784** (vinte e um milhões duzentos e noventa e quatro mil setecentos e oitenta e quatro euros).

Tendo o Município cumprido o limite previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do mesmo artigo apenas poderia aumentar 20% da margem disponível no

inicio do exercício. Ora, em 2017, o Município excedeu a referida margem ultrapassando assim o limite da divida em € 2 386 685 (dois milhões trezentos e oitenta e seis mil seiscentos e oitenta e cinco euros).

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

O ***Prazo Médio de Pagamentos*** apurado no final de dezembro de 2017 era de 224 dias, de acordo com a ficha do município emitida pela DGAL.

05 DE ABRIL DE 2018

VOLUME III| CONTAS

Índice

1 – BALANÇO - CÓDIGO POCAL 5 1
2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - CÓDIGO POCAL 6 2
3 – MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - CÓDIGO POCAL 7 3
GRANDES OPÇÕES DO PLANO (RESUMO) 4
PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – CÓDIGO POCAL 7.1 5
RESUMO DO ORÇAMENTO E ORÇAMENTO – CÓDIGO POCAL 7.2 6
RESUMO DO ORÇAMENTO 6
ORÇAMENTO DA RECEITA 6
ORÇAMENTO DA DESPESA 6
CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA – CÓDIGO POCAL 7.3.1 7
CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA 7
CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA 7
CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA – CÓDIGO POCAL 7.3.2 8
EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 9
EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – CÓDIGO POCAL 7.4 10
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM – CÓDIGO POCAL 7.5 11
RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM 11
FLUXOS DE CAIXA 11
MAPA DE CONTAS DE ORDEM 11
OPERAÇÕES DE TESOURARIA – CÓDIGO POCAL 7.6 12

1. BALANÇO – CÓDIGO POCAL 5

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 4 PÁGINAS – NUMERADAS DE 1 A 4

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	110.979,56		110.979,56	110.979,56
452	Edifícios	4.238.280,08	580.654,99	3.657.625,09	3.705.197,10
453	Outras construções e infra-estruturas	38.462.557,43	17.488.932,17	20.973.625,26	22.104.039,10
455	Bens do património histórico,artístico e cultural	604.378,90	12.822,07	591.556,83	601.531,12
459	Outros bens de domínio público	247.800,28	192.788,24	55.012,04	45.132,03
445	Imobilizações em curso	1.065.635,00		1.065.635,00	313.197,44
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		44.729.631,25	18.275.197,47	26.454.433,78	26.880.076,35
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalacção				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso	24.736,53		24.736,53	7.832,21
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		24.736,53		24.736,53	7.832,21
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	4.572.242,37		4.572.242,37	4.377.242,37
422	Edifícios e outras construções	28.113.098,37	9.413.392,27	18.699.706,10	19.876.346,44
423	Equipamento básico	10.825.270,27	7.861.850,83	2.963.419,44	3.040.177,11
424	Equipamento de transporte	2.361.004,01	1.911.636,92	449.367,09	439.943,83
425	Ferramentas e utensílios	200.357,60	176.531,07	23.826,53	17.497,65
426	Equipamento administrativo	3.188.458,35	2.793.060,63	395.397,72	428.859,87
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	182.421,03	132.010,50	50.410,53	59.762,60
442	Imobilizações em curso	379.639,34		379.639,34	132.066,24
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		49.822.491,34	22.288.482,22	27.534.009,12	28.371.896,11
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1.295.389,50		1.295.389,50	1.195.389,50
412	Obrigações e títulos de participação	749.887,68		749.887,68	749.887,68
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso	43.890,03		43.890,03	43.890,03
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		2.089.167,21		2.089.167,21	1.989.167,21
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	291.443,74		291.443,74	311.538,86
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		291.443,74		291.443,74	311.538,86

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c				
212	Contribuintes c/c	3.772,54		3.772,54	6.787,14
213	Utentes c/c	303.529,54		303.529,54	291.897,03
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobranca duvidosa	108.487,42	105.278,39	3.209,03	15.389,13
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores	153.750,00		153.750,00	153.750,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	138.145,65		138.145,65	42.447,85
264	Administração autárquica				
262+263+267+268	Outros devedores	1.521.026,37		1.521.026,37	1.515.222,24
		2.228.711,52	105.278,39	2.123.433,13	2.025.493,39
	Títulos negociáveis:				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depositos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depositos em instituições financeiras	827.062,02		827.062,02	569.836,93
11	Caixa	2.846,37		2.846,37	3.759,12
		829.908,39		829.908,39	573.596,05
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	567.916,77		567.916,77	465.619,83
272	Custos diferidos	539.204,89		539.204,89	88.846,01
		1.107.121,66		1.107.121,66	554.465,84
	Total de amortizações		40.563.679,69		
	Total de provisões.....		105.278,39		
	Total do activo	101.123.211,64	40.668.958,08	60.454.253,56	60.714.066,02

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS N	EXERCÍCIOS N - 1
	Fundos próprios:		
51	Património	16.820.206,41	16.820.206,41
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	848.751,84	848.751,84
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados transitados	3.121.742,33	4.366.137,08
88	Resultado líquido em exercício	-2.087.090,90	-993.039,62
		18.703.609,68	21.042.055,71
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos		297.724,24
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
			297.724,24
2312	Emprestimo de Medio e Longo Prazo	4.329.748,18	5.095.788,57
223002	Acordos de Pagamento - AML		
225	FORNECEDORES C/CORRENTE-COM FACTORING		
26887	Credores diversos - MLP	321.379,68	428.506,68
223004	Acordos de Pagamento - AN		1.127.634,67
26152	CaminhaEqui - Médio Longo prazo	3.652.960,73	3.940.210,30
223006	Acordo de Pagamento - AN	5.754.255,60	1.611.118,22
223008	Acordo de Pagamento - Suma		
		14.058.344,19	12.203.258,44
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de Curto Prazo	676.261,44	565.167,13
269	Adiantamentos por conta de vendas	50.509,43	38.659,13
22	Fornecedores c/c		
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	159.783,31	165.725,70
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
261	Fornecedores de imobilizado c/c	1.915.669,22	875.756,99
24	Estado e outros entes públicos	508.306,91	349.033,85
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	697.561,33	321.595,03
217	Clientes e utentes c/cauções	384.664,83	275.012,04
223003	Acordos de Pagamento - AN		
223005	Acordo de Pagamento - AN	1.725.000,94	551.404,16
223007	Acordo de Pagamento - Suma		493.675,93
		6.117.757,41	3.636.029,96
221	Fornecedores conta corrente	2.282.559,98	3.568.165,80
222	Fornecedores conta corrente		
223001	Acordos de Pagamento - AML		
224	Fornecedores - Facturas em apreciação		
225	FORNECEDORES C/CORRENTE-COM FACTORING		
		2.282.559,98	3.568.165,80

2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – CÓDIGO POCAL 6

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 2 PÁGINAS – NUMERADAS DE 1 A 2

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS N	EXERCÍCIOS N - 1
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1.664.779,05	1.487.942,85
274	Proveitos diferidos	17.627.203,25	18.478.889,02
		19.291.982,30	19.966.831,87
	Total do passivo	41.750.643,88	39.672.010,31
	Total dos fundos próprios e do passivo	60.454.253,56	60.714.066,02

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ___

_____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 27 de Abril de 19

_____

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ENTIDADE CMC - MUNICIPIO DE CAMINHA 2017/01/01 a 2017/12/31 ANO 2017 PÁG. 1

Código de Contas		Exercício			
		N		N - 1	
	Custos e perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias	95.999,51	95.999,51	118.130,56	118.130,56
62	Fornecimentos e serviços externos:		7.363.455,93		6.746.445,11
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	3.953.127,35		3.990.291,96	
643 a 648	Encargos sociais	1.259.110,15	5.212.237,50	1.115.140,25	5.105.432,21
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		737.105,95		642.134,27
66	Amortizações do exercício		3.625.473,46		3.390.257,68
67	Provisões do exercício		25.338,14		9.830,35
65	Outros custos operacionais		433,42		5.306,42
	(A)		17.060.043,91		16.017.536,60
68	Custos e perdas financeiros		576.243,74		269.960,75
	(C)		17.636.287,65		16.287.497,35
69	Custos e perdas extraordinários		655.645,29		548.982,79
	(E)		18.291.932,94		16.836.480,14
88	Resultado líquido do exercício.....		-2.087.090,90		-993.039,62
	(X)		16.204.842,04		15.843.440,52
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias	1.069.138,05		1.000.971,60	
7112+7113	Venda de produtos	4.220,14		4.333,36	
	(B)				
712	Prestações de serviços	2.413.177,41	3.486.535,60	2.320.355,45	3.325.660,41
	( )		3.486.535,60		3.325.660,41
72	Impostos e taxas		4.339.845,06		4.171.810,06
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				172.418,91
73	Proveitos suplementares		38,32		64,77
74	Transferências e subsídios obtidos		6.408.248,51		6.107.846,00
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		273.071,22		310.269,69
	(B)		14.507.738,71		14.088.069,84
78	Proveitos e ganhos financeiros		107.243,74		102.707,05
	(D)		14.614.982,45		14.190.776,89
79	Proveitos extraordinários		1.589.859,59		1.652.663,63
	(F)		16.204.842,04		15.843.440,52

Resumo:			
	Resultados Operacionais: (B - A)	-2.552.305,20	-1.929.466,76
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-469.000,00	-167.253,70
	Resultados Correntes: (D - C)	-3.021.305,20	-2.096.720,46
	Resultado Liquido do Exercício: (F - E)	-2.087.090,90	-993.039,62

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ENTIDADE CMC - MUNICIPIO DE CAMINHA 2017/01/01 a 2017/12/31 ANO 2017 PÁG. 2

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

_____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 2 de Abril de 2018

_____

3. MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – CÓDIGO POCAL 7

EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

RESUMO DO ORÇAMENTO E ORÇAMENTO

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

RESUMO DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

OPERAÇÕES DE TESOURARIA

GRANDES OPÇÕES DO PLANO (RESUMO)

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 4 PÁGINAS, NUMERADAS DE 1 A 4

ENTIDADE	RESUMO DA EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÇÕES DO PLANO	ANO CONTABILÍSTICO 2017
MUNICIPIO DE CAMINHA	Período: 2017/01/01 a 2017/12/31	

OBJECTIVO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			EXEC. FINANCEIRA ANUAL % (a)	EXEC. FINANCEIRA GLOBAL % (b)
		ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL		
1.	FUNÇÕES GERAIS	1.195.985,89	495.000,00	1.690.985,89		319.411,56	319.411,56	26.71	18.89
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	510.933,39		510.933,39		302.399,61	302.399,61	59.19	59.19
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	510.933,39		510.933,39		302.399,61	302.399,61	59.19	59.19
1.2.	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS	685.052,50	495.000,00	1.180.052,50		17.011,95	17.011,95	2.48	1.44
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL LUTA CONTRA INCENDIOS	685.052,50	495.000,00	1.180.052,50		17.011,95	17.011,95	2.48	1.44
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	3.298.666,33	2.635.214,00	5.933.880,33		960.049,04	960.049,04	29.10	16.18
2.1.	EDUCAÇÃO	121.188,66	1.431.510,26	1.552.698,92		52.282,02	52.282,02	43.14	3.37
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	121.188,66	1.431.510,26	1.552.698,92		52.282,02	52.282,02	43.14	3.37
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	2.054.660,26	1.203.703,74	3.258.364,00		334.768,30	334.768,30	16.29	10.27
2.4.1.	HABITAÇÃO	2.000,00		2.000,00					
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITORIO	185.760,00		185.760,00		26.877,67	26.877,67	14.47	14.47
2.4.3.	SANEAMENTO	1.807.567,01	1.203.703,74	3.011.270,75		278.835,88	278.835,88	15.43	9.26
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	29.850,00		29.850,00		14.109,38	14.109,38	47.27	47.27
2.4.5.	RESIDUOS SÓLIDOS	5.000,00		5.000,00					
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	24.483,25		24.483,25		14.945,37	14.945,37	61.04	61.04
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	1.122.817,41		1.122.817,41		572.998,72	572.998,72	51.03	51.03
2.5.1.	CULTURA	788.398,32		788.398,32		332.614,59	332.614,59	42.19	42.19
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	334.419,09		334.419,09		240.384,13	240.384,13	71.88	71.88
3.	FUNÇÕES ECONOMICAS	1.680.421,56	1.290.996,00	2.971.417,56		302.297,86	302.297,86	17.99	10.17
3.1.	AGRICULTURA,PECUÁRIA,SILVICULTURA,CAÇA PESCA	16.240,00		16.240,00		2.297,20	2.297,20	14.15	14.15
3.1.0.	AGRICULTURA,PECUÁRIA,SILVICULTURA,CAÇA E PESCA	16.240,00		16.240,00		2.297,20	2.297,20	14.15	14.15
3.2.	INDUSTRIA E ENERGIA	50.834,78	40.996,00	91.830,78		26.292,10	26.292,10	51.72	28.63
3.2.0.	INDUSTRIA E ENERGIA	50.834,78	40.996,00	91.830,78		26.292,10	26.292,10	51.72	28.63
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	1.329.839,70	850.000,00	2.179.839,70		177.312,64	177.312,64	13.33	8.13
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1.274.599,70	850.000,00	2.124.599,70		130.653,40	130.653,40	10.25	6.15
3.3.3.	TRANSPORTES FLUVIAIS	55.240,00		55.240,00		46.659,24	46.659,24	84.47	84.47
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO	283.507,08	400.000,00	683.507,08		96.395,92	96.395,92	34.00	14.10
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	20.500,00	100.000,00	120.500,00					
3.4.2.	TURISMO	263.007,08	300.000,00	563.007,08		96.395,92	96.395,92	36.65	17.12
4.	OUTRAS FUNÇÕES	228.572,00		228.572,00		114.496,86	114.496,86	50.09	50.09
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	228.572,00		228.572,00		114.496,86	114.496,86	50.09	50.09
	TOTAL GERAL	6.403.645,78	4.421.210,00	10.824.855,78		1.696.255,32	1.696.255,32	26.49	15.67

Anotações

a) Execução Financeira Anual = (Executado no Ano * 100) / Previsto no Ano

b) Execução Financeira Global = (Total Executado * 100) / (Realizado em Anos Anteriores + Total Previsto)

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – CÓDIGO POCAL 7.1

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 2 PÁGINAS – NUMERADAS DE 1 A 2

ENTIDADE	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
MUNICIPIO DE CAMINHA		

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROC. AÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO
																ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES			OUTROS	
							AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		
1.					Funções gerais									472.623,07	38.639,32	1.295.500,00	366.500,00	929.000,00	287.000,00				2.287.762,39
1.1.					Serviços gerais de administração pública									466.334,38	38.639,32	620.000,00	340.000,00	280.000,00	50.000,00				1.174.974,30
1.1.1.					Administração geral									466.334,38	38.639,32	620.000,00	340.000,00	280.000,00	50.000,00				1.174.974,30
1.1.1.	02/070205	003	2013	4	Aquisição de veículos e máquinas	OUTRA		100.0		DFA	2013/06/01	2017/05/31	4	56.671,25	3.495,86	12.000,00	12.000,00						72.167,11
1.1.1.		002	2015		INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICIPIO									384.117,82	35.140,05	270.000,00	270.000,00						689.257,88
1.1.1.	02/070107	0021	2015	2	Hardware informático	OUTRA		15.0	85.0	UMSIP	2015/01/02	2018/12/31	4	162.569,44	5.818,27	150.000,00	150.000,00						318.387,71
1.1.1.	02/070108	0022	2015	3	Software informático	OUTRA		15.0	85.0	UMSIP	2015/01/02	2018/12/31	4	221.748,38	29.321,79	120.000,00	120.000,00						371.070,17
1.1.1.	02/07011002	003	2015	4	Aquisição de equipamentos básicos	OUTRA		100.0		DFA	2015/01/02	2017/12/31	4	14.705,46		8.000,00	8.000,00						22.705,46
1.1.1.	02/07011902	001	2016	1	Aquisição de equipamentos básicos	OUTRA		100.0		DFA	2016/01/02	2018/12/31	2	6.377,44		20.000,00	20.000,00		30.000,00				56.377,44
1.1.1.	02/07010301	002	2016	2	Beneficiação e reparação de edifícios	EMPREITADA		100.0		DOUPE	2016/01/02	2018/12/31	0	4.562,41		20.000,00	20.000,00		20.000,00				44.562,41
1.1.1.	02/070205	005	2016	5	Aquisição de veículos	OUTRA		100.0		DFA	2016/01/02	2020/12/31	0			280.000,00		280.000,00					280.000,00
1.1.1.	02/070111	001	2017	1	Aquisição ferramentas e utensílios	OUTRA		100.0		DFA	2017/01/02	2017/12/31	0			5.000,00	5.000,00						5.000,00
1.1.1.	02/070109	002	2017	2	Aquisição de equipamento administrativo	OUTRA		100.0		DFA	2017/01/02	2017/12/31	0			5.000,00	5.000,00						5.000,00
1.2.					Segurança e ordem públicas									6.288,69		675.500,00	26.500,00	649.000,00	231.000,00				912.788,69
1.2.1.					Protecção civil e luta contra incêndios									6.288,69		675.500,00	26.500,00	649.000,00	231.000,00				912.788,69
1.2.1.	02/07030308	006	2016	6	Beneficiação rede viária florestal	EMPREITADA		100.0		DTF	2016/01/02	2016/12/31	0			15.000,00	15.000,00						15.000,00
1.2.1.	02/07030309	007	2016	7	Sinalização para protecção civil	OUTRA		100.0		DTF	2016/01/02	2017/12/31	0	6.288,69		5.000,00	5.000,00						11.288,69
1.2.1.	02/070115	009	2016	9	Plano emergência municipal	OUTRA		100.0		DTF	2016/01/02	2016/12/17	1			5.000,00	5.000,00						5.000,00
1.2.1.	02/07030308	012	2016	54	Redes de defesa da floresta contra incêndios	EMPREITADA				DTF	2016/05/09	2018/05/09				105.000,00		105.000,00	231.000,00				342.000,00
1.2.1.	02/07030308	003	2017	3	Defesa florescas contra incêndios	EMPREITADA		15.0	85.0	DTF	2017/01/02	2017/12/31	0			540.000,00		540.000,00					540.000,00
1.2.1.	02/070111	004	2017	4	Aquisição ferramentas e utensílios	OUTRA		100.0		PROTEC AO CIVIL	2017/01/02	2017/12/31	0			1.500,00	1.500,00						1.500,00
2.					Funções sociais									900.927,02	81.772,86	3.913.649,00	1.283.490,00	2.730.150,00	1.629.214,00	1.000.600,00			7.725.553,88
2.1.					Educação									506,27		308.700,00	308.700,00		1.730.000,00	1.000.600,00			3.039.806,27
2.1.1.					Ensino não superior									506,27		308.700,00	308.700,00		1.730.000,00	1.000.600,00			3.039.806,27
2.1.1.	02/070205	013	2016	10	Beneficiação do parque escolar	EMPREITADA		100.0		EDCAIXD	2016/01/02	2018/12/31	3	506,27		10.000,00	10.000,00		10.000,00				20.506,27
2.1.1.	02/07011002	013	2016	13	Equipamento para escolas	EMPREITADA		100.0		EDCAIXD	2016/01/02	2017/12/31	0			3.000,00	3.000,00						3.000,00
2.1.1.	02/070107	009	2017	5	Aquisição de equipamento para escolas - Hardware	OUTRA		100.0		SETOR EDUCAÇÃO	2017/01/02	2017/12/31	0			10.000,00	10.000,00						10.000,00
2.1.1.	02/070108	009	2017	6	Aquisição de equipamento informático para escolas - Software	OUTRA		100.0		SETOR EDUCAÇÃO	2017/01/02	2017/12/31	0			5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.1.1.	02/07030205	010	2017	7	Requalificação e ampliação da escola básica e secundária Sidónio Pais	EMPREITADA		15.0	85.0	OBRAS PUBLICAS	2017/01/02	2019/06/31	1			237.700,00	237.700,00		1.720.000,00	1.000.600,00			2.957.700,00
2.1.1.	02/07010305	011	2017	31	Adaptação da antiga escola primária - Vile	EMPREITADA		100.0		DCDUE	2017/01/02	2017/12/31	0			5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.1.1.	02/07030305	012	2017	37	Requalificação da escola básica - Âncora	EMPREITADA		100.0		DTSOE	2017/01/02	2017/10/14	0			13.000,00	13.000,00						13.000,00
												A TRANSPORTAR ...		473.129,34	38.639,32	1.579.200,00	650.200,00	929.000,00	2.011.000,00	1.000.600,00			5.101.969,26

ENTIDADE	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
MUNICIPIO DE CAMINHA		

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROC. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO
							AC	AA	FC		INICIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES			OUTROS	
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		
A TRANSPORTAR ...														473.129,34	38.535,32	1.575.200,00	650.200,00	929.000,00	2.011.800,00	1.000.000,00			5.101.968,26
2.1.1.	02/07010305	013	2017	39	Remodelação parque escolar - Vila Praia Âncora	EMPREITADA		100.0		DOESE	2017/01/02	2017/12/31	6			25.000,00	25.000,00						25.000,00
2.4.					Habitação e serviços colectivos									286.264,15	28.902,74	2.837.540,00	734.950,00	2.102.550,00	99.214,00				3.173.920,89
2.4.1.					Habitação											5.000,00	5.000,00		20.000,00				25.000,00
2.4.1.	02/07010203	015	2016	15	Requalificação de edifícios de habitação social	EMPREITADA		100.0		DOPOE	2016/01/02	2016/12/31	1			5.000,00	5.000,00		20.000,00				25.000,00
2.4.2.					Ordenamento do território									3.445,00	17.839,27	84.000,00	84.000,00						105.284,27
2.4.2.	02/07030301	031	2010	51	Ecovia Caminho Rio Minho (Caminha-Lanheias)	EMPREITADA		100.0		DOPOE	2010/01/02	2016/03/31	4		17.839,27	18.000,00	18.000,00						35.839,27
2.4.2.	02/07030301	010	2014	10	Beneficiação marginal de Caminha	EMPREITADA		100.0		DOPOE	2014/01/02	2017/12/31	0			5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.4.2.	02/070115	029	2015	22	Planos de recuperação urbana	OUTRA		100.0		DOPOE	2017/01/02	2017/12/31	6	3.445,00		15.000,00	15.000,00						18.445,00
2.4.2.	02/07030301	016	2016	16	Beneficiação Ecovia Vila Praia Ancora	EMPREITADA		100.0		DOPOE	2016/01/02	2017/12/31	1			5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.4.2.	02/07030301	017	2016	17	Requalificação zona envolvente à Ecovia Caminha-Rio Minho	EMPREITADA		100.0		DOENE	2016/01/02	2018/12/31	6			1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.4.2.	02/07030301	018	2016	18	Beneficiação de espaços públicos	EMPREITADA		100.0		DOPOE	2016/01/02	2017/12/31	0			30.000,00	30.000,00						30.000,00
2.4.2.	02/07030313	005	2017	8	Beneficiação/Construção muros de suporte no concelho	EMPREITADA				DOPOE	2017/01/02	2017/12/31	6			10.000,00	10.000,00						10.000,00
2.4.3.					Saneamento									47.589,39		2.706.540,00	603.950,00	2.102.550,00	78.214,00				2.833.323,39
2.4.3.	02/07030302	024	2015	25	Drenagem de aguas residuais concelhias	EMPREITADA		100.0		DAES	2015/01/02	2017/03/31	4	47.589,39		2.000,00	2.000,00						49.589,39
2.4.3.		019	2016		REMEDIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO											2.441.640,00	338.850,00	2.102.550,00	78.214,00				2.520.654,00
2.4.3.	02/07030302	0191	2016	19	Rede de saneamento e abastecimento água - Argela	EMPREITADA		15.0	85.0	DAES	2016/01/02	2018/12/31	1			971.000,00	121.000,00	850.000,00	40.320,00				1.011.320,00
2.4.3.	02/07030302	0192	2016	20	Rede de saneamento Vilar de Mouros	EMPREITADA		15.0	85.0	DAES	2016/01/02	2018/12/31	1			986.790,00	145.250,00	841.500,00	22.652,00				1.009.442,00
2.4.3.	02/07030302	0193	2016	21	Rede de saneamento de Espra, Viso e Currais e Igreja-II fase	EMPREITADA		15.0	85.0	DAES	2016/01/02	2018/12/31	1			483.650,00	72.600,00	411.050,00	16.242,00				499.892,00
2.4.3.	02/07030302	021	2016	28	Passagem hidraulica da Rua dos Vales - Vila Praia Ancora	EMPREITADA		100.0		DAES	2016/01/02	2016/12/31	1			121.900,00	121.900,00						121.900,00
2.4.3.	02/07030302	008	2017	9	Beneficiação de redes de saneamento concelhias	ADM. DIR.		100.0		DAES	2017/01/02	2017/12/31	0			5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.4.3.	02/07030302	009	2017	10	Beneficiação da rede águas pluviais - Nª. Santana - Moledo	EMPREITADA		100.0		DAES	2017/01/02	2017/03/31	1			21.200,00	21.200,00						21.200,00
2.4.3.	02/07030302	010	2017	11	Beneficiação da rede saneamento - Vários arruamentos - Freguesia Seixas	EMPREITADA		100.0		DAES/DOPOE	2017/01/02	2017/12/31	0			100.000,00	100.000,00						100.000,00
2.4.3.	02/07030302	011	2017	12	Colocação de canais de condução de águas pluviais no concelho	EMPREITADA		100.0		DAES/DOPOE	2017/01/02	2017/12/31				15.000,00	15.000,00						15.000,00
2.4.4.					Abastecimento de Água									155.808,82	11.063,47	29.000,00	29.000,00						195.872,29
A TRANSPORTAR ...														523.843,73	56.475,19	4.398.740,00	1.368.150,00	3.031.550,00	2.110.214,00	1.000.000,00			8.089.276,52

ENTIDADE	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
MUNICIPIO DE CAMINHA		

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)						TOTAL PREVISTO
																ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTES			OUTROS	
							AC	AA	FC		INÍCIO	FIM		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020		
					A TRANSPORTAR ...									523.843,72	56.436,19	4.399.749,00	1.368.199,00	3.031.550,00	2.110.214,39	1.000.000,00			8.069.276,92
2.4.4.	02/07030307	028	2015	29	Beneficiação e instalação de infra-estruturas de água	EMPREITADA		100.0		CAES	2015/01/02	2017/12/30	4	154.222,12	11.063,47	13.000,00	13.000,00						178.285,59
2.4.4.	02/07030307	023	2016	28	Renovação ampliação de redes de abastecimento de água do concelho	EMPREITADA		100.0		CAES	2016/01/02	2017/12/31	1	1.586,70		10.000,00	10.000,00						11.586,70
2.4.4.	02/07030307	012	2017	13	Aquisição de contadores de água a instalar no concelho	OUTRA		100.0		CAES	2017/01/02	2017/12/31	0			1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.4.4.	02/07030307	014	2017	14	Beneficiação de reservatórios instalados no concelho	EMPREITADA				CAES	2017/01/02	2017/12/31	0			5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.4.5.					Resíduos sólidos											5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.4.5.	02/07030313	024	2016	30	Reabilitação/reparação de contentores enterrados	OUTRA		100.0		CAES	2016/01/02	2017/12/31	0			5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.4.6.					Protecção do meio ambiente e conservação da natureza									1.340,34		8.000,00	8.000,00						9.340,34
2.4.6.	02/07030332	043	2015	47	Beneficiação cemitério de Caminha	EMPREITADA		100.0		CAES	2015/01/02	2017/12/31	0			1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.4.6.	02/07030305	025	2016	31	Beneficiação da zona das muralhas de Caminha - Anfiteatro Natural	EMPREITADA		100.0		CAES	2016/01/02	2017/12/31	0			1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.4.6.	02/07030305	026	2016	32	Beneficiação de espaços verdes no concelho	OUTRA		100.0		CAES	2016/01/02	2017/12/31	0	1.340,34		5.000,00	5.000,00						6.340,34
2.4.6.	02/070111	001	2017	15	Aquisição de ferramentas e utensílios	OUTRA		100.0		CAES	2017/01/02	2017/12/31				1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.5.					Serviços culturais, recreativos e religiosos									692.156,60	52.870,12	767.400,00	159.800,00	607.600,00					1.512.426,72
2.5.1.					Cultura									922,50	9.202,61	666.300,00	58.700,00	607.600,00					676.425,11
2.5.1.		025	2011		INSTALAÇÃO/CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECA MUNICIPAL									922,50	9.202,61	18.000,00	18.000,00						28.125,11
2.5.1.	02/07013302	0251	2011	32	Construção	EMPREITADA		100.0		DIGAID	2011/01/01	2017/12/31	4	922,50	9.202,61	18.000,00	18.000,00						28.125,11
2.5.1.	02/07011902	023	2016	35	Aquisição de livros para a biblioteca	OUTRA		100.0		DIGAID	2016/01/02	2017/12/31	0			5.000,00	5.000,00						5.000,00
2.5.1.	02/070305	027	2016	39	Reconstrução do portão do lobo - ARCAS	EMPREITADA		100.0		DEPOE	2016/01/02	2017/12/31	0			4.500,00	4.500,00						4.500,00
2.5.1.	02/070305	057	2017	16	Beneficiação de espaços públicos culturais	EMPREITADA		100.0		DEPOE	2017/01/02	2017/12/31	0			1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.5.1.	02/07011902	058	2017	17	Aquisição equipamento básico	OUTRA		100.0		SETOR CULTURA	2017/01/02	2017/12/31				30.000,00	30.000,00						30.000,00
2.5.1.	02/070111	059	2017	18	Aquisição de ferramentas e utensílios	OUTRA		100.0		SETOR CULTURA	2017/01/02	2017/12/31	0			100,00	100,00						100,00
2.5.1.	02/070109	060	2017	19	Aquisição de equipamento administrativo	OUTRA		100.0		SETOR CULTURA	2017/01/02	2017/12/31	0			100,00	100,00						100,00
2.5.1.	02/070115	061	2017	34	Centro de interpretação do megalismo - Dólmen da Barrosa	EMPREITADA		15.0	85.0	SETOR CULTURA	2017/01/02	2017/12/31	0			607.600,00		607.600,00					607.600,00
2.5.2.					Desporto, recreio e lazer									691.234,10	43.667,51	101.100,00	101.100,00						836.001,61
2.5.2.	02/07013302	066	2008	39	Requalificação do pavilhão municipal de Caminha	EMPREITADA		100.0		DEPOE	2008/07/01	2016/04/30	4	19.164,80	18.946,20	20.803,00	20.803,00						58.914,00
2.5.2.	02/07013405	065	2015	68	Beneficiação do estádio de Lanheias	EMPREITADA		100.0		DEPOE	2015/01/02	2017/06/30	4	672.024,37	22.143,38	25.000,00	25.000,00						719.167,75
					A TRANSPORTAR ...									1.373.505,16	117.735,45	5.153.049,00	1.513.899,00	3.639.150,00	2.110.214,39	1.000.000,00			9.754.494,61

ENTIDADE	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017
MUNICIPIO DE CAMINHA		

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROC. ACÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO AC	AA	FC	RESPONSÁVEL	DATAS INICIO	FIM	EX	REALIZADO PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO) ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	ANOS SEGUINTES 2018	2019	2020	OUTROS	TOTAL PREVISTO
					A TRANSPORTAR ...									1.373.505,16	117.735,45	5.153.040,00	1.513.880,00	3.639.150,00	2.110.214,00	1.000.000,00			9.754.494,61
2.5.2.	02/070115	029	2016	41	Manutenção/aquisição de parques infantis e equipamentos geriátricos	OUTRA		100.0		SECATD	2016/01/02	2016/12/31	0	44,93	2.477,33	30.100,00	30.100,00						32.622,26
2.5.2.	02/07011406	054	2017	20	Manutenção de estádios municipais	EMPREITADA		100.0		SETOR DESPORTO	2017/01/02	2017/12/31				1.000,00	1.000,00						1.000,00
2.5.2.	02/07011902	055	2017	21	Aquisição de equipamento básico	OUTRA		100.0		SETOR DESPORTO	2017/01/02	2017/12/31				25.000,00	25.000,00						25.000,00
3.					Funções económicas									415.241,36	8.145,45	1.059.885,00	1.059.883,00		1.276.726,00	6.720,00	27.556,00		2.798.26.,75
3.1.					Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca											5.000,00	5.000,00						5.000,00
3.1.0.					Agricultura,pecuária , silvicultura,caça e pesca											5.000,00	5.000,00						5.000,00
3.1.0.	02/07011413	032	2016	53	Beneficiação rampa dos pescadores - Caminha/Vilarelho	EMPREITADA		100.0		DAES	2016/01/02	2016/12/31	1			5.000,00	5.000,00						5.000,00
3.2.					Indústria e energia									245.527,63	8.145,45	71.020,00	71.020,00		26.720,00	6.720,00	27.556,00		385.683,08
3.2.0.					Indústria e energia									245.527,63	8.145,45	71.020,00	71.020,00		26.720,00	6.720,00	27.556,00		385.683,08
3.2.0.	02/07033304	029	2014	28	Beneficiação da iluminação pública - Iluminar alto minho	EMPREITADA		15.0	85.0	NEE	2014/01/02	2017/12/31	2	105.599,05		6.820,00	6.820,00		6.720,00	6.720,00	27.556,00		153.415,05
3.2.0.	02/07033304	066	2015	69	Beneficiação da iluminação pública	EMPREITADA		100.0		NEE	2015/01/02	2017/01/31	4	137.837,28		14.200,00	14.200,00						152.037,28
3.2.0.	02/07033304	033	2016	44	Beneficiação da iluminação pública	OUTRA		100.0		NEE	2016/01/02	2018/12/31	0	2.091,30	8.145,45	50.000,00	50.000,00		20.000,00				80.232,75
3.3.					Transportes e comunicações									161.641,36		648.365,00	648.363,00		850.006,00				1.660.304,36
3.3..					Transportes rodoviários									111.949,28		598.365,00	598.363,00		850.006,00				1.560.262,28
3.3..	02/07033301	068	2015	71	Intervenção nas freguesias do concelho	EMPREITADA		100.0		DEPOB	2015/01/02	2016/12/31	3	22.588,24		110.000,00	110.000,00						132.588,24
3.3..	02/07033301	069	2015	72	Construção/beneficiação de arruamentos no concelho	EMPREITADA		100.0		DEPOB	2015/01/02	2017/12/31	3	72.501,12		42.000,00	42.000,00						114.501,12
3.3..	02/07033301	070	2015	73	Pavimentação Rua da Barqiela - Ancara	EMPREITADA		100.0		DEPOB	2015/01/02	2016/12/31	2			10.063,00	10.063,00						10.363,00
3.3..	02/07011902	077	2015	60	Aquisição de sinalização	OUTRA		100.0		DEPOB	2015/01/02	2017/12/31	3	16.829,92		20.000,00	20.000,00						36.829,92
3.3..	02/07033301	035	2016	45	Beneficiação das passagens desniveladas do concelho	EMPREITADA		100.0		DEPOB	2015/06/01	2017/12/31	3			20.000,00	20.000,00						20.000,00
3.3..	02/07033301	036	2016	47	Requalificação do Nó da Erra Verde	EMPREITADA		100.0		DEPOB	2016/06/01	2018/12/31	1			200.000,00	200.000,00		850.000,00				1.050.000,00
3.3..	02/07033301	001	2017	22	Caminho de Tornicos - Vilar de Mouros	EMPREITADA		100.0		DEPOB	2017/01/02	2017/12/31	0			11.300,00	11.300,00						11.300,00
3.3..	02/07033301	002	2017	23	Caminho do Agrelo - Vilar de Mouros	EMPREITADA		100.0		DEPOB	2017/01/02	2017/12/31	0			10.000,00	10.000,00						10.300,00
3.3..	02/07033301	003	2017	24	Caminho do Torrão - Vilar de Mouros	EMPREITADA		100.0		DEPOB	2017/01/02	2017/12/31	0			5.000,00	5.000,00						5.000,00
3.3..	02/07033301	004	2017	25	Pavimentação Av.ª Liberdade - Lanhelas	EMPREITADA		100.0		DEPOB	2017/01/02	2017/12/31	0			5.000,00	5.000,00						5.000,00
3.3..	02/07033301	005	2017	26	Alargamento do caminho do Pinto - Gondar - Orbacém	EMPREITADA		100.0		DEPOB	2017/01/02	2017/12/31	0			12.500,00	12.500,00						12.500,00
3.3..	02/07033301	006	2017	27	Pavimentação/Requalificação Av.ª Principal - Argela	EMPREITADA		100.0		DEPOB	2017/01/02	2017/12/31	0			50.000,00	50.000,00						50.000,00
3.3..	02/07033301	007	2017	28	Pavimentação/Requalificação rua do Calvário - Âncora	EMPREITADA		100.0		DEPOB	2017/01/02	2017/12/31	0			12.500,00	12.500,00						12.500,00
					A TRANSPORTAR ...									1.730.997,00	128.554,23	5.793.525,00	2.358.373,00	3.639.150,00	2.986.334,00	1.006.720,00	27.556,00		1.674.284,23

ENTIDADE MUNICIPIO DE CAMINHA	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017

ORDENATIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROC. AQUIS.	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO AC	AA	FC	RESPON SÁVEL	DATAS INICIO	FIM	EX	REALIZADO PAGAM. ATÉ 1-OUT-2016	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO) ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO) TOTAL	DECIDO	NÃO DEFINIDO	ANOS SEGUINTES 2018	2019	2020	OUTROS	TOTAL PREVISTO
												A TRANSPORTAR ...		1.730.997,00	128.554,23	5.783.525,60	2.354.373,00	3.639.150,00	2.986.334,00	1.006.720,00	27.356,00		11.674.384,23
3.3..	02/07030301	008	2017 29	Beneficiação do largo da Igreja - Rita Âncora	EMPREITADA		100.0		3DEUE	2017/01/02	2017/12/31	0			55.000,00	55.000,00						55.000,00
3.3..	02/07030301	009	2017 30	Beneficiação avenida da escola - Venade - Azevedo	EMPREITADA		100.0		3DEUE	2017/01/02	2017/12/31	0			5.000,00	5.000,00						5.000,00
3.3..	02/07030301	010	2017 38	Pavimentação Avª Santana - Moledo - Criselo	EMPREITADA		100.0		3DEUE	2017/01/02	2017/12/31	0			30.000,00	30.000,00						30.000,00
3.3.3.				Transportes fluviais									49.722,02		50.000,00	50.000,00						99.722,02
3.3.3.	02/07011002	031	2015 32	Manutenção e beneficiação do Ferry-Boat	OUTRA		100.0		3DFOE	2015/01/02	2017/12/31	4	49.722,02		50.000,00	50.000,00						99.722,02
3.4.				Comércio e turismo									12.072,37		335.500,00	335.500,00		400.000,00				747.572,37
3.4..				Mercados e feiras									12.905,17		50.500,00	50.500,00		100.000,00				163.505,17
3.4..	02/07010303	079	2015 02	Beneficiação do Mercado Municipal de Caminha	EMPREITADA		100.0		3DEOE	2015/01/02	2016/12/31	1	12.905,17		50.000,00	50.000,00		100.000,00				162.905,17
3.4..	02/07011002	049	2016 49	Aquisição de equipamentos	OUTRA		100.0		3ARS	2016/01/02	2017/12/31	0			500,00	500,00						500,00
3.4.2.				Turismo									67,20		285.000,00	285.000,00		300.000,00				585.067,20
3.4.2.	02/07030313	041	2016 50	Beneficiação de acessos a praias	EMPREITADA		100.0		3ARS	2016/01/02	2017/12/31	0	67,20		5.000,00	5.000,00						5.067,20
3.4.2.	02/07030313	042	2016 51	Requalificação zona sul paredão de Moledo	EMPREITADA		100.0		3ARS	2016/01/02	2017/12/31	1			10.000,00	10.000,00						10.000,00
3.4.2.	02/070115	001	2017 36	Valorização dos caminhos de Santiago	EMPREITADA		15.0	85.0	3ARS	2017/01/02	2018/08/13				270.000,00	270.000,00		300.000,00				570.000,00
4.				Outras funções									63.824,42		396.000,00	396.000,00						459.824,42
4.3.				Diversas não especificadas									63.824,42		396.000,00	396.000,00						459.824,42
4.3.	02/070115	005	2015 05	Revisão do PDM	OUTRA		100.0		3DFOE	2015/01/02	2017/05/31	3	63.824,42		5.000,00	5.000,00						68.824,42
4.3.	02/070115	052	2016 52	Orçamento Participativo	EMPREITADA		100.0		3MPE	2016/06/01	2018/12/31	1			195.000,00	195.000,00						195.000,00
4.3.	02/070115	001	2017 32	Outros investimentos	OUTRA		100.0		3FA	2017/01/02	2017/12/31	0			1.000,00	1.000,00						1.000,00
4.3.	02/070115	002	2017 35	Orçamento Participativo	EMPREITADA		100.0		3MPOE	2017/01/02	2018/12/31	0			195.000,00	195.000,00						195.000,00
												TOTAL GERAL ...		1.856.615,81	128.554,23	6.665.025,60	3.025.873,00	3.639.150,00	3.386.334,00	1.006.720,00	27.356,00		13.071.693,04

FASES DE EXECUÇÃO

0 - NÃO INICIADA
1 - COM PROJECTO TECNICO
2 - ADJUDICADO
3 - EXECUÇÃO FISICA ATÉ 50%
4 - EXECUÇÃO FISICA SUPERIOR A 50%
5 - DESPESA CONTÍNUA
9 - CONCLUIDO
P -

Em __ de _____ de ___

_____

Em __ de _____ de ___

_____

RESUMO DO ORÇAMENTO – CÓDIGO POCAL 7.2

RESUMO DO ORÇAMENTO - DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 1 PÁGINA
ORÇAMENTO DA RECEITA – DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 2 PÁGINAS, NUMERADAS DE 1 A 2
ORÇAMENTO DA DESPESA – DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 3 PÁGINA, NUMERADAS DE 1 A 3

R E S U M O D O O R Ç A M E N T O

ENTIDADE
MUNICIPIO DE CAMINHA

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	16.093.712,00	Correntes	15.849.865,00
De capital	4.608.495,00	De capital	4.852.342,00
Total	20.702.207,00	Total	20.702.207,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	20.702.207,00	Total Geral	20.702.207,00

ENTIDADE MUNICIPIO DE CAMINHA	ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
	D E S P E S A S C O R R E N T E S	15.849.865,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL	5.536.865,00
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	4.057.765,00
01.01.01	Titulares orgãos soberania e membros orgãos autárquicos	190.000,00
01.01.04	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	2.689.900,00
01.01.04.01	Pessoal em funções	2.689.900,00
01.01.06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	17.000,00
01.01.06.01	Pessoal em funções	17.000,00
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	1.000,00
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	278.135,00
01.01.11	Representação	39.900,00
01.01.12	Suplementos e prémios	1.000,00
01.01.13	Subsídio de refeição	309.500,00
01.01.14	Subsídio de férias e de Natal	505.330,00
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	26.000,00
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	121.900,00
01.02.02	Horas extraordinárias	25.000,00
01.02.03	Alimentação e alojamento	100,00
01.02.04	Ajudas de custo	17.500,00
01.02.05	Abono para falhas	9.000,00
01.02.06	Formação	100,00
01.02.10	Subsidio de trabalho nocturno	100,00
01.02.11	Subsídio de turno	40.000,00
01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	30.000,00
01.02.13.03	Senhas de presença	30.000,00
01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	100,00
01.03	SEGURANÇA SOCIAL	1.357.200,00
01.03.01	Encargos com saúde	303.000,00
01.03.03	Subsidio familiar a crianças e jovens	18.000,00
01.03.04	Outras prestações familiares	100,00
01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	985.800,00
01.03.05.02	Segurança social pessoal em regime de trabalho de contrato trabalho em funções píblicas (RCTPF)	907.800,00
01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	451.400,00
01.03.05.02.02	Segurança social - Regime geral	456.400,00
01.03.05.03	Outros	78.000,00
01.03.06	Acidentes em serviço e doenças profissionais	100,00
01.03.09	SEGUROS	50.000,00
01.03.09.01	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	50.000,00
01.03.10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	200,00
01.03.10.01	Eventualidade maternidade, paternidade e adopção	100,00
01.03.10.99	Outras despesas de segurança social	100,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	9.105.685,00
02.01	Aquisição de bens	3.417.300,00
02.01.01	Matérias-primas e subsidiárias	50.000,00
02.01.02	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	366.000,00
02.01.02.01	Gasolina	16.000,00
02.01.02.02	Gasóleo	200.000,00
02.01.02.99	Outros	150.000,00
02.01.04	Limpeza e higiene	11.000,00
02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas	190.000,00
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	40.000,00
02.01.08	Material de escritório	36.600,00
02.01.12	Material de transporte - Peças	25.000,00
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	5.000,00
02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	2.500.000,00
02.01.16.01	Água	1.500.000,00
02.01.16.03	Outros	1.000.000,00

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
02.01.16.03.01	Saneamento	1.000.000,00
02.01.17	Ferramentas e utensilios	10.000,00
02.01.18	Livros e documentação técnica	1.000,00
02.01.19	Artigos honorificos e decoração	100,00
02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	30.000,00
02.01.21	Outros bens	152.600,00
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	5.688.385,00
02.02.01	Encargos das instalações	300.000,00
02.02.02	Limpeza e higiene	95.000,00
02.02.03	Conservação de bens	30.000,00
02.02.04	Locação de edificios	900.000,00
02.02.09	Comunicações	145.000,00
02.02.10	Transportes	400.000,00
02.02.11	Representação dos serviços	100,00
02.02.12	Seguros	50.000,00
02.02.13	Deslocações e estadas	1.485,00
02.02.14	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	75.000,00
02.02.15	Formação	1.000,00
02.02.16	Seminários,exposições e similares	5.000,00
02.02.17	Publicidade	100.300,00
02.02.18	Vigilância e segurança	25.000,00
02.02.19	Assistência técnica	100.000,00
02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	190.000,00
02.02.20.99	Outros	190.000,00
02.02.24	Encargos de cobrança receitas	141.000,00
02.02.25	OUTROS SERVIÇOS	3.129.500,00
02.02.25.01	Educação	250.000,00
02.02.25.02	Limpeza urbana	900.000,00
02.02.25.03	Iluminação pública	600.000,00
02.02.25.04	Actividade sócio-cultural	915.000,00
02.02.25.05	Actividade desportiva e de lazer	333.000,00
02.02.25.99	Outros	131.500,00
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	143.000,00
03.01	Juros da divida pública	75.000,00
03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	27.500,00
03.01.03.01	Empréstimos de curto prazo	1.000,00
03.01.03.02	Emprestimos de médio e longo prazos	26.500,00
03.01.06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	47.500,00
03.03	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	5.000,00
03.03.05	Material de transporte	5.000,00
03.05	OUTROS JUROS	63.000,00
03.05.02	Outros	63.000,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.042.315,00
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	274.315,00
04.05.01	CONTINENTE	274.315,00
04.05.01.02	Freguesias	274.315,00
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	600.000,00
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	600.000,00
04.08	FAMÍLIAS	168.000,00
04.08.02	Outras	168.000,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.000,00
06.02	DIVERSAS	22.000,00
06.02.03	OUTRAS	22.000,00
06.02.03.01	Outras restituições	15.000,00
06.02.03.04	Serviços bancários	1.000,00
06.02.03.05	Outras	6.000,00
	D E S P E S A S D E C A P I T A L	4.852.342,00
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	3.025.873,00
07.01	INVESTIMENTOS	1.349.300,00
07.01.02	Habitações	5.000,00
07.01.02.03	Reparação e Beneficiação	5.000,00
07.01.03	EDIFICIOS	138.000,00
07.01.03.01	Instalações de serviços	20.000,00

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
07.01.03.02	Instalações desportivas e recreativas	38.000,00
07.01.03.03	**Mercados e instalações de fiscalização sanitária**	**50.000,00**
07.01.03.05	ESCOLAS	30.000,00
07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	31.000,00
07.01.04.06	Instalações desportivas e recreativas	26.000,00
07.01.04.13	Outros	5.000,00
07.01.07	Equipamento de informática	160.000,00
07.01.08	Software informático	125.000,00
07.01.09	Equipamento administrativo	5.100,00
07.01.10	Equipamento básico	161.500,00
07.01.10.02	Outro	161.500,00
07.01.11	Ferramentas e útensilios	7.600,00
07.01.15	Outros investimentos	716.100,00
07.02	LOCAÇÃO FINANCEIRA	12.000,00
07.02.05	Material de transporte-Locação financeira	12.000,00
07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1.664.573,00
07.03.02	EDIFICIOS	260.700,00
07.03.02.05	Escolas	260.700,00
07.03.03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	1.398.373,00
07.03.03.01	Viadutos,arruamentos e complementares	637.363,00
07.03.03.02	Sistemas drenagem e aguas residuais	603.990,00
07.03.03.04	Iluminação publica	71.020,00
07.03.03.05	Parques e jardins	6.000,00
07.03.03.07	Captação e distribuição de água	29.000,00
07.03.03.08	Viação rural	15.000,00
07.03.03.09	Sinalização e transito	5.000,00
07.03.03.12	Cemitérios	1.000,00
07.03.03.13	Outros	30.000,00
07.03.05	Bens de património, artisitico e cultural	5.500,00
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	514.342,00
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	404.342,00
08.05.01	CONTINENTE	404.342,00
08.05.01.02	Freguesias	404.342,00
08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100.000,00
08.07.01	Instituições sem fins lucrativos	100.000,00
08.08	FAMÍLIAS	10.000,00
08.08.02	Outras	10.000,00
09	ACTIVOS FINANCEIROS	157.127,00
09.07	ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES	50.000,00
09.07.02	Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Públicas	50.000,00
09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	107.127,00
09.08.06	Administração Pública Central - Serviços e Fundos Autónomos	107.127,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	935.000,00
10.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	250.000,00
10.05.03	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	250.000,00
10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	685.000,00
10.06.03	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	320.000,00
10.06.06	Administração Pública Central - Serviços e Fundos Autónomos	365.000,00
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	220.000,00
11.02	DIVERSAS	220.000,00
11.02.99	Outras	220.000,00
	TOTAL GERAL DAS DESPESAS	20.702.207,00

Em ___ de _____ de _____

_____

Em ___ de _____ de _____

_____

ENTIDADE MUNICIPIO DE CAMINHA	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E
	R E C E I T A S C O R R E N T E S	16.093.712,00
01	IMPOSTOS DIRECTOS	3.962.565,00
01.02	Outros	3.962.565,00
01.02.02	Imposto municipal sobre imóveis	2.778.045,00
01.02.03	Imposto único de circulação	377.273,00
01.02.04	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	651.172,00
01.02.05	Derrama	156.075,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	137.778,00
02.02	Outros	137.778,00
02.02.06	Impostos indirectos especificos das autarquias locais	137.778,00
02.02.06.02	Loteamento e Obras	102.488,00
02.02.06.03	Ocupação de Via Pública	20.708,00
02.02.06.05	Publicidade	3.366,00
02.02.06.99	Outros	11.216,00
02.02.06.99.01	Taxa Municipal Direitos de Passagem - TMDP	960,00
02.02.06.99.99	Outros	10.256,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	249.614,00
04.01	Taxas	212.807,00
04.01.23	Taxas especificas das autarquias locais	212.807,00
04.01.23.01	Mercados e Feiras	92.197,00
04.01.23.02	Loteamento e Obras	77.381,00
04.01.23.03	Ocupação de Via Pública	25.578,00
04.01.23.99	Outras	17.651,00
04.01.23.99.99	Outras	17.651,00
04.02	Multas e outras penalidades	36.807,00
04.02.01	Juros de mora	27.560,00
04.02.02	Juros compensatórios	2.872,00
04.02.99	Multas e penalidades diversas	6.375,00
04.02.99.02	Outras	6.375,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.521.500,00
05.07	Dividendos e particip.lucros soc.e quase soc.não financeiras	60.000,00
05.07.03	Empresas privadas	60.000,00
05.10	Rendas	1.461.500,00
05.10.03	Habitações	1.500,00
05.10.04	Edificios	60.000,00
05.10.05	Bens de dominio publico	800.000,00
05.10.99	Outros	600.000,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.045.638,00
06.03	Administração central	6.545.638,00
06.03.01	Estado	5.907.125,00
06.03.01.01	Fundo de Equilibrio Financeiro	5.100.713,00
06.03.01.02	Fundo Social Municipal	233.451,00
06.03.01.03	Participação variável no IRS	172.961,00
06.03.01.99	Outras	400.000,00
06.03.06	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	638.513,00
06.03.06.01	FEDER	638.513,00
06.09	RESTO DO MUNDO	500.000,00
06.09.04	União Europeia - Paises membros	500.000,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2.626.617,00
07.01	Venda de bens	982.790,00
07.01.03	Publicações e impressos	150,00
07.01.08	Mercadorias	970.640,00
07.01.08.01	Àgua	970.640,00
07.01.99	Outros	12.000,00
07.02	Serviços	1.643.827,00
07.02.08	Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	250.000,00
07.02.08.04	Serviços desportivos	250.000,00
07.02.08.04.00	Serviços desportivos	250.000,00
07.02.09	Serviços especificos das autarquias	1.392.827,00

ENTIDADE MUNICIPIO DE CAMINHA	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2017

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E
07.02.09.01	Saneamento	570.640,00
07.02.09.02	Resíduos sólidos	600.000,00
07.02.09.04	Trabalhos por conta de particulares	60.000,00
07.02.09.05	Cemitérios	1.000,00
07.02.09.06	Mercados e feiras	11.187,00
07.02.09.99	Outros	150.000,00
07.02.99	Outros	1.000,00
07.02.99.99	Outros	1.000,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	550.000,00
08.01	outras	550.000,00
08.01.99	Outras	550.000,00
08.01.99.03	IVA reembolsado	300.000,00
08.01.99.99	Diversas	250.000,00
	R E C E I T A S D E C A P I T A L	4.608.495,00
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	46.011,00
09.01	Terrenos	46.011,00
09.01.01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	46.011,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.262.484,00
10.03	Administração central	4.262.484,00
10.03.01	Estado	568.746,00
10.03.01.01	Fundo de Equilibrio Financeiro	566.746,00
10.03.01.04	Cooperação técnica e financeira	1.000,00
10.03.01.99	Outras	1.000,00
10.03.07	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	3.693.738,00
10.03.07.01	FEDER	3.668.238,00
10.03.07.99	Outras	25.500,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	250.000,00
12.05	Empréstimos a curto prazo	250.000,00
12.05.02	Sociedades financeiras	250.000,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00
13.01	Outras	50.000,00
13.01.99	Outras	50.000,00
	TOTAL DAS RECEITAS	20.702.207,00

Em ___ de _____ de _____

_____

Em ___ de _____ de _____

_____

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA – CÓDIGO POCAL 7.3.1

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA – DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 4 PÁGINAS, NUMERADAS DE 1 A 4

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA – DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 5 PÁGINAS, NUMERADAS DE 1 A 5

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORCAMENTAL DA DESPESA
ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	CORRIGIDAS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIOS FUTUROS	TOTAL		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 3 - 4)	(9 = 3 - 7)	(10 = 4 - 7)	(11) a)
	D E S P E S A S C O R R E N T E S	15.609.112,78	14.299.194,72	21.986.355,03	36.285.549,75	12.472.977,44	1.309.918,06	3.136.135,34	1.826.217,28	79.91
01	DESPESAS COM O PESSOAL	5.536.215,00	5.192.354,36	16.758,85	5.209.113,21	5.050.496,86	343.860,64	485.718,14	141.857,50	91.23
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	4.022.360,00	3.821.498,14		3.821.498,14	3.821.498,14	200.861,86	200.861,86		95.01
010101	Titulares orgãos soberania e membros orgãos autárquicos	190.000,00	162.252,47		162.252,47	162.252,47	27.747,53	27.747,53		85.40
010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	2.690.910,00	2.690.900,95		2.690.900,95	2.690.900,95	9,05	9,05		100.00
01010401	Pessoal em funções	2.690.910,00	2.690.900,95		2.690.900,95	2.690.900,95	9,05	9,05		100.00
010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	6.460,32					6.460,32	6.460,32		
01010601	Pessoal em funções	6.460,32					6.460,32	6.460,32		
010108	Pessoal aguardando aposentação	4.039,68	3.696,19		3.696,19	3.696,19	343,49	343,49		91.50
010109	Pessoal em qualquer outra situação	248.170,00	106.522,52		106.522,52	106.522,52	141.647,48	141.647,48		42.92
010111	Representação	39.900,00	36.233,52		36.233,52	36.233,52	3.666,48	3.666,48		90.81
010112	Suplementos e prémios	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
010113	Subsídio de refeição	310.550,00	310.345,21		310.345,21	310.345,21	204,79	204,79		99.93
010114	Subsídio de férias e de Natal	505.330,00	490.638,35		490.638,35	490.638,35	14.691,65	14.691,65		97.09
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	26.000,00	20.908,93		20.908,93	20.908,93	5.091,07	5.091,07		80.42
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	134.255,00	117.316,33		117.316,33	117.316,33	16.938,67	16.938,67		87.38
010202	Horas extraordinárias	36.290,00	36.283,79		36.283,79	36.283,79	6,21	6,21		99.98
010203	Alimentação e alojamento	100,00					100,00	100,00		
010204	Ajudas de custo	17.500,00	13.735,22		13.735,22	13.735,22	3.764,78	3.764,78		78.49
010205	Abono para falhas	10.715,00	10.705,66		10.705,66	10.705,66	9,34	9,34		99.91
010206	Formação	100,00					100,00	100,00		
010210	Subsidio de trabalho nocturno	100,00					100,00	100,00		
010211	Subsídio de turno	40.000,00	29.447,27		29.447,27	29.447,27	10.552,73	10.552,73		73.62
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	29.350,00	27.144,39		27.144,39	27.144,39	2.205,61	2.205,61		92.49
01021303	Senhas de presença	29.350,00	27.144,39		27.144,39	27.144,39	2.205,61	2.205,61		92.49
010214	Outros abonos em numerário ou espécie	100,00					100,00	100,00		
0103	SEGURANÇA SOCIAL	1.379.600,00	1.253.539,89	16.758,85	1.270.298,74	1.111.682,39	126.060,11	267.917,61	141.857,50	80.58
010301	Encargos com saúde	325.400,00	322.704,95		322.704,95	181.216,45	2.695,05	144.183,55	141.488,50	55.69
010303	Subsidio familiar a crianças e jovens	18.000,00	16.641,47		16.641,47	16.641,47	1.358,53	1.358,53		92.45
010304	Outras prestações familiares	100,00					100,00	100,00		
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	985.800,00	878.419,92		878.419,92	878.419,92	107.380,08	107.380,08		89.11
01030502	Segurança social pessoal em regime de trabalho de contrato trabalho em funções públicas (RCTPF)	907.800,00	835.816,19		835.816,19	835.816,19	71.983,81	71.983,81		92.07
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	451.400,00	441.036,27		441.036,27	441.036,27	10.363,73	10.363,73		97.70
0103050202	Segurança social - Regime geral	456.400,00	394.779,92		394.779,92	394.779,92	61.620,08	61.620,08		86.50
01030503	Outros	78.000,00	42.603,73		42.603,73	42.603,73	35.396,27	35.396,27		54.62
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	100,00					100,00	100,00		
010309	SEGUROS	50.000,00	35.773,55	16.758,85	52.532,40	35.404,55	14.226,45	14.595,45	369,00	70.81
01030901	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	50.000,00	35.773,55	16.758,85	52.532,40	35.404,55	14.226,45	14.595,45	369,00	70.81
010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	200,00					200,00	200,00		
01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adopção	100,00					100,00	100,00		
01031099	Outras despesas de segurança social	100,00					100,00	100,00		
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	9.003.746,78	8.256.680,22	21.275.133,91	29.531.814,13	6.665.801,72	747.066,56	2.337.945,06	1.590.878,50	74.03
0201	Aquisição de bens	2.029.919,81	1.550.390,87	1.524.016,36	3.074.407,23	1.249.753,72	479.528,94	780.166,09	300.637,15	61.57
020101	Matérias-primas e subsidiárias	40.052,00	39.953,54		39.953,54	20.104,78	98,46	19.947,22	19.848,76	50.20
020102	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	422.084,00	387.725,71		387.725,71	299.039,70	34.358,29	123.044,30	88.686,01	70.85
02010201	Gasolina	21.345,00	17.607,47		17.607,47	15.838,80	3.737,53	5.506,20	1.768,67	74.20
02010202	Gasóleo	279.615,00	257.842,39		257.842,39	188.186,27	21.772,61	91.428,73	69.656,12	67.30
02010299	Outros	121.124,00	112.275,85		112.275,85	95.014,63	8.848,15	26.109,37	17.261,22	78.44
020104	Limpeza e higiene	9.250,00	9.039,32		9.039,32	5.784,83	210,68	3.465,17	3.254,49	62.54
020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	349.918,00	210.598,70	22.898,00	233.496,70	195.705,08	139.319,30	154.212,92	14.893,62	55.93
020107	Vestuário e artigos pessoais	24.064,50	23.001,24		23.001,24	22.960,50	1.063,26	1.104,00	40,74	95.41
020108	Material de escritório	47.625,00	42.103,63		42.103,63	33.921,51	5.521,37	13.703,49	8.182,12	71.23

(a) (11 = 7 / 3 * 100)

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORCAMENTAL DA DESPESA
ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	CORRIGIDAS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIOS FUTUROS	TOTAL		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 3 - 4)	(9 = 3 - 7)	(10 = 4 - 7)	(11) a)
020112	Material de transporte - Peças	27.250,00	27.216,38		27.216,38	19.340,86	33,62	7.909,14	7.875,52	70.96
020115	Prémios, condecorações e ofertas	7.380,00	7.281,29		7.281,29	4.786,86	98,71	2.593,14	2.494,43	64.86
020116	MERCADORIAS PARA VENDA	857.656,81	566.870,09	1.501.118,36	2.067.988,45	514.430,12	290.786,72	343.226,69	52.439,97	59.98
02011601	Água	512.166,50	310.574,34	690.514,50	1.001.088,84	277.717,58	201.592,16	234.448,92	32.856,76	54.22
02011603	Outros	345.490,31	256.295,75	810.603,86	1.066.899,61	236.712,54	89.194,56	108.777,77	19.583,21	68.51
0201160301	Saneamento	345.490,31	256.295,75	810.603,86	1.066.899,61	236.712,54	89.194,56	108.777,77	19.583,21	68.51
020117	Ferramentas e utensilios	16.160,50	16.139,44		16.139,44	8.909,34	21,06	7.251,16	7.230,10	55.13
020118	Livros e documentação técnica	250,00					250,00	250,00		
020119	Artigos honoríficos e decoração	100,00					100,00	100,00		
020120	Material de educação, cultura e recreio	23.050,00	20.104,52		20.104,52	18.661,59	2.945,48	4.388,41	1.442,93	80.96
020121	Outros bens	205.079,00	200.357,01		200.357,01	106.108,55	4.721,99	98.970,45	94.248,46	51.74
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	6.973.826,97	6.706.289,35	19.751.117,55	26.457.406,90	5.416.048,00	267.537,62	1.557.778,97	1.290.241,35	77.66
020201	Encargos das instalações	396.777,03	394.828,09	114.583,68	509.411,77	354.741,18	1.948,94	42.035,85	40.086,91	89.41
020202	Limpeza e higiene	130.765,00	128.567,62	32.703,20	161.270,82	106.993,42	2.197,38	23.771,58	21.574,20	81.82
020203	Conservação de bens	68.725,00	68.329,33		68.329,33	36.910,91	395,67	31.814,09	31.418,42	53.71
020204	Locação de edificios	649.035,00	648.688,15	13.587.318,01	14.236.006,16	648.688,15	346,85	346,85		99.95
020209	Comunicações	175.986,00	157.001,06	42.457,55	199.458,61	135.170,70	18.984,94	40.815,30	21.830,36	76.81
020210	Transportes	498.380,00	465.557,71	2.100,00	467.657,71	398.283,61	32.822,29	100.096,39	67.274,10	79.92
020211	Representação dos serviços	600,00	500,00		500,00	500,00	100,00	100,00		83.33
020212	Seguros	47.300,00	47.275,06	20.735,65	68.010,71	43.044,47	24,94	4.255,53	4.230,59	91.00
020213	Deslocações e estadas	3.410,00	3.367,35		3.367,35	3.042,35	42,65	367,65	325,00	89.22
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	80.935,00	80.934,00	49.815,00	130.749,00	62.607,00	1,00	18.328,00	18.327,00	77.35
020215	Formação	7.375,00	7.335,40		7.335,40	2.547,95	39,60	4.827,05	4.787,45	34.55
020216	Seminários,exposições e similares	15.830,00	15.309,82		15.309,82	6.782,73	520,18	9.047,27	8.527,09	42.85
020217	Publicidade	210.740,00	205.935,92		205.935,92	165.743,68	4.804,08	44.996,32	40.192,24	78.65
020218	Vigilância e segurança	2.000,00	1.979,17		1.979,17	318,67	20,83	1.681,33	1.660,50	15.93
020219	Assistência técnica	86.400,00	81.649,77	16.546,19	98.195,96	47.326,59	4.750,23	39.073,41	34.323,18	54.78
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	404.820,00	404.578,36	2.533,35	407.111,71	271.115,35	241,64	133.704,65	133.463,01	66.97
02022099	Outros	404.820,00	404.578,36	2.533,35	407.111,71	271.115,35	241,64	133.704,65	133.463,01	66.97
020224	Encargos de cobrança receitas	141.000,00	139.841,94		139.841,94	139.055,31	1.158,06	1.944,69	786,63	98.62
020225	OUTROS SERVIÇOS	4.053.748,94	3.854.610,60	5.882.324,92	9.736.935,52	2.993.175,93	199.138,34	1.060.573,01	861.434,67	73.84
02022501	Educação	160.880,44	145.920,90	16.632,00	162.552,90	124.623,44	14.959,54	36.257,00	21.297,46	77.46
02022502	Limpeza urbana	1.183.891,00	1.131.820,69	5.469.881,60	6.601.702,29	1.016.456,02	52.070,31	167.434,98	115.364,67	85.86
02022503	Iluminação pública	825.538,00	718.534,46	395.811,32	1.114.345,78	586.597,34	107.003,54	238.940,66	131.937,12	71.06
02022504	Actividade sócio-cultural	1.291.303,01	1.285.789,18		1.285.789,18	772.147,44	5.513,83	519.155,57	513.641,74	59.80
02022505	Actividade desportiva e de lazer	393.343,09	391.226,70		391.226,70	358.061,09	2.116,39	35.282,00	33.165,61	91.03
02022599	Outros	198.793,40	181.318,67		181.318,67	135.290,60	17.474,73	63.502,80	46.028,07	68.06
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	143.350,00	107.885,53	503.462,27	611.347,80	107.525,53	35.464,47	35.824,47	360,00	75.01
0301	Juros da divida pública	75.350,00	70.527,07	333.247,73	403.774,80	70.167,67	4.822,93	5.182,93	360,00	93.12
030103	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	27.850,00	24.981,97	333.247,73	358.229,70	24.621,97	2.868,03	3.228,03	360,00	88.41
03010301	Empréstimos de curto prazo	1.350,00	1.276,60		1.276,60	916,60	73,40	433,40	360,00	67.90
03010302	Emprestimos de médio e longo prazos	26.500,00	23.705,37	333.247,73	356.953,10	23.705,37	2.794,63	2.794,63		89.45
030106	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	47.500,00	45.545,10		45.545,10	45.545,10	1.954,90	1.954,90		95.88
0303	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	5.000,00	231,36		231,36	231,36	4.768,64	4.768,64		4.63
030305	Material de transporte	5.000,00	231,36		231,36	231,36	4.768,64	4.768,64		4.63
0305	OUTROS JUROS	63.000,00	37.127,10	170.214,54	207.341,64	37.127,10	25.872,90	25.872,90		58.93
030502	Outros	63.000,00	37.127,10	170.214,54	207.341,64	37.127,10	25.872,90	25.872,90		58.93
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	869.015,00	700.161,75	191.000,00	891.161,75	610.071,84	168.853,25	258.943,16	90.089,91	70.20
0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	274.315,00	226.084,95		226.084,95	182.520,04	48.230,05	91.794,96	43.564,91	66.54
040501	CONTINENTE	274.315,00	226.084,95		226.084,95	182.520,04	48.230,05	91.794,96	43.564,91	66.54
04050102	Freguesias	274.315,00	226.084,95		226.084,95	182.520,04	48.230,05	91.794,96	43.564,91	66.54
0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	450.750,00	445.012,50	191.000,00	636.012,50	398.487,50	5.737,50	52.262,50	46.525,00	88.41
040701	Instituições sem fins lucrativos	450.750,00	445.012,50	191.000,00	636.012,50	398.487,50	5.737,50	52.262,50	46.525,00	88.41
0408	FAMÍLIAS	143.950,00	29.064,30		29.064,30	29.064,30	114.885,70	114.885,70		20.19
040802	Outras	143.950,00	29.064,30		29.064,30	29.064,30	114.885,70	114.885,70		20.19
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.786,00	42.112,86		42.112,86	39.081,49	14.673,14	17.704,51	3.031,37	68.82

(a) (11 = 7 / 3 * 100)

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA
ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	CORRIGIDAS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIOS FUTUROS	TOTAL		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 3 - 4)	(9 = 3 - 7)	(10 = 4 - 7)	(11) a)
0602	DIVERSAS	56.786,00	42.112,86		42.112,86	39.081,49	14.673,14	17.704,51	3.031,37	68.82
060203	OUTRAS	56.786,00	42.112,86		42.112,86	39.081,49	14.673,14	17.704,51	3.031,37	68.82
06020301	Outras restituições	14.000,00					14.000,00	14.000,00		
06020304	Serviços bancários	1.011,00	744,43		744,43	744,43	266,57	266,57		73.63
06020305	Outras	41.775,00	41.368,43		41.368,43	38.337,06	406,57	3.437,94	3.031,37	91.77
	D E S P E S A S D E C A P I T A L	7.570.792,93	6.249.729,10	4.775.429,44	11.025.158,54	3.001.656,04	1.321.063,83	4.569.136,89	3.248.073,06	39.65
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	5.439.073,93	4.233.797,05	1.502.361,80	5.736.158,85	1.165.783,40	1.205.276,88	4.273.290,53	3.068.013,65	21.43
0701	INVESTIMENTOS	1.340.364,72	1.131.851,15	264.575,00	1.396.426,15	614.561,70	208.513,57	725.803,02	517.289,45	45.85
070102	Habitações	2.000,00					2.000,00	2.000,00		
07010203	Reparação e Beneficiação	2.000,00					2.000,00	2.000,00		
070103	EDIFICIOS	120.454,00	85.410,57		85.410,57	68.952,56	35.043,43	51.501,44	16.458,01	57.24
07010301	Instalações de serviços	57.725,00	43.886,20		43.886,20	30.804,29	13.838,80	26.920,71	13.081,91	53.36
07010302	Instalações desportivas e recreativas	42.000,00	41.524,37		41.524,37	38.148,27	475,63	3.851,73	3.376,10	90.83
07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	20.000,00					20.000,00	20.000,00		
07010305	ESCOLAS	729,00					729,00	729,00		
070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	33.100,00	27.099,08		27.099,08	4.955,70	6.000,92	28.144,30	22.143,38	14.97
07010406	Instalações desportivas e recreativas	28.100,00	24.851,88		24.851,88	2.708,50	3.248,12	25.391,50	22.143,38	9.64
07010413	Outros	5.000,00	2.247,20		2.247,20	2.247,20	2.752,80	2.752,80		44.94
070106	MATERIAL DE TRANSPORTE	57.660,00	53.534,00		53.534,00		4.126,00	57.660,00	53.534,00	
07010602	OUTRO	57.660,00	53.534,00		53.534,00		4.126,00	57.660,00	53.534,00	
070107	Equipamento de informática	181.366,57	170.446,16		170.446,16	116.152,92	10.920,41	65.213,65	54.293,24	64.04
070108	Software informático	233.580,07	218.677,78	105.298,51	323.976,29	126.746,54	14.902,29	106.833,53	91.931,24	54.26
070109	Equipamento administrativo	1.350,00	1.050,42		1.050,42		299,58	1.350,00	1.050,42	
070110	Equipamento básico	138.745,00	104.653,92		104.653,92	69.251,53	34.091,08	69.493,47	35.402,39	49.91
07011002	Outro	138.745,00	104.653,92		104.653,92	69.251,53	34.091,08	69.493,47	35.402,39	49.91
070111	Ferramentas e útensilios	18.815,00	16.227,42		16.227,42	8.123,72	2.587,58	10.691,28	8.103,70	43.18
070115	Outros investimentos	553.294,08	454.751,80	159.276,49	614.028,29	220.378,73	98.542,28	332.915,35	234.373,07	39.83
0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA	8.900,00	8.707,31		8.707,31	8.707,31	192,69	192,69		97.83
070205	Material de transporte-Locação financeira	8.900,00	8.707,31		8.707,31	8.707,31	192,69	192,69		97.83
0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	4.089.809,21	3.093.238,59	1.237.786,80	4.331.025,39	542.514,39	996.570,62	3.547.294,82	2.550.724,20	13.27
070302	EDIFICIOS	74.755,22	69.746,51		69.746,51	39.951,92	5.008,71	34.803,30	29.794,59	53.44
07030205	Escolas	74.755,22	69.746,51		69.746,51	39.951,92	5.008,71	34.803,30	29.794,59	53.44
070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	4.009.553,99	3.023.492,08	1.237.786,80	4.261.278,88	502.562,47	986.061,91	3.506.991,52	2.520.929,61	12.53
07030301	Viadutos,arruamentos e complementares	1.342.619,70	1.183.706,28		1.183.706,28	150.747,92	158.913,42	1.191.871,78	1.032.958,36	11.23
07030302	Sistemas drenagem e aguas residuais	1.807.567,01	1.597.753,28	1.203.703,74	2.801.457,02	278.835,88	209.813,73	1.528.731,13	1.318.917,40	15.43
07030304	Iluminação publica	50.834,78	36.720,90	34.083,06	70.803,96	26.292,10	14.113,88	24.542,68	10.428,80	51.72
07030305	Parques e jardins	18.250,00	17.207,01		17.207,01	9.826,78	1.042,99	8.423,22	7.380,23	53.85
07030307	Captação e distribuição de água	29.850,00	23.860,71		23.860,71	14.109,38	5.989,29	15.740,62	9.751,33	47.27
07030308	Viação rural	677.752,50	99.980,10		99.980,10	15.677,40	577.772,40	662.075,10	84.302,70	2.31
07030309	Sinalização e transito	5.800,00	2.988,41		2.988,41	1.334,55	2.811,59	4.465,45	1.653,86	23.01
07030312	Cemitérios	1.000,00	832,10		832,10	832,10	167,90	167,90		83.21
07030313	Outros	75.880,00	60.443,29		60.443,29	4.906,36	15.436,71	70.973,64	55.536,93	6.47
070305	Bens de património, artisitico e cultural	5.500,00					5.500,00	5.500,00		
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	744.592,00	663.858,97		663.858,97	483.799,56	80.733,03	260.792,44	180.059,41	64.98
0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	594.842,00	514.446,87		514.446,87	334.387,46	80.395,13	260.454,54	180.059,41	56.21
080501	CONTINENTE	594.842,00	514.446,87		514.446,87	334.387,46	80.395,13	260.454,54	180.059,41	56.21
08050102	Freguesias	594.842,00	514.446,87		514.446,87	334.387,46	80.395,13	260.454,54	180.059,41	56.21
0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	133.550,00	133.543,53		133.543,53	133.543,53	6,47	6,47		100.00
080701	Instituições sem fins lucrativos	133.550,00	133.543,53		133.543,53	133.543,53	6,47	6,47		100.00
0808	FAMÍLIAS	16.200,00	15.868,57		15.868,57	15.868,57	331,43	331,43		97.95
080802	Outras	16.200,00	15.868,57		15.868,57	15.868,57	331,43	331,43		97.95
09	ACTIVOS FINANCEIROS	207.127,00	207.127,00		207.127,00	207.127,00				100.00
0907	ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES	100.000,00	100.000,00		100.000,00	100.000,00				100.00
090702	Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Públicas	100.000,00	100.000,00		100.000,00	100.000,00				100.00
0908	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	107.127,00	107.127,00		107.127,00	107.127,00				100.00

(a) (11 = 7 / 3 * 100)

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

ENTIDADE CMC - MUNICIPIO DE CAMINHA Período: 2017/01/01 a 2017/12/31 ANO 2017

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORCAMENTAL DA DESPESA
ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	CORRIGIDAS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIOS FUTUROS	TOTAL		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 3 - 4)	(9 = 3 - 7)	(10 = 4 - 7)	(11) a)
090806	Administração Pública Central - Serviços e Fundos Autónomos	107.127,00	107.127,00		107.127,00	107.127,00				100.00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	935.000,00	899.946,08	2.821.474,56	3.721.420,64	899.946,08	35.053,92	35.053,92		96.25
1005	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	250.000,00	245.000,00		245.000,00	245.000,00	5.000,00	5.000,00		98.00
100503	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	250.000,00	245.000,00		245.000,00	245.000,00	5.000,00	5.000,00		98.00
1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	685.000,00	654.946,08	2.821.474,56	3.476.420,64	654.946,08	30.053,92	30.053,92		95.61
100603	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	320.000,00	290.137,22	2.521.474,56	2.811.611,78	290.137,22	29.862,78	29.862,78		90.67
100606	Administração Pública Central - Serviços e Fundos Autónomos	365.000,00	364.808,86	300.000,00	664.808,86	364.808,86	191,14	191,14		99.95
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	245.000,00	245.000,00	451.593,08	696.593,08	245.000,00				100.00
1102	DIVERSAS	245.000,00	245.000,00	451.593,08	696.593,08	245.000,00				100.00
110299	Outras	245.000,00	245.000,00	451.593,08	696.593,08	245.000,00				100.00
	TOTAL	23.179.905,71	20.548.923,82	26.761.784,47	47.310.708,29	15.474.633,48	2.630.981,89	7.705.272,23	5.074.290,34	66.76

(a) (11 = 7 / 3 * 100)

Em __ de _____ de ___

_____

Em __ de _____ de ___

_____

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

ENTIDADE CMC - MUNICIPIO DE CAMINHA ANO 2017

Período: 2017/01/01 a 2017/12/31 PAG. 1

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA
		CORRIGIDAS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIOS FUTUROS	TOTAL		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR	
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 3 - 4)	(9 = 3 - 7)	(10 = 4 - 7)	(11) a)
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	2.989.775,00	2.654.516,43	3.062.289,56	5.716.805,99	2.361.096,18	335.258,57	628.678,82	293.420,25	78.97
0101	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	30.978,00	28.510,61		28.510,61	23.801,68	2.467,39	7.176,32	4.708,93	76.83
01	DESPESAS COM O PESSOAL	21.350,00	19.323,42		19.323,42	19.323,42	2.026,58	2.026,58		90.51
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	21.350,00	19.323,42		19.323,42	19.323,42	2.026,58	2.026,58		90.51
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	21.350,00	19.323,42		19.323,42	19.323,42	2.026,58	2.026,58		90.51
01021303	Senhas de presença	21.350,00	19.323,42		19.323,42	19.323,42	2.026,58	2.026,58		90.51
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	9.628,00	9.187,19		9.187,19	4.478,26	440,81	5.149,74	4.708,93	46.51
0201	Aquisição de bens	450,00	189,38		189,38	90,00	260,62	360,00	99,38	20.00
020108	Material de escritório									
020121	Outros bens	450,00	189,38		189,38	90,00	260,62	360,00	99,38	20.00
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	9.178,00	8.997,81		8.997,81	4.388,26	180,19	4.789,74	4.609,55	47.81
020217	Publicidade	1.010,00	945,75		945,75	469,00	64,25	541,00	476,75	46.44
020225	OUTROS SERVIÇOS	8.168,00	8.052,06		8.052,06	3.919,26	115,94	4.248,74	4.132,80	47.98
02022599	Outros	8.168,00	8.052,06		8.052,06	3.919,26	115,94	4.248,74	4.132,80	47.98
0102	CAMARA MUNICIPAL	2.023.797,00	1.726.059,74	240.815,00	1.966.874,74	1.437.348,42	297.737,26	586.448,58	288.711,32	71.02
01	DESPESAS COM O PESSOAL	327.000,00	278.962,67		278.962,67	278.962,67	48.037,33	48.037,33		85.31
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	259.500,00	223.228,31		223.228,31	223.228,31	36.271,69	36.271,69		86.02
010101	Titulares orgãos soberania e membros orgãos autárquicos	190.000,00	162.252,47		162.252,47	162.252,47	27.747,53	27.747,53		85.40
010111	Representação	30.500,00	28.058,10		28.058,10	28.058,10	2.441,90	2.441,90		91.99
010113	Subsídio de refeição	8.000,00	7.798,55		7.798,55	7.798,55	201,45	201,45		97.48
010114	Subsídio de férias e de Natal	30.000,00	25.119,19		25.119,19	25.119,19	4.880,81	4.880,81		83.73
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	9.000,00	7.820,97		7.820,97	7.820,97	1.179,03	1.179,03		86.90
010204	Ajudas de custo	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	8.000,00	7.820,97		7.820,97	7.820,97	179,03	179,03		97.76
01021303	Senhas de presença	8.000,00	7.820,97		7.820,97	7.820,97	179,03	179,03		97.76
0103	SEGURANÇA SOCIAL	58.500,00	47.913,39		47.913,39	47.913,39	10.586,61	10.586,61		81.90
010301	Encargos com saúde	3.000,00	368,22		368,22	368,22	2.631,78	2.631,78		12.27
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	55.500,00	47.545,17		47.545,17	47.545,17	7.954,83	7.954,83		85.67
01030502	Segurança social pessoal em regime de trabalho de contrato trabalho em funções públicas (RCTPF)	55.500,00	47.545,17		47.545,17	47.545,17	7.954,83	7.954,83		85.67
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	15.500,00	15.040,57		15.040,57	15.040,57	459,43	459,43		97.04
0103050202	Segurança social - Regime geral	40.000,00	32.504,60		32.504,60	32.504,60	7.495,40	7.495,40		81.26
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	83.190,00	83.076,35	49.815,00	132.891,35	64.514,35	113,65	18.675,65	18.562,00	77.55
0201	Aquisição de bens	80,00					80,00	80,00		
020102	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	80,00					80,00	80,00		
02010202	Gasóleo	80,00					80,00	80,00		
020108	Material de escritório									
020121	Outros bens									
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	83.110,00	83.076,35	49.815,00	132.891,35	64.514,35	33,65	18.595,65	18.562,00	77.63
020213	Deslocações e estadas	2.175,00	2.142,35		2.142,35	1.907,35	32,65	267,65	235,00	87.69
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	80.935,00	80.934,00	49.815,00	130.749,00	62.607,00	1,00	18.328,00	18.327,00	77.35
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	869.015,00	700.161,75	191.000,00	891.161,75	610.071,84	168.853,25	258.943,16	90.089,91	70.20
0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	274.315,00	226.084,95		226.084,95	182.520,04	48.230,05	91.794,96	43.564,91	66.54
040501	CONTINENTE	274.315,00	226.084,95		226.084,95	182.520,04	48.230,05	91.794,96	43.564,91	66.54
04050102	Freguesias	274.315,00	226.084,95		226.084,95	182.520,04	48.230,05	91.794,96	43.564,91	66.54
0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	450.750,00	445.012,50	191.000,00	636.012,50	398.487,50	5.737,50	52.262,50	46.525,00	88.41
040701	Instituições sem fins lucrativos	450.750,00	445.012,50	191.000,00	636.012,50	398.487,50	5.737,50	52.262,50	46.525,00	88.41
0408	FAMÍLIAS	143.950,00	29.064,30		29.064,30	29.064,30	114.885,70	114.885,70		20.19
040802	Outras	143.950,00	29.064,30		29.064,30	29.064,30	114.885,70	114.885,70		20.19
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	744.592,00	663.858,97		663.858,97	483.799,56	80.733,03	260.792,44	180.059,41	64.98
0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	594.842,00	514.446,87		514.446,87	334.387,46	80.395,13	260.454,54	180.059,41	56.21
080501	CONTINENTE	594.842,00	514.446,87		514.446,87	334.387,46	80.395,13	260.454,54	180.059,41	56.21
08050102	Freguesias	594.842,00	514.446,87		514.446,87	334.387,46	80.395,13	260.454,54	180.059,41	56.21

(a) (11 = 7 / 3 * 100)

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)	CORRIGIDAS (3)	EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)	(7)	DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)	(11) a)
0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	133.550,00	133.543,53		133.543,53	133.543,53	6,47	6,47		100.00
080701	Instituições sem fins lucrativos	133.550,00	133.543,53		133.543,53	133.543,53	6,47	6,47		100.00
0808	FAMÍLIAS	16.200,00	15.868,57		15.868,57	15.868,57	331,43	331,43		97.95
080802	Outras	16.200,00	15.868,57		15.868,57	15.868,57	331,43	331,43		97.95
0103	OPERAÇÕES FINANCEIRAS	935.000,00	899.946,08	2.821.474,56	3.721.420,64	899.946,08	35.053,92	35.053,92		96.25
10	PASSIVOS FINANCEIROS	935.000,00	899.946,08	2.821.474,56	3.721.420,64	899.946,08	35.053,92	35.053,92		96.25
1005	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	250.000,00	245.000,00		245.000,00	245.000,00	5.000,00	5.000,00		98.00
100503	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	250.000,00	245.000,00		245.000,00	245.000,00	5.000,00	5.000,00		98.00
1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	685.000,00	654.946,08	2.821.474,56	3.476.420,64	654.946,08	30.053,92	30.053,92		95.61
100603	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	320.000,00	290.137,22	2.521.474,56	2.811.611,78	290.137,22	29.862,78	29.862,78		90.67
100606	Administração Pública Central - Serviços e Fundos Autónomos	365.000,00	364.808,86	300.000,00	664.808,86	364.808,86	191,14	191,14		99.95
02	SERVIÇOS MUNICIPAIS	20.190.130,71	17.894.407,39	23.699.494,91	41.593.902,30	13.113.537,30	2.295.723,32	7.076.593,41	4.780.870,09	64.95
01	DESPESAS COM O PESSOAL	5.187.865,00	4.894.068,27	16.758,85	4.910.827,12	4.752.210,77	293.796,73	435.654,23	141.857,50	91.60
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	3.762.860,00	3.598.269,83		3.598.269,83	3.598.269,83	164.590,17	164.590,17		95.63
010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	2.690.910,00	2.690.900,95		2.690.900,95	2.690.900,95	9,05	9,05		100.00
01010401	Pessoal em funções	2.690.910,00	2.690.900,95		2.690.900,95	2.690.900,95	9,05	9,05		100.00
010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	6.460,32					6.460,32	6.460,32		
01010601	Pessoal em funções	6.460,32					6.460,32	6.460,32		
010108	Pessoal aguardando aposentação	4.039,68	3.696,19		3.696,19	3.696,19	343,49	343,49		91.50
010109	Pessoal em qualquer outra situação	248.170,00	106.522,52		106.522,52	106.522,52	141.647,48	141.647,48		42.92
010111	Representação	9.400,00	8.175,42		8.175,42	8.175,42	1.224,58	1.224,58		86.97
010112	Suplementos e prémios	1.000,00					1.000,00	1.000,00		
010113	Subsídio de refeição	302.550,00	302.546,66		302.546,66	302.546,66	3,34	3,34		100.00
010114	Subsídio de férias e de Natal	475.330,00	465.519,16		465.519,16	465.519,16	9.810,84	9.810,84		97.94
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	25.000,00	20.908,93		20.908,93	20.908,93	4.091,07	4.091,07		83.64
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	103.905,00	90.171,94		90.171,94	90.171,94	13.733,06	13.733,06		86.78
010202	Horas extraordinárias	36.290,00	36.283,79		36.283,79	36.283,79	6,21	6,21		99.98
010203	Alimentação e alojamento	100,00					100,00	100,00		
010204	Ajudas de custo	16.500,00	13.735,22		13.735,22	13.735,22	2.764,78	2.764,78		83.24
010205	Abono para falhas	10.715,00	10.705,66		10.705,66	10.705,66	9,34	9,34		99.91
010206	Formação	100,00					100,00	100,00		
010210	Subsídio de trabalho nocturno	100,00					100,00	100,00		
010211	Subsídio de turno	40.000,00	29.447,27		29.447,27	29.447,27	10.552,73	10.552,73		73.62
010214	Outros abonos em numerário ou espécie	100,00					100,00	100,00		
0103	SEGURANÇA SOCIAL	1.321.100,00	1.205.626,50	16.758,85	1.222.385,35	1.063.769,00	115.473,50	257.331,00	141.857,50	80.52
010301	Encargos com saúde	322.400,00	322.336,73		322.336,73	180.848,23	63,27	141.551,77	141.488,50	56.09
010303	Subsídio familiar a crianças e jovens	18.000,00	16.641,47		16.641,47	16.641,47	1.358,53	1.358,53		92.45
010304	Outras prestações familiares	100,00					100,00	100,00		
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	930.300,00	830.874,75		830.874,75	830.874,75	99.425,25	99.425,25		89.31
01030502	Segurança social pessoal em regime de trabalho de contrato trabalho em funções públicas (RCTPF)	852.300,00	788.271,02		788.271,02	788.271,02	64.028,98	64.028,98		92.49
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	435.900,00	425.995,70		425.995,70	425.995,70	9.904,30	9.904,30		97.73
0103050202	Segurança social - Regime geral	416.400,00	362.275,32		362.275,32	362.275,32	54.124,68	54.124,68		87.00
01030503	Outros	78.000,00	42.603,73		42.603,73	42.603,73	35.396,27	35.396,27		54.62
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	100,00					100,00	100,00		
010309	SEGUROS	50.000,00	35.773,55	16.758,85	52.532,40	35.404,55	14.226,45	14.595,45	369,00	70.81
01030901	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	50.000,00	35.773,55	16.758,85	52.532,40	35.404,55	14.226,45	14.595,45	369,00	70.81
010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	200,00					200,00	200,00		
01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adopção	100,00					100,00	100,00		
01031099	Outras despesas de segurança social	100,00					100,00	100,00		
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8.910.928,78	8.164.416,68	21.225.318,91	29.389.735,59	6.596.809,11	746.512,10	2.314.119,67	1.567.607,57	74.03
0201	Aquisição de bens	2.029.389,81	1.550.201,49	1.524.016,36	3.074.217,85	1.249.663,72	479.188,32	779.726,09	300.537,77	61.58

(a) (11 = 7 / 3 * 100)

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA
		CORRIGIDAS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIOS FUTUROS	TOTAL		DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA	SALDO	COMPROMISSOS POR PAGAR	
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8 = 3 - 4)	(9 = 3 - 7)	(10 = 4 - 7)	(11) a)
020101	Matérias-primas e subsidiárias	40.052,00	39.953,54		39.953,54	20.104,78	98,46	19.947,22	19.848,76	50.20
020102	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	422.004,00	387.725,71		387.725,71	299.039,70	34.278,29	122.964,30	88.686,01	70.86
02010201	Gasolina	21.345,00	17.607,47		17.607,47	15.838,80	3.737,53	5.506,20	1.768,67	74.20
02010202	Gasóleo	279.535,00	257.842,39		257.842,39	188.186,27	21.692,61	91.348,73	69.656,12	67.32
02010299	Outros	121.124,00	112.275,85		112.275,85	95.014,63	8.848,15	26.109,37	17.261,22	78.44
020104	Limpeza e higiene	9.250,00	9.039,32		9.039,32	5.784,83	210,68	3.465,17	3.254,49	62.54
020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	349.918,00	210.598,70	22.898,00	233.496,70	195.705,08	139.319,30	154.212,92	14.893,62	55.93
020107	Vestuário e artigos pessoais	24.064,50	23.001,24		23.001,24	22.960,50	1.063,26	1.104,00	40,74	95.41
020108	Material de escritório	47.625,00	42.103,63		42.103,63	33.921,51	5.521,37	13.703,49	8.182,12	71.23
020112	Material de transporte - Peças	27.250,00	27.216,38		27.216,38	19.340,86	33,62	7.909,14	7.875,52	70.98
020115	Prémios, condecorações e ofertas	7.380,00	7.281,29		7.281,29	4.786,86	98,71	2.593,14	2.494,43	64.86
020116	MERCADORIAS PARA VENDA	857.656,81	566.870,09	1.501.118,36	2.067.988,45	514.430,12	290.786,72	343.226,69	52.439,97	59.98
02011601	Água	512.166,50	310.574,34	690.514,50	1.001.088,84	277.717,58	201.592,16	234.448,92	32.856,76	54.22
02011603	Outros	345.490,31	256.295,75	810.603,86	1.066.899,61	236.712,54	89.194,56	108.777,77	19.583,21	68.51
0201160301	Saneamento	345.490,31	256.295,75	810.603,86	1.066.899,61	236.712,54	89.194,56	108.777,77	19.583,21	68.51
020117	Ferramentas e utensilios	16.160,50	16.139,44		16.139,44	8.909,34	21,06	7.251,16	7.230,10	55.13
020118	Livros e documentação técnica	250,00					250,00	250,00		
020119	Artigos honorificos e decoração	100,00					100,00	100,00		
020120	Material de educação, cultura e recreio	23.050,00	20.104,52		20.104,52	18.661,59	2.945,48	4.388,41	1.442,93	80.96
020121	Outros bens	204.629,00	200.167,63		200.167,63	106.018,55	4.461,37	98.610,45	94.149,08	51.81
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	6.881.538,97	6.614.215,19	19.701.302,55	26.315.517,74	5.347.145,39	267.323,78	1.534.393,58	1.267.069,80	77.70
020201	Encargos das instalações	396.777,03	394.828,09	114.583,68	509.411,77	354.741,18	1.948,94	42.035,85	40.086,91	89.41
020202	Limpeza e higiene	130.765,00	128.567,62	32.703,20	161.270,82	106.993,42	2.197,38	23.771,58	21.574,20	81.82
020203	Conservação de bens	68.725,00	68.329,33		68.329,33	36.910,91	395,67	31.814,09	31.418,42	53.71
020204	Locação de edificios	649.035,00	648.688,15	13.587.318,01	14.236.006,16	648.688,15	346,85	346,85		99.95
020209	Comunicações	175.986,00	157.001,06	42.457,55	199.458,61	135.170,70	18.984,94	40.815,30	21.830,36	76.81
020210	Transportes	498.380,00	465.557,71	2.100,00	467.657,71	398.283,61	32.822,29	100.096,39	67.274,10	79.92
020211	Representação dos serviços	600,00	500,00		500,00	500,00	100,00	100,00		83.33
020212	Seguros	47.300,00	47.275,06	20.735,65	68.010,71	43.044,47	24,94	4.255,53	4.230,59	91.00
020213	Deslocações e estadas	1.235,00	1.225,00		1.225,00	1.135,00	10,00	100,00	90,00	91.90
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria									
020215	Formação	7.375,00	7.335,40		7.335,40	2.547,95	39,60	4.827,05	4.787,45	34.55
020216	Seminários,exposições e similares	15.830,00	15.309,82		15.309,82	6.782,73	520,18	9.047,27	8.527,09	42.85
020217	Publicidade	209.730,00	204.990,17		204.990,17	165.274,68	4.739,83	44.455,32	39.715,49	78.80
020218	Vigilância e segurança	2.000,00	1.979,17		1.979,17	318,67	20,83	1.681,33	1.660,50	15.93
020219	Assistência técnica	86.400,00	81.649,77	16.546,19	98.195,96	47.326,59	4.750,23	39.073,41	34.323,18	54.78
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	404.820,00	404.578,36	2.533,35	407.111,71	271.115,35	241,64	133.704,65	133.463,01	66.97
02022099	Outros	404.820,00	404.578,36	2.533,35	407.111,71	271.115,35	241,64	133.704,65	133.463,01	66.97
020224	Encargos de cobrança receitas	141.000,00	139.841,94		139.841,94	139.055,31	1.158,06	1.944,69	786,63	98.62
020225	OUTROS SERVIÇOS	4.045.580,94	3.846.558,54	5.882.324,92	9.728.883,46	2.989.256,67	199.022,40	1.056.324,27	857.301,87	73.89
02022501	Educação	160.880,44	145.920,90	16.632,00	162.552,90	124.623,44	14.959,54	36.257,00	21.297,46	77.46
02022502	Limpeza urbana	1.183.891,00	1.131.820,69	5.469.881,60	6.601.702,29	1.016.456,02	52.070,31	167.434,98	115.364,67	85.86
02022503	Iluminação pública	825.538,00	718.534,46	395.811,32	1.114.345,78	586.597,34	107.003,54	238.940,66	131.937,12	71.06
02022504	Actividade sócio-cultural	1.291.303,01	1.285.789,18		1.285.789,18	772.147,44	5.513,83	519.155,57	513.641,74	59.80
02022505	Actividade desportiva e de lazer	393.343,09	391.226,70		391.226,70	358.061,09	2.116,39	35.282,00	33.165,61	91.03
02022599	Outros	190.625,40	173.266,61		173.266,61	131.371,34	17.358,79	59.254,06	41.895,27	68.92
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	143.350,00	107.885,53	503.462,27	611.347,80	107.525,53	35.464,47	35.824,47	360,00	75.01
0301	Juros da divida pública	75.350,00	70.527,07	333.247,73	403.774,80	70.167,07	4.822,93	5.182,93	360,00	93.12
030103	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	27.850,00	24.981,97	333.247,73	358.229,70	24.621,97	2.868,03	3.228,03	360,00	88.41
03010301	Empréstimos de curto prazo	1.350,00	1.276,60		1.276,60	916,60	73,40	433,40	360,00	67.90
03010302	Emprestimos de médio e longo prazos	26.500,00	23.705,37	333.247,73	356.953,10	23.705,37	2.794,63	2.794,63		89.45
030106	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	47.500,00	45.545,10		45.545,10	45.545,10	1.954,90	1.954,90		95.88
0303	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	5.000,00	231,36		231,36	231,36	4.768,64	4.768,64		4.63
030305	Material de transporte	5.000,00	231,36		231,36	231,36	4.768,64	4.768,64		4.63
0305	OUTROS JUROS	63.000,00	37.127,10	170.214,54	207.341,64	37.127,10	25.872,90	25.872,90		58.93

(a) (11 = 7 / 3 * 100)

CLASSIFICAÇÃO		DOTAÇÕES	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA PAGA	DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)	CORRIGIDAS (3)	EXERCÍCIO (4)	EXERCÍCIOS FUTUROS (5)	TOTAL (6)	(7)	DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (8 = 3 - 4)	SALDO (9 = 3 - 7)	COMPROMISSOS POR PAGAR (10 = 4 - 7)	(11) a)
030502	Outros	63.000,00	37.127,10	170.214,54	207.341,64	37.127,10	25.872,90	25.872,90		58.93
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.786,00	42.112,86		42.112,86	39.081,49	14.673,14	17.704,51	3.031,37	68.82
0602	DIVERSAS	56.786,00	42.112,86		42.112,86	39.081,49	14.673,14	17.704,51	3.031,37	68.82
060203	OUTRAS	56.786,00	42.112,86		42.112,86	39.081,49	14.673,14	17.704,51	3.031,37	68.82
06020301	Outras restituições	14.000,00					14.000,00	14.000,00		
06020304	Serviços bancários	1.011,00	744,43		744,43	744,43	266,57	266,57		73.63
06020305	Outras	41.775,00	41.368,43		41.368,43	38.337,06	406,57	3.437,94	3.031,37	91.77
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	5.439.073,93	4.233.797,05	1.502.361,80	5.736.158,85	1.165.783,40	1.205.276,88	4.273.290,53	3.068.013,65	21.43
0701	INVESTIMENTOS	1.340.364,72	1.131.851,15	264.575,00	1.396.426,15	614.561,70	208.513,57	725.803,02	517.289,45	45.85
070102	Habitações	2.000,00					2.000,00	2.000,00		
07010203	Reparação e Beneficiação	2.000,00					2.000,00	2.000,00		
070103	EDIFICIOS	120.454,00	85.410,57		85.410,57	68.952,56	35.043,43	51.501,44	16.458,01	57.24
07010301	Instalações de serviços	57.725,00	43.886,20		43.886,20	30.804,29	13.838,80	26.920,71	13.081,91	53.36
07010302	Instalações desportivas e recreativas	42.000,00	41.524,37		41.524,37	38.148,27	475,63	3.851,73	3.376,10	90.83
07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	20.000,00					20.000,00	20.000,00		
07010305	ESCOLAS	729,00					729,00	729,00		
070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	33.100,00	27.099,08		27.099,08	4.955,70	6.000,92	28.144,30	22.143,38	14.97
07010406	Instalações desportivas e recreativas	28.100,00	24.851,88		24.851,88	2.708,50	3.248,12	25.391,50	22.143,38	9.64
07010413	Outros	5.000,00	2.247,20		2.247,20	2.247,20	2.752,80	2.752,80		44.94
070106	MATERIAL DE TRANSPORTE	57.660,00	53.534,00		53.534,00		4.126,00	57.660,00	53.534,00	
07010602	OUTRO	57.660,00	53.534,00		53.534,00		4.126,00	57.660,00	53.534,00	
070107	Equipamento de informática	181.366,57	170.446,16		170.446,16	116.152,92	10.920,41	65.213,65	54.293,24	64.04
070108	Software informático	233.580,07	218.677,78	105.298,51	323.976,29	126.746,54	14.902,29	106.833,53	91.931,24	54.26
070109	Equipamento administrativo	1.350,00	1.050,42		1.050,42		299,58	1.350,00	1.050,42	
070110	Equipamento básico	138.745,00	104.653,92		104.653,92	69.251,53	34.091,08	69.493,47	35.402,39	49.91
07011002	Outro	138.745,00	104.653,92		104.653,92	69.251,53	34.091,08	69.493,47	35.402,39	49.91
070111	Ferramentas e útensilios	18.815,00	16.227,42		16.227,42	8.123,72	2.587,58	10.691,28	8.103,70	43.18
070115	Outros investimentos	553.294,08	454.751,80	159.276,49	614.028,29	220.378,73	98.542,28	332.915,35	234.373,07	39.83
0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA	8.900,00	8.707,31		8.707,31	8.707,31	192,69	192,69		97.83
070205	Material de transporte-Locação financeira	8.900,00	8.707,31		8.707,31	8.707,31	192,69	192,69		97.83
0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	4.089.809,21	3.093.238,59	1.237.786,80	4.331.025,39	542.514,39	996.570,62	3.547.294,82	2.550.724,20	13.27
070302	EDIFICIOS	74.755,22	69.746,51		69.746,51	39.951,92	5.008,71	34.803,30	29.794,59	53.44
07030205	Escolas	74.755,22	69.746,51		69.746,51	39.951,92	5.008,71	34.803,30	29.794,59	53.44
070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	4.009.553,99	3.023.492,08	1.237.786,80	4.261.278,88	502.562,47	986.061,91	3.506.991,52	2.520.929,61	12.53
07030301	Viadutos,arruamentos e complementares	1.342.619,70	1.183.706,28		1.183.706,28	150.747,92	158.913,42	1.191.871,78	1.032.958,36	11.23
07030302	Sistemas drenagem e aguas residuais	1.807.567,01	1.597.753,28	1.203.703,74	2.801.457,02	278.835,88	209.813,73	1.528.731,13	1.318.917,40	15.43
07030304	Iluminação publica	50.834,78	36.720,90	34.083,06	70.803,96	26.292,10	14.113,88	24.542,68	10.428,80	51.72
07030305	Parques e jardins	18.250,00	17.207,01		17.207,01	9.826,78	1.042,99	8.423,22	7.380,23	53.85
07030307	Captação e distribuição de água	29.850,00	23.860,71		23.860,71	14.109,38	5.989,29	15.740,62	9.751,33	47.27
07030308	Viação rural	677.752,50	99.980,10		99.980,10	15.677,40	577.772,40	662.075,10	84.302,70	2.31
07030309	Sinalização e transito	5.800,00	2.988,41		2.988,41	1.334,55	2.811,59	4.465,45	1.653,86	23.01
07030312	Cemitérios	1.000,00	832,10		832,10	832,10	167,90	167,90		83.21
07030313	Outros	75.880,00	60.443,29		60.443,29	4.906,36	15.436,71	70.973,64	55.536,93	6.47
070305	Bens de património, artisitico e cultural	5.500,00					5.500,00	5.500,00		
09	ACTIVOS FINANCEIROS	207.127,00	207.127,00		207.127,00	207.127,00				100.00
0907	ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES	100.000,00	100.000,00		100.000,00	100.000,00				100.00
090702	Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Públicas	100.000,00	100.000,00		100.000,00	100.000,00				100.00
0908	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	107.127,00	107.127,00		107.127,00	107.127,00				100.00
090806	Administração Pública Central - Serviços e Fundos Autónomos	107.127,00	107.127,00		107.127,00	107.127,00				100.00
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	245.000,00	245.000,00	451.593,08	696.593,08	245.000,00				100.00
1102	DIVERSAS	245.000,00	245.000,00	451.593,08	696.593,08	245.000,00				100.00
110299	Outras	245.000,00	245.000,00	451.593,08	696.593,08	245.000,00				100.00
	TOTAL	23.179.905,71	20.548.923,82	26.761.784,47	47.310.708,29	15.474.633,48	2.630.981,89	7.705.272,23	5.074.290,34	66.76

(a) (11 = 7 / 3 * 100)

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

ENTIDADE CMC - MUNICIPIO DE CAMINHA

ANO 2017

Período: 2017/01/01 a 2017/12/31

Em __ de _____ de ___

_____

Em __ de _____ de ___

_____

CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA – CÓDIGO POCAL 7.3.2

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 3 PÁGINAS, NUMERADAS DE 1 A 3

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE CMC - MUNICIPIO DE CAMINHA Período: 2017/01/01 a 2017/12/31 ANO 2017 PÁG. 1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INICIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU EXEC. FINAN DAS REC.
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12)a
	RECEITAS CORRENTES	16.093.712,00	364.485,27	14.809.833,00	549.450,71	14.239.620,10			14.239.620,10	385.247,46	88.5
01	IMPOSTOS DIRECTOS	3.962.565,00		4.258.350,61	92.864,26	4.165.486,35			4.165.486,35		105.1
0102	Outros	3.962.565,00		4.258.350,61	92.864,26	4.165.486,35			4.165.486,35		105.1
010202	Imposto municipal sobre imóveis	2.778.045,00		2.704.325,81	21.710,76	2.682.615,05			2.682.615,05		96.6
010203	Imposto único de circulação	377.273,00		420.140,39		420.140,39			420.140,39		111.4
010204	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	651.172,00		961.619,22	71.153,50	890.465,72			890.465,72		136.7
010205	Derrama	156.075,00		172.265,19		172.265,19			172.265,19		110.4
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	137.778,00	8.122,65	53.169,16	4.088,04	52.658,31			52.658,31	4.545,46	38.2
0202	Outros	137.778,00	8.122,65	53.169,16	4.088,04	52.658,31			52.658,31	4.545,46	38.2
020206	Impostos indirectos especificos das autarquias locais	137.778,00	8.122,65	53.169,16	4.088,04	52.658,31			52.658,31	4.545,46	38.2
02020602	Loteamento e Obras	102.488,00		10.967,16		10.967,16			10.967,16		10.7
02020603	Ocupação de Via Pública	20.708,00	7.642,91	20.981,84	3.643,14	20.558,15			20.558,15	4.423,46	99.3
02020605	Publicidade	3.366,00	163,15	2.534,41	229,29	2.346,27			2.346,27	122,00	69.7
02020699	Outros	11.216,00	316,59	18.685,75	215,61	18.786,73			18.786,73		167.5
0202069901	Taxa Municipal Direitos de Passagem - TMDP	960,00	316,59	3.203,71		3.520,30			3.520,30		366.7
0202069999	Outros	10.256,00		15.482,04	215,61	15.266,43			15.266,43		148.9
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	249.614,00	46.250,89	319.055,88	5.733,70	310.126,85			310.126,85	49.446,22	124.2
0401	Taxas	212.807,00	43.703,71	204.972,24	5.515,15	196.272,06			196.272,06	46.888,74	92.2
040123	Taxas especificas das autarquias locais	212.807,00	43.703,71	204.972,24	5.515,15	196.272,06			196.272,06	46.888,74	92.2
04012301	Mercados e Feiras	92.197,00	43.703,71	74.386,26	4.233,99	66.970,28			66.970,28	46.885,70	72.6
04012302	Loteamento e Obras	77.381,00		93.672,00	1.047,67	92.624,33			92.624,33		119.7
04012303	Ocupação de Via Pública	25.578,00		19.919,22	10,00	19.909,22			19.909,22		77.8
04012399	Outras	17.651,00		16.994,76	223,49	16.768,23			16.768,23	3,04	95.0
0401239999	Outras	17.651,00		16.994,76	223,49	16.768,23			16.768,23	3,04	95.0
0402	Multas e outras penalidades	36.807,00	2.547,18	114.083,64	218,55	113.854,79			113.854,79	2.557,48	309.3
040201	Juros de mora	27.560,00	12,08	112.358,04	211,90	112.135,84			112.135,84	22,38	406.9
040202	Juros compensatórios	2.872,00		1.283,91	6,65	1.277,26			1.277,26		44.5
040299	Multas e penalidades diversas	6.375,00	2.535,10	441,69		441,69			441,69	2.535,10	6.9
04029901	Taxas de relaxe		2.535,10							2.535,10	
04029902	Outras	6.375,00		441,69		441,69			441,69		6.9
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.521.500,00	6.547,19	1.030.313,46	1.780,35	1.029.538,40			1.029.538,40	5.541,90	67.7
0507	Dividendos e particip.lucros soc.e quase soc.não financeiras	60.000,00		73.006,76		73.006,76			73.006,76		121.7
050703	Empresas privadas	60.000,00		73.006,76		73.006,76			73.006,76		121.7
0510	Rendas	1.461.500,00	6.547,19	957.306,70	1.780,35	956.531,64			956.531,64	5.541,90	65.4
051003	Habitações	1.500,00		1.059,99		1.059,99			1.059,99		70.7
051004	Edificios	60.000,00	6.547,19	81.250,92	1.780,35	80.475,86			80.475,86	5.541,90	134.1
051005	Bens de dominio publico	800.000,00		629.122,39		629.122,39			629.122,39		78.6
051099	Outros	600.000,00		245.873,40		245.873,40			245.873,40		41.0
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.045.638,00		6.245.581,39	416.245,72	5.829.335,67			5.829.335,67		82.7
0603	Administração central	6.545.638,00		6.245.581,39	416.245,72	5.829.335,67			5.829.335,67		89.1
060301	Estado	5.907.125,00		6.218.046,60	416.245,72	5.801.800,88			5.801.800,88		98.2
06030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	5.100.713,00		5.482.916,42	382.378,72	5.100.537,70			5.100.537,70		100.0
06030102	Fundo Social Municipal	233.451,00		252.905,00	19.454,00	233.451,00			233.451,00		100.0

(a) (12 = 10 /3 * 100)

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE CMC - MUNICIPIO DE CAMINHA Período: 2017/01/01 a 2017/12/31

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INICIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU EXEC. FINAN DAS REC.
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12)a
06030103	Participação variável no IRS	172.961,00		187.374,00	14.413,00	172.961,00			172.961,00		100.0
06030199	Outras	400.000,00		294.851,18		294.851,18			294.851,18		73.7
060306	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	638.513,00		27.534,79		27.534,79			27.534,79		4.3
06030601	FEDER	638.513,00		27.534,79		27.534,79			27.534,79		4.3
0609	RESTO DO MUNDO	500.000,00									
060904	União Europeia - Paises membros	500.000,00									
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2.626.617,00	287.077,29	2.697.806,77	24.771,93	2.653.071,53			2.653.071,53	307.040,60	101.0
0701	Venda de bens	982.790,00	133.363,44	1.114.232,29	17.888,32	1.092.930,65			1.092.930,65	136.776,76	111.2
070103	Publicações e impressos	150,00		20,00		20,00			20,00		13.3
070108	Mercadorias	970.640,00	133.362,39	1.108.016,39	17.888,32	1.086.714,00			1.086.714,00	136.776,46	112.0
07010801	Àgua	970.640,00	133.362,39	1.108.016,39	17.888,32	1.086.714,00			1.086.714,00	136.776,46	112.0
070199	Outros	12.000,00	1,05	6.195,90		6.196,65			6.196,65	0,30	51.6
0702	Serviços	1.643.827,00	153.713,85	1.583.574,48	6.883,61	1.560.140,88			1.560.140,88	170.263,84	94.9
070208	Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	250.000,00	72,50	95.908,41	211,80	95.769,11			95.769,11		38.3
07020804	Serviços desportivos	250.000,00	72,50	95.908,41	211,80	95.769,11			95.769,11		38.3
0702080400	Serviços desportivos	250.000,00	72,50	95.908,41	211,80	95.769,11			95.769,11		38.3
070209	Serviços especificos das autarquias	1.392.827,00	153.610,60	1.486.777,75	6.671,81	1.463.454,95			1.463.454,95	170.261,59	105.1
07020901	Saneamento	570.640,00	74.842,77	547.704,07	5.022,19	538.931,62			538.931,62	78.593,03	94.4
07020902	Resíduos sólidos	600.000,00	72.719,20	669.281,07	650,69	663.483,29			663.483,29	77.866,29	110.6
07020904	Trabalhos por conta de particulares	60.000,00	542,58	52.148,52	511,66	51.883,07			51.883,07	296,37	86.5
07020905	Cemitérios	1.000,00		1.452,37		1.452,37			1.452,37		145.2
07020906	Mercados e feiras	11.187,00		13.396,92	67,14	13.329,78			13.329,78		119.2
07020999	Outros	150.000,00	5.506,05	202.794,80	420,13	194.374,82			194.374,82	13.505,90	129.6
070299	Outros	1.000,00	30,75	888,32		916,82			916,82	2,25	91.7
07029999	Outros	1.000,00	30,75	888,32		916,82			916,82	2,25	91.7
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	550.000,00	16.487,25	205.555,73	3.966,71	199.402,99			199.402,99	18.673,28	36.3
0801	outras	550.000,00	16.487,25	205.555,73	3.966,71	199.402,99			199.402,99	18.673,28	36.3
080199	Outras	550.000,00	16.487,25	205.555,73	3.966,71	199.402,99			199.402,99	18.673,28	36.3
08019903	IVA reembolsado	300.000,00									
08019999	Diversas	250.000,00	16.487,25	205.555,73	3.966,71	199.402,99			199.402,99	18.673,28	79.8
	RECEITAS DE CAPITAL	7.086.193,71		1.413.587,56	47.228,00	1.365.082,04			1.365.082,04	1.277,52	19.3
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	46.011,00		11.850,30		11.850,30			11.850,30		25.8
0901	Terrenos	46.011,00		11.850,30		11.850,30			11.850,30		25.8
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	46.011,00		11.850,30		11.850,30			11.850,30		25.8
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.740.182,71		1.152.520,66	47.228,00	1.105.292,66			1.105.292,66		16.4
1003	Administração central	6.740.182,71		1.152.520,66	47.228,00	1.105.292,66			1.105.292,66		16.4
100301	Estado	568.746,00		613.974,00	47.228,00	566.746,00			566.746,00		99.6
10030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	566.746,00		613.974,00	47.228,00	566.746,00			566.746,00		100.0
10030104	Cooperação técnica e financeira	1.000,00									
10030199	Outras	1.000,00									
100307	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	6.171.436,71		538.546,66		538.546,66			538.546,66		8.7

(a) (12 = 10 /3 * 100)

MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE CMC - MUNICIPIO DE CAMINHA Período: 2017/01/01 a 2017/12/31 ANO 2017 PÁG. 3

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INICIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS/RESTITUIÇÕES		RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU EXEC. FINANDAS REC.
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						EMITIDOS	PAGOS			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7-9)	(11=4+5-6-7)	(12)a
10030701	FEDER	6.145.936,71		538.546,66		538.546,66			538.546,66		8.8
10030799	Outras	25.500,00									
12	PASSIVOS FINANCEIROS	250.000,00		245.000,00		245.000,00			245.000,00		98.0
1205	Empréstimos a curto prazo	250.000,00		245.000,00		245.000,00			245.000,00		98.0
120502	Sociedades financeiras	250.000,00		245.000,00		245.000,00			245.000,00		98.0
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00		4.216,60		2.939,08			2.939,08	1.277,52	5.9
1301	Outras	50.000,00		4.216,60		2.939,08			2.939,08	1.277,52	5.9
130199	Outras	50.000,00		4.216,60		2.939,08			2.939,08	1.277,52	5.9
	OUTRAS RECEITAS										
	TOTAL	23.179.905,71	364.485,27	16.223.420,56	596.678,71	15.604.702,14			15.604.702,14	386.524,98	67.3

(a) (12 = 10 /3 * 100)

Em ___ de _____ de ___

_____

Em ___ de _____ de ___

_____

EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 4 PÁGINAS, NUMERADAS DE 1 A 4

ENTIDADE	EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	ANO CONTABILÍSTICO 2017
MUNICIPIO DE CAMINHA		PERÍODO: 2017/01/01 A 2017/12/31

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			DATAS		MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			EXEC. FINANCEIRA ANUAL % (a)	EXEC. FINANCEIRA GLOBAL % (b)
					AC	AA	FC	INICIO	FIM	ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL		
1.			Funções gerais							1.195.985,89	495.000,00	1.690.985,89		319.411,56	319.411,56	26.71	18.89
1.1.			Serviços gerais de administração pública							510.933,39		510.933,39		302.399,61	302.399,61	59.19	59.19
1.1.1.			Administracao geral							510.933,39		510.933,39		302.399,61	302.399,61	59.19	59.19
	02/070205	003/2013/I/4	Aquisição de veículos e máquinas	OUTRA		100.0		2013/06/01	2017/05/31	8.900,00		8.900,00		8.707,31	8.707,31	97.83	97.83
	02	2015	INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICIPIO							401.656,64		401.656,64		242.895,46	242.899,46	60.47	60.47
	02/070107	0021/2015/I/2	Hardware informático	OUTRA		15.0	85.0	2015/01/02	2018/12/31	169.311,57		169.311,57		116.152,92	116.152,92	68.60	68.60
	02/070108	0022/2015/I/3	Software informático	OUTRA		15.0	85.0	2015/01/02	2018/12/31	232.345,07		232.345,07		126.746,54	126.746,54	54.55	54.55
	02/07011002	003/2015/I/4	Aquisição de equipamentos básicos	OUTRA		100.0		2015/01/02	2017/12/31	8.000,00		8.000,00		7.205,34	7.205,34	90.07	90.07
	02/07011002	001/2016/I/1	Aquisição de equipamentos básicos	OUTRA		100.0		2016/01/02	2018/12/31	21.420,00		21.420,00		8.945,98	8.945,98	41.76	41.76
	02/07010301	002/2016/I/2	Beneficiação e reparação de edificios	EMPREITADA		100.0		2016/01/02	2018/12/31	57.725,00		57.725,00		30.804,29	30.804,29	53.36	53.36
	02/070205	005/2016/I/5	Aquisição de veículos	OUTRA		100.0		2016/01/02	2020/12/31								
	02/070111	001/2017/I/1	Aquisição ferramentas e utensílios	OUTRA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	11.981,75		11.981,75		3.837,23	3.837,23	32.03	32.03
	02/070109	002/2017/I/2	Aquisição de equipamento administrativo	OUTRA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	1.250,00		1.250,00					
1.2.			Segurança e ordem públicas							685.052,50	495.000,00	1.180.052,50		17.011,95	17.011,95	2.48	1.44
1.2.1.			Protecção civil e luta contra incêndios							685.052,50	495.000,00	1.180.052,50		17.011,95	17.011,95	2.48	1.44
	02/07030308	006/2016/I/6	Beneficiação rede viária florestal	EMPREITADA		100.0		2016/01/02	2016/12/31	100.027,50		100.027,50		15.677,40	15.677,40	15.67	15.67
	02/07030309	007/2016/I/7	Sinalização para protecção civil	OUTRA		100.0		2016/01/02	2017/12/31	5.800,00		5.800,00		1.334,55	1.334,55	23.01	23.01
	02/070115	009/2016/I/9	Plano emergência municipal	OUTRA		100.0		2016/01/02	2015/12/17								
	02/07030306	012/2016/I/54	Redes de defesa da floresta contra incêndios	EMPREITADA				2016/05/09	2018/05/09								
	02/07030308	003/2017/I/3	Defesa florestas contra incêndios	EMPREITADA		15.0	85.0	2017/01/02	2017/12/31	577.725,00	495.000,00	1.072.725,00					
	02/070111	004/2017/I/4	Aquisição ferramentas e utensílios	OUTRA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	1.500,00		1.500,00					
2.			Funções sociais							3.298.666,33	2.635.214,00	5.933.880,33		960.049,04	960.049,04	29.10	16.18
2.1.			Educação							121.188,66	1.431.510,26	1.552.698,92		52.282,02	52.282,02	43.14	3.37
2.1.1.			Ensino não superior							121.188,66	1.431.510,26	1.552.698,92		52.282,02	52.282,02	43.14	3.37
	02/07030205	010/2016/I/10	Beneficiação do parque escolar	EMPREITADA		100.0		2016/01/02	2018/12/31	45.185,22	10.000,00	55.185,22		39.951,92	39.951,92	88.42	72.40
	02/07011002	013/2016/I/13	Equipamento para escolas	EMPREITADA		100.0		2016/01/02	2017/12/31	8.365,00		8.365,00		514,14	514,14	6.15	6.15
	02/02022501	001/2017/A/1	Carnaval	OUTRA		100.0		2017/02/01	2017/02/28	1.720,23		1.720,23		1.720,23	1.720,23	100.00	100.00
	02/02022501	002/2017/A/2	Dia mundial da criança	OUTRA		100.0		2017/05/25	2017/06/05	11.046,21		11.046,21		9.472,61	9.472,61	85.75	85.75
	02/02022501	003/2017/A/3	Festas do fim do ano	OUTRA		100.0		2017/06/30	2017/07/15	246,00		246,00		246,00	246,00	100.00	100.00
	02/02022501	004/2017/A/4	Cerimónia início do ano letivo	OUTRA		100.0		2017/09/01	2017/09/30	1.000,00		1.000,00					
	02/02022501	005/2017/A/5	Natal	OUTRA		100.0		2017/12/01	2017/12/31	5.500,00		5.500,00					
	02/02022501	006/2017/A/6	Apoio a atividades nas pausas letivas	OUTRA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	1.298,50		1.298,50					
	02/02022501	007/2017/A/7	Apoio a outras atividades	OUTRA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	3.238,50		3.238,50		377,12	377,12	11.64	11.64
	02/070107	008/2017/I/5	Aquisição de equipamento para escolas - Hardware	OUTRA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	12.055,00		12.055,00					
	02/070108	009/2017/I/6	Aquisição de equipamento informático para escolas - Software	OUTRA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	1.235,00		1.235,00					
	02/07030205	010/2017/I/7	Requalificação e ampliação da escola básica e secundária Sidónio Pais	EMPREITADA		15.0	85.0	2017/01/02	2019/07/31	29.570,00	1.421.510,26	1.451.080,26					
	02/07010305	011/2017/I/31	Adaptação da antiga escola primária - Vile	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2017/12/31								
	02/07030205	012/2017/I/37	Requalificação da escola básica - Âncora	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2017/10/14								
	02/07010305	013/2017/I/39	Remodelação parque escolar - Vila Praia Âncora	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	729,00		729,00					
2.4.			Habitação e servicos colectivos							2.054.660,26	1.203.703,74	3.258.364,00		334.768,30	334.768,30	16.29	10.27
2.4.1.			Habitação							2.000,00		2.000,00					
	02/07010203	015/2016/I/15	Requalificação de edificios de habitação social	EMPREITADA		100.0		2016/01/02	2018/12/31	2.000,00		2.000,00					
2.4.2.			Ordenamento do território							185.760,00		185.760,00		26.877,67	26.877,67	14.47	14.47
	02/07030301	031/2010/I/51	Ecovia Caminho Rio Minho (Caminha-Lanhelas)	EMPREITADA		100.0		2010/01/02	2015/03/31	18.000,00		18.000,00		17.839,27	17.839,27	99.11	99.11
	02/07030301	010/2014/I/10	Beneficiação marginal de Caminha	EMPREITADA		100.0		2014/01/02	2017/12/31	5.000,00		5.000,00					
	02/070115	020/2015/I/21	Planos de recuperação urbana	OUTRA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	80.350,00		80.350,00		4.305,00	4.305,00	5.36	5.36
	02/07030301	016/2016/I/16	Beneficiação Ecovia Vila Praia Ancora	EMPREITADA		100.0		2016/01/02	2017/12/31	5.000,00		5.000,00					
	02/07030301	017/2016/I/17	Requalificação zona envolvente à Ecovia Caminha-Rio Minho	EMPREITADA		100.0		2016/01/02	2018/12/31	1.000,00		1.000,00					
	02/07030301	018/2016/I/18	Beneficiação de espaços públicos	EMPREITADA		100.0		2016/01/02	2017/12/31	54.560,00		54.560,00		4.733,40	4.733,40	8.68	8.68
	02/07030313	008/2017/I/8	Beneficiação/Construção muros de suporte no concelho	EMPREITADA				2017/01/02	2017/12/31	21.850,00		21.850,00					
2.4.3.			Saneamento							1.807.567,01	1.203.703,74	3.011.270,75		278.835,88	278.835,88	15.43	9.26
	02/07030302	024/2015/I/25	Drenagem de aguas residuais concelhias	EMPREITADA		100.0		2015/01/02	2017/03/31	16.305,00		16.305,00		15.466,95	15.466,95	94.86	94.86
		019/2016	BENEFICIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO							1.656.561,77	1.203.703,74	2.860.665,51		240.807,35	240.807,35	14.53	8.42
	02/07030302	0191/2016/I/19	Rede de saneamento e abastecimento água - Argela	EMPREITADA		15.0	85.0	2016/01/02	2018/12/31	378.805,75	1.164.809,74	1.543.615,49					
									A TRANSPORTAR ...	1.500.045,30	3.091.320,00	4.991.365,30		414.038,20	414.038,20		

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			DATAS		MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			EXEC. FINANCEIRA ANUAL % (a)	EXEC. FINANCEIRA GLOBAL % (b)
					AC	AA	FC	INICIO	FIM	ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL		
			A TRANSPORTAR ...							1.900.045,30	3.091.320,00	4.991.365,30		414.038,20	414.038,20		
	02/07030302	0192 2016 I 20	Rede de saneamento Vilar de Mouros	EMPREITADA		15.0	85.0	2016/01/02	2018/12/31	769.804,01	22.652,00	792.456,01		92.868,59	92.868,59	12.06	11.72
	02/07030302	0193 2016 I 21	Rede de saneamento de Aspra, Viso e Currais e Igreja-II fase	EMPREITADA		15.0	85.0	2016/01/02	2018/12/31	508.352,01	16.242,00	524.594,01		147.938,76	147.938,76	29.10	28.20
	02/07030302	021 2016 I 28	Passagem hidraulica da Rua dos Vales - Vila Praia Ancora	EMPREITADA		100.0		2016/01/02	2016/12/31	100,00		100,00					
	02/07030302	008 2017 I 9	Beneficiação de redes de saneamento concelhias	ADM. DIR.		100.0		2017/01/02	2017/12/31	25.475,00		25.475,00		127,78	127,78	0.50	0.50
	02/07030302	009 2017 I 10	Beneficiação da rede águas pluviais - AV.ª Santana - Moledo	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2017/05/31	21.200,00		21.200,00		21.152,30	21.152,30	99.78	99.78
	02/07030302	010 2017 I 11	Beneficiação da rede saneamento - Vários arruamentos - Freguesia Seixas	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	72.525,24		72.525,24					
	02/07030302	011 2017 I 12	Colocação de canais de condução de águas pluviais no concelho	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	15.000,00		15.000,00		1.281,50	1.281,50	8.54	8.54
2.4.4.			Abastecimento de Água							29.850,00		29.850,00		14.105,38	14.109,38	47.27	47.27
	02/07030307	028 2015 I 29	Beneficiação e instalação de infra-estruturas de água	EMPREITADA		100.0		2015/01/02	2017/12/30	13.850,00		13.850,00		5.280,54	5.280,54	38.13	38.13
	02/07030307	023 2016 I 29	Renovação ampliação de redes de abastecimento de água do concelho	EMPREITADA		100.0		2016/01/02	2017/12/31	10.000,00		10.000,00		8.776,00	8.776,00	87.76	87.76
	02/07030307	012 2017 I 13	Aquisição de contadores de água a instalar no concelho	OUTRA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	1.000,00		1.000,00					
	02/07030307	014 2017 I 14	Beneficiação de reservatórios instalados no concelho	EMPREITADA				2017/01/02	2017/12/31	5.000,00		5.000,00		52,84	52,84	1.06	1.06
2.4.5.			Resíduos sólidos							5.000,00		5.000,00					
	02/07030313	024 2016 I 30	Reabilitação/reparação de contentores enterrados	OUTRA		100.0		2016/01/02	2017/12/31	5.000,00		5.000,00					
2.4.6.			Protecção do meio ambiente e conservação da natureza							24.483,25		24.483,25		14.945,37	14.945,37	61.04	61.04
	02/07030312	043 2015 I 47	Beneficiação cemitério de Caminha	EMPREITADA		100.0		2015/01/02	2017/12/31	1.000,00		1.000,00		832,10	832,10	83.21	83.21
	02/07030305	025 2016 I 31	Beneficiação da zona das muralhas de Caminha - Anfiteatro Natural	EMPREITADA		100.0		2016/01/02	2017/12/31	1.000,00		1.000,00					
	02/07030305	026 2016 I 32	Beneficiação de espaços verdes no concelho	OUTRA		100.0		2016/01/02	2017/12/31	17.250,00		17.250,00		9.826,78	9.826,78	56.97	56.97
	02/070111	001 2017 I 15	Aquisição de ferramentas e utensílios	OUTRA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	5.233,25		5.233,25		4.286,49	4.286,49	81.91	81.91
2.5.			Serviços culturais, recreativos e religiosos							1.122.817,41		1.122.817,41		572.998,72	572.998,72	51.03	51.03
2.5.1.			Cultura							788.398,32		788.398,32		332.614,59	332.614,59	42.19	42.19
		025 2011	INSTALAÇÃO/CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECA MUNICIPAL							21.500,00		21.500,00		17.759,60	17.759,60	82.60	82.60
	02/07010302	0251 2011 I 32	Construção	EMPREITADA		100.0		2011/03/01	2017/12/31	21.500,00		21.500,00		17.759,60	17.759,60	82.60	82.60
	02/07011002	023 2016 I 35	Aquisição de livros para a biblioteca	OUTRA		100.0		2016/01/02	2017/12/31	5.000,00		5.000,00		2.713,92	2.713,92	54.28	54.28
	02/070305	027 2016 I 39	Reconstrução do pontão do lobo - ARGAS	EMPREITADA		100.0		2016/01/02	2017/12/31	4.500,00		4.500,00					
	02/02022504	008 2017 A 8	Caminhadoce	OUTRA		100.0		2017/02/01	2017/03/05	28.083,20		28.083,20		28.083,20	28.083,20	100.00	100.00
	02/02022504	009 2017 A 9	Dia dos namorados	OUTRA		100.0		2017/02/10	2017/02/14	800,00		800,00		800,00	800,00	100.00	100.00
	02/02022504	010 2017 A 10	Festas de Carnaval	OUTRA		100.0		2017/02/01	2017/03/01	8.036,50		8.036,50		7.237,00	7.237,00	90.05	90.05
	02/02022504	011 2017 A 11	Fim de semana gastronómico	OUTRA		100.0		2017/01/02	2017/12/31								
	02/02022504	012 2017 A 12	Semana santa e Páscoa					2017/04/01	2017/04/30	861,00		861,00		861,00	861,00	100.00	100.00
	02/02022504	013 2017 A 13	Encontro de cantadores ao desafio e tocadores de concertina					2017/04/01	2017/06/01								
	02/02022504	014 2017 A 14	Comemorações 25 abril					2017/04/20	2017/04/25	3.554,65		3.554,65		3.354,65	3.354,65	94.37	94.37
	02/02022504	015 2017 A 15	Vila Praia em flor					2017/05/01	2017/05/31	15.967,49		15.967,49		15.967,49	15.967,49	100.00	100.00
	02/02022504	016 2017 A 16	Corpo de Deus					2017/06/01	2017/06/30	835,54		835,54		504,00	504,00	60.32	60.32
	02/02022504	017 2017 A 17	Concurso ibérico de piano					2017/01/02	2017/12/31								
	02/02022504	018 2017 A 18	Entre margens					2017/05/31	2017/06/30	21.296,71		21.296,71		21.149,21	21.149,21	99.31	99.31
	02/02022504	019 2017 A 19	93º aniversário da elevação de Gontinhães - V.P.Âncora							7.420,00		7.420,00		2.500,00	2.500,00	33.69	33.69
	02/02022504	020 2017 A 20	Artbeerfest					2017/07/01	2017/07/31	66.608,47		66.608,47		49.710,97	49.710,97	74.63	74.63
	02/02022504	021 2017 A 21	Festa do mar e da sardinha					2017/07/01	2017/08/31	25.996,51		25.996,51		586,20	586,20	2.25	2.25
	02/02022504	022 2017 A 22	Festival Gastronómico - Bife do espadarte					2017/07/01	2017/08/31	556,32		556,32		556,32	556,32	100.00	100.00
	02/02022504	023 2017 A 23	Arte na leira					2017/08/01	2017/08/31	98,40		98,40					
	02/02022504	024 2017 A 24	Feira medieval					2017/07/01	2017/07/31	126.334,46		126.334,46		27.746,21	27.746,21	21.96	21.96
	02/02022504	025 2017 A 25	Viagens à Terra Nova					2017/07/01	2017/07/31	10.806,14		10.806,14		242,00	242,00	2.24	2.24
	02/02022504	026 2017 A 26	Fado forte					2017/07/01	2017/08/31	29.965,43		29.965,43		2.849,04	2.849,04	9.51	9.51
	02/02022504	027 2017 A 27	Festa do rio					2017/07/01	2017/08/31	2.214,00		2.214,00					
	02/02022504	028 2017 A 28	Âncora Flok					2017/07/01	2017/08/31	1.168,50		1.168,50					
	02/02022504	029 2017 A 30	Sonic Blast					2017/07/01	2017/08/31	8.733,00		8.733,00					
	02/02022504	030 2017 A 31	Apoio à realização do festival Vilar Mouros							194.531,49		194.531,49		64.079,46	64.079,46	32.87	32.87
	02/02022504	031 2017 A 32	Animação de verão							54.202,15		54.202,15		15.934,22	15.934,22	29.40	29.40
			A TRANSPORTAR ...							4.011.304,77	3.130.214,00	7.141.518,77		969.096,37	969.096,37		

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			DATAS		MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			EXEC. FINANCEIRA ANUAL % (a)	EXEC. FINANCEIRA GLOBAL % (b)
					AC	AA	FC	INICIO	FIM	ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL		
			A TRANSPORTAR ...							4.011.304,77	3.130.214,00	7.141.518,77		969.096,37	969.096,37		
	02/02022504	033 2017 A 33	Animação de praias					2017/06/15	2017/09/30								
	02/02022504	034 2017 A 34	Natal e Passagem de ano					2017/12/15	2017/12/31	43.053,17		43.053,17		3.111,90	3.111,90	7.23	7.23
	02/02022504	035 2017 A 35	Apoio a outros eventos					2017/01/02	2017/12/31	61.434,57		61.434,57		39.904,97	39.904,97	64.56	64.56
	02/02022504	054 2017 A 54	Animação centros dia/Convivio, lares e comunidade					2017/01/02	2017/12/31	19.770,00		19.770,00		12.960,44	12.960,44	65.56	65.56
	02/02022504	055 2017 A 55	Caminha Mostra +					2017/05/01	2017/05/31	3.175,22		3.175,22		3.175,07	3.175,07	100.00	100.00
	02/02022599	056 2017 A 56	Apoio à execução do plano - Rede social					2017/01/02	2017/12/31	10.615,40		10.615,40		10.615,40	10.615,40	100.00	100.00
	02/070305	057 2017 I 16	Beneficiação de espaços públicos culturais	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	1.000,00		1.000,00					
	02/07011002	058 2017 I 17	Aquisição equipamento básico	OUTRA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	9.680,00		9.680,00		212,32	212,32	2.19	2.19
	02/070111	059 2017 I 18	Aquisição de ferramentas e utensilios	OUTRA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	100,00		100,00					
	02/070109	060 2017 I 15	Aquisição de equipamento administrativo	OUTRA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	100,00		100,00					
	02/070115	061 2017 I 34	Centro de interpretação do megalismo - Dolmen da Barrosa	EMPREITADA		15.0	85.0	2017/01/02	2017/12/31								
2.5.2.			Desporto, recreio e lazer							334.419,09		334.419,09		240.384,13	240.384,13	71.88	71.88
	02/07010302	066 2008 I 79	Requalificação do pavilhão municipal de Caminha	EMPREITADA		100.0		2008/07/01	2016/04/30	20.500,00		20.500,00		20.388,67	20.388,67	99.46	99.46
	02/07010405	065 2015 I 68	Beneficiação do estádio de lanhelas	EMPREITADA		100.0		2015/01/02	2017/06/30	25.000,00		25.000,00					
	02/070115	029 2016 I 41	Manutenção/aquisição de parques infantis e equipamentos geriátricos	OUTRA		100.0		2016/01/02	2016/12/31	30.395,00		30.395,00		10.087,31	10.087,31	33.19	33.19
	02/02022505	036 2017 A 36	Grande Trail da Serra D'Arga					2017/08/15	2017/09/30	50.212,65		50.212,65		24.546,70	24.546,70	48.89	48.89
	02/02022505	037 2017 A 37	Triatlo longo de Caminha					2017/07/01	2017/08/31	16.578,20		16.578,20		16.578,20	16.578,20	100.00	100.00
	02/02022505	038 2017 A 38	DIRCX - Descida internacional rio coura					2017/07/01	2017/08/31	18.655,00		18.655,00		18.655,00	18.655,00	100.00	100.00
	02/02022505	039 2017 A 39	Sunset Caminha - Meia maratona					2017/07/01	2017/08/31	8.630,40		8.630,40		8.630,40	8.630,40	100.00	100.00
	02/02022505	040 2017 A 40	Xtream 4X4					2017/07/01	2017/08/31	8.678,63		8.678,63		8.678,63	8.678,63	100.00	100.00
	02/02022505	041 2017 A 43	Regata presidente da república					2017/04/01	2017/04/30	2.500,00		2.500,00		2.500,00	2.500,00	100.00	100.00
	02/02022505	044 2017 A 44	Sup meeting praia de Moledo					2017/06/15	2017/08/31	5.000,00		5.000,00		4.500,00	4.500,00	90.00	90.00
	02/02022505	045 2017 A 45	Rowerfest							10.102,88		10.102,88		10.102,88	10.102,88	100.00	100.00
	02/02022505	046 2017 A 46	Open de reno mar					2017/06/15	2017/08/31	9.693,60		9.693,60		8.404,00	8.404,00	86.70	86.70
	02/02022505	047 2017 A 47	Challenger Caminha - Guardia					2017/06/15	2017/08/31	3.645,78		3.645,78		3.444,00	3.444,00	94.47	94.47
	02/02022505	048 2017 A 48	Rally de Portugal					2017/06/15	2017/08/31	36.976,92		36.976,92		36.976,92	36.976,92	100.00	100.00
	02/02022505	049 2017 A 49	Xtreamrow					2017/06/15	2017/08/31	4.775,15		4.775,15		4.467,96	4.467,96	93.57	93.57
	02/02022505	050 2017 A 50	Férias desportivas					2017/06/15	2017/09/15	105,00		105,00		105,00	105,00	100.00	100.00
	02/02022505	051 2017 A 51	Apoio a atividades desportivas					2017/01/02	2017/12/31	17.149,21		17.149,21		16.794,21	16.794,21	97.93	97.93
	02/02022505	052 2017 A 52	Futebol cup - Partilha desporto					2017/06/15	2017/08/31	26.842,81		26.842,81		26.812,81	26.812,81	99.89	99.89
	02/02022505	053 2017 A 53	Golden League - Torneio de pesca					2017/09/01	2017/09/30	11.135,86		11.135,86		8.280,50	8.280,50	74.36	74.36
	02/07010406	054 2017 I 20	Manutenção de estádios municipais	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	3.100,00		3.100,00		2.708,50	2.708,50	87.37	87.37
	02/07011002	055 2017 I 21	Aquisição de equipamento básico	OUTRA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	15.000,00		15.000,00		522,44	522,44	3.48	3.48
	02/02022505	057 2017 A 59	Programa Caminha sabe nadar	OUTRA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	9.742,00		9.742,00		7.200,00	7.200,00	73.91	73.91
3.			Funções económicas							1.680.421,56	1.290.996,00	2.971.417,56		302.297,86	302.297,86	17.99	10.17
3.1.			Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca							16.240,00		16.240,00		2.297,20	2.297,20	14.15	14.15
3.1.0.			Agricultura,pecuária , silvicultura,caça e pesca							16.240,00		16.240,00		2.297,20	2.297,20	14.15	14.15
	02/07010413	032 2016 I 53	Beneficiação rampa dos pescadores - Caminha/Vilarelho	EMPREITADA		100.0		2016/01/02	2016/12/31	5.000,00		5.000,00		2.247,20	2.247,20	44.94	44.94
	02/02022599	057 2017 A 57	Feira Agricola					2017/09/01	2017/10/03	11.240,00		11.240,00		50,00	50,00	0.44	0.44
3.2.			Indústria e energia							50.834,78	40.996,00	91.830,78		26.292,10	26.292,10	51.72	28.63
3.2.0.			Industria e energia							50.834,78	40.996,00	91.830,78		26.292,10	26.292,10	51.72	28.63
	02/07030304	028 2014 I 28	Beneficiação da iluminação pública - Iluminar alto minho	EMPREITADA		15.0	85.0	2014/01/02	2017/12/31	6.820,00	40.996,00	47.816,00					
	02/07030304	066 2015 I 69	Beneficiação da iluminação pública	EMPREITADA		100.0		2015/01/02	2017/01/31	14.200,00		14.200,00		5.000,00	5.000,00	35.21	35.21
	02/07030304	033 2016 I 44	Beneficiação da iluminação pública	OUTRA		100.0		2016/01/02	2018/12/31	29.814,78		29.814,78		21.292,10	21.292,10	71.41	71.41
3.3.			Transportes e comunicações							1.329.839,70	850.000,00	2.179.839,70		177.312,64	177.312,64	13.33	8.13
3.3.1.			Transportes rodoviários							1.274.599,70	850.000,00	2.124.599,70		130.653,40	130.653,40	10.25	6.15
	02/07030301	068 2015 I 71	Intervenção nas freguesias do concelho	EMPREITADA		100.0		2015/01/02	2016/12/31	209.200,00		209.200,00		68.980,59	68.980,59	32.97	32.97
	02/07030301	069 2015 I 72	Construção/beneficiação de arruamentos no concelho	EMPREITADA		100.0		2015/01/02	2017/12/31	47.000,00		47.000,00		10.554,96	10.554,96	22.46	22.46
	02/07030301	070 2015 I 73	Pavimentação Rua da Barqiela - Ancora	EMPREITADA		100.0		2015/01/02	2015/12/31	10.063,00		10.063,00		10.062,82	10.062,82	100.00	100.00
	02/07011002	077 2015 I 80	Aquisição de sinalização	OUTRA		100.0		2015/01/02	2017/12/31	15.540,00		15.540,00		2.478,15	2.478,15	15.95	15.95
	02/07030301	035 2016 I 46	Beneficiação das passagens desniveladas do concelho	EMPREITADA		100.0		2015/06/01	2017/12/31	17.870,00		17.870,00					
	02/07030301	036 2016 I 47	Requalificação do Nó da Erva Verde	EMPREITADA		100.0		2016/06/01	2018/12/31	631.371,70	850.000,00	1.481.371,70					
			A TRANSPORTAR ...							5.492.771,70	4.021.210,00	9.513.981,70		1.400.126,42	1.400.126,42		

ENTIDADE	EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO	ANO CONTABILÍSTICO 2017
MUNICIPIO DE CAMINHA		PERÍODO: 2017/01/01 A 2017/12/31

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			DATAS		MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			EXEC. FINANCEIRA ANUAL % (a)	EXEC. FINANCEIRA GLOBAL % (b)
					AC	AA	FC	INICIO	FIM	ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL		
			A TRANSPORTAR ...							5.492.771,70	4.021.219,00	9.513.981,70		1.400.126,42	1.400.126,42		
	02/07030301	001 2017 I 22	Caminho de Tornicos - Vilar de Mouros	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	11.300,00		11.300,00					
	02/07030301	002 2017 I 23	Caminho do Agrelo - Vilar de Mouros	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	10.000,00		10.000,00					
	02/07030301	003 2017 I 24	Caminho do Torrão - Vilar de Mouros	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	5.000,00		5.000,00					
	02/07030301	004 2017 I 25	Pavimentação Av.ª Liberdade - Lanhelas	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	5.000,00		5.000,00					
	02/07030301	005 2017 I 26	Alargamento do caminho do Pinto - Gondar - Orbacém	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	14.630,00		14.630,00					
	02/07030301	006 2017 I 27	Pavimentação/Requalificação Av.ª Principal - Argela	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	50.000,00		50.000,00					
	02/07030301	007 2017 I 28	Pavimentação/Requalificação rua do Calvário - Âncora	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	157.625,00		157.625,00		17.854,85	17.854,85	11.33	11.33
	02/07030301	008 2017 I 29	Beneficiação do largo da Igreja - Riba Âncora	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	55.000,00		55.000,00		20.722,03	20.722,03	37.68	37.66
	02/07030301	009 2017 I 30	Beneficiação avenida da escola - Venade - Azevedo	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	5.000,00		5.000,00					
	02/07030301	010 2017 I 38	Pavimentação Avª Santana - Moledo - Cristelo	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	30.000,00		30.000,00					
3.3.3.			Transportes fluviais							55.240,00		55.240,00		46.659,24	46.659,24	84.47	84.47
	02/07011002	031 2015 I 31	Manutenção e beneficiação do Ferry-Boat	OUTRA		100.0		2015/01/02	2017/12/31	55.240,00		55.240,00		46.659,24	46.659,24	84.47	84.47
3.4.			Comércio e turismo							283.567,08	400.000,00	683.567,08		96.395,92	96.395,92	34.00	14.10
3.4.1.			Mercados e feiras							20.500,00	100.000,00	120.500,00					
	02/07010303	079 2015 I 82	Beneficiação do Mercado Municipal de Caminha	EMPREITADA		100.0		2015/01/02	2018/12/31	20.000,00	100.000,00	120.000,00					
	02/07011002	049 2016 I 45	Aquisição de equipamentos	OUTRA		100.0		2016/01/02	2017/12/31	500,00		500,00					
3.4.2.			Turismo							263.067,08	300.000,00	563.067,08		96.395,92	96.395,92	36.65	17.12
	02/07030313	041 2016 I 50	Beneficiação de acessos a praias	EMPREITADA		100.0		2016/01/02	2017/12/31	39.030,00		39.030,00		4.906,36	4.906,36	12.57	12.57
	02/07030313	042 2016 I 51	Requalificação zona sul paredão de Moledo	EMPREITADA		100.0		2016/01/02	2017/12/31	10.000,00		10.000,00					
	02/070115	001 2017 I 36	Valorização dos caminhos de Santiago	EMPREITADA		15.0	85.0	2017/01/02	2018/08/13	213.577,08	300.000,00	513.577,08		91.489,56	91.489,56	42.76	17.80
4.			Outras funções							228.572,00		228.572,00		114.496,86	114.496,86	50.09	50.09
4.3.			Diversas não especificadas							228.572,00		228.572,00		114.496,86	114.496,86	50.09	50.09
	02/070115	065 2015 I 89	Revisão do PDM	OUTRA		100.0		2015/01/02	2017/05/31	12.380,00		12.380,00		11.583,75	11.583,75	93.57	93.57
	02/070115	052 2016 I 52	Orçamento Participativo	EMPREITADA		100.0		2016/08/06	2018/12/31	36.842,00		36.842,00		5.875,95	5.875,95	15.95	15.95
	02/070115	001 2017 I 32	Outros investimentos	OUTRA		100.0		2017/01/02	2017/12/31	179.350,00		179.350,00		97.037,16	97.037,16	54.10	54.10
	02/070115	002 2017 I 35	Orçamento Participativo	EMPREITADA		100.0		2017/01/02	2018/12/31								
			TOTAL GERAL							6.403.645,78	4.421.219,00	10.824.855,78		1.696.255,32	1.696.255,32	26.49	15.67

Anotações

a) Execução Financeira Anual = (Executado no Ano * 100) / Previsto no Ano

b) Execução Financeira Global = (Total Executado * 100) / (Realizado em Anos Anteriores + Total Previsto)

Em __ de _____ de ___

_____

Em __ de _____ de ___

_____

EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – CÓDIGO POCAL 7.4

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 4 PÁGINAS, NUMERADAS DE 1 A 4

ENTIDADE	EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	ANO CONTABILÍSTICO 2017	DATA : 2018/03/16
MUNICIPIO DE CAMINHA			HORA : 10:01:53

PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO - 2017/12/31

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR REALIZADO DE ANOS ANTERIORES	PREVISÃO DE DESPESAS		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL					SALDOS		EXEC. FINANCEIRA ANUAL % (a)	EXEC. FINANCEIRA GLOBAL % (b)	EXEC. FISICA GLOB. % (c)
					DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ACTUAL	CABIMENTO	COMPROMISSO	FACTURADO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	SALDO DO CABIMENTO	COMPROMISSOS POR PAGAR			
1.			Funções gerais		366.500,00	1.195.985,89	1.177.522,65	574.488,57	544.159,78	319.411,56	319.411,56	18.463,24	255.077,01	26.71	26.71	87.83
1.1.			Serviços gerais de administração pública		340.000,00	510.933,39	497.455,22	471.520,06	453.262,27	302.399,61	302.399,51	13.478,17	169.120,45	59.19	59.19	80.35
1.1.1.			Administracao geral		340.000,00	510.933,39	497.455,22	471.520,06	453.262,27	302.399,61	302.399,51	13.478,17	169.120,45	59.19	59.19	80.35
1.1.1.	02/070205	003 / 2013 / I / 4	Aquisição de veículos e máquinas		12.000,00	8.900,00	8.707,31	8.707,31	8.707,31	8.707,31	8.707,31	192,69		97.83	97.83	2.17
1.1.1.		002 / 2015	INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICIPIO		270.000,00	401.656,64	389.407,88	377.311,02	361.030,06	242.899,46	242.899,46	12.248,76	134.411,56	60.47	60.47	74.98
1.1.1.	02/070107	0021 / 2015 / I / 2	Hardware informático		150.000,00	169.311,57	158.733,74	158.633,24	153.659,12	116.152,92	116.152,92	10.577,83	42.480,32	68.60	68.60	6.38
1.1.1.	02/070108	0022 / 2015 / I / 3	Software informático		120.000,00	232.345,07	230.674,14	218.677,78	207.370,94	126.746,54	126.746,54	1.670,93	91.931,24	54.55	54.55	20.43
1.1.1.	02/07011002	003 / 2015 / I / 4	Aquisição de equipamentos básicos		8.000,00	8.000,00	7.205,34	7.205,34	7.205,34	7.205,34	7.205,34	794,66		90.07	90.07	9.93
1.1.1.	02/07011002	001 / 2016 / I / 1	Aquisição de equipamentos básicos		20.000,00	21.420,00	21.418,84	21.418,84	21.298,85	8.945,98	8.945,98	1,16	12.472,86	41.76	41.76	24.87
1.1.1.	02/07010301	002 / 2016 / I / 2	Beneficiação e reparação de edificios		20.000,00	57.725,00	57.724,50	43.886,20	42.557,49	30.804,29	30.804,29	0,50	13.081,91	53.36	53.36	13.27
1.1.1.	02/070205	005 / 2016 / I / 5	Aquisição de veículos													39.95
1.1.1.	02/070111	001 / 2017 / I / 1	Aquisição ferramentas e utensilios		5.000,00	11.981,75	11.940,93	11.940,93	11.412,80	3.837,23	3.837,23	40,82	8.103,70	32.03	32.03	67.97
1.1.1.	02/070109	002 / 2017 / I / 2	Aquisição de equipamento administrativo		5.000,00	1.250,00	1.050,42	1.050,42	1.050,42			199,58	1.050,42			100.00
1.2.			Segurança e ordem públicas		26.500,00	685.052,50	680.067,43	102.968,51	90.937,51	17.011,95	17.011,95	4.985,07	85.956,56	2.48	2.48	97.05
1.2.1.			Protecção civil e luta contra incêndios		26.500,00	685.052,50	680.067,43	102.968,51	90.937,51	17.011,95	17.011,95	4.985,07	85.956,56	2.48	2.48	97.05
1.2.1.	02/07030308	006 / 2016 / I / 6	Beneficiação rede viária florestal		15.000,00	100.027,50	99.980,10	99.980,10	87.949,10	15.677,40	15.677,40	47,40	84.302,70	15.67	15.67	84.33
1.2.1.	02/07030309	007 / 2016 / I / 7	Sinalização para protecção civil		5.000,00	5.800,00	2.988,41	2.988,41	2.988,41	1.334,55	1.334,55	2.811,59	1.653,86	23.01	23.01	76.99
1.2.1.	02/070115	009 / 2016 / I / 9	Plano emergência municipal		5.000,00											100.00
1.2.1.	02/07030308	012 / 2016 / I / 54	Redes de defesa da floresta contra incêndios													82.33
1.2.1.	02/07030308	003 / 2017 / I / 3	Defesa florestas contra incêndios			577.725,00	577.858,92					526,08				100.00
1.2.1.	02/070111	004 / 2017 / I / 4	Aquisição ferramentas e utensílios		1.500,00	1.500,00						1.500,00				100.00
2.			Funções sociais		1.203.490,00	2.287.674,48	2.013.843,20	2.013.843,20	658.577,92	429.627,12	429.627,12	273.831,28	1.584.216,08	18.78	18.78	94.43
2.1.			Educação		308.700,00	97.135,22	89.914,82	89.914,82	82.073,57	40.466,06	40.466,06	7.224,40	49.448,76	41.66	41.66	88.16
2.1.1.			Ensino não superior		308.700,00	97.135,22	89.914,82	89.914,82	82.073,57	40.466,06	40.466,06	7.224,40	49.448,76	41.66	41.66	88.16
2.1.1.	02/07030205	010 / 2016 / I / 10	Beneficiação do parque escolar		10.000,00	45.185,22	40.232,66	40.232,66	40.232,66	39.951,92	39.951,92	4.952,56	280,74	88.42	72.40	-5.76
2.1.1.	02/07011002	013 / 2016 / I / 13	Equipamento para escolas		3.000,00	8.365,00	8.355,39	8.355,39	514,14	514,14	514,14	9,61	7.841,25	6.15	6.15	93.85
2.1.1.	02/070107	008 / 2017 / I / 5	Aquisição de equipamento para escolas Hardware		10.000,00	12.055,00	11.812,92	11.812,92	11.812,92			242,08	11.812,92			100.00
2.1.1.	02/070108	009 / 2017 / I / 6	Aquisição de equipamento informático para escolas Software		5.000,00	1.235,00						1.235,00				100.00
2.1.1.	02/07030205	010 / 2017 / I / 7	Requalificação e ampliação da escola básica e secundária Sidónio Pais		237.700,00	29.570,00	29.513,85	29.513,85	29.513,85			56,15	29.513,85			38.62
2.1.1.	02/07010305	011 / 2017 / I / 31	Adaptação da antiga escola primária Vile		5.000,00											100.00
2.1.1.	02/07030205	012 / 2017 / I / 37	Requalificação da escola básica Âncora		13.000,00											100.00
2.1.1.	02/07010305	013 / 2017 / I / 39	Remodelação parque escolar Vila Praia Âncora		25.000,00	725,00						725,00				100.00
2.4.			Habitação e servicos colectivos		734.990,00	2.054.660,26	1.817.389,19	1.817.389,19	473.341,26	334.768,30	334.768,30	237.271,07	1.482.620,89	16.29	16.29	93.58
2.4.1.			Habitação		5.000,00	2.000,00						2.000,00				66.64
2.4.1.	02/07010203	015 / 2016 / I / 15	Requalificação de edificios de habitação social		5.000,00	2.000,00						2.000,00				66.64
2.4.2.			Ordenamento do território		84.000,00	185.760,00	173.449,60	173.449,60	87.626,20	26.877,67	26.877,67	12.310,40	146.571,93	14.47	14.47	55.23
2.4.2.	02/07030301	031 / 2010 / I / 51	Ecovia Caminho Rio Minho (CaminhaLanheias)		18.000,00	18.000,00	17.839,27	17.839,27	17.839,27	17.839,27	17.839,27	160,73		99.11	99.11	0.89
2.4.2.	02/07030301	010 / 2014 / I / 10	Beneficiação marginal de Caminha		5.000,00	5.000,00						5.000,00				100.00
2.4.2.	02/070115	020 / 2015 / I / 21	Planos de recuperação urbana		15.000,00	80.350,00	75.285,80	79.285,80	15.308,58	4.305,00	4.305,00	1.064,20	74.980,80	5.36	5.36	94.64
2.4.2.	02/07030301	016 / 2016 / I / 16	Beneficiação Ecovia Vila Praia Ancora		5.000,00	5.000,00						5.000,00				100.00
2.4.2.	02/07030301	017 / 2016 / I / 17	Requalificação zona envolvente à Ecovia CaminhaRio Minho		1.000,00	1.000,00						1.000,00				66.64
2.4.2.	02/07030301	018 / 2016 / I / 18	Beneficiação de espaços públicos		30.000,00	54.560,00	54.478,35	54.478,35	54.478,35	4.733,40	4.733,40	81,65	49.744,95	8.68	8.68	91.32
2.4.2.	02/07030313	008 / 2017 / I / 8	Beneficiação/Construção muros de suporte no concelho		10.000,00	21.850,00	21.846,18	21.846,18				3,82	21.846,18			100.00
2.4.3.			Saneamento		603.990,00	1.807.567,01	1.597.753,28	1.597.753,28	339.528,75	278.835,88	278.835,88	209.813,73	1.318.917,40	15.43	15.43	88.88
2.4.3.	02/07030302	024 / 2015 / I / 25	Drenagem de aguas residuais concelhias		2.000,00	16.305,00	15.466,95	15.466,95	15.466,95	15.466,95	15.466,95	838,05		94.86	94.86	5.14
			A TRANSPORTAR ...		766.200,00	1.497.190,11	1.456.354,02	853.319,94	728.366,50	402.222,24	402.222,24	40.836,09	451.097,70			

ENTIDADE	EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	ANO CONTABILÍSTICO 2017	DATA : 2018/03/16
MUNICIPIO DE CAMINHA			HORA : 10:01:53

PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO - 2017/12/31

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR REALIZADO DE ANOS ANTERIORES	PREVISÃO DE DESPESAS		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL					SALDOS		EXEC. FINANCEIRA ANUAL % (a)	EXEC. FINANCEIRA GLOBAL % (b)	EXEC. FISICA GLOB. % (c)
					DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ACTUAL	CABIMENTO	COMPROMISSO	FACTURADO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	SALDO DO CABIMENTO	COMPROMISSOS POR PAGAR			
			A TRANSPORTAR ...		766.200,00	1.497.190,11	1.456.354,02	853.319,94	729.366,50	402.222,24	402.222,24	40.836,09	451.097,70			
2.4.3.		019 2016	BENEFICIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO		338.690,00	1.656.961,77	1.523.888,29	1.523.888,29	265.663,76	240.807,35	240.807,35	133.073,48	1.283.080,94	14.53	14.53	66.64
2.4.3.	02/07030302	0151 2016 I 19	Rede de saneamento e abastecimento água Argela		121.000,00	378.805,75	245.732,27	245.732,27				133.073,48	245.732,27			66.64
2.4.3.	02/07030302	0152 2016 I 20	Rede de saneamento Vilar de Mouros		145.290,00	769.804,01	769.804,01	769.804,01	92.868,59	92.868,59	92.868,59		676.935,42	12.06	11.72	54.92
2.4.3.	02/07030302	0153 2016 I 21	Rede de saneamento de Aspra, Viso e Currais e IgrejaII fase		72.600,00	508.352,01	508.352,01	508.352,01	172.795,17	147.938,76	147.938,76		360.413,25	29.10	28.20	38.44
2.4.3.	02/07030302	021 2016 I 28	Passagem hidraulica da Rua dos Vales Vila Praia Ancora		121.900,00	100,00						100,00				100.00
2.4.3.	02/07030302	008 2017 I 9	Beneficiação de redes de saneamento concelhias		5.000,00	25.475,00	22.564,37	22.564,37	22.564,37	127,78	127,78	2.910,63	22.436,59	0.50	0.50	99.50
2.4.3.	02/07030302	009 2017 I 10	Beneficiação da rede águas pluviais AV.ª Santana Moledo		21.200,00	21.200,00	21.152,30	21.152,30	21.152,30	21.152,30	21.152,30	47,70		99.78	99.78	0.22
2.4.3.	02/07030302	010 2017 I 11	Beneficiação da rede saneamento Varios arruamentos Freguesia Seixas		100.000,00	72.525,24						72.525,24				100.00
2.4.3.	02/07030302	011 2017 I 12	Colocação de canais de condução de águas pluviais no concelho		15.000,00	15.000,00	14.681,37	14.681,37	14.681,37	1.281,50	1.281,50	318,63	13.399,87	8.54	8.54	91.46
2.4.4.			Abastecimento de Água		29.000,00	29.850,00	23.860,71	23.860,71	23.860,71	14.105,38	14.109,38	5.989,29	9.751,33	47.27	47.27	100.00
2.4.4.	02/07030307	028 2015 I 29	Beneficiação e instalação de infraestruturas de água		13.000,00	13.850,00	13.805,81	13.805,81	13.805,81	5.280,54	5.280,54	44,19	8.525,27	38.13	38.13	61.87
2.4.4.	02/07030307	023 2016 I 29	Renovação ampliação de redes de abastecimento de água do concelho		10.000,00	10.000,00	8.776,00	8.776,00	8.776,00	8.776,00	8.776,00	1.224,00		87.75	87.76	12.24
2.4.4.	02/07030307	012 2017 I 13	Aquisição de contadores de água a instalar no concelho		1.000,00	1.000,00						1.000,00				100.00
2.4.4.	02/07030307	014 2017 I 14	Beneficiação de reservatórios instalados no concelho		5.000,00	5.000,00	1.278,90	1.278,90	1.278,90	52,84	52,84	3.721,10	1.226,06	1.05	1.06	98.94
2.4.5.			Resíduos sólidos		5.000,00	5.000,00						5.000,00				100.00
2.4.5.	02/07030313	024 2016 I 30	Reabilitação/reparação de contentores enterrados		5.000,00	5.000,00						5.000,00				100.00
2.4.6.			Protecção do meio ambiente e conservação da natureza		8.000,00	24.483,25	22.325,60	22.325,60	22.325,60	14.945,37	14.945,37	2.157,65	7.380,23	61.04	61.04	100.00
2.4.6.	02/07030312	043 2015 I 47	Beneficiação cemitério de Caminha		1.000,00	1.000,00	832,10	832,10	832,10	832,10	832,10	167,90		83.21	83.21	16.79
2.4.6.	02/07030305	025 2016 I 31	Beneficiação da zona das muralhas de Caminha Anfiteatro Natural		1.000,00	1.000,00						1.000,00				100.00
2.4.6.	02/07030305	026 2016 I 32	Beneficiação de espaços verdes no concelho		5.000,00	17.250,00	17.207,01	17.207,01	17.207,01	9.826,78	9.826,78	42,99	7.380,23	56.97	56.97	43.03
2.4.6.	02/070111	001 2017 I 15	Aquisição de ferramentas e utensilios		1.000,00	5.233,25	4.286,49	4.286,49	4.286,49	4.286,49	4.286,49	946,76		81.91	81.91	18.09
2.5.			Servicos culturais, recreativos e religiosos		159.800,00	135.875,00	106.539,19	106.539,19	103.163,09	54.392,76	54.392,76	29.335,81	52.146,43	40.03	40.03	100.00
2.5.1.			Cultura		58.700,00	41.880,00	25.167,02	25.167,02	21.790,92	20.685,84	20.685,84	16.712,98	4.481,18	49.39	49.39	100.00
2.5.1.		025 2011	INSTALAÇÃO/CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECA MUNICIPAL		18.000,00	21.500,00	21.135,70	21.135,70	17.759,60	17.759,60	17.759,60	364,30	3.376,10	82.60	82.60	100.00
2.5.1.	02/07010302	0251 2011 I 32	Construção		18.000,00	21.500,00	21.135,70	21.135,70	17.759,60	17.759,60	17.759,60	364,30	3.376,10	82.60	82.60	17.40
2.5.1.	02/07011002	023 2016 I 35	Aquisição de livros para a biblioteca		5.000,00	5.000,00	3.819,00	3.819,00	3.819,00	2.713,92	2.713,92	1.181,00	1.105,08	54.28	54.28	45.72
2.5.1.	02/070305	027 2016 I 39	Reconstrução do pontão do lobo ARGAS		4.500,00	4.500,00						4.500,00				100.00
2.5.1.	02/070305	057 2017 I 16	Beneficiação de espaços públicos culturais		1.000,00	1.000,00						1.000,00				100.00
2.5.1.	02/07011002	058 2017 I 17	Aquisição equipamento básico		30.000,00	9.580,00	212,32	212,32	212,32	212,32	212,32	9.467,68		2.19	2.19	97.81
2.5.1.	02/070111	059 2017 I 18	Aquisição de ferramentas e utensilios		100,00	100,00						100,00				100.00
2.5.1.	02/070109	060 2017 I 19	Aquisição de equipamento administrativo		100,00	100,00						100,00				100.00
2.5.1.	02/070115	061 2017 I 34	Centro de interpretação do megalismo Dólmen da Barrosa													100.00
2.5.2.			Desporto, recreio e lazer		101.100,00	93.995,00	81.372,17	81.372,17	81.372,17	33.706,92	33.706,92	12.622,83	47.665,25	35.86	35.86	100.00
			A TRANSPORTAR ...		1.468.890,00	3.389.665,37	3.105.993,58	2.506.955,60	1.121.405,53	715.331,76	715.331,76	279.671,69	1.791.627,84			

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR REALIZADO DE ANOS ANTERIORES	PREVISÃO DE DESPESAS		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL					SALDOS		EXEC. FINANCEIRA ANUAL % (a)	EXEC. FINANCEIRA GLOBAL % (b)	EXEC. FISICA GLOB. % (c)
					DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ACTUAL	CABIMENTO	COMPROMISSO	FACTURADO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	SALDO DO CABIMENTO	COMPROMISSOS POR PAGAR			
			A TRANSPORTAR ...		1.468.890,00	3.389.665,37	3.105.993,68	2.506.959,60	1.121.405,53	715.331,76	715.331,76	279.671,69	1.791.627,84			
2.5.2.	02/07010302	066 2006 I 79	Requalificação do pavilhão municipal de Caminha		20.000,00	20.500,00	20.388,67	20.388,67	20.388,67	20.388,67	20.388,67	111,33		99.46	99.46	0.54
2.5.2.	02/07010406	065 2015 I 68	Beneficiação do estádio de Lanhelas		25.000,00	25.000,00	22.143,38	22.143,38	22.143,38			2.856,62	22.143,38			100.00
2.5.2.	02/070115	029 2016 I 41	Manutenção/aquisição de parques infantis e equipamentos geriátricos		30.100,00	30.395,00	30.390,29	30.390,29	30.390,29	10.087,31	10.087,31	4,71	20.302,98	33.19	33.19	66.81
2.5.2.	02/07010406	054 2017 I 20	Manutenção de estádios municipais		1.000,00	3.100,00	2.708,50	2.708,50	2.708,50	2.708,50	2.708,50	391,50		87.37	87.37	12.63
2.5.2.	02/07011002	055 2017 I 21	Aquisição de equipamento básico		25.000,00	15.000,00	5.741,33	5.741,33	5.741,33	522,44	522,44	9.258,67	5.218,89	3.48	3.48	96.52
3.			Funções económicas		1.059.883,00	1.669.181,56	1.386.105,01	1.377.667,61	1.164.568,51	302.247,86	302.247,86	280.076,55	1.075.419,75	18.11	18.11	94.79
3.1.			Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca		5.000,00	5.000,00	2.247,20	2.247,20	2.247,20	2.247,20	2.247,20	2.752,80		44.94	44.94	100.00
3.1.0.			Agricultura,pecuária , silvicultura,caça e pesca		5.000,00	5.000,00	2.247,20	2.247,20	2.247,20	2.247,20	2.247,20	2.752,80		44.94	44.94	100.00
3.1.0.	02/07010413	032 2016 I 53	Beneficiação rampa dos pescadores Caminha/Vilarelho		5.000,00	5.000,00	2.247,20	2.247,20	2.247,20	2.247,20	2.247,20	2.752,80		44.94	44.94	55.06
3.2.			Indústria e energia		71.020,00	50.834,78	36.720,90	36.720,90	34.310,74	26.292,10	26.292,10	14.113,88	10.428,80	51.72	51.72	68.88
3.2.0.			Industria e energia		71.020,00	50.834,78	36.720,90	36.720,90	34.310,74	26.292,10	26.292,10	14.113,88	10.428,80	51.72	51.72	68.88
3.2.0.	02/07030304	028 2014 I 28	Beneficiação da iluminação pública Iluminar alto minho		6.820,00	6.820,00						6.820,00				100.00
3.2.0.	02/07030304	066 2015 I 69	Beneficiação da iluminação pública		14.200,00	14.200,00	11.422,00	11.422,00	11.422,00	5.000,00	5.000,00	2.778,00	6.422,00	35.21	35.21	64.79
3.2.0.	02/07030304	033 2016 I 44	Beneficiação da iluminação pública		50.000,00	29.814,78	25.298,90	25.298,90	22.888,74	21.292,10	21.292,10	4.515,88	4.006,80	71.41	71.41	-4.78
3.3.			Transportes e comunicações		648.363,00	1.329.835,70	1.180.727,76	1.169.290,36	977.874,90	177.312,64	177.312,64	149.111,94	991.977,72	13.33	13.33	97.72
3.3.1.			Transportes rodoviários		598.363,00	1.274.595,70	1.125.488,71	1.114.051,31	924.569,52	130.653,40	130.653,40	149.110,99	963.397,91	10.25	10.25	97.58
3.3.1.	02/07030301	068 2015 I 71	Intervenção nas freguesias do concelho		110.000,00	209.200,00	207.673,14	207.673,14	205.879,27	68.980,59	68.980,59	1.526,86	138.692,55	32.97	32.97	67.03
3.3.1.	02/07030301	069 2015 I 72	Construção/beneficiação de arruamentos no concelho		42.000,00	47.000,00	46.961,99	35.524,59	31.294,59	10.554,96	10.554,96	38,01	24.969,63	22.46	22.46	77.54
3.3.1.	02/07030301	070 2015 I 73	Pavimentação Rua da Bargiela Ancora		10.063,00	10.063,00	10.062,82	10.062,82	10.062,82	10.062,82	10.062,82	0,18		100.00	100.00	0.00
3.3.1.	02/07011002	077 2015 I 80	Aquisição de sinalização		20.000,00	15.540,00	2.662,65	2.662,65	2.478,15	2.478,15	2.478,15	12.877,35	184,50	15.95	15.95	84.05
3.3.1.	02/07030301	035 2016 I 46	Beneficiação das passagens desniveladas do concelho		20.000,00	17.870,00						17.870,00				100.00
3.3.1.	02/07030301	036 2016 I 47	Requalificação do Nó da Erva Verde		200.800,00	631.371,70	631.371,70	631.371,70	587.872,41				631.371,70			61.29
3.3.1.	02/07030301	001 2017 I 22	Caminho de Tornicos Vilar de Mouros		11.300,00	11.300,00						11.300,00				100.00
3.3.1.	02/07030301	002 2017 I 23	Caminho do Agrelo Vilar de Mouros		10.000,00	10.000,00						10.000,00				100.00
3.3.1.	02/07030301	003 2017 I 24	Caminho do Torrão Vilar de Mouros		5.000,00	5.000,00						5.000,00				100.00
3.3.1.	02/07030301	004 2017 I 25	Pavimentação Av.ª Liberdade Lanhelas		5.000,00	5.000,00						5.000,00				100.00
3.3.1.	02/07030301	005 2017 I 26	Alargamento do caminho do Pinto Gondar Orbacém		12.500,00	14.630,00	14.553,96	14.553,96	14.553,96			76,04	14.553,96			100.00
3.3.1.	02/07030301	006 2017 I 27	Pavimentação/Requalificação Av.ª Principal Argela		50.000,00	50.000,00						50.000,00				100.00
3.3.1.	02/07030301	007 2017 I 28	Pavimentação/Requalificação rua do Calvário Âncora		12.500,00	157.625,00	157.618,98	157.618,98	17.854,85	17.854,85	17.854,85	6,02	139.764,13	11.33	11.33	88.67
3.3.1.	02/07030301	008 2017 I 29	Beneficiação do largo da Igreja Riba Âncora		55.000,00	55.000,00	54.583,47	54.583,47	54.583,47	20.722,03	20.722,03	416,53	33.861,44	37.68	37.68	62.32
3.3.1.	02/07030301	009 2017 I 30	Beneficiação avenida da escola Venade Azevedo		5.000,00	5.000,00						5.000,00				100.00
3.3.1.	02/07030301	010 2017 I 38	Pavimentação Avª Santana Moledo Cristelo		30.000,00	30.000,00						30.000,00				100.00
3.3.3.			Transportes fluviais		50.000,00	55.240,00	55.239,05	55.239,05	53.305,38	46.659,24	46.659,24	0,95	8.579,81	84.47	84.47	100.00
3.3.3.	02/07011002	031 2015 I 31	Manutenção e beneficiação do FerryBoat		50.000,00	55.240,00	55.239,05	55.239,05	53.305,38	46.659,24	46.659,24	0,95	8.579,81	84.47	84.47	15.53
3.4.			Comércio e turismo		335.500,00	283.507,08	169.409,15	169.409,15	150.135,67	96.395,92	96.395,92	114.097,93	73.013,23	34.00	34.00	87.34
3.4.1.			Mercados e feiras		50.500,00	20.500,00						20.500,00				87.49
3.4.1.	02/07010303	079 2015 I 82	Beneficiação do Mercado Municipal de Caminha		50.000,00	20.000,00						20.000,00				74.98
3.4.1.	02/07011002	049 2016 I 49	Aquisição de equipamentos		500,00	500,00						500,00				100.00
			A TRANSPORTAR ...		2.344.873,00	4.889.834,85	4.411.061,71	3.796.590,23	2.217.210,54	954.890,62	954.890,62	478.773,14	2.841.699,61			

ENTIDADE	EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	ANO CONTABILÍSTICO 2017	DATA : 2018/03/16
MUNICIPIO DE CAMINHA			HORA : 10:01:53

OBJECTIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/TIPO/NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR REALIZADO DE ANOS ANTERIORES	PREVISÃO DE DESPESAS		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL					SALDOS		EXEC. FINANCEIRA ANUAL % (a)	EXEC. FINANCEIRA GLOBAL % (b)	EXEC. FISICA GLOB. % (c)
					DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ACTUAL	CABIMENTO	COMPROMISSO	FACTURADO	LIQUIDAÇÃO	PAGAMENTO	SALDO DO CABIMENTO	COMPROMISSOS POR PAGAR			
			A TRANSPORTAR ...		2.344.873,00	4.889.834,85	4.411.061,71	3.796.590,23	2.217.210,54	954.890,62	954.890,62	478.773,14	2.841.699,61			
3.4.2.			Turismo		285.000,00	263.007,08	169.409,15	169.409,15	150.135,67	96.395,92	96.395,92	93.597,93	73.013,23	36.65	36.65	87.24
3.4.2.	02/07030313	041 2016 I 50	Beneficiação de acessos a praias		5.000,00	39.030,00	38.597,11	38.597,11	38.597,11	4.906,36	4.906,36	432,89	33.690,75	12.57	12.57	87.43
3.4.2.	02/07030313	042 2016 I 51	Requalificação zona sul paredão de Moledo		10.000,00	10.000,00						10.000,00				100.00
3.4.2.	02/070115	001 2017 I 36	Valorização dos caminhos de Santiago		270.000,00	213.977,08	130.812,04	130.812,04	111.538,56	91.489,56	91.489,56	83.165,04	39.322,48	42.76	17.80	43.93
4.			Outras funções		396.000,00	228.572,00	214.263,58	214.263,67	151.124,08	114.496,86	114.496,86	14.308,32	99.766,81	50.09	50.09	77.06
4.3.			Diversas não especificadas		396.000,00	228.572,00	214.263,58	214.263,67	151.124,08	114.496,86	114.496,86	14.308,32	99.766,81	50.09	50.09	77.06
4.3.	02/070115	085 2015 I 89	Revisão do PDM		5.000,00	12.380,00	11.583,75	11.583,75	11.583,75	11.583,75	11.583,75	796,25		93.57	93.57	6.43
4.3.	02/070115	052 2016 I 52	Orçamento Participativo		195.000,00	36.842,00	24.465,22	24.465,22	24.465,22	5.875,95	5.875,95	12.376,78	18.589,27	15.95	15.95	42.43
4.3.	02/070115	001 2017 I 32	Outros investimentos		1.000,00	179.350,00	178.214,71	178.214,70	115.075,11	97.037,16	97.037,16	1.135,29	81.177,54	54.10	54.10	45.90
4.3.	02/070115	002 2017 I 35	Orçamento Participativo		195.000,00											49.86
			TOTAL GERAL		3.025.873,00	5.381.413,93	4.794.734,54	4.180.263,05	2.518.470,29	1.165.783,40	1.165.783,40	586.679,39	3.014.479,65	21.65	21.66	67.85

Anotações

a) Execução Financeira Anual = (Total de Pagamentos *100) / Dotação Actual
Bold - Se a Taxa for superior à Taxa de Execução prevista até ao mês em causa)

b) Execução Financeira Global = (Realizado em anos Anteriores + Total de Pagamentos do Ano * 100 / Realizado em Anos Anteriores + Dotação Actual + Dotação para Anos Seguintes
Bold - Se a Taxa for superior à taxa da execução física

c) Execução Física Global = ((Data Actual - Data Inicio da Obra) / (Data Final da Obra - Data Inicial da Obra) * 100) - Taxa de Execução Financeira Global
Bold - Se a Taxa for superior a 50%

FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM – CÓDIGO POCAL 7.5

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 1 PÁGINA
FLUXOS DE CAIXA DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 5 PÁGINAS, NUMERADAS DE 1 A 5
MAPA DE CONTAS DE ORDEM DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 7 PÁGINAS, NUMERADAS DE 1 A 7

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE CMC MUNICIPIO DE CAMINHA ANO 2017

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		573.596,05	Despesas orçamentais		15.474.633,48
Execução orçamental	7.757,49		Correntes	12.472.977,44	
Operações de tesouraria ...	565.838,56		Capital	3.001.656,04	
Receitas orçamentais		15.604.702,14	Operações de tesouraria		991.775,29
Correntes	14.239.620,10		Saldo para a gerência seguinte ...		829.908,39
Capital	1.365.082,04				
Outras			Execução orçamental	137.826,15	
Operações de tesouraria		1.118.018,97	Operações de tesouraria	692.082,24	
Total		17.296.317,16	Total		17.296.317,16

CONTAS DE ORDEM

ENTIDADE CMC MUNICIPIO DE CAMINHA Período: 2017/01/01 a 2017/12/31 ANO 2017

Código	Descrição	Valores	
	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		1.935.719,47
	CAUÇÕES		
	RECIBOS PARA COBRANÇA	18.293,29	
	GARANTIAS	1.917.426,18	
	GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS		180.320,17
	RECEITA VIRTUAL LIQUIDADA		
	Total geral		2.116.039,64

Código	Descrição	Valores	
	GARANTIAS E CAUÇÕES ACIONADAS		
	GARANTIAS E CAUÇÕES DEVOLVIDAS		84.333,94
	RECEITA VIRTUAL COBRADA		
	RECEITA VIRTUAL ANULADA		
	SALDO PARA A GERENCIA SEGUINTE		2.031.705,70
	CAUÇÕES		
	RECIBOS PARA COBRANÇA	18.293,29	
	GARANTIAS	2.013.412,41	
	Total geral		2.116.039,64

Em ___ de _____ de ___

_____

Em ___ de _____ de ___

_____

F L U X O S D E C A I X A

ENTIDADE CMC — MUNICIPIO DE CAMINHA — ANO 2017
PERÍODO 2017/01/01 A 2017/12/31 —

R E C E B I M E N T O S

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR			573.596,05
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL		7.757,49	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		565.838,56	
RECEITAS ORÇAMENTAIS			15.604.702,14
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.165.486,35	
0102	Outros	4.165.486,35	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	2.682.615,05	
010203	Imposto único de circulação	420.140,39	
010204	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	890.465,72	
010205	Derrama	172.265,19	
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	52.658,31	
0202	Outros	52.658,31	
020206	Impostos indirectos especificos das autarquias locais	52.658,31	
02020602	Loteamento e Obras	10.967,16	
02020603	Ocupação de Via Pública	20.558,15	
02020605	Publicidade	2.346,27	
02020699	Outros	18.786,73	
0202069901	Taxa Municipal Direitos de Passagem - TMDP	3.520,30	
0202069999	Outros	15.266,43	
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	310.126,85	
0401	Taxas	196.272,06	
040123	Taxas especificas das autarquias locais	196.272,06	
04012301	Mercados e Feiras	66.970,28	
04012302	Loteamento e Obras	92.624,33	
04012303	Ocupação de Via Pública	19.909,22	
04012399	Outras	16.768,23	
0401239999	Outras	16.768,23	
0402	Multas e outras penalidades	113.854,79	
040201	Juros de mora	112.135,84	
040202	Juros compensatórios	1.277,26	
040299	Multas e penalidades diversas	441,69	
04029902	Outras	441,69	
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.029.538,40	
0507	Dividendos e particip.lucros soc.e quase soc.não financeiras	73.006,76	
050703	Empresas privadas	73.006,76	
0510	Rendas	956.531,64	
051003	Habitações	1.059,99	
051004	Edificios	80.475,86	
051005	Bens de dominio publico	629.122,39	
051099	Outros	245.873,40	
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.829.335,67	
0603	Administração central	5.829.335,67	
060301	Estado	5.801.800,88	
06030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	5.100.537,70	
06030102	Fundo Social Municipal	233.451,00	
06030103	Participação variável no IRS	172.961,00	
06030199	Outras	294.851,18	
060306	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiado	27.534,79	
06030601	FEDER	27.534,79	
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2.653.071,53	
0701	Venda de bens	1.092.930,65	
070103	Publicações e impressos	20,00	
070108	Mercadorias	1.086.714,00	
07010801	Àgua	1.086.714,00	
070199	Outros	6.196,65	
0702	Serviços	1.560.140,88	
070208	Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	95.769,11	
07020804	Serviços desportivos	95.769,11	

R E C E B I M E N T O S

0702080400	Serviços desportivos	95.769,11	
070209	Serviços especificos das autarquias	**1.463.454,95**	
07020901	Saneamento	538.931,62	
07020902	Resíduos sólidos	663.483,29	
07020904	Trabalhos por conta de particulares	51.883,07	
07020905	Cemitérios	1.452,37	
07020906	Mercados e feiras	13.329,78	
07020999	Outros	194.374,82	
070299	Outros	916,82	
07029999	Outros	916,82	
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	199.402,99	
0801	outras	199.402,99	
080199	Outras	199.402,99	
08019999	Diversas	199.402,99	
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	11.850,30	
0901	Terrenos	11.850,30	
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	11.850,30	
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.105.292,66	
1003	Administração central	1.105.292,66	
100301	Estado	566.746,00	
10030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	566.746,00	
100307	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiado	538.546,66	
10030701	FEDER	538.546,66	
12	PASSIVOS FINANCEIROS	245.000,00	
1205	Empréstimos a curto prazo	245.000,00	
120502	Sociedades financeiras	245.000,00	
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.939,08	
1301	Outras	2.939,08	
130199	Outras	2.939,08	
TOTAL DAS RECEITA CORRENTES.....		14.239.620,10	
TOTAL DAS RECEITA DE CAPITAL.....		1.365.082,04	
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS			
OPERAÇÕES DE TESOURARIA.			1.118.018,97
TOTAL			17.296.317,16

P A G A M E N T O S

DESPESAS ORÇAMENTAIS					15.474.633,48
01		ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	2.361.096,18		
0101		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	23.801,68		
0101	01	DESPESAS COM O PESSOAL		19.323,42	
0101	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		19.323,42	
0101	010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		19.323,42	
0101	01021303	Senhas de presença		19.323,42	
0101	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		4.478,26	
0101	0201	Aquisição de bens		90,00	
0101	020121	Outros bens		90,00	
0101	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		4.388,26	
0101	020217	Publicidade		469,00	
0101	020225	OUTROS SERVIÇOS		3.919,26	
0101	02022599	Outros		3.919,26	
0102		CAMARA MUNICIPAL	1.437.348,42		
0102	01	DESPESAS COM O PESSOAL		278.962,67	
0102	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		223.228,31	
0102	010101	Titulares orgãos soberania e membros orgãos autárq		162.252,47	
0102	010111	Representação		28.058,10	
0102	010113	Subsídio de refeição		7.798,55	
0102	010114	Subsídio de férias e de Natal		25.119,19	

P A G A M E N T O S

0102	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		7.820,97
0102	010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS		7.820,97
0102	01021303	Senhas de presença		7.820,97
0102	0103	SEGURANÇA SOCIAL		47.913,39
0102	010301	Encargos com saúde		368,22
0102	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		47.545,17
0102	01030502	Segurança social pessoal em regime de trabalho de		47.545,17
0102	0103050201	Caixa Geral de Aposentações		15.040,57
0102	0103050202	Segurança social - Regime geral		32.504,60
0102	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		64.514,35
0102	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		64.514,35
0102	020213	Deslocações e estadas		1.907,35
0102	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria		62.607,00
0102	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		610.071,84
0102	0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		182.520,04
0102	040501	CONTINENTE		182.520,04
0102	04050102	Freguesias		182.520,04
0102	0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		398.487,50
0102	040701	Instituições sem fins lucrativos		398.487,50
0102	0408	FAMÍLIAS		29.064,30
0102	040802	Outras		29.064,30
0102	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		483.799,56
0102	0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		334.387,46
0102	080501	CONTINENTE		334.387,46
0102	08050102	Freguesias		334.387,46
0102	0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		133.543,53
0102	080701	Instituições sem fins lucrativos		133.543,53
0102	0808	FAMÍLIAS		15.868,57
0102	080802	Outras		15.868,57
0103		OPERAÇÕES FINANCEIRAS	899.946,08	
0103	10	PASSIVOS FINANCEIROS		899.946,08
0103	1005	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO		245.000,00
0103	100503	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições fin		245.000,00
0103	1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS		654.946,08
0103	100603	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições fin		290.137,22
0103	100606	Administração Pública Central - Serviços e Fundos		364.808,86
02		SERVIÇOS MUNICIPAIS	13.113.537,30	
02	01	DESPESAS COM O PESSOAL		4.752.210,77
02	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES		3.598.269,83
02	010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUA		2.690.900,95
02	01010401	Pessoal em funções		2.690.900,95
02	010108	Pessoal aguardando aposentação		3.696,19
02	010109	Pessoal em qualquer outra situação		106.522,52
02	010111	Representação		8.175,42
02	010113	Subsídio de refeição		302.546,66
02	010114	Subsídio de férias e de Natal		465.519,16
02	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade		20.908,93
02	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS		90.171,94
02	010202	Horas extraordinárias		36.283,79
02	010204	Ajudas de custo		13.735,22
02	010205	Abono para falhas		10.705,66
02	010211	Subsídio de turno		29.447,27
02	0103	SEGURANÇA SOCIAL		1.063.769,00
02	010301	Encargos com saúde		180.848,23
02	010303	Subsidio familiar a crianças e jovens		16.641,47
02	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		830.874,75
02	01030502	Segurança social pessoal em regime de trabalho de		788.271,02
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações		425.995,70
02	0103050202	Segurança social - Regime geral		362.275,32
02	01030503	Outros		42.603,73
02	010309	SEGUROS		35.404,55
02	01030901	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profiss		35.404,55
02	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		6.596.809,11

P A G A M E N T O S

02	0201	Aquisição de bens		1.249.663,72	
02	020101	Matérias-primas e subsidiárias		20.104,78	
02	020102	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES		299.039,70	
02	02010201	Gasolina		15.838,80	
02	02010202	Gasóleo		188.186,27	
02	02010299	Outros		95.014,63	
02	020104	Limpeza e higiene		5.784,83	
02	020105	Alimentação - Refeições confeccionadas		195.705,08	
02	020107	Vestuário e artigos pessoais		22.960,50	
02	020108	Material de escritório		33.921,51	
02	020112	Material de transporte - Peças		19.340,86	
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas		4.786,86	
02	020116	MERCADORIAS PARA VENDA		514.430,12	
02	02011601	Água		277.717,58	
02	02011603	Outros		236.712,54	
02	0201160301	Saneamento		236.712,54	
02	020117	Ferramentas e utensilios		8.909,34	
02	020120	Material de educação, cultura e recreio		18.661,59	
02	020121	Outros bens		106.018,55	
02	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		5.347.145,39	
02	020201	Encargos das instalações		354.741,18	
02	020202	Limpeza e higiene		106.993,42	
02	020203	Conservação de bens		36.910,91	
02	020204	Locação de edificios		648.688,15	
02	020209	Comunicações		135.170,70	
02	020210	Transportes		398.283,61	
02	020211	Representação dos serviços		500,00	
02	020212	Seguros		43.044,47	
02	020213	Deslocações e estadas		1.135,00	
02	020215	Formação		2.547,95	
02	020216	Seminários,exposições e similares		6.782,73	
02	020217	Publicidade		165.274,68	
02	020218	Vigilância e segurança		318,67	
02	020219	Assistência técnica		47.326,59	
02	020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		271.115,35	
02	02022099	Outros		271.115,35	
02	020224	Encargos de cobrança receitas		139.055,31	
02	020225	OUTROS SERVIÇOS		2.989.256,67	
02	02022501	Educação		124.623,44	
02	02022502	Limpeza urbana		1.016.456,02	
02	02022503	Iluminação pública		586.597,34	
02	02022504	Actividade sócio-cultural		772.147,44	
02	02022505	Actividade desportiva e de lazer		358.061,09	
02	02022599	Outros		131.371,34	
02	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS		107.525,53	
02	0301	Juros da divida pública		70.167,07	
02	030103	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇ		24.621,97	
02	03010301	Empréstimos de curto prazo		916,60	
02	03010302	Emprestimos de médio e longo prazos		23.705,37	
02	030106	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS A		45.545,10	
02	0303	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA		231,36	
02	030305	Material de transporte		231,36	
02	0305	OUTROS JUROS		37.127,10	
02	030502	Outros		37.127,10	
02	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		39.081,49	
02	0602	DIVERSAS		39.081,49	
02	060203	OUTRAS		39.081,49	
02	06020304	Serviços bancários		744,43	
02	06020305	Outras		38.337,06	
02	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		1.165.783,40	
02	0701	INVESTIMENTOS		614.561,70	
02	070103	EDIFICIOS		68.952,56	
02	07010301	Instalações de serviços		30.804,29	

P A G A M E N T O S

02	07010302	Instalações desportivas e recreativas		38.148,27	
02	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		4.955,70	
02	07010406	Instalações desportivas e recreativas		2.708,50	
02	07010413	Outros		2.247,20	
02	070107	Equipamento de informática		116.152,92	
02	070108	Software informático		126.746,54	
02	070110	Equipamento básico		69.251,53	
02	07011002	Outro		69.251,53	
02	070111	Ferramentas e útensilios		8.123,72	
02	070115	Outros investimentos		220.378,73	
02	0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA		8.707,31	
02	070205	Material de transporte-Locação financeira		8.707,31	
02	0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		542.514,39	
02	070302	EDIFICIOS		39.951,92	
02	07030205	Escolas		39.951,92	
02	070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS		502.562,47	
02	07030301	Viadutos,arruamentos e complementares		150.747,92	
02	07030302	Sistemas drenagem e aguas residuais		278.835,88	
02	07030304	Iluminação publica		26.292,10	
02	07030305	Parques e jardins		9.826,78	
02	07030307	Captação e distribuição de água		14.109,38	
02	07030308	Viação rural		15.677,40	
02	07030309	Sinalização e transito		1.334,55	
02	07030312	Cemitérios		832,10	
02	07030313	Outros		4.906,36	
02	09	ACTIVOS FINANCEIROS		207.127,00	
02	0907	ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES		100.000,00	
02	090702	Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Pú		100.000,00	
02	0908	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		107.127,00	
02	090806	Administração Pública Central - Serviços e Fundos		107.127,00	
02	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		245.000,00	
02	1102	DIVERSAS		245.000,00	
02	110299	Outras		245.000,00	
		TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		12.472.977,44	
		TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		3.001.656,04	
		OPERAÇÕES DE TESOURARIA			991.775,29
		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE.....			829.908,39
		EXECUÇÃO ORÇAMENTAL		137.826,15	
		OPERAÇÕES DE TESOURARIA		692.082,24	
		TOTAL			17.296.317,16

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

_____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ____

_____

ENTIDADE	MAPA DAS CONTAS DE ORDEM	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período: 2017/01/02 a 2017/12/31	2018/03/21	2017	1

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		DO PERÍODO		SALDO FINAL	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
09	CONTAS DE ORDEM	4.352.070,67	4.352.070,67	529.786,25	529.786,25		
09.1	RECIBOS PARA COBRANÇA	18.293,29				18.293,29	
09.1.1	EXERCICIO ANTERIOR	18.293,29				18.293,29	
09.1.1.01	RECEITA LIQUIDADA	18.293,29				18.293,29	
09.1.1.02	RECEITA COBRADA						
09.1.1.03	RECEITA ANULADA						
09.1.1.04	CONTRAPARTIDA						
09.1.2	EXERCICIO CORRENTE						
09.1.2.01	RECEITA LIQUIDADA						
09.1.2.02	RECEITA COBRADA						
09.1.2.03	RECEITA ANULADA						
09.1.2.04	CONTRAPARTIDA						
09.2	FUNDOS CAUCIONADOS	361.004,29	820.038,38		70.939,84		529.973,93
09.2.1	EMPREITADAS OBRAS PÚBLICAS	195.824,82	382.013,84				186.189,02
09.2.1.01	PRESTADA		382.013,84				382.013,84
09.2.1.02	ACCIONADA						
09.2.1.03	DEVOLVIDA	195.824,82				195.824,82	
09.2.1.04	CONTRAPARTIDA						
09.2.2	LOTEAMENTO E OBRAS PARTICULARES	165.179,47	436.546,75		70.930,89		342.298,17
09.2.2.01	PRESTADA		436.546,75		70.930,89		507.477,64
09.2.2.02	ACCIONADA						
09.2.2.03	DEVOLVIDA	165.179,47				165.179,47	
09.2.2.04	CONTRAPARTIDA						
09.2.3	LICENCIAMENTO SANITARIO		1.123,62		8,95		1.132,57
09.2.3.01	PRESTADA		1.123,62		8,95		1.132,57
09.2.3.02	ACCIONADA						
09.2.3.03	DEVOLVIDA						
09.2.3.04	CONTRAPARTIDA						
09.2.4	PESSOAL		354,17				354,17
09.2.4.01	PRESTADA		354,17				354,17
09.2.4.02	ACCIONADA						
09.2.4.03	DEVOLVIDA						
09.2.4.04	CONTRAPARTIDA						
09.3	GARANTIAS BANCÁRIAS EM DOCUMENTOS	1.579.375,90	3.496.802,08	84.333,94	180.320,17		2.013.412,41
09.3.1			678.149,38		180.320,17		858.469,55
09.3.1.01	OBRAS PUBLICAS		678.149,38		180.320,17		858.469,55
09.3.1.01.01	AMBIFLORA		3.420,16				3.420,16
09.3.1.01.01.01	MEDIDA AGRIS, SUB.ACÇÃO 3.4-PREVENÇÃO RI		3.420,16				3.420,16
09.3.1.01.01.02	OBRA Z						
09.3.1.01.01.03	OBRA Y						
09.3.1.01.02	BETOMINHO		44.276,30				44.276,30
09.3.1.01.02.01	ALARGAMENTO RUA ALDEIA NOVA/EN 301 - VEN		1.331,75				1.331,75
09.3.1.01.02.02	REMODELAÇÃO RUA SOL POSTO/PROLONGAMENTO-		7.414,71				7.414,71
09.3.1.01.02.03	REMODELAÇÃO RUA SOL POSTO		12.724,44				12.724,44
09.3.1.01.02.04	REABILITAÇÃO RUA 16 SETEMBRO - CAMINHA		7.995,86				7.995,86
09.3.1.01.02.05	CAM.LIGAÇÃO AZEVEDO/R.ANCORA ENTRE PERFI		14.809,54				14.809,54
09.3.1.01.02.06	BENEFICIAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS NO CONCE						
09.3.1.01.03	ANTÓNIO SERAFIM DIAS GRENHO						
09.3.1.01.03.01	INST.SISTEMA AUTOMÁTICO FURO VERTICAL RI						
09.3.1.01.03.02	CONST.COLECTOR AGUAS PLUVIAIS L.GORGO-VI						
09.3.1.01.03.03	INST.SISTMA AUT.FURO VERTICAL L.RIBAS E						
09.3.1.01.04	MANUEL S.PEREIRA, LDA.		148.793,41		74.760,00		223.553,41
09.3.1.01.04.01	CONST.INFRAESTRUTURAS R.BOUCINHA-LANHELA		1.518,15				1.518,15
09.3.1.01.04.02	PAVIMENTAÇÃO RUA DA LINDA - ÂNCORA		1.256,50				1.256,50
09.3.1.01.04.03	REPARAÇÃO ARRUAMENTO LANHELAS E MUROS SU		1.463,90				1.463,90
09.3.1.01.04.04	CONSTRUÇÃO MURO VEDAÇÃO/RUA DR.MESQUITA		2.444,00				2.444,00
09.3.1.01.04.05	EXECUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS HIDRAULICAS						
09.3.1.01.04.06	REDE AG RES. E ABASTECIMENTO ÁGUA BACIA						
09.3.1.01.04.07	RUA FONTE DA PEREIRINHA (INFRA-ESTR.SANE						
09.3.1.01.04.08	RUA DA VISTA ALEGRE E RUA DE PARDINHEIRO						
	A TRANSPORTAR ...	379.297,58	874.417,39		70.939,84		566.059,65

ENTIDADE	MAPA DAS CONTAS DE ORDEM	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período: 2017/01/02 a 2017/12/31	2018/03/21	2017	2

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		DO PERÍODO		SALDO FINAL	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
	TRANSPORTE ...	379.297,58	874.417,39		70.939,84	379.297,58	945.357,23
09.3.1.01.04.09	EXECUÇÃO REDE AGUAS RESIDUAIS DOMESTICAS						
09.3.1.01.04.10	PAVIMENTACAO CAMINHO CRUZEIRO - CEMITERI		6.176,00				6.176,00
09.3.1.01.04.11	PAVIMENTACAO EM ARRUAMENTOS - VILA PRAIA		13.253,35				13.253,35
09.3.1.01.04.12	SANEAMENTO ZONA SUL VPA, VILE E RIBA DE		62.477,91				62.477,91
09.3.1.01.04.13	SANEAMENTO DA RUA DA MEIA LEGUA - MOLEDO		11.967,50				11.967,50
09.3.1.01.04.14	ECOVIA CAMINHO RIO MINHO (CAMINHA-LANHE		48.236,10				48.236,10
09.3.1.01.04.15	REDE SANEAMENTO VILAR DE MOUROS				74.760,00		74.760,00
09.3.1.01.05	F.D.O PROJECTOS, LDA.		16.528,28				16.528,28
09.3.1.01.05.01	BILBIOTECA, AUDITÓRIO E SALA DA EB 2.3,S		16.528,28				16.528,28
09.3.1.01.06	MONTEADRIANO		66.425,92				66.425,92
09.3.1.01.06.01	ARRANJO URB.ÁREA RIO MINHO CAIS S.BENTO		2.006,03				2.006,03
09.3.1.01.06.02	REQUALIFICAÇÃO ZONA ENVOLVENTE MURALHA-C						
09.3.1.01.06.03	RECTIFICAÇÃO EM 517 - MARINHAS		23.565,48				23.565,48
09.3.1.01.06.04	RECTIFICAÇÃO PASSAGEM HIDRAULICA PERFIL		8.936,72				8.936,72
09.3.1.01.06.05	REABILITAÇÃO PR.REPUBLICA - VILA P.ANCOR		31.917,69				31.917,69
09.3.1.01.06.06	CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS						
09.3.1.01.07	CARLOS JOSÉ FERNANDES & cªA,LDA		108.435,32				108.435,32
09.3.1.01.07.01	RECUPERAÇÃO EDIFICIO L.CALOUSTE GULBENKI		28.396,46				28.396,46
09.3.1.01.07.02	REDE AG RES. E ABASTECIMENTO ÁGUA BACIA						
09.3.1.01.07.03	ESTABELECIMENTO ENSINO PRÉ ESCOLAR EM V.						
09.3.1.01.07.04	REQUALIFICAÇÃO RUA DA RETORTA						
09.3.1.01.07.05	REABILITAÇÃO DO CINE-TEATRO VALADARES		42.442,26				42.442,26
09.3.1.01.07.06	INSTALACOES CENICAS - CINE TEATRO VALADA		12.500,00				12.500,00
09.3.1.01.07.07	SANEAMENTO ZONA SUL VPA, VILE E RIBA DE		25.096,60				25.096,60
09.3.1.01.08	CONSTRUÇÕES REFOIENSE, LDA		32.600,00				32.600,00
09.3.1.01.08.01	PLANO PRAIA 0 - FOZ DO MINHO/CAMARIDO						
09.3.1.01.08.02	PAVIMENTAÇÃO DA RUA DA VALADA(V.P.A)						
09.3.1.01.08.03	CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL DE LANHEL		32.600,00				32.600,00
09.3.1.01.09	DOMINGOS SILVA TEIXEIRA						
09.3.1.01.09.01	TRAVESSIA DE INFRAESTRUTURAS NA EN 13						
09.3.1.01.09.02	REQUALIF.RUA PONTAULT COMBAULT/R.ALEXAND						
09.3.1.01.10	ARMINDO AFONSO, LDA		68.305,71				68.305,71
09.3.1.01.10.01	REQ.E ARRELVAMENTO CAMPO FUTEBOL MORBER						
09.3.1.01.10.02	RUA DO PARAISO/RUA DA BARROSA						
09.3.1.01.10.03	DEMOLIÇÃO ESTRUTURA EXECUÇÃO NOVA ESTRUT						
09.3.1.01.10.04	REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PAVILHÃO M						
09.3.1.01.10.05	REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PAVILHÃO M		3.281,20				3.281,20
09.3.1.01.10.06	EDIFICIO APOIO CENTRO ACOLHIMENTO CANIL						
09.3.1.01.10.07	EMPREITADA CENTRO ESCOLAR VILAR MOUROS						
09.3.1.01.10.08	REMODELAÇÃO REDE DRENAGEM AGUAS RESIDUAI						
09.3.1.01.10.09	REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA IGREJA VELHA/VI						
09.3.1.01.10.10	PAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS MARGIDAS (GONDAR						
09.3.1.01.10.11	REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA DE VILARELHO						
09.3.1.01.10.12	REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE CAM						
09.3.1.01.10.13	REQUALIFICAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE						
09.3.1.01.10.14	ECOVIA CAMINHA/ÂNCORA - EMP.02-CRISTELO						
09.3.1.01.10.15	REQUALIF. ESPAÇO PÚBLICO/ AV.PADRE PINHE		29.932,66				29.932,66
09.3.1.01.10.16	PARQUE ESTACIONAMENTO LARGO SIDONIO PAIS		7.491,06				7.491,06
09.3.1.01.10.17	REQUALIFICAÇÃO AV.SARAIVA DE CARVALHO -		7.499,34				7.499,34
09.3.1.01.10.18	EMPREITADA PAVILHÃO MUNICIPAL DE CAMINHA		5.111,65				5.111,65
09.3.1.01.10.19	SANEAMENTO ASPRA, VISO E CURRAIS - 1ª FA		14.989,80				14.989,80
09.3.1.01.11	AURELIO MARTINS SOBREIRO FILHOS,LDA		49.500,00				49.500,00
09.3.1.01.11.01	PAVIMENTAÇÃO E EXEC.INFRA-ESTRUTURAS R.P						
09.3.1.01.11.02	CONSTRUÇÃO EDIFICIO APOIO PARQUE DR. RAM						
09.3.1.01.11.03	SANEAMENTO ZONA SUL V. P. ANCORA						
09.3.1.01.11.04	REQUALIFICAÇÃO PARQUE DR. RAMOS PEREIRA		49.500,00				49.500,00
09.3.1.01.11.05	ARRANJO URBANISTICO AREA Q ENVOLVE MURAL						
09.3.1.01.11.06	EXECUÇÃO REDE AGUAS RESIDUAIS DOMESTICAS						
	A TRANSPORTAR ...	379.297,58	1.358.323,48		145.699,84		1.124.725,74

ENTIDADE	MAPA DAS CONTAS DE ORDEM	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período: 2017/01/02 a 2017/12/31	2018/03/21	2017	3

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		DO PERÍODO		SALDO FINAL	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
	TRANSPORTE ...	379.297,58	1.358.323,48		145.699,84	379.297,58	1.504.023,32
09.3.1.01.11.07	PAVIMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURAÇÃO DA AV.						
09.3.1.01.12	BATISTA E DOMINGOS, LDA						
09.3.1.01.12.01	ARRANJO EXTERIOR EMPREEMD.AFONSO & AFONS						
09.3.1.01.12.02	PASSEIO ECOVIA NASCENTE 8.1						
09.3.1.01.12.03	REQUALIFICAÇÃO RUA 5 DE OUTUBRO/1ª.FASE						
09.3.1.01.13	CARI CONSTRUTORES, SA						
09.3.1.01.13.01	EQUIPAMENTO DESPORTIVO EM V. P. ANCORA						
09.3.1.01.14	COVSA CONSTRUCCIONS, OBRAS E VIAS, S.A						
09.3.1.01.14.01	SANEAMENTO DA FREGUESIA DE VILAR MOUROS						
09.3.1.01.14.02	RECTIFICAÇÃO DA ESTRADA CAVADA VILAR DE						
09.3.1.01.15	JOSÉ ABREU ENES LAGE & IRMÃO,LDA						
09.3.1.01.15.01	CENTRO ESCOLAR DE DEM						
09.3.1.01.15.02	REMODELAÇÃO ESCOLA VISO/SEDE ORFEÃO V.P.						
09.3.1.01.16	JOÃO RODRIGUES AFONSO & CA LDª						
09.3.1.01.16.01	PAVIMENTAÇÃO RUA DO SOBRADO - ANCORA						
09.3.1.01.17	ROSEIRA CONSTRUÇÕES, LDA						
09.3.1.01.17.01	REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO L. SIDÓN						
09.3.1.01.18	CUNHA AMORIM & RIBEIRO,LDª						
09.3.1.01.18.01	ARRANJOS VARIOS FREGUESIA DE VILE						
09.3.1.01.18.02	BENEFICIAÇÃO DO CAMINHO DE RIBA E DO CAM						
09.3.1.01.19	GONÇALVES & CACHADINHA, SA						
09.3.1.01.19.01	PLANO PRAIA 2A/ANCORA-GELFA						
09.3.1.01.20	ALUMICAMINHA		16.399,20				16.399,20
09.3.1.01.20.01	REMODELAÇÃO CENTRO ESCOLAR VILAR MOUROS-		4.957,00				4.957,00
09.3.1.01.20.02	TRABALHOS COMPLEMENTARES RECINTO DESPORT		3.174,54				3.174,54
09.3.1.01.20.03	POLIDESPORTIVO DE VILAR DE MOUROS		3.618,97				3.618,97
09.3.1.01.20.04	POLIDESPORTIVO DE RIBA DE ANCORA		4.648,69				4.648,69
09.3.1.01.21	MARTINS & FILHOS, S.A. EMPREITEIROS		4.486,20				4.486,20
09.3.1.01.21.01	RUA DE SENANDES E RUA SIDÓNIO PAIS - VIL		4.486,20				4.486,20
09.3.1.01.22	AMC CONSTRUÇÕES, LDA		118.978,88				118.978,88
09.3.1.01.22.01	RECUPERAÇÃO DO MOSTEIRO DE SÃO JOÃO D'AR		27.225,00				27.225,00
09.3.1.01.22.02	BIBLIOTECA MUNICIPAL CAMINHA		91.753,88				91.753,88
09.3.1.01.23	BOAVENTURA & BOAVENTURA, LDA				105.560,17		105.560,17
09.3.1.01.23.01	REQUAL.NO DA ERVA VERDE, 2ª FASE -VPA				56.070,17		56.070,17
09.3.1.01.23.02	SANEAMENTO ASPRA, VISO, CURRAIS E IGRE-2				49.490,00		49.490,00
09.3.2			1.826.042,30				1.826.042,30
09.3.2.01	LOTEAMENTOS		1.369.017,80				1.369.017,80
09.3.2.01.01	VALENTE & CAIRRÃO, LDA.		5.850,00				5.850,00
09.3.2.01.01.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.11/04		5.850,00				5.850,00
09.3.2.01.02	CESAR VAZ, LDA		66.952,82				66.952,82
09.3.2.01.02.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.337/00		6.952,82				6.952,82
09.3.2.01.02.02	LOTEAMENTO URBANO PROC.8/05		60.000,00				60.000,00
09.3.2.01.03	CONSTRUÇÕES PIRES & PIRES,LDA		5.715,00				5.715,00
09.3.2.01.03.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.524/01		5.715,00				5.715,00
09.3.2.01.04	GAIFEM RAMOS, LDA		5.715,00				5.715,00
09.3.2.01.04.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.524/01		5.715,00				5.715,00
09.3.2.01.05	SUAVEMINHO GESTÃO PROPRIEDADES, LDA		21.870,00				21.870,00
09.3.2.01.05.01	LOTEAMENTO L.CORUCHE/VENADE		12.950,00				12.950,00
09.3.2.01.05.02	LOTEAMENTO L.RIBAS/VENADE		8.920,00				8.920,00
09.3.2.01.06	L2N - IMOBILIÁRIA INVESTIMENTOS, LDª.						
09.3.2.01.06.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.6/03						
09.3.2.01.07	CARLOS CONCEIÇÃO MARINHAS		5.170,00				5.170,00
09.3.2.01.07.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.21/04		5.170,00				5.170,00
09.3.2.01.08	M. D. J. - RIBAS,LDA.		65.020,00				65.020,00
09.3.2.01.08.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.7/04		23.320,00				23.320,00
09.3.2.01.08.02	LOTEAMENTO URBANO PROC.7/07		5.000,00				5.000,00
09.3.2.01.08.03	LOTEAMENTO URBANO PROC.6/07		36.700,00				36.700,00
09.3.2.01.09	JOÃO RODRIGUES AFONSO & Cª.LDA		117.080,00				117.080,00
	A TRANSPORTAR ...	379.297,58	1.674.480,58		251.260,01		1.546.443,01

ENTIDADE	MAPA DAS CONTAS DE ORDEM	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período: 2017/01/02 a 2017/12/31	2018/03/21	2017	4

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		DO PERÍODO		SALDO FINAL	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
	TRANSPORTE ...	379.297,58	1.674.480,58		251.260,01	379.297,58	1.925.740,59
09.3.2.01.09.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.18/04		27.580,00				27.580,00
09.3.2.01.09.02	LOTEAMENTO URBANO PROC.3/09		89.500,00				89.500,00
09.3.2.01.10	NOEMIA INES COSTA PERES		2.000,00				2.000,00
09.3.2.01.10.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.19/05		2.000,00				2.000,00
09.3.2.01.10.09							
09.3.2.01.11	MANUEL CORREIA FERNANDES, ARQUITECTO E A		5.450,00				5.450,00
09.3.2.01.11.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.20/05		5.450,00				5.450,00
09.3.2.01.12	RICARDO COSTA MARTINS - SOCIEDADE UNIPES		1.670,75				1.670,75
09.3.2.01.12.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.18/06		1.670,75				1.670,75
09.3.2.01.13	CONSPATIUM-CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA		131.500,00				131.500,00
09.3.2.01.13.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.524/00		131.500,00				131.500,00
09.3.2.01.14	VEIGAMINHO		22.400,00				22.400,00
09.3.2.01.14.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.626/01		22.400,00				22.400,00
09.3.2.01.15	A.D.J.-INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LDª		239.720,00				239.720,00
09.3.2.01.15.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.9/06		239.720,00				239.720,00
09.3.2.01.16	CONSTRUÇÕES BRISA DO ATLÂNTICO, LDA.		34.100,00				34.100,00
09.3.2.01.16.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.15/06		34.100,00				34.100,00
09.3.2.01.17	BATISTA & DOMINGOS, LDA						
09.3.2.01.17.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.11/06						
09.3.2.01.18	JOÃO JOSE POMBAL DUARTE		9.960,00				9.960,00
09.3.2.01.18.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.28/06		9.960,00				9.960,00
09.3.2.01.19	FRONTEIRAS DA FICÇÃO, LDA		97.200,00				97.200,00
09.3.2.01.19.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.19/06		97.200,00				97.200,00
09.3.2.01.20	ANTONIO AUGUSTO LOURENÇO CHAO		4.131,00				4.131,00
09.3.2.01.20.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.9/05		4.131,00				4.131,00
09.3.2.01.21	JOSE MIXEL		90.650,00				90.650,00
09.3.2.01.21.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.25/07		90.650,00				90.650,00
09.3.2.01.22	OLIVEIRA DUARTE - SOC.IMOBILIÁRIA, LDA		10.623,23				10.623,23
09.3.2.01.22.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.24/10		10.623,23				10.623,23
09.3.2.01.23	AMÍLCAR DE SEABRA MASCARENHAS SARAIVA		210.900,00				210.900,00
09.3.2.01.23.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.7/08		210.900,00				210.900,00
09.3.2.01.24	RAQUEL MARIA CURVAL GONÇALVE		36.700,00				36.700,00
09.3.2.01.24.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.6/07		36.700,00				36.700,00
09.3.2.01.25	EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS JAD PRATS N		122.200,00				122.200,00
09.3.2.01.25.01	PROC.Nº.01/03 E 327/03		122.200,00				122.200,00
09.3.2.01.26	Paulo Manuel Marques da Silva Triunfante		7.090,00				7.090,00
09.3.2.01.26.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.126/09		7.090,00				7.090,00
09.3.2.01.27	CONSTRUÇÕES HABICUNHA LDA		8.770,00				8.770,00
09.3.2.01.27.01	LOTEAMENTO URBNO PROC.105/02		8.770,00				8.770,00
09.3.2.01.28	DANIEL LUIS PINHEIRO COSTA		8.000,00				8.000,00
09.3.2.01.28.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.103/10		8.000,00				8.000,00
09.3.2.01.29	ANTÓNIO TORCATO DA SILVA FERNANDES		19.730,00				19.730,00
09.3.2.01.29.01	LOTEAMENTO - PROCESSO 1/13		19.730,00				19.730,00
09.3.2.01.30	ANTÓNIO JOSÉ RODRIGUES PINTO LOPES		12.850,00				12.850,00
09.3.2.01.30.01	LOTEAMENTO - PROCESSO 82/14		12.850,00				12.850,00
09.3.2.02	OUTRAS						
09.3.2.03	PRESTAÇÃO SERVIÇOS		457.024,50				457.024,50
09.3.2.03.01	LUSÁGUA - SERVIÇOS AMBIENTAIS, SA		457.024,50				457.024,50
09.3.2.03.01.01	ADJ.PRESTAÇÃO SERVIÇO RESOLHA RSU		457.024,50				457.024,50
09.3.3		1.579.375,90		84.333,94		1.663.709,84	
09.3.3.01	OBRAS PUBLICAS	1.180.448,08		84.333,94		1.264.782,02	
09.3.3.01.01	AMBIFLORA						
09.3.3.01.01.01	MEDIDA AGRIS, SUB.ACÇÃO 3.4-PREVENÇÃO RI						
09.3.3.01.01.02	OBRA Z						
09.3.3.01.01.03	OBRA Y						
09.3.3.01.02	BETOMINHO	32.492,72		14.303,20		46.795,92	
09.3.3.01.02.01	ALARGAMENTO RUA ALDEIA NOVA/EN 301 - VEN	1.331,75				1.331,75	
09.3.3.01.02.02	REMODELAÇÃO RUA SOL POSTO/PROLONGAMENTO-	7.414,71				7.414,71	
	A TRANSPORTAR ...	388.044,04	3.324.230,06		251.260,01		3.187.446,03

ENTIDADE	MAPA DAS CONTAS DE ORDEM	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período: 2017/01/02 a 2017/12/31	2018/03/21	2017	5

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		DO PERÍODO		SALDO FINAL	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
	TRANSPORTE ...	388.044,04	3.324.230,06		251.260,01	388.044,04	3.575.490,07
09.3.3.01.02.03	REMODELAÇÃO RUA SOL POSTO						
09.3.3.01.02.04	REABILITAÇÃO RUA 16 SETEMBRO - CAMINHA						
09.3.3.01.02.05	CAM.LIGAÇÃO AZEVEDO/R.ANCORA ENTRE PERFI	23.746,26				23.746,26	
09.3.3.01.02.06	BENEFICIAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS NO CONCE			14.303,20		14.303,20	
09.3.3.01.03	ANTÓNIO SERAFIM DIAS GRENHO						
09.3.3.01.03.01	INST.SISTEMA AUTOMÁTICO FURO VERTICAL RI						
09.3.3.01.03.02	CONST.COLECTOR AGUAS PLUVIAIS L.GORGO-VI						
09.3.3.01.03.03	INST.SISTMA AUT.FURO VERTICAL L.RIBAS E						
09.3.3.01.04	MANUEL S.PEREIRA, LDA.	92.685,65				92.685,65	
09.3.3.01.04.01	CONST.INFRAESTRUTURAS R.BOUCINHA-LANHELA	1.518,15				1.518,15	
09.3.3.01.04.02	PAVIMENTAÇÃO RUA DA LINDA - ÂNCORA	1.256,50				1.256,50	
09.3.3.01.04.03	REPARAÇÃO ARRUAMENTO LANHELAS E MUROS SU	1.463,90				1.463,90	
09.3.3.01.04.04	CONSTRUÇÃO MURO VEDAÇÃO/RUA DR.MESQUITA	2.444,00				2.444,00	
09.3.3.01.04.05	EXECUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS HIDRAULICAS	4.059,80				4.059,80	
09.3.3.01.04.06	REDE AG RES. E ABASTECIMENTO ÁGUA BACIA	11.241,18				11.241,18	
09.3.3.01.04.07	RUA FONTE DA PEREIRINHA (INFRA-ESTR.SANE	2.937,50				2.937,50	
09.3.3.01.04.08	RUA DA VISTA ALEGRE E RUA DE PARDINHEIRO	14.350,71				14.350,71	
09.3.3.01.04.09	EXECUÇÃO REDE AGUAS RESIDUAIS DOMESTICAS	31.661,40				31.661,40	
09.3.3.01.04.10	PAVIMENTACAO CAMINHO CRUZEIRO - CEMITERI	4.632,00				4.632,00	
09.3.3.01.04.11	PAVIMENTACAO EM ARRUAMENTOS - VILA PRAIA	9.940,01				9.940,01	
09.3.3.01.04.13	SANEAMENTO DA RUA DA MEIA LEGUA - MOLEDO	7.180,50				7.180,50	
09.3.3.01.05	F.D.O PROJECTOS, LDA.						
09.3.3.01.05.01	BILBIOTECA, AUDITÓRIO E SALA DA EB 2.3,S						
09.3.3.01.06	MONTEADRIANO	14.636,43				14.636,43	
09.3.3.01.06.01	ARRANJO URB.ÁREA RIO MINHO CAIS S.BENTO	2.006,03				2.006,03	
09.3.3.01.06.02	REQUALIFICAÇÃO ZONA ENVOLVENTE MURALHA-C	9.432,71				9.432,71	
09.3.3.01.06.03	RECTIFICAÇÃO EM 517 - MARINHAS	3.197,69				3.197,69	
09.3.3.01.06.04	RECTIFICAÇÃO PASSAGEM HIDRAULICA PERFIL						
09.3.3.01.06.05	REABILITAÇÃO PR.REPUBLICA - VILA P.ANCOR						
09.3.3.01.07	CARLOS JOSÉ FERNANDES & cª A,LDA	109.947,82				109.947,82	
09.3.3.01.07.01	RECUPERAÇÃO EDIFICIO L.CALOUSTE GULBENKI						
09.3.3.01.07.02	REDE AG RES. E ABASTECIMENTO ÁGUA BACIA	11.307,21				11.307,21	
09.3.3.01.07.03	ESTABELECIMENTO ENSINO PRÉ ESCOLAR EM V.	58.439,14				58.439,14	
09.3.3.01.07.04	REQUALIFICAÇÃO RUA DA RETORTA	6.514,13				6.514,13	
09.3.3.01.07.05	REABILITAÇÃO DO CINE-TEATRO VALADARES	26.187,34				26.187,34	
09.3.3.01.07.06	INSTALACOES CENICAS - CINE TEATRO VALAD	7.500,00				7.500,00	
09.3.3.01.08	CONSTRUÇÕES REFOIENSE, LDA	6.088,95		4.059,30		10.148,25	
09.3.3.01.08.01	PLANO PRAIA 0 - FOZ DO MINHO/CAMARIDO						
09.3.3.01.08.02	PAVIMENTAÇÃO DA RUA DA VALADA(V.P.A)	6.088,95		4.059,30		10.148,25	
09.3.3.01.09	DOMINGOS SILVA TEIXEIRA	32.575,29				32.575,29	
09.3.3.01.09.01	AGUAS RESIDUAIS EN 13	17.820,43				17.820,43	
09.3.3.01.09.02	REQUALIF.RUA PONTAULT COMBAULT/R.ALEXAND	14.754,86				14.754,86	
09.3.3.01.10	ARMINDO AFONSO, LDA	314.297,09		38.445,28		352.742,37	
09.3.3.01.10.01	REQ.E ARRELVAMENTO CAMPO FUTEBOL MORBER	51.256,57		34.171,05		85.427,62	
09.3.3.01.10.02	RUA DO PARAISO/RUA DA BARROSA	4.791,50				4.791,50	
09.3.3.01.10.03	DEMOLIÇÃO ESTRUTURA EXECUÇÃO NOVA ESTRUT	14.967,33				14.967,33	
09.3.3.01.10.04	EMPREITADA PAVILHÃO MUNICIPAL DE V.P.ANC	40.201,73		492,18		40.693,91	
09.3.3.01.10.06	EDIFICIO APOIO C.ACOLHIMENTO CANIL E GAT	12.462,05				12.462,05	
09.3.3.01.10.07	EMPREITADA CENTRO ESCOLAR VILAR MOUROS	23.025,21				23.025,21	
09.3.3.01.10.08	REMODELAÇÃO REDE DRENAGEM AGUAS RESIDUAI	5.437,77				5.437,77	
09.3.3.01.10.09	REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA IGREJA VELHA/VI	4.847,98				4.847,98	
09.3.3.01.10.10	PAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS MARGIDAS (GONDAR	11.277,78				11.277,78	
09.3.3.01.10.11	REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA DE VILARELHO	4.215,47				4.215,47	
09.3.3.01.10.12	REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE CAM	12.400,41				12.400,41	
09.3.3.01.10.13	REQUALIFICAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE	12.292,96				12.292,96	
09.3.3.01.10.14	ECOVIA CAMINHA/ÂNCORA - EMP.02-CRISTELO	34.658,99				34.658,99	
09.3.3.01.10.15	REQUALIF. ESPAÇO PÚBLICO/ AV.PADRE PINHE	26.939,39				26.939,39	
09.3.3.01.10.16	PARQUE ESTACIONAMENTO LARGO SIDONIO PAIS	4.497,60		1.123,65		5.621,25	
	A TRANSPORTAR ...	930.997,18	3.324.230,06	54.149,38	251.260,01		2.590.343,51

ENTIDADE	MAPA DAS CONTAS DE ORDEM	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período: 2017/01/02 a 2017/12/31	2018/03/21	2017	6

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		DO PERÍODO		SALDO FINAL	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
	TRANSPORTE ...	930.997,18	3.324.230,06	54.149,38	251.260,01	985.146,56	3.575.490,07
09.3.3.01.10.17	REQUALIFICAÇÃO AV.SARAIVA DE CARVALHO -	4.499,60		1.124,90		5.624,50	
09.3.3.01.10.18	EMPREITADA PAVILHÃO MUNICIPAL DE CAMINHA	37.530,87		1.533,50		39.064,37	
09.3.3.01.10.19	SANEAMENTO ASPRA, VISO E CURRAIS - 1ª FA	8.993,88				8.993,88	
09.3.3.01.11	AURELIO MARTINS SOBREIRO FILHOS,LDA	267.464,09				267.464,09	
09.3.3.01.11.01	PAVIMENTAÇÃO E EXEC.INFRA-ESTRUTURAS R.P	4.407,85				4.407,85	
09.3.3.01.11.02	CONSTRUÇÃO EDIFICIO APOIO PARQUE DR. RAM	14.660,09				14.660,09	
09.3.3.01.11.03	SANEAMENTO ZONA SUL V. P. ANCORA	97.868,79				97.868,79	
09.3.3.01.11.04	REQUALIFICAÇÃO PARQUE DR. RAMOS PEREIRA	58.739,19				58.739,19	
09.3.3.01.11.05	ARRANJO URBANISTICO AREA Q ENVOLVE MURAL	29.948,69				29.948,69	
09.3.3.01.11.06	EXECUÇÃO REDE AGUAS RESIDUAIS DOMESTICAS	31.661,40				31.661,40	
09.3.3.01.11.07	PAVIMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURAÇÃO DA AV.	30.178,08				30.178,08	
09.3.3.01.12	BATISTA E DOMINGOS, LDA	1.196,60				1.196,60	
09.3.3.01.12.01	ARRANJO EXTERIOR EMPREEMD.AFONSO & AFONS	1.196,60				1.196,60	
09.3.3.01.13	CARI CONSTRUTORES, SA	14.989,95				14.989,95	
09.3.3.01.13.01	EQUIPAMENTO DESPORTIVO EM V. P. ANCORA	14.989,95				14.989,95	
09.3.3.01.14	COVSA CONSTRUCCIONS, OBRAS E VIAS	11.950,67				11.950,67	
09.3.3.01.14.01	SANEMAMENTO FREGUESIA VILAR MOUROS-2°FAS	2.482,50				2.482,50	
09.3.3.01.14.02	RECTIFICAÇÃO DA ESTRADA CAVADA VILAR DE	9.468,17				9.468,17	
09.3.3.01.15	JOSÉ ABREU ENES LAGE & IRMÃO,LDA	68.713,20				68.713,20	
09.3.3.01.15.01	CENTRO ESCOLAR DE DEM	42.430,00				42.430,00	
09.3.3.01.15.02	REMODELAÇÃO ESCOLA VISO/SEDE ORFEÃO V.P.	26.283,20				26.283,20	
09.3.3.01.16	JOÃO RODRIGUES AFONSO & C°.,LDA.	3.859,46				3.859,46	
09.3.3.01.16.01	PAVIMENTAÇÃO RUA DO SOBRADO - ANCORA	3.859,46				3.859,46	
09.3.3.01.17	ROSEIRA CONSTRUÇÕES, LDA	18.261,69				18.261,69	
09.3.3.01.17.01	REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO L. SIDÓN	18.261,69				18.261,69	
09.3.3.01.18	CUNHA AMORIM & RIBEIRO,LDª	4.358,70				4.358,70	
09.3.3.01.18.01	ARRANJOS VARIOS FREGUESIA DE VILE	4.358,70				4.358,70	
09.3.3.01.19	GONÇALVES & CACHADINHA, SA	129.492,43				129.492,43	
09.3.3.01.19.01	PLANO PRAIA 2A/ANCORA-GELFA	129.492,43				129.492,43	
09.3.3.01.20	ALUMICAMINHA	15.719,84				15.719,84	
09.3.3.01.20.01	REMODELAÇÃO CENTRO ESCOLAR VILAR MOUROS-	4.957,00				4.957,00	
09.3.3.01.20.02	TRABALHOS COMPLEMENTARES RECINTO DESPORT	2.857,08				2.857,08	
09.3.3.01.20.03	POLIDESPORTIVO DE VILAR DE MOUROS	3.257,07				3.257,07	
09.3.3.01.20.04	POLIDESPORTIVO DE RIBA DE ANCORA	4.648,69				4.648,69	
09.3.3.01.22	AMC CONSTRUÇÕES, LDA	8.167,50		27.526,16		35.693,66	
09.3.3.01.22.01	RECUPERAÇÃO DO MOSTEIRO DE SÃO JOÃO D'AR	8.167,50				8.167,50	
09.3.3.01.22.02	BIBLIOTECA MUNICIPAL CAMINHA			27.526,16		27.526,16	
09.3.3.01.24	RAQUEL MARIA CURVAL GONÇALVE	26.460,00				26.460,00	
09.3.3.01.24.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.6/07	26.460,00				26.460,00	
09.3.3.01.26	Paulo Manuel Marques da Silva Triunfante	7.090,00				7.090,00	
09.3.3.01.26.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.126/0	7.090,00				7.090,00	
09.3.3.02	DEVOLVIDAS - LOTEAMENTOS	397.272,82				397.272,82	
09.3.3.02.02	CESAR VAZ, LDA	6.952,82				6.952,82	
09.3.3.02.02.01	LOTEAMENTO PROC.N°.337/00	6.952,82				6.952,82	
09.3.3.02.05	SUAVEMINHO GESTÃO PROPRIEDADES, LDA	21.870,00				21.870,00	
09.3.3.02.05.01	LOTEAMENTO L.CORUCHE/VENADE	12.950,00				12.950,00	
09.3.3.02.05.02	LOTEAMENTO L.RIBAS/VENADE	8.920,00				8.920,00	
09.3.3.02.06	L2N - IMOBILIÁRIA INVESTIMENTOS, LDª.						
09.3.3.02.06.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.6/03						
09.3.3.02.07	CARLOS CONCEIÇÃO MARINHAS	5.170,00				5.170,00	
09.3.3.02.07.01	LOTEAMENTO PROC.N°.21/04	5.170,00				5.170,00	
09.3.3.02.08	M. D. J. - RIBAS,LDA.	36.700,00				36.700,00	
09.3.3.02.08.03	LOTEAMENTO URBANO PROC.6/07	36.700,00				36.700,00	
09.3.3.02.09	JOAO RODRIGUES AFONSO, CA LDA	99.180,00				99.180,00	
09.3.3.02.09.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.3/09	27.580,00				27.580,00	
09.3.3.02.09.02	LOTEAMENTO 3/09	71.600,00				71.600,00	
09.3.3.02.11	MANUEL CORREIA FERNANDES, ARQUITECTO E A	5.450,00				5.450,00	
09.3.3.02.11.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.20/05	5.450,00				5.450,00	
	A TRANSPORTAR ...	1.735.068,48	3.324.230,06	84.333,94	251.260,01		1.756.087,65

ENTIDADE	MAPA DAS CONTAS DE ORDEM	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período: 2017/01/02 a 2017/12/31	2018/03/21	2017	7

COD. CONTA	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		DO PERÍODO		SALDO FINAL	
		DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
	TRANSPORTE ...	1.735.068,48	3.324.230,06	84.333,94	251.260,01	1.819.402,42	3.575.490,07
09.3.3.02.15	A.D.J.-INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LDª						
09.3.3.02.15.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.9/06						
09.3.3.02.16	CONSTRUÇÕES BRISA DO ATLÂNTICO, LDA.	34.100,00				34.100,00	
09.3.3.02.16.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.15/06	34.100,00				34.100,00	
09.3.3.02.19	FRONTEIRAS DA FICÇÃO, LDA	97.200,00				97.200,00	
09.3.3.02.19.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.19/06	97.200,00				97.200,00	
09.3.3.02.21	JOSE MIXEL	90.650,00				90.650,00	
09.3.3.02.21.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.25/07	90.650,00				90.650,00	
09.3.3.02.22	OLIVEIRA DUARTE - SOC. IMOBILIÁRIA, LDA.						
09.3.3.02.22.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.24/10						
09.3.3.02.23	DANIEL LUIS PINHEIRO DA COSTA						
09.3.3.02.23.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.103/10						
09.3.3.02.24	António Torcato da Silva Fernandes						
09.3.3.02.24.01	LOTEAMENTO - PROCESSSO 1/13						
09.3.3.14	COVSA	1.655,00				1.655,00	
09.3.3.14.01	SANEAMENTO DA FREGUESIA DE VILAR MOUROS	1.655,00				1.655,00	
09.3.4	CONTRAPARTIDA		992.610,40				992.610,40
09.4	CAUÇOES-CONTRATOS			192.392,30		192.392,30	
09.4.1	PRESTADAS						
09.4.2	ACCIONADAS			192.392,30		192.392,30	
09.4.2.17	BATISTA & DOMINGOS, LDA			192.392,30		192.392,30	
09.4.2.17.01	LOTEAMENTO URBANO PROC.11/06			192.392,30		192.392,30	
09.4.3	DEVOLVIDAS						
09.4.4	CONTRAPARTIDA						
09.5	CAUÇÕES - OUTRAS	3.275,83	16.936,92		1.800,00		15.461,09
09.5.1	PRESTADAS		16.936,92		1.800,00		18.736,92
09.5.3	DEVOLVIDAS	3.275,83				3.275,83	
09.9	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	2.390.121,36	18.293,29	253.060,01	276.726,24	2.348.161,84	
09.9.1	RECEITA LIQUIDADA		18.293,29				18.293,29
09.9.1.01	ANOS ANTERIORES		18.293,29				18.293,29
09.9.1.02	EXERCICIO CORRENTE						
09.9.2	FUNDOS CAUCIONADOS	459.034,09		70.939,84		529.973,93	
09.9.2.01	EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS	186.189,02				186.189,02	
09.9.2.02	LOTEAMENTO E OBRAS PARTICULARES	271.367,28		70.930,89		342.298,17	
09.9.2.03	LICENCIAMENTO SANITÁRIO	1.123,62		8,95		1.132,57	
09.9.2.04	PESSOAL	354,17				354,17	
09.9.2.05	OUTRAS\CONTRATOS						
09.9.3	GARANTIAS BANCÁRIAS	1.917.426,18		180.320,17	84.333,94	2.013.412,41	
09.9.4	CAUÇÕES DE CONTRATOS				192.392,30		192.392,30
09.9.5	CAUÇÕES-OUTRAS	13.661,09		1.800,00		15.461,09	
	TOTAL ...	4.352.070,67	4.352.070,67	529.786,25	529.786,25		

OPERAÇÕES DE TESOURARIA – CÓDIGO POCAL 7.6

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 6 PÁGINAS, NUMERADAS DE 1 A 6

ENTIDADE	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período: 2017/01/01 a 2017/12/31	2018/03/16	2017	1

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNACAO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
			DEVEDOR	CREDOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
21		CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES		275.012,04	47.308,58	156.961,37		384.664,83
21.7		CLIENTES E UTENTES C/CAUÇÕES		275.012,04	47.308,58	156.961,37		384.664,83
21.7.1		CAUÇOES DE LOTEAMENTO / OBRA /CIRCOS		260.193,44	46.299,63	77.939,92		291.833,73
	164	ALBERTO ROCHA & Fº, LDA.		1.455,77				1.455,77
	187	ANTÓNIO MATOS,LDA.		171,00				171,00
	307	HUMBERTO VASCO PRESA GOMES		766,50				766,50
	373	Manuel Monteiro Guardão		300,00				300,00
	379	CARLOS ALBERTO DA CUNHA ALVES		520,00				520,00
	638	JORGE JOSE CERQUEIRA FERNANDES		436,00				436,00
	715	CAMARA MUNICIPAL DE CAMINHA		20.656,47	7,48	17.701,26		38.350,25
	746	CRISTINA MARIA FERNANDES A. REBELO (TASCA DA CRISTINA)		25,00				25,00
	754	Jose Armindo da Silva Magalhaes		300,00				300,00
	755	JOSE JOAQUIM COELHO SILVA AZEVEDO		25,00				25,00
	797	JOÃO ABEL CORREIA DE AZEVEDO		448,92				448,92
	816	MAGALHAES CARNEIRO, INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS,LDA.		2.994,00				2.994,00
	856	JOÃO RODRIGUES AFONSO & CA LDª		1.280,00	432,15	4.950,00		5.797,85
	1104	JOHANNES GERARDUS JOSEPH SIBON		177,06				177,06
	1142	ALVARO DA COSTA MARTINS		410,00				410,00
	1760	Ancora Tur - Empreendimentos Turisticos do Ancora, Lda		848,85				848,85
	1821	MANUEL JOSE RODRIGUES		1.030,00				1.030,00
	1845	Construcaminha- Empreendimentos Imobiliarios Lda		2.500,00				2.500,00
	2069	JOAQUIM JOSE ARAUJO GOMES		300,00				300,00
	2120	TECNUS - TECNICOS DE URBANISMO E SALUBRIDADE, LDA.		1.125,00				1.125,00
	2139	AUGUSTO NORBERTO PINHEIRO ALVES DE CARVALHO		1.550,00				1.550,00
	2152	RUSTIANCORA - CONST.RUSTICAS LDA		720,00				720,00
	2197	LOUSINHA & GONÇALVES		1.800,00				1.800,00
	2204	EMPRESA VICTOR HUGO CARDINALI		25,00				25,00
	2206	MARIA AMELIA RIBEIRO DE SA RODRIGUES DIAS		162,00				162,00
	2207	JOSE LEITE MENDES		70,00				70,00
	2212	JOAQUIM MAGALHAES FERNANDES BARREIROS		880,00				880,00
	2235	JOAQUIM PAULO PACHECO GOMES		480,00				480,00
	2309	JORGE JOAQUIM DE CASTRO MACHADO		490,00				490,00
	2321	MARIA ELISETE SOARES BAPTISTA BEIRAO		693,36				693,36
	2325	CARLOS ALBERTO GUEDES MONTEIRO		25,00				25,00
	2338	IMOBREDAS- CONSTRUÇÃO E IMOVEIS LDA		5.000,00				5.000,00
	2342	MANUEL CARLOS FERNANDES		115,50				115,50
	2361	JOSE MANUEL PEREIRA MATOS		523,74				523,74
	2375	Maria Fernanda P.m. Fontainha		950,40				950,40
	2404	ARNALDO RODRIGUES DO SOUTO		889,50				889,50
	2491	Alipio Jose Marinho Ribeiro		585,75				585,75
	2498	AIRES AFONSO		2.800,00				2.800,00
	2499	MANUEL LOURENÇO & FILHO LDA.			7.000,00	7.000,00		
	2509	CARLOS ADRIANO HESSE GILBERT		1.944,44				1.944,44
	2552	DULCE MARIA OLIVEIRA DO SEIXO		375,00				375,00
	2737	MANUEL JOAQUIM VARANDA RAMALHOSA		230,00				230,00
	2741	EUGENIA PEREIRA DA SILVA		2.500,00				2.500,00
	2785	JOAO RICARDO LIMA PIRES		437,70				437,70
	2831	OLIVIA JESUS RAMOS MARTINS FERNANDES		1.077,00				1.077,00
	2860	VALENTE E CAIRRAO LDA		1.700,00				1.700,00
	2862	TOMÁS HENRIQUE MIRANDA JANSON		25,00				25,00
	2884	LUIS FILIPE MARQUES, ARTES DE DECORAÇÃO E IMOBILIÁRIO, UNIPESSOAL, LDA		4.562,00				4.562,00
	2915	RUI MANUEL AFONSO VEIGA		200,00				200,00
	2972	RAIMUNDO JOSÉ DOS SANTOS VASCONCELOS		452,25				452,25
	3079	NUNO FILIPE DE JESUS ALVES VIEIRA		472,50				472,50
	3286	ARTUR JOAQUIM PINTO		3.280,00	3.280,00			
	3450	JOÃO JOSÉ TORRES SAMPAIO		270,00				270,00
	3522	JOSÉ PINTO RIBEIRO		75,00				75,00
	3587	ANTONIO PEREIRA CARVALHIDO DA SILVA		1.606,50				1.606,50
		A TRANSPORTAR ...		260.193,44	46.299,63	77.939,92		291.833,73

ENTIDADE	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período: 2017/01/01 a 2017/12/31	2018/03/16	2017	2

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNACAO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
			DEVEDOR	CREDOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		260.193,44	46.299,63	77.939,92		291.833,73
	3591	JOAO CUNHA FERREIRA E OUTROS		2.658,70				2.658,70
	3709	CURTO & PIRES CONSTRUÇÃO, LDA		1.100,00				1.100,00
	3810	JOSE PEREIRA DA COSTA		1.200,00	1.200,00			
	3819	RICARDO COSTA MARTINS - SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDª		100,00				100,00
	3863	NUNO MANUEL CAMPOS MIRANDA BARROSO		50,00				50,00
	3877	ALBINO SOUSA CALDAS		225,00				225,00
	3945	AUGUSTO MANUEL MORAIS NOGUEIRA		239,00				239,00
	4010	Cesar Vaz, Lda		2.360,00				2.360,00
	4045	JOSE LUIS GOMES CORREIA E OUTRA		2.020,00				2.020,00
	4122	ORLANDO HÉLDER SANTOS RANHADA		1.411,50				1.411,50
	4159	Joao Deus Barge Vieira		108,00				108,00
	4215	SEBASTIAO VERISSIMO PINHEIRO DUARTE		800,00				800,00
	4241	LEONEL DE SOUSA FERREIRA		700,00				700,00
	4369	ERNESTO JOSE RODRIGUES DE MATOS		192,00				192,00
	4382	L2N - IMOBILIÁRIA INVESTIMENTOS, LDª.		76,00				76,00
	4413	VITOR JOSE MARQUES MOURAO				3.055,00		3.055,00
	4432	ANA MARIA VASCONCELOS DE OLIVEIRA		1.500,00				1.500,00
	4444	BRUNO ALEXANDRE COSTA PINTO DA SILVA		20,00				20,00
	4507	ANA ROSANETE LOURENÇO REIS		900,00				900,00
	4522	PAULA ANGELICA SEIXO ROCHA		840,00				840,00
	4556	RUI MANUEL PASSOS DA COSTA		170,00				170,00
	4572	FERNANDO JOSÉ LISBOA DE AZEVEDO DUARTE		2.420,00				2.420,00
	4630	JOSE BRAS SUPERMERCADO UNIPESSOAL, LDA		220,00				220,00
	4656	ERMELINDA MARIA MARTINS DE ASSUNÇÃO		230,00				230,00
	4662	ANCOLAR - SOC. IMOBILIÁRIA, LDA.		706,45				706,45
	4742	ALDEFUT - CONSTRUÇÕES LDA.		190,00				190,00
	4757	MARIA LUÍSA MALHEIRO DE ARÚJO PIMENTA DE CASTRO		2.180,00				2.180,00
	4828	MARIA SIDONIA GOMES MARTINS RAMALHEIRA		1.741,50				1.741,50
	4995	MANUEL FIUZA DA SILVA MORAIS		1.150,00				1.150,00
	4974	GERMANO PINTO SOBREIRO		350,00				350,00
	5009	FRANCISCO MANUEL MACEDO QUEIRÓS		2.600,00				2.600,00
	5010	GUMERCINDO FILIPE MOREIRA SANTOS		200,00				200,00
	5011	HAMOND, CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS E HOTELARIA, LDA.		1.230,00				1.230,00
	5172	LUÍS MIGUEL FERNANDES BRAGA		1.010,00				1.010,00
	5210	ELISABETE DA SILVA VALENTE DE ALMEIDA ALVES		145,00				145,00
	5259	JORGE FILIPE DE FREITAS FERREIRA		730,00	730,00			
	5306	JOSÉ ANTÓNIO CASABELLA FERNANDES		8.930,00	8.830,00			100,00
	5321	FILIPE MANUEL DE BRITO CARVALHO		320,00				320,00
	5332	N.J.D, PROJECTOS CONSTRUÇÃO, S.A		3.940,00				3.940,00
	5353	CARLOS MANUEL LOURENÇO LANDEIRA		500,00				500,00
	5482	DOMINGOS ALFREDO DA SILVA FERREIRA		520,00				520,00
	5490	CARLOS DA CONCEIÇÃO MARINHAS		175,00				175,00
	5507	JOSÉ CARLOS AFONSO DE OLIVEIRA		1.570,00				1.570,00
	5658	PAZO TRONCOSO DE LIRA PORTUGAL UNIPESSOAL LDA		5.558,23				5.558,23
	5794	ANTONIO DA SILVA VIEIRA		1.000,00				1.000,00
	5808	ISABEL SANCHEZ QUINTANA		1.104,00				1.104,00
	5826	JOSÉ SILVINO DOMINGUES PIRES		940,00				940,00
	5878	ANTONIO LUIS RODRIGUES		1.000,00				1.000,00
	5959	PATRICIA LUDOMIRA MESQUITA RAMOA DE AMORIM LEITE		1.160,00				1.160,00
	5991	PEDRO TEIXEIRA REGO DE OLIVEIRA BALONAS		670,00				670,00
	6013	CARLOS ALBERTO SILVA CERQUEIRA		760,00				760,00
	6108	MARIA HELENA AZEVEDO RIGOR VILAR		1.600,00				1.600,00
	6271	JOSE ANTONIO MATOS DOS SANTOS COUTINHO		1.050,00				1.050,00
	6297	MANUEL DANTAS PASSOS		120,00				120,00
	6333	MARIA LUISA BARREIROS DA CUNHA		1.140,00	1.140,00			
	6361	JOSE JOAQUIM BARBOSA DE CASTRO		1.260,00				1.260,00
	6373	ANTÓNIO CARLOS MARTINS SEQUEIRA		80,00				80,00
		A TRANSPORTAR ...		260.193,44	46.299,63	77.939,92		291.833,73

ENTIDADE	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período: 2017/01/01 a 2017/12/31	2018/03/16	2017	3

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNACAO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
			DEVEDOR	CREDOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		260.193,44	46.299,63	77.939,92		291.833,73
	6374	ANTERO JORGE MARQUES FERREIRA CARDOSO		2.860,00				2.860,00
	6397	BALTAZAR FIDALGO FIDALGO		1.250,00				1.250,00
	6533	MARIA CELESTE PEREIRA DA SILVA		1.470,00				1.470,00
	6550	Ana Maria Areias Franco Fernandes		300,00				300,00
	6554	MARISA DO CÉU PIRES ALVARENGA		570,00				570,00
	6567	JOSÉ MANUEL PINTO PEREIRA		1.960,00	1.960,00			
	6591	MÁRIO JORGE CONCEIÇÃO RODRIGUES COELHO		810,00				810,00
	6650	Manuel Rodrigues		175,00				175,00
	6659	PAULINO JOSÉ MARTINS GOMES		990,00				990,00
	6750	CONDOMINIO PREDIO SITO AVª DR. DANTAS CARNEIRO, BLOCO C		48,40				48,40
	6804	VASCO DO NASCIMENTO LIMA FRANCO				1.397,00		1.397,00
	6841	MARTA SUZANA DOMINGUES GONÇALVES		500,00				500,00
	6848	JOAQUIM ALMEIDA GOMES		350,00				350,00
	6869	LUIS MANUEL COSTA BRAGA		320,00				320,00
	6956	MANUEL JOSÉ MENDONÇA DE FIGUEIREDO		520,00				520,00
	7027	JOFRE JOSÉ ESTEVES PINTO		200,00				200,00
	7097	GONÇALO NUNO DE OLIVEIRA RIBEIRO DA SILVA		200,00				200,00
	7146	OCTAVIO JORGE SOUSA MALHAO FERREIRA		880,00				880,00
	7150	ROGÉRIO PAULO DA SILVA CARVALHO MALHÃO		970,00				970,00
	7152	MARIA ALEXANDRA CASTRO RODRIGUES CUNHA		2.380,00				2.380,00
	7199	LUCIANA MARIA SARAIVA RODRIGUES MATOS		600,00				600,00
	7238	CELIA MARIA AREIAS RIBEIRO		2.570,00				2.570,00
	7358	MIGUEL DUARTE DA CUNHA GONÇALVES SÁ		5.590,00				5.590,00
	7480	CONDOMÍNIO DO PRÉDIO SITO NA AVª DANTAS CARNEIRO, BLOCO1		49,20				49,20
	7485	FÓRUM BRANCO - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LDA.		240,00				240,00
	7503	JOÃO DE PASSOS PIRES COSTA DA TORRE		1.310,00				1.310,00
	7531	CONSTRUÇÕES ANTÓNIO PIRES PINTO- UNIPESSOAL LDA.		300,00		790,00		1.090,00
	7603	ROMINA AIRES VAU		220,00				220,00
	7644	OLIVEIRA DUARTE - SOC. IMOBILIÁRIA, LDA.		1.760,00				1.760,00
	7665	MARIA JULIETA PEREIRA RAMOS PINTO		815,00				815,00
	7741	FERNANDO JOSE SIMOES SILVA		430,00				430,00
	7808	CARLOS ALBERTO ANTUNES FERNANDES		935,00				935,00
	7840	JESUSA DOMINGUES AMIL		1.075,00				1.075,00
	7899	FERSALES - SOCIEDADE DE GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A.		2.340,00				2.340,00
	7931	Chance do Momento Construções, Ldª		3.410,00				3.410,00
	7935	CARLA MARIA DOMINGUES FERNANDES ESTEVES		1.950,00				1.950,00
	7938	JOAQUIM JACQUES ANDRÉ		485,00				485,00
	7988	JOSE FILIPE GOMES CACAIS		110,00				110,00
	8169	Jorge Carlos Serro da Costa E Silva		380,00				380,00
	8425	VALDEMAR ANTÓNIO PORTO ALVES DE CASTRO		530,00				530,00
	8633	RAQUEL MARIA CURVAL GONÇALVES		3.400,00				3.400,00
	8655	CARLOS MANUEL DA SILVA DOMINGUES		600,00		980,00		1.580,00
	8685	CARLOS DA VEIGA FERNANDES & FILHO, LDª		13.600,00	13.600,00			
	8698	ANTONIO RAMOS FERNANDES		2.070,00	2.070,00			
	8707	PEDRO MANUEL TORRES DE ECKENROTH GUIMARÃES E OUTRO		820,00				820,00
	8733	LIBERATO VELOSO DA SILVA		1.657,00				1.657,00
	8798	PAULO SERGIO FERREIRA CASTELO		975,00				975,00
	8811	ANNA ALTSHUL		702,00				702,00
	8935	Carina de Fátima Picoto Pires		325,00	325,00			
	9049	EVARISTO TURISMO RURAL, LDA.		7.930,00				7.930,00
	9185	JOAO HENRIQUE MOURAO ARIEIRA				720,00		720,00
	9204	MANUEL JOAQUIM TORRES DANTAS		375,00				375,00
	9235	PARTILHARGUMENTO, S.A.		10.800,00				10.800,00
	9300	REINA PIRES, LDA		520,00				520,00
	9311	Manuel Freitas Da Cunha		960,00				960,00
	9395	ABÍLIO DE JESUS COSTA DA SILVA		600,00	600,00			
	9475	Maria Alina Pereira Santos Souto Coelho		1.629,50				1.629,50
		A TRANSPORTAR ...		260.193,44	46.299,63	77.939,92		291.833,73

ENTIDADE	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período: 2017/01/01 a 2017/12/31	2018/03/16	2017	4

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNACAO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
			DEVEDOR	CREDOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		260.193,44	46.299,63	77.939,92		291.833,73
	9477	CHANCEFFECTIVE - CONSTRUÇÕES, LDª				2.735,00		2.735,00
	9483	FILIPE ADERITO PIRES		2.650,00	2.385,00			265,00
	9492	Jose Fernado Caldas Esteves		3.410,00				3.410,00
	9510	MARIO RUI AFONSO BRAGA		940,00	940,00			
	9535	Paula Maria Didwallace Bianchi Salgueiro Gama Rocha		2.560,00				2.560,00
	9578	TRANSDUO-IMOBILIÁRIA,LDA		710,00				710,00
	9603	MARIA ROSA GONÇALVES GOMES		170,00				170,00
	9660	SONIA ROCHA CARVALHO		1.800,00	1.800,00			
	9721	Manuel António Cardoso Gonçalves		1.190,00				1.190,00
	9739	Joel Capitão Vila Chã		11.235,00				11.235,00
	9812	NUNO MIGUEL FIGUEIRAS ALVES		120,00				120,00
	9839	NOS COMUNICAÇÕES, SA		600,00				600,00
	10045	ANTONIO SALVADOR AMORIM MARTINS DA COSTA		2.599,80				2.599,80
	10048	CARLOS FERREIRA CHAVES		813,75				813,75
	10051	José António da Graça Duarte de Sousa		1.400,00				1.400,00
	10055	MANUEL DOMINGUES AFONSO		120,00				120,00
	10062	Jose Maria Pereira Gomes Passos		910,00				910,00
	10069	BANCO INVEST S.A.		1.005,00				1.005,00
	10071	FILIPE MIGUEL RODRIGUES DA SILVA RIBAS		560,00				560,00
	10077	FRANCISCO JOSE DA COSTA COUTO		676,20				676,20
	10126	JOÃO MANUEL GUIMARÃES LIMA				500,00		500,00
	10149	MARCO PAULO PINTO AMARAL				430,00		430,00
	10164	JOSÉ RIBEIRO LOURENÇO - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE				576,66		576,66
	10262	José Maria Dos Santos Moreira				16.160,00		16.160,00
	10329	MUNDO DE RABISCOS, CONSTRUÇÕES, LDª				935,00		935,00
	10339	ANTÓNIO FIÚZA DE OLIVEIRA				17.000,00		17.000,00
	10367	DANIEL DA COSTA ESTEVES				1.620,00		1.620,00
	10417	JOAO ANTONIO CALDAS AMORIM				1.390,00		1.390,00
21.7.2		CAUÇOES DE LICENCIAMENTO SANITARIO		1.123,62				1.123,62
21.7.3		CAUÇOES DE ÀGUA			8,95	8,95		
	916	M. D. J. - RIBAS,LDA.			8,95	8,95		
21.7.4		CAUÇÕES DO PESSOAL		24,94				24,94
	5280	SUSANA MARIA AFONSO ESTEVES		24,94				24,94
21.7.5		CAUÇÕES-CONTRATOS		9.624,00		800,00		10.424,00
	506	CAMIPÃO,S.A.		4.149,00				4.149,00
	4230	MINHAVENTURA - ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO TURISTICA, LDA.		302,00				302,00
	5140	MONICA ARAUJO ROMANO		1.500,00				1.500,00
	6853	SÓNIA CARLA CARVALHO FIFE		1.000,00				1.000,00
	7107	VERA LUISA PORTELA SANTOS		340,00				340,00
	7683	HOSPITAL PARTICULAR DE VIANA DO CASTELO LDA				800,00		800,00
	7907	ANABELA ESTEVES GONÇALVES DOS SANTOS		300,00				300,00
	8022	CARLOS DOS SANTOS SARMENTO		400,00				400,00
	8112	FRANCISCO JOSÉ MARTINS DE AMORIM - ZB WEAR		303,00				303,00
	8179	CIDÁLIA MARIA GONÇALVES SIMÕES		750,00				750,00
	8765	LUIS MAURICIO GIESTAS GONÇALVES - INST.ELETRICAS SOC.UNIPESSOAL,LDA.		320,00				320,00
	9801	ANKE QUABECK		260,00				260,00
21.7.6		CAUÇÕES DE LOTEAMENTOS ACCIONADAS		2.169,77		77.212,50		79.382,27
21.7.6.01		PROCESSO 440/89		2.169,77				2.169,77
21.7.6.02		PROCESSO 11/06				77.212,50		77.212,50
21.7.9		CAUÇÕES-OUTRAS		1.876,27	1.000,00	1.000,00		1.876,27
	3301	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA		126,27				126,27
	5283	ANTÓNIO MANUEL PEREIRA DA SILVA		1.500,00				1.500,00
	9580	FAUSTO JOSÉ SANTANA TAPIA		250,00				250,00
	10155	MÁRIO RUBEN FREITAS			500,00	500,00		
	10338	JOSÉ ANTÓNIO SILVA TORRALVO			500,00	500,00		
24		ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		70.099,92	881.149,72	892.306,00		81.256,20
		A TRANSPORTAR ...		275.012,04	47.308,58	156.961,37		384.664,83

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNACAO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
			DEVEDOR	CREDOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		275.012,04	47.308,58	156.961,37		384.664,83
24.2		Retenção de impostos sobre rendimentos		30.066,59	386.505,68	389.779,52		33.340,43
24.2.1		Trabalho dependente		29.081,00	366.876,00	368.711,00		30.916,00
24.2.2		Trabalho independente		408,59	16.693,68	18.709,52		2.424,43
24.2.6		SOBRETAXA EXTRAORDINÁRIA		577,00	2.936,00	2.359,00		
24.5		Contribuições para a Seguranca Social		39.854,79	494.644,04	502.282,18		47.492,93
24.5.1		CAIXA GERAL DE APOSENTAÇOES		24.027,20	198.730,53	197.650,21		22.946,88
24.5.1.1		CGA-DESCONTO DO PESSOAL		24.027,20	198.730,53	197.650,21		22.946,88
24.5.2		ADSE			106.756,35	115.437,07		8.680,72
24.5.2.1		ADSE-DESCONTOS DO PESSOAL			106.756,35	115.437,07		8.680,72
24.5.3		IGFSS		15.827,59	189.157,16	189.194,90		15.865,33
24.5.3.1		IGFSS-SEGURANÇA SOCIAL FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		12.988,58	168.087,87	168.444,65		13.345,36
24.5.3.2		IGFSS-SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL		2.839,01	20.771,04	20.208,11		2.276,08
24.5.3.3		IGFSS-SEGURANÇA SOCIAL-OUTROS			298,25	542,14		243,89
24.7		TAXAS		178,54		244,30		422,84
24.7.1		CERTIFICADO REGISTO CIDADÃOS DA UE		178,54		244,30		422,84
26		OUTROS DEVEDORES E CREDORES		220.726,60	63.316,99	68.751,60		226.161,21
26.1		Fornecedores de imobilizado		197.353,83	16.892,52	11.811,61		192.272,92
26.1.3		CAU		197.353,83	16.892,52	11.811,61		192.272,92
26.1.3.1		For.Imb.- Valores Monetários - Agregada		197.353,83	16.892,52	11.811,61		192.272,92
	6	AURÉLIO MARTINS SOBREIRO & FILHOS, SA		1.262,83				1.262,83
	74	MANUEL SILVA PEREIRA				842,21		842,21
	77	BETOMINHO - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO, SA.		2.595,86	240,23			2.355,63
	79	ARMINDO AFONSO,LDA. - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS		8.953,15	2.495,73			6.457,42
	82	MONTEADRIANO - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.		552,93				552,93
	715	CAMARA MUNICIPAL DE CAMINHA		57.132,21				57.132,21
	718	ALVARO DA COSTA MARTINS E IRMÃO, LDA		1.237,27				1.237,27
	739	BAPTISTA & DOMINGOS, LDA		6.751,76				6.751,76
	856	JOÃO RODRIGUES AFONSO & CA LDª		432,15				432,15
	1140	ANTONIO SERAFIM DIAS GRENHO		2.368,00				2.368,00
	1844	CARLOS JOSE FERNANDES & Cª. LDA		30.376,91	2.975,00			27.401,91
	2373	SOCIEDADE ALBINO MATOS FERNANDES - ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO,LDA.		449,03				449,03
	2636	ROCHA & ALVES, LDA.		16.289,78				16.289,78
	2793	MANUEL DA SILVA PEREIRA E FILHOS LDA		4.076,86				4.076,86
	3791	FDO - PROJECTOS, LDA		1.413,50				1.413,50
	4637	C. S. CONSTRUCOES, LDA		313,64				313,64
	5154	AUGUSTO OLIVEIRA FERREIRA & CA.,LDA.		6.827,15				6.827,15
	5348	CONSTRUÇÕES REFOIENSE UNIPESSOAL, Ldª		31.555,50				31.555,50
	5843	GONÇALVES & CACHADINHA, SA		3.999,04				3.999,04
	6069	DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.			10.692,23	10.692,23		
	6283	IRMAOS PEIXOTO, LDA - CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA CIVIL		489,33	489,33			
	8048	PRIMUS LEAN - ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO, LDA		1.928,46				1.928,46
	9064	AMC CONSTRUÇÕES, LDA		18.348,47		277,17		18.625,64
26.2		Pessoal		329,23				329,23
26.2.6		Cauções do pessoal		329,23				329,23
	715	CAMARA MUNICIPAL DE CAMINHA		329,23				329,23
26.3		Sindicatos		1.456,00	17.917,38	17.966,14		1.504,76
26.3.1		STAL		973,05	12.198,84	12.253,37		1.027,58
26.3.4		SINDICATO TRANSP. FLU. COST. MARINHA MERCANTE		5,30	5,30			
26.3.5		SINTAP (SINDICATO TRAB. ADMINIST. PUBLICA ENT. FINS PUBLICOS)		477,65	5.713,24	5.712,77		477,18
26.8		Devedores e credores diversos		21.587,54	28.507,09	38.973,85		32.054,30
26.8.3		DEVEDORES E CREDORES DIVERSOS			378,10	378,10		
26.8.3.7		RETENÇÃO - DIVIDAS AO ESTADO			378,10	378,10		
	10023	PALCOS E BASTIDORES UNIPESSOAL, LDA			378,10	378,10		
26.8.5		DEVEDORES E CREDORES DE OPERAÇOES NÃO ORÇAMENTAIS		21.587,54	28.128,99	38.595,75		32.054,30
26.8.5.1		AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE PROCEDIMENTOS		6.566,00				6.566,00
		A TRANSPORTAR ...		544.251,02	963.646,30	1.079.423,22		660.027,94

ENTIDADE	OPERAÇÕES DE TESOURARIA	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período: 2017/01/01 a 2017/12/31	2018/03/16	2017	6

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNACAO	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
			DEVEDOR	CREDOR	DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		544.251,02	963.646,30	1.079.423,22		660.027,94
26.8.5.1.1		REABILITAÇÃO TEATRO VALADARES		1.845,00				1.845,00
26.8.5.1.2		REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO PAVILHAÕ MUNICIPAL V.P.		1.537,50				1.537,50
	79	ARMINDO AFONSO,LDA. - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS		307,50				307,50
	200	ANTONIO ALVES RIBEIRO & FILHOS, LDª		307,50				307,50
	1844	CARLOS JOSE FERNANDES & Cª. LDA		307,50				307,50
	7360	ALFREDO BARROSO, LDA		307,50				307,50
	7393	OPENLINE - PORTUGAL		307,50				307,50
26.8.5.1.3		REQUALI E AMPLIAÇÃO PAVILHAÕ MUNICIPAL CAMINHA		922,50				922,50
26.8.5.1.4		BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CAMINHA		1.400,00				1.400,00
	79	ARMINDO AFONSO,LDA. - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS		200,00				200,00
	1844	CARLOS JOSE FERNANDES & Cª. LDA		200,00				200,00
	7337	CONSTRUÇÕES ARTUR ALVES DE FREITAS II, LDA		200,00				200,00
	7754	FESTA & FESTA S.A		200,00				200,00
	7760	MARTINS E SOARES LDA.		200,00				200,00
	7761	CONDURIL, SA		200,00				200,00
	7765	VILACELOS CONSTRUCOES S.A.		200,00				200,00
26.8.5.1.5		RECOLHA/TRANSP. RSU, FORNC.LAVAGEM CONTENT./LIMPEZA URBANA PRAIA CAMINHA		861,00				861,00
	2788	SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE,S.A.		123,00				123,00
	8447	RECOLTE S.A.		123,00				123,00
	8452	ECOAMBIENTE - CONSULTORES ENGENHARIA GESTÃO PREATAÇÃO DE SERVIÇOS		123,00				123,00
	8453	HIDURBE - GESTÃO DE RESIDUOS, S.A		123,00				123,00
	8456	CLECE - SUCURSAL EM PORTUGAL, SA		123,00				123,00
	8460	RESTRADAS - REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS DO NORTE, LDA		123,00				123,00
	8461	LUSÁGUA SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.		123,00				123,00
26.8.5.5		PENHORAS - FINANÇAS/AGENTES EXECUCAO			2.707,44	2.900,44		193,00
	7516	MARIA CLARA PEREIRA BARBOSA BARROSO			1.266,50	1.459,50		193,00
	8605	JOSÉ MANUEL OLIVEIRA RODRIGUES			203,46	203,46		
	9087	EXIBIRANCORA - LIMPEZA E JARDINS UNIPESSOAL,LDA.			1.237,48	1.237,48		
26.8.5.9		OUTROS		15.021,54	25.421,55	35.695,31		25.295,30
26.8.5.9.1		DESCONTOS DE VENCIMENTOS PARA PENHORAS		685,08	10.437,35	10.189,24		436,97
26.8.5.9.2		ATAM			65,35	78,42		13,07
26.8.5.9.3		TRABALHOS POR CONTA DE TERCEIROS		2.588,14				2.588,14
26.8.5.9.3.1		MASSA FALIDA S C FELGUEIRAS, LD.ª		2.588,14				2.588,14
26.8.5.9.4		EXECUÇÕES FISCAIS - FUNCIONÁRIOS		9,85				9,85
26.8.5.9.4.4		JOÃO FERREIRA		9,85				9,85
26.8.5.9.5		EXECUÇÕES FISCAIS		10.564,87		3.035,66		13.600,53
26.8.5.9.6		SERVIÇOS SOCIAIS TRAB. CAMARA MUNICIPAL		1.173,60	14.461,57	14.508,52		1.220,55
26.8.5.9.9		SERVIÇO ELEIÇÕES			457,28	7.883,47		7.426,19
		TOTAL ...		565.838,56	991.775,29	1.118.018,97		692.082,24

Em ___ de _____ de ___

_____

Em ___ de _____ de ___

_____

VOLUME IV | ANEXO ÀS CONTAS

Índice

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CÓDIGO POCAL 8 1

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE – CÓDIGO POCAL 8.1 2

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – CÓDIGO POCAL 8.2 6

CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS – CÓDIGO POCAL 8.2.3 7

MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO – CÓDIGO POCAL 8.2.7 7

ATIVO BRUTO 7

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES 8

MAPA GERAL DE BENS – CÓDIGO POCAL 8.2.8 9

BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA – CÓDIGO POCAL 8.2.13 11

ENTIDADES PARTICIPADAS – CÓDIGO POCAL 8.2.16 11

DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA – CÓDIGO POCAL 8.2.22 11

DÍVIDAS ATIVAS E PASSIVAS RESPEITANTES AO PESSOAL DA AUTARQUIA – CÓDIGO POCAL 8.2.23 11

DESCRIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS E RECIBOS PARA COBRANÇA – CÓDIGO POCAL 8.2.26 13

PROVISÕES ACUMULADAS – CÓDIGO POCAL 8.2.27 15

MOVIMENTOS OCORRIDOS NA CLASSE 5 – CÓDIGO POCAL 8.2.28 17

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS – CÓDIGO POCAL 8.2.29 17

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS- CÓDIGO POCAL 8.2.31 18

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS - CÓDIGO POCAL 8.2.32 19

NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO – CÓDIGO POCAL 8.3 20

MODIFICAÇÕES DO ORÇAMENTO – CÓDIGO POCAL 8.3.1 21

RECEITA – CÓDIGO POCAL 8.3.1.1 22

DESPESA – CÓDIGO POCAL 8.3.1.2 23

MODIFICAÇÕES AO PLANO– CÓDIGO POCAL 8.3.2 24

CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – CÓDIGO POCAL 8.3.3 25

1.SITUAÇÃO DOS CONTRATOS 25

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – CÓDIGO POCAL 8.3.4 26

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – DESPESA – CÓDIGO POCAL 8.3.4.1 26

TRANSFERÊNCIAS CAPITAL – DESPESA – CÓDIGO POCAL 8.3.4.2 26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – RECEITA – CÓDIGO POCAL 8.3.4.4 26
TRANSFERÊNCIAS CAPITAL – RECEITA – CÓDIGO POCAL 8.3.4.5 26
ENDIVIDAMENTO – CÓDIGO POCAL 8.3.6 27
EMPRÉSTIMOS – CÓDIGO POCAL 8.3.6.1 27
OUTRAS DIVIDAS A TERCEIROS – CÓDIGO POCAL 8.3.6.2 27

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Código POCAL 8

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE
CÓDIGO POCAL 8.1

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

(Resolução nº 4/2001- 2ª Secção do Tribunal de Contas, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 6/2013 - 2ª Secção)

1. **IDENTIFICAÇÃO**

   Município de Caminha

   Praça Conselheiro Silva Torres

   4910-122 CAMINHA

   Número de Identificação Fiscal – 500 843 139

2. **LEGISLAÇÃO**

   Aplicável toda a legislação que obriga os municípios.

3. **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

   Encontra-se em vigor a estrutura orgânica do município aprovada pela Assembleia Municipal de Caminha em 27 de junho de 2014 e publicada na *II série do Diário da República nº 175, de 11 de setembro de 2014.*

4. **DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES**

   As actividades a desenvolver pelo município são as que lhe são atribuídas por lei.

5. **RECURSOS HUMANOS**

   A Câmara Municipal é composta pelos seguintes membros:

   De 01 de janeiro até 31 de marçol de 2017

   Presidente: Luís Miguel da Silva Mendonça Alves

   Vereadores: Guilherme Cesário Lagido Domingos
   Rui Pedro Teixeira Ferreira da Silva
   Rui António Oliveira Fernandes
   Flamiano Gonçalves Martins
   Liliana Sofia Bouça Silva
   Manuel Sousa Marques

   De 01 de abril até 20 de abril de 2017

   Presidente: Luís Miguel da Silva Mendonça Alves

   Vereadores: Guilherme Cesário Lagido Domingos
   Rui Pedro Teixeira Ferreira da Silva
   Rui António Oliveira Fernandes

Flamiano Gonçalves Martins
Liliana Sofia Bouça Silva
Vanda Maria da Cunha Pêgo

De 21 de abril até 16 de maio de 2017

Presidente: Luís Miguel da Silva Mendonça Alves
Vereadores: Guilherme Cesário Lagido Domingos
Rui António Oliveira Fernandes
Flamiano Gonçalves Martins
Liliana Sofia Bouça Silva
Vanda Maria da Cunha Pêgo

De 17 de maio até 21 de outubro de 2017

Presidente: Luís Miguel da Silva Mendonça Alves
Vereadores: Guilherme Cesário Lagido Domingos
Rui António Oliveira Fernandes
Manuel Luís Pires Martins
Flamiano Gonçalves Martins
Liliana Sofia Bouça Silva
Vanda Maria da Cunha Pêgo

De 21 de outubro até 31 de dezembro de 2017

Presidente: Luís Miguel da Silva Mendonça Alves
Vereadores: Guilherme Cesário Lagido Domingos
Liliana Sousa Ribeiro
Rui Miguel Rio Tinto Lages
Liliana Sofia Bouça Silva
José Manuel Martins Presa
Paulo Pinto Pereira

6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

O sistema contabilístico utilizado respeita integralmente o POCAL – Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro – e executa-se na aplicação informática fornecida pela MEDIDATA – Engenharia e Sistemas, SA.

NOTAS TÉCNICAS (Resolução nº 4/2001- 2ª Secção do Tribunal de Contas, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 6/2013 - 2ª Secção)

I MONTANTE DOS FUNDOS MUNICIPAIS

Fundos Municipais	Receitas correntes		Receitas de capital	
	Atribuídas	Recebidas	Atribuídas	Recebidas
Fundo Equilíbrio Financeiro	5.100.713,00	5.100.537,70	566.746,00	566.746,00
Fundo Social Municipal	233.451,00	233.451,00	----------	----------
Participação Fixa IRS	172.961,00	172.961,00	----------	----------
TOTAL	5.507.125,00	5.506.949,70	566.746,00	566.746,00

II MONTANTE DOS PAGAMENTOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2016

€ 1.053.427,46 (um milhão e cinquenta e três mil, quatrocentos e vinte sete euros e quarenta seis cêntimos)

III AÇÕES INSPETIVAS

No exercício de 2017 verificou-se uma ação inspetiva por parte do IGF.

IV QUOTA PARTE DAS AMORTIZAÇÕES E ENCARGOS FINANCEIROS DE EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS POR ASSOCIAÇÕES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO DE CAMINHA

As associações participadas pelo Município de Caminha não contraíram qualquer empréstimo.

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CÓDIGO POCAL 8.2.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), sendo que as omissas não são aplicáveis ou não são relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras anexas.

CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS – CÓDIGO POCAL 8.2.3.

Os critérios valorimétricos utilizados respeitam os que são expressos no POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

No que concerne às amortizações, face ao vazio legal relativamente a esta questão, foi respeita ada Portaria n.º671/2000, publicada na II série do diário da República n.º 91, de 17 de abril de 2000, referente ao Cadastro e Inventários dos Bens do Estado (CIBE), conforme aconselha a Direção Geral da Administração Local (DGAL).

Relativamente às provisões para cobranças duvidosas, respeitou-se o determinado no POCAL, no seu ponto 2.7.1.

MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO – CÓDIGO POCAL 8.2.7.

Ativo Bruto, documento constituído por 4 páginas numeradas de 1 a 4;

ENTIDADE

CMC

ACTIVO BRUTO

Data : 2018/03/16

Ano Contabilistico : 2017 Período: Janeiro a Dezembro Pagina : 1

Rubricas		Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	1.945.277,18		100.000,00			2.045.277,18
41.1	Partes de capital	1.195.389,50		100.000,00			1.295.389,50
41.1.1	Associações de municípios	522.200,00		100.000,00			622.200,00
41.1.1.1	Associação Nacional de Municípios Portugueses						
41.1.1.2	Polis Litoral Norte,S.A.	522.200,00		100.000,00			622.200,00
41.1.2	Empresas municipais e intermunicipais						
41.1.3	Empresas privadas ou cooperativas	673.189,50					673.189,50
41.1.3.1	VALORMINHO, S.A.	85.500,00					85.500,00
41.1.3.2	AGUAS DO MINHO E LIMA, S.A.	563.189,50					563.189,50
41.1.3.3	CAMINHAEQUI, S.A.	24.500,00					24.500,00
41.2	Obrigações e títulos de participação	749.887,68					749.887,68
41.2.1	Empresas municipais e intermunicipais						
41.2.2	Fundo de Apoio Municipal	749.887,68					749.887,68
41.4	Investimentos em imóveis						
41.4.1	Terrenos e recursos naturais						
41.4.2	Edifícios e outras construções						
41.4.2.1	Edifícios						
41.4.2.2	Outras construções						
41.5	Outras aplicações financeiras						
41.5.1	Depósitos em instituições financeiras						
41.5.2	Títulos de divida pública						
41.5.3	Outros títulos						
42	IMOBILIZAÇÕES CORPOREAS	48.776.538,99		666.313,01			49.442.852,00
42.1	Terrenos e recursos naturais	4.377.242,37		195.000,00			4.572.242,37
42.2	Edifícios e outras construções	28.042.012,34		71.086,03			28.113.098,37
42.2.1	Edifícios	19.500.145,59		35.690,54			19.535.836,13
42.2.1.01	Habitação	368.472,39					368.472,39
42.2.1.02	Instalações de Serviços	5.568.524,43		28.034,63			5.596.559,06
42.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas	12.188.269,10		2.947,39			12.191.216,49
42.2.1.04	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	428.843,61		4.708,52			433.552,13
42.2.1.05	Creches						
42.2.1.06	Escolas	865.106,17					865.106,17
42.2.1.07	Lares de terceira idade						
42.2.1.08	Outros	47.688,38					47.688,38
42.2.1.09	Habitação/Reparação beneficiação	33.241,51					33.241,51
42.2.2	Outras construções	8.541.866,75		35.395,49			8.577.262,24
42.2.2.01	Viadutos, arruamentos e obras complementares	36.568,22					36.568,22
42.2.2.02	Esgotos	1.623.155,49					1.623.155,49
42.2.2.03	Iluminação pública	258.082,77					258.082,77
42.2.2.04	Parques e jardins	2.129.518,22					2.129.518,22
42.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas	837.890,98					837.890,98
42.2.2.06	Captação, tratamento e distribuição de água	1.652.098,20		5.253,76			1.657.351,96
42.2.2.07	Viação rural						
42.2.2.08	Sinalização e trânsito	300.262,68		1.653,86			301.916,54
42.2.2.09	Infra-estruturas para distr. de energia electrica						
42.2.2.10	Infra-estruturas p/ tratamento de resíduos sólidos						
42.2.2.11	Cemitérios	167.031,45					167.031,45
42.2.2.12	Outras	1.034.476,05					1.034.476,05
42.2.2.13	Águas pluviais	502.782,69		28.487,87			531.270,56
42.3	Equipamento básico	10.795.964,04		29.306,23			10.825.270,27
	A transportar	45.160.495,93		395.392,26			45.555.888,19
	Total	45.160.495,93		395.392,26			45.555.888,19

Rubricas		Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
	Transporte	45.160.495,93		395.392,26			45.555.888,19
42.4	Equipamento de transporte	2.278.076,84		82.927,17			2.361.004,01
42.5	Ferramentas e utensílios	185.654,51		14.703,09			200.357,60
42.6	Equipamento administrativo	2.915.167,86		273.290,49			3.188.458,35
42.6.1	Mobiliario	470.377,82		1.044,53			471.422,35
42.6.2	Sistema informatico	2.148.506,12		272.245,96			2.420.752,08
42.6.2.01	Hardware informatico	1.018.039,65		129.802,04			1.147.841,69
42.6.2.02	Software informatico	1.097.402,01		142.443,92			1.239.845,93
42.6.2.99	Outro	33.064,46					33.064,46
42.6.9	Outro	296.283,92					296.283,92
42.7	Taras e vasilhame						
42.9	OUTRAS IMOBILIZAÇOES CORPOREAS	182.421,03					182.421,03
42.9.1							
42.9.3	Artigos de valor	105.041,00					105.041,00
42.9.7	Outros investimentos	77.380,03					77.380,03
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
43.1	Despesas de instalação						
43.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento						
43.3	Propriedade industrial e outros direitos						
43.9	Outras						
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	496.985,92		1.801.770,84		784.855,86	1.513.900,90
44.1	Imobilizações em curso de investimentos financeiro	43.890,03					43.890,03
44.1.1	Partes de capital						
44.1.2	Obrigações e titulos de participação						
44.1.4	Investimentos em imóveis	43.890,03					43.890,03
44.1.5	Outras aplicações financeiras						
44.2	Imobil. em curso de imobilizações corpóreas	132.066,24		485.240,07		237.666,97	379.639,34
44.2.1	Terrenos e recursos naturais						
44.2.2	Edifícios e outras construções	132.066,24		461.262,96		213.689,86	379.639,34
44.2.2.1	Edifícios	12.005,17		93.079,93		61.708,45	43.376,65
44.2.2.1.01	Habitação						
44.2.2.1.02	Instalações de serviços			4.672,24		4.672,24	
44.2.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas			18.753,33		17.075,03	1.678,30
44.2.2.1.04	Mercados e instalações de fiscal.sanitária	12.005,17		4.887,85		4.708,52	12.184,50
44.2.2.1.05	Creches						
44.2.2.1.06	Escolas			64.766,51		35.252,66	29.513,85
44.2.2.1.07	Lares de terceira idade						
44.2.2.1.08	Outros edifícios						
44.2.2.1.09	HABITAÇÃO/REPARAÇÃO BENEFICIAÇÃO						
44.2.2.2	Outras construções	120.061,07		368.183,03		151.981,41	336.262,69
44.2.2.2.01	Viadutos,arruamentos e obras complementares						
44.2.2.2.02	Esgotos			290.494,44		4.498,75	285.995,69
44.2.2.2.03	Iluminação pública	98.819,38		27.367,65		121.607,83	4.579,20
44.2.2.2.04	Parques e jardins	1.001,70		4.735,50			5.737,20
44.2.2.2.05	Instalações desportivas e recreativas						
44.2.2.2.06	Captação,tratamento e distribuição de água	6.439,76		7.238,96		5.253,76	8.424,96
44.2.2.2.07	Viação rural						
44.2.2.2.08	Sinalização e trânsito	12.982,90		4.012,45		1.653,86	15.341,49
44.2.2.2.09	Infraestruturas p/distrib. de energia eléctrica						
44.2.2.2.10	Infraestruturas p/tratam.de resíduos sólidos						
44.2.2.2.11	Cemitérios						
44.2.2.2.12	Outras	817,33		34.334,03		18.967,21	16.184,15
44.2.2.2.13	Aguas pluviais						
44.2.3	Equipamento básico						
44.2.4	Equipamento de transporte			23.977,11		23.977,11	
44.2.5	Ferramentas e utensílios						
	A transportar	50.897.772,44		1.251.553,08		237.666,97	51.911.658,55
	Total	50.897.772,44		1.251.553,08		237.666,97	51.911.658,55

Rubricas		Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
	Transporte	50.897.772,44		1.251.553,08		237.666,97	51.911.658,55
44.2.6	Equipamento administrativo						
44.2.7	Taras e vasilhame						
44.2.9	Outras imobilizações corpóreas						
44.3	Imobilizações em curso de imobilizações incorpores	7.832,21		32.257,86		15.353,54	24.736,53
44.3.1	Despesas de instalação						
44.3.2	Despesas de insvestigação e de desenvolvimentos	7.832,21		32.257,86		15.353,54	24.736,53
44.3.3	Propriedade insdustrial e outros direitos						
44.3.4	Aquisição de serviços						
44.5	Imobilizações em curso de bens de dominio publico	313.197,44		1.284.272,91		531.835,35	1.065.635,00
44.5.1	Terrenos e recursos naturais						
44.5.2	Edifícios			303,98		303,98	
44.5.2.1	Habitação						
44.5.2.2	Instalações de serviços						
44.5.2.3	Instalações desportivas e recreativas			303,98		303,98	
44.5.2.4	Mercados e instalações de fiscalização sanitária						
44.5.2.5	Creches						
44.5.2.6	Escolas						
44.5.2.7	Lares de terceira idade						
44.5.2.9	Outros						
44.5.3	Outras construções e infra-estruturas	313.197,44		1.283.968,93		531.531,37	1.065.635,00
44.5.3.1	Viadutos Arruamentos e Obras Complementares			882.785,72		164.031,22	718.754,50
44.5.3.2	Esgotos						
44.5.3.3	Àguas pluviais			31.334,92		31.334,92	
44.5.3.4	Parques e jardins	1.484,00		65.738,32		24.465,22	42.757,10
44.5.3.5	Instalações desportivas e recreativas			1.898,05		1.898,05	
44.5.3.6	Iluminação publica						
44.5.3.7	Viação rural	309.801,96		72.271,70		309.801,96	72.271,70
44.5.3.8	Sinalização e transito						
44.5.3.9	Outras	1.911,48		229.940,22			231.851,70
44.5.3.9.01	Infra-estruturas para distribuição de energia eléc						
44.5.3.9.02	Infra-estruturas para tratamento de residuos solid						
44.5.3.9.03	Cemitérios						
44.5.3.9.09	Outras	1.911,48		229.940,22			231.851,70
44.5.4	Bens do património histórico, artístico e cultural						
44.5.4.1	A geira da serra do Gerês						
44.5.4.9	Outros bens do património historico cultural e art						
44.5.5	Outros bens de domínio público						
44.5.6							
44.6	Adiantamentos por conta de bens de dominio publico						
44.7	Adiantamentos por conta de investimentos financeir						
44.8	Adiantamentos por conta de imobilizações corporeas						
44.9	Adiantamentos por conta de imobilizações corporeas						
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	42.968.376,02		696.825,44		1.205,21	43.663.996,25
45.1	Terrenos e recursos naturais	110.979,56					110.979,56
45.2	Edifícios	4.223.212,64		15.067,44			4.238.280,08
45.2.1	Habitação						
45.2.2	Instalações de serviços						
45.2.3	Instalações desportivas e recreativas	64.090,41					64.090,41
45.2.4	Mercados e instalações de fiscaliz.sanitaria						
45.2.5	Creches						
45.2.6	Escolas	4.159.122,23		15.067,44			4.174.189,67
45.2.7	Lares da terceira idade						
45.2.8	Outros						
45.3	Outras construções e infraestruturas	37.797.358,18		666.404,46		1.205,21	38.462.557,43
45.3.01	Viadutos,arruamentos e obras complementares	21.738.299,38		214.809,45		1.205,21	21.951.903,62
	A transportar	77.291.293,67		2.797.960,74		786.061,07	79.303.193,34
	Total	77.291.293,67		2.797.960,74		786.061,07	79.303.193,34

Rubricas		Saldo Inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
	Transporte	77.291.293,67		2.797.960,74		786.061,07	79.303.193,34
45.3.02	Esgotos	4.523.512,42					4.523.512,42
45.3.03	Iluminação pública	66.111,55		141.793,05			207.904,60
45.3.04	Parques e jardins	1.038.465,58					1.038.465,58
45.3.05	Instalações desportivas e recreativas	31.353,15					31.353,15
45.3.06	Captação, tratamento e distribuição àgua	719.050,50					719.050,50
45.3.07	Viação rural	2.107.627,84		309.801,96			2.417.429,80
45.3.08	Sinalização e transito						
45.3.09	Infra-estruturas para distribuição de energia eléc	12.513,34					12.513,34
45.3.10	Infra-estruturas para tratamento de residuos sólid						
45.3.11	Cemitérios	44.435,62					44.435,62
45.3.12	Outros	1.331.071,25					1.331.071,25
45.3.13	Águas pluviais						
45.3.99	Outras	6.184.917,55					6.184.917,55
45.5	Bens do património histórico, artíst. e cultural	604.378,90					604.378,90
45.9	Outros bens de domínio público	232.446,74		15.353,54			247.800,28
	Total	94.187.178,11		3.264.909,29		786.061,07	96.666.026,33

- AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES, documento constituído por 2 páginas numeradas de 1 a 2

ENTIDADE

CMC

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Ano Contabilistico : 2017 Período: Janeiro a Dezembro

Data : 2018/03/16
Pagina : 1

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	36.938.206,23	3.625.473,46		40.563.679,69
48.1	De investimentos em imóveis				
48.1.1	Terrenos e recursos naturais				
48.1.2	Edificios e outras contruções				
48.1.2.1	Edifícios				
48.1.2.2	Outras construções				
48.2	De imobilizações corporeas	20.536.709,12	1.751.773,10		22.288.482,22
48.2.1	Terrenos e recursos naturais				
48.2.2	Edificíos e outras construções	8.165.665,90	1.247.726,37		9.413.392,27
48.2.2.1	Edificios	5.204.151,31	743.320,11		5.947.471,42
48.2.2.1.01	Instalações de habitações	94.289,67	5.605,99		99.895,66
48.2.2.1.02	Instalações de serviços	2.309.992,41	326.584,16		2.636.576,57
48.2.2.1.03	Instalações desportivas e recreativas	2.432.215,83	384.124,55		2.816.340,38
48.2.2.1.04	Mercados e instalações fiscalização sanitária	142.184,66	10.540,83		152.725,49
48.2.2.1.05	Creches				
48.2.2.1.06	Escolas	211.840,33	14.803,82		226.644,15
48.2.2.1.08	Outros	3.637,67			3.637,67
48.2.2.1.09	Habitação/Reparação beneficiação	9.990,74	1.660,76		11.651,50
48.2.2.2	Outras construções	2.961.514,59	504.406,26		3.465.920,85
48.2.2.2.01	Viadutos Arruamentos e Obras Complementares	36.233,00	47,89		36.280,89
48.2.2.2.02	Esgotos	532.716,14	73.884,72		606.600,86
48.2.2.2.03	ILUMINAÇÃO PUBLICA	69.604,71	11.178,93		80.783,64
48.2.2.2.04	PARQUES E JARDINS	849.002,41	99.345,73		948.348,14
48.2.2.2.05	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS	79.106,99	186.245,61		265.352,60
48.2.2.2.06	CAPTAÇÃO TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE AGUA	735.781,58	74.112,59		809.894,17
48.2.2.2.07					
48.2.2.2.08	SINALIZAÇÃO E TRANSITO	283.722,01	5.975,39		289.697,40
48.2.2.2.09					
48.2.2.2.10	Infra-estruturas p/ tratamento de resíduos sólidos				
48.2.2.2.11	CEMITERIOS	53.592,12	9.594,53		63.186,65
48.2.2.2.12	OUTRAS	148.152,52	18.406,40		166.558,92
48.2.2.2.13	Aguas Pluviais	173.603,11	25.614,47		199.217,58
48.2.3	Equipamento básico	7.755.786,93	106.063,90		7.861.850,83
48.2.4	Equipamento de transporte	1.838.133,01	73.503,91		1.911.636,92
48.2.5	Ferramentas e utensilios	168.156,86	8.374,21		176.531,07
48.2.6	Equipamento administrativo	2.486.307,99	306.752,64		2.793.060,63
48.2.6.1	Mobiliário	348.607,09	21.368,90		369.975,99
48.2.6.2	Sistema informático	1.832.177,84	277.777,45		2.109.955,29
48.2.6.2.01	Hardware	867.938,60	109.595,38		977.533,98
48.2.6.2.02	Software	964.239,24	168.182,07		1.132.421,31
48.2.6.9	Outro	305.523,06	7.606,29		313.129,35
48.2.7	Taras e vasilhame				
48.2.8	CONTADORES				
48.2.9	Outras imobilizações corporeas	122.658,43	9.352,07		132.010,50
48.2.9.1	Equipamento de informatica				
48.2.9.2	SOFTWARE INFORMATICO				
48.2.9.3	ARTIGOS DE VALOR	104.144,94	143,74		104.288,68
48.2.9.4	Investimentos incorporeos				
48.2.9.5	Melhoramentos fundiarios				
48.2.9.6	Equipamentos medidas de agua				
	A transportar	20.518.195,63	1.742.564,77		22.260.760,40
	Total	20.518.195,63	1.742.564,77		22.260.760,40

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
	Transporte	20.518.195,63	1.742.564,77		22.260.760,40
48.2.9.7	Outros investimentos	18.513,49	9.208,33		27.721,82
48.3	De imobilizações incorporeas				
48.3.1	Despesas de instalação				
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos				
48.3.4	Aquisições de serviços				
48.5	De bens de domínio publico	16.401.497,11	1.873.700,36		18.275.197,47
48.5.1	Terrenos e recursos naturais				
48.5.2	Edifícios	518.015,54	62.639,45		580.654,99
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	15.693.319,08	1.795.613,09		17.488.932,17
48.5.5	Bens de património historico, artístico e cultural	2.847,78	9.974,29		12.822,07
48.5.9	Outros bens de domínio publico	187.314,71	5.473,53		192.788,24
49	PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
49.1	Partes de capital				
49.2	Obrigações e títulos de participação				
49.3	...				
49.5	Outras aplicações financeiras				
	A transportar				
	Total	36.938.206,23	3.625.473,46		40.563.679,69

MAPA GERAL DE BENS
CÓDIGO POCAL 8.2.8.

INFORMAÇÃO GRAVADA EM FORMATO DIGITAL – CD MAPA GERAL DE BENS

BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA – CÓDIGO POCAL 8.2.13

ENTIDADES PARTICIPADAS – CÓDIGO POCAL 8.2.16

DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA – CÓDIGO POCAL 8.2.22

DÍVIDAS ATIVAS E PASSIVAS RESPEITANTES AO PESSOAL DA AUTARQUIA – CÓDIGO POCAL 8.2.23

BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Viaturas	*Registos contabilísticos*		
	Ativo Bruto	Amortizações	Ativo liquido
80-IF-23	33 149,63 €	28 877,32 €	4 272,31 €
76-IE-38	30 207,79 €	26 307,79 €	3 900,00 €
21-ID-06	13 798,40 €	13 798,40 €	0,00 €
21-ID-07	13 798,40 €	13 798,40 €	0,00 €
42-IX-37	33 918,60 €	25 859,57 €	8 059,03 €
04-NR-70	48 970,00 €	19 412,13 €	29 557,87 €

ENTIDADES PARTICIPADAS

Designação	Sede	Capital Social	Participação capital social	Capital detido
Águas do Noroeste	Lugar de Gaído – Barcelos	70 000 000,00	0,805%	563 190,50
Valorminho, S.A	Lugar de Arraial - São Pedro da Torre	900 000,00	9,50%	85 500,00
CaminhaEqui, S.A	Rua Pontault Combault - Vila Praia de Âncora	50 000,00	49,00%	24 500,00
Polis Litoral Norte	Edifício de Apoio à Doca de Recreio - Viana do Castelo	26 100 000,00	11,20%	622 200,00

No ano de 2017 foi feito um reforço de capital de € 100.000,00 na Polis Litoral Norte.

DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

As dívidas de cobrança duvidosa constantes do balanço, conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa, ascendem a € 108.487,42, para as quais foi constituída provisão nos termos do ponto 2.7.1 do POCAL.

DÍVIDAS ATIVAS E PASSIVAS RESPEITANTES AO PESSOAL DA AUTARQUIA

As dividas respeitantes ao pessoal da autarquia dizem respeito a cauções efetuados por funcionários, outrora tesoureiros, ainda não libertadas, no valor de € 329,23, e ainda o valor de € 874,36 referente a divida de funcionário à autarquia por via da não retenção da comparticipação da ADSE.

DESCRIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS E RECIBOS PARA COBRANÇA
CÓDIGO POCAL 8.2.26

CONTAS DE ORDEM-GARANTIAS/CAUÇÕES E RECIBOS P/COBRANÇA **2017**

Código e designação das contas	Saldo da gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Garantias e cauções		**1 917 426,18**	**276 726,24**	**180 320,17**		**1 821 020,11**
26.1.3.3- Forn. Imo- Valo. em documentos - Agregada		1 917 426,18	276 726,24	180 320,17		1 821 020,11
Ambiflora		0,00				0,00
Betominho		2 168,79	2 168,79			0,00
Manuel Silva Pereira, Ld.ª		74 680,30				74 680,30
FDO - Projectos, Ld.ª		16 528,28				16 528,28
Monteadriano		32 502,20	12 134,41			20 367,79
Carlos José Fernandes & C.A. Ld.ª		79 012,88				79 012,88
Construções Refoiense, Ld.ª		36 659,30	4 059,30			32 600,00
Armindo Afonso, Ld.ª - Const civil e obras publicas		65 344,34	38 445,28			26 899,06
Aurélio Martins Sobreiro & Filhos, S.A		40 260,81				40 260,81
Baptista & Domingos, Ld.ª		201 850,58	192 392,30			9 458,28
João Rodrigues Afonso & C.A, Ld.ª		17 900,00				17 900,00
Roseira Consruções, Ld.ª		3 017,07				3 017,07
M.D.J. - Ribas, Ld.ª		28 320,00				28 320,00
Gaifem Ramos, Ld.ª		5 715,00				5 715,00
A.D.J. - Investimentos Imobiliários		44 500,00				44 500,00
Ricardo Costa Martins		1 670,75				1 670,75
César Vaz, Ld.ª		60 000,00				60 000,00
António Augusto Lourenço da Chão		4 131,00				4 131,00
João José Pombal Duarte		9 960,00				9 960,00
Alumicaminha - Estrurturas Metálicas		679,36				679,36
Noémia Inês da Costa Peres		2 000,00				2 000,00
Veigaminho - Gestão de propriedades		22 400,00				22 400,00
Valente & Cairrão, Ld.ª		5 850,00				5 850,00
Construções Pires & Pires, Ld.ª		5 715,00				5 715,00
Conspatium - Construção Civil, Ld.ª		131 500,00				131 500,00
Oliveira Duarte - Soc. Imobiliária		10 623,23				10 623,23
Manuel Silva Pereira e Filhos Ld.ª		49 425,21		74 760,00		124 185,21
Daniel Luis Pinheiro da Costa		8 000,00				8 000,00
Martins & Filhos, S.A. Empreiteiros		4 486,20				4 486,20
Amilcar de Seabra Mascarenhas Saraiva		210 900,00				210 900,00
Raquel Maria Curval Gonçalves		10 240,00				10 240,00
Construções Habicunha Ld.ª		8 770,00				8 770,00
Empreendimentos Imobiliários Jad Prats Nous, Ld.ª		122 200,00				122 200,00
AMC Construções Ld.ª		110 811,38	27 526,16			83 285,22
António Torcato Silva Fernandes		19 730,00				19 730,00
Luságua		457 024,50				457 024,50
António José Rodrigues Pinto Lopes		12 850,00				12 850,00
Boaventura & Boaventura, Lda		0,00		105 560,17		105 560,17
Recibos para cobrança	**18 293,29**				**18 293,29**	
Total	**18 293,29**	**1 917 426,18**	**276 726,24**	**180 320,17**	**18 293,29**	**1 821 020,11**

PROVISÕES ACUMULADAS – CÓDIGO POCAL 8.2.27

Provisões acumuladas

Ano:2017

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
291	Provisões para cobranças duvidosas	81 592,54 €	23 685,85 €		105 278,39 €
292	Provisões para riscos e encargos	297 724,24 €		297 724,24 €	- €

NOTAS:

O aumento do valor de € 23 685,85 diz respeito ao valor atualizado das dividas há mais de um ano e cinquenta por cento do valor das dívidas compreendidas entre os seis e doze meses relativas a consumo de água, feiras, mercados, publicidade, ocupação da via pública, habitação, desporto, educação e aluguer de espaços.

A diminuição no valor de € 297 724,24, refere-se ao valor provido aquando do processo denominado por "Dr. Dionísio Marques". Após a conclusão do processo em Tribunal o Município de Caminha efetuou o reconhecimento da dívida pelo valor indicado na sentença, retirando assim o valor de provisões para riscos e encargos.

MOVIMENTOS INCORRIDOS NA CLASSE 5 – CÓDIGO POCAL 8.2.28

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS PRIMAS CONSUMIDAS – CÓDIGO POCAL 8.2.29

MOVIMENTOS INCORRIDOS NA CLASSE 5 – CÓDIGO POCAL 8.2.28

5 - FUNDO PATRIMONIAL

Ano 2017

		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
51	Património	16 820 206,41			16 820 206,41
571	Reservas legais	848 751,84			848 751,84
59	Resultados transitados	4 366 137,08		1 244 394,75	3 121 742,33

Ao valor da diminuição corresponde ao resultado liquido do ano de 2016, reconhecimento de parte da divida de processo denominado por "Dr. Dionísio Marques" após a sentença do Tribunal, parte do acordo celebrado em 2017 com as Águas do Norte e regularizações de contas (21.3.8.01 e 36.3).

DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS PRIMAS CONSUMIDAS – CÓDIGO POCAL 8.2.29

Movimentos	Mercadorias	Mat. primas, subsid. e de consumo (€)
Existencias iniciais		311 538,86
Compras		104 336,26
Regularização de existencias		-28 431,87
Existencias finais		291 443,74
Custos no exercício 2017		**95 999,51**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS – CÓDIGO POCAL 8.2.31

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR UMA PÁGINA NUMERADA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS ANO 2017

ENTIDADE CMC - MUNICIPIO DE CAMINHA Janeiro - Dezembro

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1
681 - JUROS SUPORTADOS	573.228,62	269.304,26
682 - PERDAS EM ENTIDADES PRATICIPADAS		
683 - AMORTIZAÇÕES DEINVESTIMEMTOS EM IMÓVEIS		
684 - PROVISÕES PARA PLICAÇÕES FINANCEIRAS		
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	3.015,12	656,49
RESULTADOS FINANCEIROS	-469.000,00	-167.253,70
Total	107.243,74	102.707,05

PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1
781 - JUROS OBTIDOS		
782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS		
784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	73.613,51	69.076,82
785 - DIFERENCAS DE CAMBIO FAVORAVEIS		
786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS	33.630,23	33.630,23
Total	107.243,74	102.707,05

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ___

_____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ___

_____

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS – CÓDIGO POCAL 8.2.32

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR UMA PÁGINA NUMERADA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINARIOS ANO 2017

ENTIDADE CMC - MUNICIPIO DE CAMINHA Janeiro - Dezembro

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1
691 - TRANSFRÊNCIAS DE CAPTAL CONCEDIDAS	576.973,55	537.888,52
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	56.316,71	5.795,43
694 - PERDAS EM IMOBILIZACÕES		170,83
695 - MULTAS E PENALIDADES		
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES		
697 - CORRECÕES REL. EXERC. ANTERIORES	1.081,25	2.350,20
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	21.273,78	2.777,81
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	934.214,30	1.103.680,84
Total	1.589.859,59	1.652.663,63

PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1
791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA		
794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES		
795 - BENEFICIOS PENAL. CONTRATUAIS	115.454,27	27.904,43
796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	1.652,29	11.144,51
797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	1.664,32	19.831,48
798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	1.471.088,71	1.593.783,21
Total	1.589.859,59	1.652.663,63

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ___

_____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ___

_____

NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO – CÓDIGO POCAL 8.3

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no ponto 8.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), sendo que as omissas não são aplicáveis ou não são relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras anexas.

MODIFICAÇÕES DO ORÇAMENTO – CÓDIGO POCAL 8.3.1

O efeito das modificações orçamentais encontra-se refletido nos mapas de *controlo orçamental – receita* e *controlo orçamental – despesa*, nas colunas das previsões corrigidas e das dotações corrigidas, respetivamente.

RECEITA – CÓDIGO POCAL 8.3.1.1

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR DUAS PÁGINAS NUMERADAS DE 1 A 2

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES DA RECEITA				
		PREVISÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		PREVISÕES CORRIGIDAS	OBSERVAÇÕES
CÓDIGO	DESCRIÇÃO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
01	IMPOSTOS DIRECTOS	3.962.565,00			3.962.565,00	
0102	Outros	3.962.565,00			3.962.565,00	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	2.778.045,00			2.778.045,00	
010203	Imposto único de circulação	377.273,00			377.273,00	
010204	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	651.172,00			651.172,00	
010205	Derrama	156.075,00			156.075,00	
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	137.778,00			137.778,00	
0202	Outros	137.778,00			137.778,00	
020206	Impostos indirectos especificos das autarquias locais	137.778,00			137.778,00	
02020602	Loteamento e Obras	102.488,00			102.488,00	
02020603	Ocupação de Via Pública	20.708,00			20.708,00	
02020605	Publicidade	3.366,00			3.366,00	
02020699	Outros	11.216,00			11.216,00	
0202069901	Taxa Municipal Direitos de Passagem - TMDP	960,00			960,00	
0202069999	Outros	10.256,00			10.256,00	
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	249.614,00			249.614,00	
0401	Taxas	212.807,00			212.807,00	
040123	Taxas especificas das autarquias locais	212.807,00			212.807,00	
04012301	Mercados e Feiras	92.197,00			92.197,00	
04012302	Loteamento e Obras	77.381,00			77.381,00	
04012303	Ocupação de Via Pública	25.578,00			25.578,00	
04012399	Outras	17.651,00			17.651,00	
0401239999	Outras	17.651,00			17.651,00	
0402	Multas e outras penalidades	36.807,00			36.807,00	
040201	Juros de mora	27.560,00			27.560,00	
040202	Juros compensatórios	2.872,00			2.872,00	
040299	Multas e penalidades diversas	6.375,00			6.375,00	
04029902	Outras	6.375,00			6.375,00	
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.521.500,00			1.521.500,00	
0507	Dividendos e particip.lucros soc.e quase soc.não financeiras	60.000,00			60.000,00	
050703	Empresas privadas	60.000,00			60.000,00	
0510	Rendas	1.461.500,00			1.461.500,00	
051003	Habitações	1.500,00			1.500,00	
051004	Edificios	60.000,00			60.000,00	
051005	Bens de dominio publico	800.000,00			800.000,00	
051099	Outros	600.000,00			600.000,00	
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.045.638,00			7.045.638,00	
0603	Administração central	6.545.638,00			6.545.638,00	
060301	Estado	5.907.125,00			5.907.125,00	
06030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	5.100.713,00			5.100.713,00	
06030102	Fundo Social Municipal	233.451,00			233.451,00	
06030103	Participação variável no IRS	172.961,00			172.961,00	
06030199	Outras	400.000,00			400.000,00	
060306	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	638.513,00			638.513,00	
06030601	FEDER	638.513,00			638.513,00	
0609	RESTO DO MUNDO	500.000,00			500.000,00	
060904	União Europeia - Paises membros	500.000,00			500.000,00	
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2.626.617,00			2.626.617,00	
0701	Venda de bens	982.790,00			982.790,00	
070103	Publicações e impressos	150,00			150,00	
070108	Mercadorias	970.640,00			970.640,00	
07010801	Àgua	970.640,00			970.640,00	
070199	Outros	12.000,00			12.000,00	
0702	Serviços	1.643.827,00			1.643.827,00	
070208	Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	250.000,00			250.000,00	
07020804	Serviços desportivos	250.000,00			250.000,00	
0702080400	Serviços desportivos	250.000,00			250.000,00	
070209	Serviços especificos das autarquias	1.392.827,00			1.392.827,00	
07020901	Saneamento	570.640,00			570.640,00	

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES DA RECEITA				OBSERVAÇÕES
		PREVISÕES INICIAIS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		PREVISÕES CORRIGIDAS	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
07020902	Resíduos sólidos	600.000,00			600.000,00	
07020904	Trabalhos por conta de particulares	60.000,00			60.000,00	
07020905	Cemitérios	1.000,00			1.000,00	
07020906	Mercados e feiras	11.187,00			11.187,00	
07020999	Outros	150.000,00			150.000,00	
070299	Outros	1.000,00			1.000,00	
07029999	Outros	1.000,00			1.000,00	
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	550.000,00			550.000,00	
0801	outras	550.000,00			550.000,00	
080199	Outras	550.000,00			550.000,00	
08019903	IVA reembolsado	300.000,00			300.000,00	
08019999	Diversas	250.000,00			250.000,00	
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	46.011,00			46.011,00	
0901	Terrenos	46.011,00			46.011,00	
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	46.011,00			46.011,00	
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.262.484,00	2.477.698,71		6.740.182,71	
1003	Administração central	4.262.484,00	2.477.698,71		6.740.182,71	
100301	Estado	568.746,00			568.746,00	
10030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	566.746,00			566.746,00	
10030104	Cooperação técnica e financeira	1.000,00			1.000,00	
10030199	Outras	1.000,00			1.000,00	
100307	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	3.693.738,00	2.477.698,71		6.171.436,71	
10030701	FEDER	3.668.238,00	2.477.698,71		6.145.936,71	
10030799	Outras	25.500,00			25.500,00	
12	PASSIVOS FINANCEIROS	250.000,00			250.000,00	
1205	Empréstimos a curto prazo	250.000,00			250.000,00	
120502	Sociedades financeiras	250.000,00			250.000,00	
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00			50.000,00	
1301	Outras	50.000,00			50.000,00	
130199	Outras	50.000,00			50.000,00	
	TOTAL ...	20.702.207,00	2.477.698,71		23.179.905,71	

Em ___ de _____ de ___

_____

Em ___ de _____ de ___

_____

DESPESA – CÓDIGO POCAL 8.3.1.2

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR 4 PÁGINAS NUMERADAS DE 1 A 4

ENTIDADE	MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA	Pagina: 1
MUNICIPIO DE CAMINHA	TOTAL DE ALTERAÇÕES : 97 TOTAL DE REVISÕES : DO ANO CONTABILISTICO DE 2017	Período: 2017/01/02 a 2017/12/31

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				
			DOTAÇÕES	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÕES	OBS
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	CORRIGIDAS	
01		ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA					
0101		ASSEMBLEIA MUNICIPAL					
0101	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
0101	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS					
0101	010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS					
0101	01021303	Senhas de presença	22.000,00		650,00	21.350,00	
0101	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
0101	0201	Aquisição de bens					
0101	020108	Material de escritório	100,00		100,00		
0101	020121	Outros bens	600,00		150,00	450,00	
0101	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
0101	020217	Publicidade	300,00	710,00		1.010,00	
0101	020225	OUTROS SERVIÇOS					
0101	02022599	Outros	5.000,00	3.168,00		8.168,00	
0102		CAMARA MUNICIPAL					
0102	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
0102	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES					
0102	010101	Titulares orgãos soberania e membros orgãos autárquicos	190.000,00			190.000,00	
0102	010111	Representação	30.500,00			30.500,00	
0102	010113	Subsidio de refeição	8.000,00			8.000,00	
0102	010114	Subsídio de férias e de Natal	30.000,00			30.000,00	
0102	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	1.000,00			1.000,00	
0102	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS					
0102	010204	Ajudas de custo	1.000,00			1.000,00	
0102	010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS					
0102	01021303	Senhas de presença	8.000,00			8.000,00	
0102	0103	SEGURANÇA SOCIAL					
0102	010301	Encargos com saúde	3.000,00			3.000,00	
0102	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL					
0102	01030502	Segurança social pessoal em regime de trabalho de contrato trabalho em funções públicas (RCTPF)					
0102	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	15.500,00			15.500,00	
0102	0103050202	Segurança social - Regime geral	40.000,00			40.000,00	
0102	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
0102	0201	Aquisição de bens					
0102	020102	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES					
0102	02010202	Gasóleo	10.000,00		9.920,00	80,00	
0102	020108	Material de escritório	1.500,00		1.500,00		
0102	020121	Outros bens	2.000,00		2.000,00		
0102	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
0102	020213	Deslocações e estadas	1.000,00	1.175,00		2.175,00	
0102	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	70.000,00	11.080,00	145,00	80.935,00	
0102	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					
0102	0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL					
0102	040501	CONTINENTE					
0102	04050102	Freguesias	274.315,00			274.315,00	
0102	0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS					
0102	040701	Instituições sem fins lucrativos	600.000,00	28.250,00	177.500,00	450.750,00	
0102	0408	FAMÍLIAS					
0102	040802	Outras	168.000,00		24.050,00	143.950,00	
0102	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL					
0102	0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL					
0102	080501	CONTINENTE					
0102	08050102	Freguesias	404.342,00	190.500,00		594.842,00	
0102	0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS					
0102	080701	Instituições sem fins lucrativos	100.000,00	33.550,00		133.550,00	
0102	0808	FAMÍLIAS					
0102	080802	Outras	10.000,00	6.200,00		16.200,00	
0103		OPERAÇÕES FINANCEIRAS					

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				
			DOTAÇÕES	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÕES	OBS
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	CORRIGIDAS	
0103	10	PASSIVOS FINANCEIROS					
0103	1005	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO					
0103	100503	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	250.000,00	102.965,00	102.965,00	250.000,00	
0103	1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS					
0103	100603	Soc.financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	320.000,00			320.000,00	
0103	100606	Administração Pública Central - Serviços e Fundos Autónomos	365.000,00			365.000,00	
02		SERVIÇOS MUNICIPAIS					
02	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
02	0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES					
02	010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO					
02	01010401	Pessoal em funções	2.689.900,00	1.010,00		2.690.910,00	
02	010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO					
02	01010601	Pessoal em funções	17.000,00		10.539,68	6.460,32	
02	010108	Pessoal aguardando aposentação	1.000,00	3.039,68		4.039,68	
02	010109	Pessoal em qualquer outra situação	278.135,00		29.965,00	248.170,00	
02	010111	Representação	9.400,00			9.400,00	
02	010112	Suplementos e prémios	1.000,00			1.000,00	
02	010113	Subsídio de refeição	301.500,00	1.050,00		302.550,00	
02	010114	Subsídio de férias e de Natal	475.330,00			475.330,00	
02	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	25.000,00			25.000,00	
02	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS					
02	010202	Horas extraordinárias	25.000,00	11.290,00		36.290,00	
02	010203	Alimentação e alojamento	100,00			100,00	
02	010204	Ajudas de custo	16.500,00			16.500,00	
02	010205	Abono para falhas	9.000,00	1.715,00		10.715,00	
02	010206	Formação	100,00			100,00	
02	010210	Subsidio de trabalho nocturno	100,00			100,00	
02	010211	Subsídio de turno	40.000,00			40.000,00	
02	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	100,00			100,00	
02	0103	SEGURANÇA SOCIAL					
02	010301	Encargos com saúde	300.000,00	22.400,00		322.400,00	
02	010303	Subsidio familiar a crianças e jovens	18.000,00			18.000,00	
02	010304	Outras prestações familiares	100,00			100,00	
02	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL					
02	01030502	Segurança social pessoal em regime de trabalho de contrato trabalho em funções píblicas (RCTPF)					
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	435.900,00			435.900,00	
02	0103050202	Segurança social - Regime geral	416.400,00			416.400,00	
02	01030503	Outros	78.000,00			78.000,00	
02	010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	100,00			100,00	
02	010309	SEGUROS					
02	01030901	Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	50.000,00			50.000,00	
02	010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL					
02	01031001	Eventualidade maternidade, paternidade e adopção	100,00			100,00	
02	01031099	Outras despesas de segurança social	100,00			100,00	
02	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
02	0201	Aquisição de bens					
02	020101	Matérias-primas e subsidiárias	50.000,00	5.325,00	15.273,00	40.052,00	
02	020102	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES					
02	02010201	Gasolina	16.000,00	8.500,00	3.155,00	21.345,00	
02	02010202	Gasóleo	190.000,00	106.930,00	17.395,00	279.535,00	
02	02010299	Outros	150.000,00		28.876,00	121.124,00	
02	020104	Limpeza e higiene	11.000,00	1.250,00	3.000,00	9.250,00	
02	020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	190.000,00	159.918,00		349.918,00	
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	40.000,00		15.935,50	24.064,50	
02	020108	Material de escritório	35.000,00	12.625,00		47.625,00	
02	020112	Material de transporte - Peças	25.000,00	2.250,00		27.250,00	
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	5.000,00	2.380,00		7.380,00	
02	020116	MERCADORIAS PARA VENDA					

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				
			DOTAÇÕES	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÕES	OBS
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	CORRIGIDAS	
02	02011601	Água	1.500.000,00		987.833,50	512.166,50	
02	02011603	Outros					
02	0201160301	Saneamento	1.000.000,00		654.509,69	345.490,31	
02	020117	Ferramentas e utensilios	10.000,00	6.160,50		16.160,50	
02	020118	Livros e documentação técnica	1.000,00		750,00	250,00	
02	020119	Artigos honorificos e decoração	100,00			100,00	
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	30.000,00	6.500,00	13.450,00	23.050,00	
02	020121	Outros bens	150.000,00	66.629,00	12.000,00	204.629,00	
02	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
02	020201	Encargos das instalações	300.000,00	165.011,00	68.233,97	396.777,03	
02	020202	Limpeza e higiene	95.000,00	41.485,00	5.720,00	130.765,00	
02	020203	Conservação de bens	30.000,00	38.725,00		68.725,00	
02	020204	Locação de edificios	900.000,00	22.000,00	272.965,00	649.035,00	
02	020209	Comunicações	145.000,00	50.000,00	19.014,00	175.986,00	
02	020210	Transportes	400.000,00	98.380,00		498.380,00	
02	020211	Representação dos serviços	100,00	500,00		600,00	
02	020212	Seguros	50.000,00	3.300,00	6.000,00	47.300,00	
02	020213	Deslocações e estadas	485,00	750,00		1.235,00	
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	5.000,00		5.000,00		
02	020215	Formação	1.000,00	6.375,00		7.375,00	
02	020216	Seminários,exposições e similares	5.000,00	10.830,00		15.830,00	
02	020217	Publicidade	100.000,00	109.730,00		209.730,00	
02	020218	Vigilância e segurança	25.000,00		23.000,00	2.000,00	
02	020219	Assistência técnica	100.000,00	7.000,00	20.600,00	86.400,00	
02	020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS					
02	02022099	Outros	190.000,00	217.320,00	2.500,00	404.820,00	
02	020224	Encargos de cobrança receitas	141.000,00			141.000,00	
02	020225	OUTROS SERVIÇOS					
02	02022501	Educação	250.000,00	51.591,00	140.710,56	160.880,44	
02	02022502	Limpeza urbana	900.000,00	283.891,00		1.183.891,00	
02	02022503	Iluminação pública	600.000,00	225.538,00		825.538,00	
02	02022504	Actividade sócio-cultural	915.000,00	376.303,01		1.291.303,01	
02	02022505	Actividade desportiva e de lazer	333.000,00	120.436,92	60.093,83	393.343,09	
02	02022599	Outros	126.500,00	68.010,00	3.884,60	190.625,40	
02	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS					
02	0301	Juros da divida pública					
02	030103	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
02	03010301	Empréstimos de curto prazo	1.000,00	350,00		1.350,00	
02	03010302	Emprestimos de médio e longo prazos	26.500,00			26.500,00	
02	030106	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	47.500,00			47.500,00	
02	0303	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA					
02	030305	Material de transporte	5.000,00			5.000,00	
02	0305	OUTROS JUROS					
02	030502	Outros	63.000,00			63.000,00	
02	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
02	0602	DIVERSAS					
02	060203	OUTRAS					
02	06020301	Outras restituições	15.000,00		1.000,00	14.000,00	
02	06020304	Serviços bancários	1.000,00	11,00		1.011,00	
02	06020305	Outras	6.000,00	35.775,00		41.775,00	
02	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
02	0701	INVESTIMENTOS					
02	070102	Habitações					
02	07010203	Reparação e Beneficiação	5.000,00		3.000,00	2.000,00	
02	070103	EDIFICIOS					
02	07010301	Instalações de serviços	20.000,00	37.725,00		57.725,00	
02	07010302	Instalações desportivas e recreativas	38.000,00	4.000,00		42.000,00	
02	07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	50.000,00		30.000,00	20.000,00	
02	07010305	ESCOLAS	30.000,00		29.271,00	729,00	

ENTIDADE	MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA	Pagina: 4
MUNICIPIO DE CAMINHA	TOTAL DE ALTERAÇÕES : 97 TOTAL DE REVISÕES : DO ANO CONTABILISTICO DE 2017	Período: 2017/01/02 a 2017/12/31

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA				
			DOTAÇÕES	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÕES	OBS
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	CORRIGIDAS	
02	070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS					
02	07010406	Instalações desportivas e recreativas	26.000,00	2.100,00		28.100,00	
02	07010413	Outros	5.000,00			5.000,00	
02	070106	MATERIAL DE TRANSPORTE					
02	07010602	OUTRO		57.660,00		57.660,00	
02	070107	Equipamento de informática	160.000,00	42.966,57	21.600,00	181.366,57	
02	070108	Software informático	125.000,00	112.345,07	3.765,00	233.580,07	
02	070109	Equipamento administrativo	5.100,00		3.750,00	1.350,00	
02	070110	Equipamento básico					
02	07011002	Outro	161.500,00	12.025,00	34.780,00	138.745,00	
02	070111	Ferramentas e útensilios	7.600,00	11.215,00		18.815,00	
02	070115	Outros investimentos	716.100,00	283.045,00	445.850,92	553.294,08	
02	0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA					
02	070205	Material de transporte-Locação financeira	12.000,00		3.100,00	8.900,00	
02	0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
02	070302	EDIFICIOS					
02	07030205	Escolas	260.700,00	35.185,22	221.130,00	74.755,22	
02	070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS					
02	07030301	Viadutos,arruamentos e complementares	637.363,00	705.256,70		1.342.619,70	
02	07030302	Sistemas drenagem e aguas residuais	603.990,00	2.097.293,71	893.716,70	1.807.567,01	
02	07030304	Iluminação publica	71.020,00		20.185,22	50.834,78	
02	07030305	Parques e jardins	6.000,00	12.250,00		18.250,00	
02	07030307	Captação e distribuição de água	29.000,00	850,00		29.850,00	
02	07030308	Viação rural	15.000,00	665.027,50	2.275,00	677.752,50	
02	07030309	Sinalização e transito	5.000,00	1.650,00	850,00	5.800,00	
02	07030312	Cemitérios	1.000,00			1.000,00	
02	07030313	Outros	30.000,00	46.820,00	940,00	75.880,00	
02	070305	Bens de património, artisitico e cultural	5.500,00			5.500,00	
02	09	ACTIVOS FINANCEIROS					
02	0907	ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES					
02	090702	Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Públicas	50.000,00	50.000,00		100.000,00	
02	0908	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO					
02	090806	Administração Pública Central - Serviços e Fundos Autónomos	107.127,00			107.127,00	
02	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL					
02	1102	DIVERSAS					
02	110299	Outras	220.000,00	25.000,00		245.000,00	
		TOTAL ...	20.702.207,00	6.932.296,88	4.454.598,17	23.179.905,71	

Em __ de _____ de ___

_____

Em __ de _____ de ___

_____

MODIFICAÇÕES AO PLANO – CÓDIGO POCAL 8.3.2

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR 4 PÁGINAS NUMERADAS DE 1 A 4

ENTIDADE

MUNICIPIO DE CAMINHA

MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

TOTAL DE ALTERAÇÕES : 58
TOTAL DE REVISÕES : ANO CONTABILISTICO: 2017 PERÍODO: 2017/01/02 a 2017/12/31

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	DATAS		EX	CÓDIGO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	2017					ANOS SEGUINTES				MODIFICAÇÕES
									TOTAL		FINANC. DEFINIDO		FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020	SEGUINTES	
				INICIO	FIM				DOT. INICAL	DOT. CORRIGIDA	DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA						
1.		Funções gerais																
1.1.		Serviços gerais de administração pública																
1.1.1.		Administracao geral																
1.1.1.	003	2013 I 4 Aquisição de veículos e máquinas	DFA	2013/06/01	2017/05/31	4	02 070205		12.000,00	8.900,00	12.000,00	8.900,00						-3.100,00
1.1.1.	002	2015 INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICIPIO																
1.1.1.	0021	2015 I 2 Hardware informático	UMSIP	2015/01/02	2018/12/31	4	02 070107		150.000,00	169.311,57	150.000,00	169.311,57						19.311,57
1.1.1.	0022	2015 I 3 Software informático	UMSIP	2015/01/02	2018/12/31	4	02 070108		120.000,00	232.345,07	120.000,00	232.345,07						112.345,07
1.1.1.	003	2015 I 4 Aquisição de equipamentos básicos	DFA	2015/01/02	2017/12/31	4	02 07011002		8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00						
1.1.1.	001	2016 I 1 Aquisição de equipamentos básicos	DFA	2016/01/02	2018/12/31	2	02 07011002		20.000,00	21.420,00	20.000,00	21.420,00						1.420,00
1.1.1.	002	2016 I 2 Beneficiação e reparação de edificios	DDOPE	2016/01/02	2018/12/31	0	02 07010301		20.000,00	57.725,00	20.000,00	57.725,00						37.725,00
1.1.1.	005	2016 I 5 Aquisição de veículos	DFA	2016/01/02	2020/12/31	0	02 070205		289.000,00	289.000,00			289.000,00					
1.1.1.	001	2017 I 1 Aquisição ferramentas e utensilios	DFA	2017/01/02	2017/12/31	0	02 070111		5.000,00	11.981,75	5.000,00	11.981,75						6.981,75
1.1.1.	002	2017 I 2 Aquisição de equipamento administrativo	DFA	2017/01/02	2017/12/31	0	02 070109		5.000,00	1.250,00	5.000,00	1.250,00						-3.750,00
1.2.		Segurança e ordem públicas																
1.2.1.		Protecção civil e luta contra incêndios																
1.2.1.	006	2016 I 6 Beneficiação rede viária florestal	GTF	2016/01/02	2016/12/31	0	02 07030308		15.000,00	100.027,50	15.000,00	100.027,50						85.027,50
1.2.1.	007	2016 I 7 Sinalização para protecção civil	GTF	2016/01/02	2017/12/31	0	02 07030309		5.000,00	5.800,00	5.000,00	5.800,00						800,00
1.2.1.	009	2016 I 9 Plano emergência municipal	GTF	2016/01/02	2016/12/17	1	02 070115		5.000,00		5.000,00							-5.000,00
1.2.1.	012	2016 I 54 Redes de defesa da floresta contra incêndios	GTF	2016/05/09	2018/05/09		02 07030308		109.000,00	109.000,00			109.000,00					
1.2.1.	003	2017 I 3 Defesa florestas contra incêndios	GTF	2017/01/02	2017/12/31	0	02 07030308		540.000,00	577.725,00		577.725,00		495.000,00				577.725,00
1.2.1.	004	2017 I 4 Aquisição ferramentas e utensilios	PROTEÇAO CIVIL	2017/01/02	2017/12/31	0	02 070111		1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00						
2.		Funções sociais																
2.1.		Educação																
2.1.1.		Ensino não superior																
2.1.1.	010	2016 I 10 Beneficiação do parque escolar	DECATD	2016/01/02	2018/12/31	3	02 07030205		10.000,00	45.185,22	10.000,00	45.185,22		19.000,00				35.185,22
2.1.1.	013	2016 I 13 Equipamento para escolas	DECATD	2016/01/02	2017/12/31	0	02 07011002		3.000,00	8.365,00	3.000,00	8.365,00						5.365,00
2.1.1.	008	2017 I 5 Aquisição de equipamento para escolas - Hardware	SETOR EDUCAÇAO	2017/01/02	2017/12/31	0	02 070107		10.000,00	12.055,00	10.000,00	12.055,00						2.055,00
2.1.1.	009	2017 I 6 Aquisição de equipamento informático para escolas - Software	SETOR EDUCAÇAO	2017/01/02	2017/12/31	0	02 070108		5.000,00	1.235,00	5.000,00	1.235,00						-3.765,00
2.1.1.	010	2017 I 7 Requalificação e ampliação de escola básica e secundária Sidónio Pais	OBRAS PUBLICAS	2017/01/02	2019/07/31	1	02 07030205		237.700,00	29.570,00	237.700,00	29.570,00		421.510,26	1.000.000,00			-208.130,00
2.1.1.	011	2017 I 31 Adaptação da antiga escola primária - Vile	DOPUE	2017/01/02	2017/12/31	0	02 07010305		5.000,00		5.000,00							-5.000,00
2.1.1.	012	2017 I 37 Requalificação da escola básica - Âncora	DOPOE	2017/01/02	2017/10/14	0	02 07030205		13.000,00		13.000,00							-13.000,00
2.1.1.	013	2017 I 39 Remodelação parque escolar - Vila Praia Âncora	DOPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02 07010305		25.000,00	729,00	25.000,00	729,00						-24.271,00
2.4.		Habitação e servicos colectivos																
2.4.1.		Habitação																
2.4.1.	015	2016 I 15 Requalificação de edificios de habitação social	DOPOE	2016/01/02	2018/12/31	1	02 07010203		5.000,00	2.000,00	5.000,00	2.000,00						-3.000,00
2.4.2.		Ordenamento do território																
2.4.2.	031	2010 I 51 Ecovia Caminho Rio Minho (Caminha-Lanhelas)	DOPOE	2010/01/02	2016/03/31	4	02 07030301		18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00						
2.4.2.	010	2014 I 10 Beneficiação marginal de Caminha	DOPOE	2014/01/02	2017/12/31	0	02 07030301		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00						
2.4.2.	020	2015 I 21 Planos de recuperação urbana	DOPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02 070115		15.000,00	80.350,00	15.000,00	80.350,00						65.350,00
2.4.2.	016	2016 I 16 Beneficiação Ecovia Vila Praia Ancora	DOPOE	2016/01/02	2017/12/31	1	02 07030301		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00						
2.4.2.	017	2016 I 17 Requalificação zona envolvente à Ecovia Caminha-Rio Minho	DOPUE	2016/01/02	2018/12/31	0	02 07030301		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00						
2.4.2.	018	2016 I 18 Beneficiação de espaços públicos	DOPOE	2016/01/02	2017/12/31	0	02 07030301		30.000,00	54.560,00	30.000,00	54.560,00						24.560,00

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	DATAS		EX	CÓDIGO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	2017				ANOS SEGUINTES				MODIFICAÇÕES
									TOTAL		FINANC. DEFINIDO		FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020	SEGUINTES	
				INICIO	FIM				DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA	DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA						
			A TRANSPORTAR...						1.683.206,00	1.848.035,11	759.280,00	1.459.035,11	386.000,00	926.510,26	1.000.806,96			704.835,11
2.4.2.	008	2017 I 8	Beneficiação/Construção muros de suporte no concelho	DUPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02 07030313		10.000,00	21.850,00	10.000,00	21.850,00					11.850,00
2.4.3.			Saneamento															
2.4.3.	024	2015 I 25	Drenagem de aguas residuais concelhias	DAES	2015/01/02	2017/03/31	4	02 07030302		2.000,00	16.305,00	2.000,00	16.305,00					14.305,00
2.4.3.	019	2016	BENEFICIAÇÃO E INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO															
2.4.3.	0191	2016 I 19	Rede de saneamento e abastecimento água - Argela	DAES	2016/01/02	2018/12/31	1	02 07030302		971.000,00	540.051,47	121.000,00	378.805,75	161.245,72	1.164.809,74				257.805,75
2.4.3.	9192	2016 I 20	Rede de saneamento Vilar de Mouros	DAES	2016/01/02	2018/12/31	1	02 07030302		986.790,00	769.804,01	145.290,00	769.804,01		22.652,00				624.514,01
2.4.3.	0193	2016 I 21	Rede de saneamento de Aspra, Viso e Currais e Igreja-II fase	DAES	2016/01/02	2018/12/31	1	02 07030302		483.650,00	511.957,58	72.600,00	508.352,01	3.605,57	16.242,00				455.752,01
2.4.3.	021	2016 I 28	Passagem hidraulica da Rua dos Vales - Vila Praia Ancora	DAES	2016/01/02	2016/12/31	1	02 07030302		121.900,00	100,00	121.900,00	100,00						-121.800,00
2.4.3.	008	2017 I 9	Beneficiação de redes de saneamento concelhias	DAES	2017/01/02	2017/12/31	0	02 07030302		5.000,00	25.475,00	5.000,00	25.475,00						20.475,00
2.4.3.	009	2017 I 10	Beneficiação da rede águas pluviais - AV.ª Santana - Moledo	DAES	2017/01/02	2017/05/31	1	02 07030302		21.200,00	21.200,00	21.200,00	21.200,00						
2.4.3.	010	2017 I 11	Beneficiação da rede saneamento - Vários arruamentos - Freguesia Seixas	DAES/DUPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02 07030302		100.000,00	72.525,24	100.000,00	72.525,24						-27.474,76
2.4.3.	011	2017 I 12	Colocação de canais de condução de águas pluviais no concelho	DAES/DUPOE	2017/01/02	2017/12/31		02 07030302		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00						
2.4.4.			Abastecimento de Água															
2.4.4.	028	2015 I 29	Beneficiação e instalação de infra-estruturas de água	DAES	2015/01/02	2017/12/30	4	02 07030307		13.000,00	13.850,00	13.000,00	13.850,00						850,00
2.4.4.	023	2016 I 29	Renovação ampliação de redes de abastecimento de água do concelho	DAES	2016/01/02	2017/12/31	1	02 07030307		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00						
2.4.4.	012	2017 I 13	Aquisição de contadores de água a instalar no concelho	DAES	2017/01/02	2017/12/31	0	02 07030307		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00						
2.4.4.	014	2017 I 14	Beneficiação de reservatórios instalados no concelho	DAES	2017/01/02	2017/12/31	0	02 07030307		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00						
2.4.5.			Resíduos sólidos															
2.4.5.	024	2016 I 30	Reabilitação/reparação de contentores enterrados	DAES	2016/01/02	2017/12/31	0	02 07030313		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00						
2.4.6.			Protecção do meio ambiente e conservação da natureza															
2.4.6.	043	2015 I 47	Beneficiação cemitério de Caminha	DAES	2015/01/02	2017/12/31	0	02 07030312		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00						
2.4.6.	025	2016 I 31	Beneficiação da zona das muralhas de Caminha - Anfiteatro Natural	DAES	2016/01/02	2017/12/31	0	02 07030305		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00						
2.4.6.	026	2016 I 32	Beneficiação de espaços verdes no concelho	DAES	2016/01/02	2017/12/31	0	02 07030305		5.000,00	17.250,00	5.000,00	17.250,00						12.250,00
2.4.6.	001	2017 I 15	Aquisição de ferramentas e utensílios	DAES	2017/01/02	2017/12/31		02 070111		1.000,00	5.233,25	1.000,00	5.233,25						4.233,25
2.5.			Serviços culturais, recreativos e religiosos															
2.5.1.			Cultura															
2.5.1.	025	2011	INSTALAÇÃO/CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECA MUNICIPAL															
2.5.1.	0251	2011 I 32	Construção	DECSTD	2011/03/01	2017/12/31	4	02 07010302		18.000,00	21.500,00	18.000,00	21.500,00						3.500,00
2.5.1.	023	2016 I 35	Aquisição de livros para a biblioteca	DECSTD	2016/01/02	2017/12/31	0	02 07011062		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00						
2.5.1.	027	2016 I 39	Reconstrução do pontão do lobo - ARGAS	DUPOE	2016/01/02	2017/12/31	0	02 070305		4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00						
2.5.1.	057	2017 I 16	Beneficiação de espaços públicos culturais	DUPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02 070305		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00						
2.5.1.	058	2017 I 17	Aquisição equipamento básico	SETOR CULTURA	2017/01/02	2017/12/31		02 07011002		30.000,00	9.680,00	30.000,00	9.680,00						-20.320,00
2.5.1.	059	2017 I 18	Aquisição de ferramentas e utensílios	SETOR CULTURA	2017/01/02	2017/12/31	0	02 070111		100,00	100,00	100,00	100,00						

ENTIDADE

MUNICIPIO DE CAMINHA

MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

TOTAL DE ALTERAÇÕES : 56
TOTAL DE REVISÕES : ANO CONTABILISTICO: 2017 PERÍODO: 2017/01/02 a 2017/12/31

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	DATAS		EX	CÓDIGO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	2017					ANOS SEGUINTES				MODIFICAÇÕES
									TOTAL		FINANC. DEFINIDO		FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO	2018	2019	2020	SEGUINTES	
				INICIO	FIM				DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA	DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA						
							A TRANSPORTAR...		4.503.340,00	3.943.416,66	1.468.750,00	3.389.565,37	553.851,29	2.130.214,00	1.800.039,00			1.920.775,37
2.5.1.	960	2017 I 19	Aquisição de equipamento administrativo	SETOR CULTURA	2017/01/02	2017/12/31	0	02 070105		100,00	100,00	100,00	100,00					
2.5.1.	961	2017 I 34	Centro de interpretação do megalismo - Dólmen da Barrosa	SETOR CULTURA	2017/01/02	2017/12/31	0	02 070115		607.600,00	607.600,00			607.600,00				
2.5.2.			Desporto, recreio e lazer															
2.5.2.	966	2008 I 79	Requalificação do pavilhão municipal de Caminha	DIPOE	2008/07/01	2016/04/30	4	02 07010302		20.000,00	20.500,00	20.000,00	20.500,00					500,00
2.5.2.	965	2015 I 68	Beneficiação do estádio de Lanhelas	DIPOE	2015/01/02	2017/06/30	4	02 07010406		25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00					
2.5.2.	029	2016 I 41	Manutenção/aquisição de parques infantis e equipamentos geriátricos	DECATD	2016/01/02	2016/12/31	0	02 070115		30.100,00	30.395,00	30.100,00	30.395,00					295,00
2.5.2.	954	2017 I 20	Manutenção de estádios municipais	SETOR DESPORTO	2017/01/02	2017/12/31		02 07010406		1.000,00	3.100,00	1.000,00	3.100,00					2.100,00
2.5.2.	955	2017 I 21	Aquisição de equipamento básico	SETOR DESPORTO	2017/01/02	2017/12/31		02 07011002		25.000,00	15.000,00	25.000,00	15.000,00					-10.000,00
3.			Funções económicas															
3.1.			Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca															
3.1.0.			Agricultura, pecuária , silvicultura, caça e pesca															
3.1.0.	932	2016 I 53	Beneficiação rampa dos pescadores - Caminha/Vilarelho	DAES	2016/01/02	2016/12/31	1	02 07010413		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00					
3.2.			Industria e energia															
3.2.0.			Industria e energia															
3.2.0.	928	2014 I 28	Beneficiação da iluminação pública - Iluminar alto minho	NEE	2014/01/02	2017/12/31	2	02 07030304		6.820,00	6.820,00	6.820,00	6.820,00	6.720,00	6.720,00	27.356,00		
3.2.0.	066	2015 I 69	Beneficiação da iluminação pública	NEE	2015/01/02	2017/01/31	4	02 07030304		14.200,00	14.200,00	14.200,00	14.200,00					
3.2.0.	033	2016 I 44	Beneficiação da iluminação pública	NEE	2016/01/02	2018/12/31	0	02 07030304		50.000,00	29.814,78	50.000,00	29.814,78					-20.185,22
3.3.			Transportes e comunicações															
3.3.1.			Transportes rodoviários															
3.3.1.	968	2015 I 71	Intervenção nas freguesias do concelho	DIPOE	2015/01/02	2016/12/31	3	02 07030301		110.000,00	209.200,00	110.000,00	209.200,00					99.200,00
3.3.1.	969	2015 I 72	Construção/beneficiação de arruamentos no concelho	DIPOE	2015/01/02	2017/12/31	3	02 07030301		42.000,00	47.000,00	42.000,00	47.000,00					5.000,00
3.3.1.	970	2015 I 73	Pavimentação Rua da Bargiela - Âncora	DIPOE	2015/01/02	2016/12/31	2	02 07030301		10.063,00	10.063,00	10.063,00	10.063,00					
3.3.1.	977	2015 I 80	Aquisição de sinalização	DIPOE	2015/01/02	2017/12/31	3	02 07011002		20.000,00	15.540,00	20.000,00	15.540,00					-4.460,00
3.3.1.	935	2016 I 46	Beneficiação das passagens desniveladas do concelho	DIPOE	2015/06/01	2017/12/31	3	02 07030301		20.000,00	17.870,00	20.000,00	17.870,00					-2.130,00
3.3.1.	036	2016 I 47	Requalificação do Nó da Erva Verde	DIPOE	2016/06/01	2018/12/31	1	02 07030301		200.000,00	631.371,70	200.000,00	631.371,70	850.000,00				431.371,70
3.3.1.	001	2017 I 22	Caminho de Tornicos - Vilar de Mouros	DIPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02 07030301		11.300,00	11.300,00	11.300,00	11.300,00					
3.3.1.	002	2017 I 23	Caminho do Agrelo - Vilar de Mouros	DIPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02 07030301		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00					
3.3.1.	003	2017 I 24	Caminho do Forrão - Vilar de Mouros	DIPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02 07030301		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00					
3.3.1.	004	2017 I 25	Pavimentação Av.ª Liberdade - Lanhelas	DIPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02 07030301		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00					
3.3.1.	005	2017 I 26	Alargamento do caminho do Pinto - Gondar - Orbacém	DIPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02 07030301		12.500,00	14.630,00	12.500,00	14.630,00					2.130,00
3.3.1.	006	2017 I 27	Pavimentação/Requalificação Av.ª Principal - Argela	DIPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02 07030301		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00					
3.3.1.	007	2017 I 28	Pavimentação/Requalificação rua do Calvário - Âncora	DIPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02 07030301		12.500,00	157.625,00	12.500,00	157.625,00					145.125,00
3.3.1.	008	2017 I 29	Beneficiação do largo da Igreja - Rua Âncora	DIPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02 07030301		55.000,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00					
3.3.1.	009	2017 I 30	Beneficiação avenida da escola - Venade - Azevedo	DIPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02 07030301		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00					
3.3.1.	010	2017 I 38	Pavimentação Av.ª Santana - Moledo - Cristelo	DIPOE	2017/01/02	2017/12/31	0	02 07030301		30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00					
3.3.3.			Transportes fluviais															
3.3.3.	031	2015 I 31	Manutenção e beneficiação do Ferry-Boat	DIPOE	2015/01/02	2017/12/31	4	02 07011002		50.000,00	55.240,00	50.000,00	55.240,00					5.240,00

ENTIDADE

MUNICIPIO DE CAMINHA

MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

TOTAL DE ALTERAÇÕES : 58
TOTAL DE REVISÕES :

ANO CONTABILISTICO: 2017 PERÍODO: 2017/01/02 a 2017/12/31

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	DATAS		EX	CÓDIGO ORÇAMENTAL	VALOR	2017					ANOS SEGUINTES				MODIFICAÇÕES
									TOTAL		FINANC. DEFINIDO		FINANCIAMENTO NÃO DEFINIDO					
				INICIO	FIM			REALIZADO	DOT. INICAL	DOT. CORRIGIDA	DOT. INICIAL	DOT. CORRIGIDA		2018	2019	2020	SEGUINTES	
							A TRANSPORTAR...		5.833.523,00	6.030.786,14	2.294.373,00	4.869.334,85	1.161.451,29	2.986.934,00	1.006.720,00	27.556,00		2.574.961,85
3.4.		Comércio e turismo																
3.4.1.		Mercados e feiras																
3.4.1.	979	2015 I 82 Beneficiação do Mercado Municipal de Caminha	DUPOE	2015/01/02	2018/12/31	1	02 07010303		50.000,00	20.000,00	50.000,00	20.000,00		100.000,00				-30.000,00
3.4.1.	949	2016 I 49 Aquisição de equipamentos	DAES	2016/01/02	2017/12/31	0	02 07011002		500,00	500,00	500,00	500,00						
3.4.2.		Turismo																
3.4.2.	941	2016 I 50 Beneficiação de acessos a praias	DAES	2016/01/02	2017/12/31	0	02 07030313		5.000,00	39.030,00	5.000,00	39.030,00						34.030,00
3.4.2.	942	2016 I 51 Requalificação zona sul paredão de Moledo	DAES	2016/01/02	2017/12/31	1	02 07030313		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00						
3.4.2.	901	2017 I 36 Valorização dos caminhos de Santiago	DAES	2017/01/02	2018/08/13		02 070115		270.000,00	213.977,08	270.000,00	213.977,08		309.000,00				-56.022,92
4.		Outras funções																
4.3.		Diversas não especificadas																
4.3.	985	2015 I 89 Revisão do PDM	DOPOE	2015/01/02	2017/05/31	3	02 070115		5.000,00	12.380,00	5.000,00	12.380,00						7.380,00
4.3.	952	2016 I 52 Orçamento Participativo	DOOPE	2016/08/06	2016/12/31	1	02 070115		195.000,00	36.842,00	195.000,00	36.842,00						-158.158,00
4.3.	901	2017 I 32 Outros investimentos	DFA	2017/01/02	2017/12/31	0	02 070115		1.000,00	179.350,00	1.000,00	179.350,00						178.350,00
4.3.	902	2017 I 35 Orçamento Participativo	DOPOE	2017/01/02	2018/12/31	0	02 070115		195.000,00		195.000,00							-195.000,00
							TOTAL ...		6.665.023,00	6.542.865,22	3.025.873,00	5.381.413,93	1.161.451,29	3.396.934,00	1.006.720,00	27.556,00		2.355.540,93

Em __ de _____ de ___

_____

Em __ de _____ de ___

_____

CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA – CÓDIGO POCAL 8.3.3
SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR 4 PÁGINAS NUMERADAS DE 1 A 4

MUNICIPIO DE CAMINHA

€

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência				Pagamentos acumulados				Observações
	Objecto	Data	Valor	Modalidades de adjudicação	N.º do registo	Data		Trabalhos Normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Total	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(9)+(10)+(11)	(13)	(14)	(15)	(16)=(13)+(14)+(15)	(17)
LOCAÇÃO P/ NATUREZA ECONÓMICA																
Banco Banif Mais, S.A.	Viatura 04-NR-70	16/mai/13	47 355,50	Ajuste directo			27/jan/14	4 657,67			4 657,67	47 355,50			47 355,50	
EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS																
AMC Construções Lda.	Biblioteca Municipal de Caminha	14/ago/14	917 538,83	Concurso público	1865	22/out/14	09/abr/15	6 967,52			6 967,52	914 342,26			914 342,26	
Primus Lean - Engenharia e Construção, Ld.ª	Retificação e manutenção das vigas exteriores de madeira existentes no alçado Norte do pavilhão municipal de Caminha	03/fev/16	28 780,00	Ajuste directo			12/set/16	17 780,00			17 780,00	28 780,00			28 780,00	
Manuel da Silva Pereira e Filhos, Ld.ª	Beneficiação da rede viária florestal -Rally de Portugal 2016	28/abr/16	148 292,50	Ajuste directo			16/set/16	14 790,00			14 790,00	148 292,50			148 292,50	
Terra & Pedra - Terraplanagens LDA	Intervenção na marginal de Seixas e estrada do Rio - Lanhelas - (ecovia)	30/mai/16	16 829,50	Ajuste directo			19/jan/17	16 829,50			16 829,50	16 829,50			16 829,50	
Terra & Pedra - Terraplanagens LDA	Pavimentação da rua da Bargiela- Âncora	30/set/16	9 493,23	Ajuste directo			05/jun/17	9 493,23			9 493,23	9 493,93			9 493,93	
Manuel da Silva Pereira e Filhos, Ld.ª	Pavimentação da calçada do Cancelo e da rua da Fonte da Lagoa - Seixas	27/set/16	17 347,55	Ajuste directo			09/ago/17	17 347,55			17 347,55	17 347,55			17 347,55	
Terra & Pedra - Terraplanagens LDA	Pavimentação do caminho do Lopes - freguesia Riba de Âncora	30/set/16	14 999,00	Ajuste directo			05/jun/17	14 999,00			14 999,00	14 999,00			14 999,00	
Matos Fernandes - Engenharia & Construção,Ld.ª	Repavimentação do caminho do Melo, largo de São Gonçalo e rua do Picoto, Freguesia de Argela	21/nov/16	2 808,00	Ajuste directo			24/ago/17	2 808,00			2 808,00	2 808,00			2 808,00	
A.M.C. Construções, Ld.ª	Reconstrução/alteraão do muro da quinta da Barrosa	17/nov/16	22 378,39	Ajuste directo			18/ago/17	5 543,35			5 543,35	5 543,35			5 543,35	
Terra & Pedra - Terraplanagens LDA	Pavimentação da rua da Palmira	15/dez/16	13 494,91	Ajuste directo			19/set/17	13 494,91			13 494,91	13 494,91			13 494,91	
Manuel da Silva Pereira e Filhos, Ld.ª	Rede saneamento Vilar de Mouros	18/mai/17	747 600,01	Concurso público	2025	21/jul/17	18/dez/17	87 611,88			87 611,88	87 611,88			87 611,88	
Boaventura & Boaventura, Ld.ª	"Saneamento Aspra, Viso, Currais e Igreja - 2ª.fase - Âncora	16/mai/17	494 900,01	Concurso público	1265	07/jun/17	09/ago/17	139 564,87			139 564,87	139 564,87			139 564,87	
Pedereira da Franqueira. Ld.ª	Beneficiação da rede de aguas pluviais na Av. Santana - Freguesia de Moledo	08/mar/17	19 955,00	Ajuste directo			09/out/17	19 955,00			19 955,00	19 955,00			19 955,00	
Manuel da Silva Pereira	Beneficiação/Pavimentação rua do Calvário - Âncora	20/jun/17	148 697,15	Ajuste directo			25/set/17	16 844,20			16 844,20	16 844,20			16 844,20	
Manuel da Silva Pereira e Filhos, Ld.ª	Beneficiação do largo da Igreja - Freguesia de Riba de Âncora	29/mar/17	51 493,84	Ajuste directo			18/ago/17	19 549,08			19 549,08	19 549,08			19 549,08	
Sociedade Albino Matos Fernandes - Engenharia & Construção, Ld.ª	Repavimentação do caminho do Melo, largo de São Gonçalo e rua do Picoto, Freguesia de Argela	21/fev/17	2 808,00	Ajuste directo			24/ago/17	2 808,00			2 808,00	2 080,00			2 080,00	
Sociedade Albino Matos Fernandes - Engenharia & Construção, Ld.ª	Reparações/limpezas em arruamento e muros do concelho devido ás intemperies	14/fev/17	4 320,00	Ajuste directo			19/set/17	4 320,00			4 320,00	4 320,00			4 320,00	
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS																
RIS 2048, Lda.	Contrato de suporte DATACENTER	31/mar/14	18 200,00	Ajuste directo			25/jan/16	7 657,15			7 657,15	18 200,00			18 200,00	
Auto Viação Cura, Lda.	Transportes escolares 2015	01/jan/15	52 250,00	Ajuste directo			20/ago/15	27 099,51			27 099,51	52 250,00			52 250,00	
Transcolvia - transportes coletivos Viana do Castelo, S.A	Transportes escolares 2015	01/jan/15	25 400,00	Ajuste directo			22/abr/15	4 472,34			4 472,34	25 400,00			25 400,00	
Exibirâncora, Unipessoal Lda.	Limpeza e manutenção dos mercados municipais	03/fev/15	60 840,00	Ajuste directo			30/abr/15	25 350,00			25 350,00	60 840,00			60 840,00	
Konica Minolta Unipessoal, Lda.	Aluguer equipamentos, cópia, impressão, e digitalização para o Município de Caminha	20/mar/15	64 800,00	Ajuste directo			20/ago/15	16 880,00			16 880,00	51 589,56			51 589,56	
Cliâncora - centro de enfermageme serviços médicos	Prestação de serviços de medicina no trabalho	17/abr/15	22 800,00	Ajuste directo			19/ago/15	6 178,83			6 178,83	18 212,10			18 212,10	

MUNICIPIO DE CAMINHA

€

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência				Pagamentos acumulados				Observações
	Objecto	Data	Valor	Modalidades de adjudicação	N.º do registo	Data		Trabalhos Normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Total	
Maria Fernanda & Manuel Porto, Lda.	Prestação serviços mestre tráfego local	16/abr/15	102 300,00	Ajuste directo			02/jul/15	34 664,00			34 664,00	100 708,02			100 708,02	
MIT - Make It Happen, Lda.	Prestação de serviços de apoio à comunicação	24/abr/15	25 852,00	Ajuste directo			02/set/15	2 730,00			2 730,00	25 852,00			25 852,00	
Laurinda e Sá	Limpeza e manutenção do edifício administrativo	11/jun/15	40 680,00	Ajuste directo			28/ago/15	11 865,00			11 865,00	40 680,00			40 680,00	
Sabseg - Mediações de Seguros S.A.	Aquisição de seguros	01/jul/15	74 544,99	Ajuste directo			06/ago/15	15 291,07			15 291,07	74 544,99			74 544,99	
Laurinda Corujeira Araújo	Prestação de serviços para limpeza das instalações das piscinas municipais - Vila Praia de Âncora	12/jul/15	16 800,00	Ajuste directo			25/jan/16	5 460,00			5 460,00	16 800,00			16 800,00	
Vodafone Portugal, S.A.	Aquisição serviços comunicação voz e transmissão de dados	03/ago/15	103 555,00	Ajuste directo			22/out/15	33 024,74			33 024,74	81 075,04			81 075,04	
Luságua	Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos, fornecimento, manutenção e lavagem de contentores e limpeza urbana município de Caminha	17/set/15	4 570 244,96	Concurso público	2025	24/nov/15	27/mai/16	346 668,42			346 668,42	643 220,78			643 220,78	
ESRI Portugal - Sistemas e Informação Geográfica, S.A.	Aquisição de licenciamento global de software SIG, manutenção e apoio técnico e formação	24/nov/15	44 850,00	Ajuste directo			19/mai/16	14 950,00			14 950,00	29 900,00			29 900,00	
Enérgica - Academia de formação e consultadoria Ld.ª	Aquisição de licenciamento Microsoft com direitos de atualização	04/dez/15	74 979,00	Ajuste directo			23/ago/16	25 436,35			25 436,35	50 429,35			50 429,35	
Empresa de transportes courense, ld.ª	Transportes escolares 2016	12/jan/16	143 480,83	Ajuste directo			16/mar/16	17 892,25			17 892,25	143 480,83			143 480,83	
Reflexo Relevante, Unipessoal, Ld.ª	Serviço de recrutamento para monitores nas piscinas municipais de Vila Praia de Âncora	15/jan/16	69 478,50	Ajuste directo			03/fev/16	5 788,50			5 788,50	69 478,50			69 478,50	
Gráfica do Minho, Lda.	Impressao de agendas culturais	24/fev/16	12 600,00	Ajuste directo			12/ago/16	4 725,00			4 725,00	12 600,00			12 600,00	
Marco Brinde II - Sociedade por quotas, Ld.ª	Aquisição serviços de impressão de telas para outdoors e aluguer de estruturas - 2016	24/fev/16	29 995,20	Ajuste directo			15/jul/16	7 434,06			7 434,06	29 995,20			29 995,20	
Beltrão Coelho - Sistemas de Escritórios, Ld.ª	Aluguer equipamentos Informáticos/assistência para os estabelecimentos de ensino do Município de Caminha/Instituições	25/fev/16	23 970,00	Ajuste directo			19/mai/16	8 655,80			8 655,80	14 648,26			14 648,26	
Enérgica - Academia de formação e consultadoria, Ld.ª	Monitorização e correção do sistema de arrefecimento no centro de dados instalado no edifício calouste gulbenkian.	28/abr/16	20 411,90	Ajuste directo			16/mai/17	20 411,00			20 411,00	20 411,00			20 411,00	
Medidata.Net	Contrato de manutenção de licenças software tipo sigma e apoio técnico	30/mai/16	70 126,33	Ajuste directo			22/dez/16	23 375,44			23 375,44	46 750,88			46 750,88	
Libware - Tecnologias de informação e doc., Ld.ª	Extensão de garantia dos sistemas GIB, GEAD e MUSETTE	09/jun/16	22 050,00	Ajuste directo			13/abr/17	7 350,00			7 350,00	7 350,00			7 350,00	
Sabseg - Mediações de Seguros S.A.	Aquisição de serviços de seguros	30/jun/16	74 989,87	Ajuste directo			22/jul/16	37 947,88			37 947,88	74 989,87			74 989,87	
MIT - Make It Happen, Lda.	Prestação de serviços de apoio à comunicação	14/jul/16	32 000,00	Ajuste directo			20/set/16	29 333,37			29 333,37	32 000,00			32 000,00	
Konica Minolta Unipessoal, Lda.	Sistema de modernização de processos de digitalização	01/out/16	18 783,47	Ajuste directo			20/jun/17	12 154,02			12 154,02	12 154,02			12 154,02	
Dragados del Noroeste, S.L	Assoreamento do canal do Ferry -Limpeza do cais de atracação e zona adjacente	12/out/16	20 000,00	Ajuste directo			30/mai/17	20 000,00			20 000,00	20 000,00			20 000,00	
Laurinda e Sá	Prestação de serviços para limpeza das instalações das piscinas municipais - Vila Praia de Âncora	03/nov/16	15 120,00	Ajuste directo			22/dez/16	12 600,00			12 600,00	14 460,00			14 460,00	
Empresa de transportes courense, ld.ª	Transportes escolares 2017	05/jan/17	139 624,08	Ajuste directo			22/fev/17	99 007,29			99 007,29	99 007,29			99 007,29	
J.P. Produções, Ld.ª	Aluguer de som e luz para evento fado forte	06/jan/17	4 600,00	Ajuste directo			02/mai/17	4 600,00			4 600,00	4 600,00			4 600,00	

MUNICIPIO DE CAMINHA

€

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência				Pagamentos acumulados				Observações
	Objecto	Data	Valor	Modalidades de adjudicação	N.º do registo	Data		Trabalhos Normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Total	
J.P. Produções, Ld.ª	Aluguer de som e luz e piano para reposição do cancioneiro do concelho de Caminha	06/jan/17	3 400,00	Ajuste directo			23/mai/17	3 400,00			3 400,00	3 400,00			3 400,00	
Reflexo Relevante, Unipessoal, Ld.ª	Serviço de recrutamento para monitores nas piscinas municipais de Vila Praia de Âncora	11/jan/17	69 478,50	Ajuste directo			01/fev/17	69 478,50			69 478,50	69 478,50			69 478,50	
Luís Mauricio Giestas Gonçalves	Ligação definitiva armário contador/Bte no parque Dr. Ramos Pereira	12/jan/17	4 965,00	Ajuste directo			24/ago/17	4 965,00			4 965,00	4 965,00			4 965,00	
Lugar do Plano - Gestão do território e cultura, Ld.ª	Avaliação ambiental estratégica da revisão do PDM-ultima fase revisão ambinetal	13/jan/17	6 000,00	Ajuste directo			27/out/17	6 000,00			6 000,00	6 000,00			6 000,00	
António Pedro C.M. Guardão	Mecânico para reparações e manutenções de camiões e máquinas pesadas	19/jan/17	13 453,66	Ajuste directo			01/fev/17	13 453,66			13 453,66	13 453,66			13 453,66	
J.P. Produções, Ld.ª	Serviço de som e luz para festival SONIC BLAST	19/jan/17	4 900,00	Ajuste directo			23/mai/17	4 900,00			4 900,00	4 900,00			4 900,00	
Marco Brinde II - Sociedade por quotas, Ld.ª	Aquisição serviços de impressão de telas para outdoors e aluguer de estruturas - 2017	02/fev/17	29 985,00	Ajuste directo			07/set/17	10 889,38			10 889,38	10 889,38			10 889,38	
2Ideias - Comércio de equipamentos de exterior, Ld.ª	Fornecimento e montagem de sinalética	03/fev/17	38 626,25	Ajuste directo			09/jun/17	38 626,25			38 626,25	38 626,25			38 626,25	
J.P. Produções, Ld.ª	Apoio logistico e técnico à produção de espetaculos no teatro Valadares	08/fev/17	18 000,00	Ajuste directo			24/ago/17	18 000,00			18 000,00	18 000,00			18 000,00	
Audio Stage, Ld.ª	Apoio logidtico e técnico à produção de espetaculos e exebição de cinema no cine-teatro dos bombeiros viuntarios de Vila Praia Âncora	10/fev/17	22 950,00	Ajuste directo			24/ago/17	11 475,02			11 475,02	11 475,02			11 475,02	
Eventos David Martins	Produção de espetaculo musical "Sons do Caminho"- "Vaçorização dos caminhos de Santiago- caminho portugues	13/fev/17	15 540,00	Ajuste directo			27/jun/17	7 720,00			7 720,00	7 720,00			7 720,00	
Gráfica do Minho, Lda.	Impressao de agendas culturais	14/fev/17	12 600,00	Ajuste directo			31/jul/18	7 182,00			7 182,00	7 182,00			7 182,00	
Marco Claudio Torres Lima	Apoio técnico e logistico de som e luz para pequenos eventos	20/fev/17	12 000,00	Ajuste directo			24/mar/17	11 000,00			11 000,00	11 000,00			11 000,00	
Motivos e memórias unipessoal,Ld.ª	Aquisição e desenvolvimento de ações de programação cultural-projeto "valorizaão dos caminhos de Santiago"-caminho portugues da costa	20/fev/17	40 700,00	Ajuste directo			31/ago/17	25 030,50			25 030,50	25 030,50			25 030,50	
Território XXI - Gestão Integrada do território e ambinte	Elaboração de estudo de caracterização da paissagem "Serra d'Arga a Foz do Âncora"	22/fev/17	70 000,00	Ajuste directo			04/jul/17	52 500,00			52 500,00	52 500,00			52 500,00	
Vidraria Lanhelense - Adolfo Marrocos LDA	Colocação de janelas de aluminio na escola básica de Lanhelas	27/fev/17	11 750,00	Ajuste directo			27/mar/17	11 750,00			11 750,00	11 750,00			11 750,00	
Procontrol - Ricardo José Magalhães Dias	Desinfeção/desratização em edificios e espaços públicos.	07/mar/17	8 990,00	Ajuste directo			18/mai/17	6 729,77			6 729,77	6 729,77			6 729,77	
Proasolutions.PT - Arquitetura, Gestão Acessibilidade e Mobilidade, Ld.ª	Elaboração de Projetos de execução das unidades de intervenção 1, 2 e 3 -Sandia associados ao plano de ação para a regeneração urbana de Caminha	31/mar/17	54 460,00	Ajuste directo			05/jun/17	3 500,00			3 500,00	3 500,00			3 500,00	
Esteves, Braga e Andreia, Ld.ª	Aluguer de autocarros 51 lugares	31/mar/17	20 000,00	Ajuste directo			21/jul/17	14 000,00			14 000,00	14 000,00			14 000,00	
Dignidade - Sociedade de comunicação e imagem, Ld.ª	Assessoria nas areas marketing e comunicação estratégica	10/abr/17	13 500,00	Ajuste directo			24/abr/17	13 500,00			13 500,00	13 500,00			13 500,00	
Wire Maze - Sistemas de informação, S.A	Aquisição de novo vcanal de internet e serviços ao municipe	13/abr/17	21 343,00	Ajuste directo			22/nov/17	6 402,90			6 402,90	6 402,90			6 402,90	
Herculano Filipe Marvão Franco de Almeida	Assessoria Juridica	13/abr/17	54 000,00	Ajuste directo			24/abr/17	13 500,00			13 500,00	13 500,00			13 500,00	
ESRI Portugal - Sistemas e Informação Geográfica, S.A.	Promoção das T.I.C. na administração e serviços publicos	11/mai/17	6 000,00	Ajuste directo			22/nov/17	6 000,00			6 000,00	6 000,00			6 000,00	
Jardins e Limpezas Filipe, sociedade unipessoal, ld.ª	Serviços de limpeza nos edificios da nova biblioteca e museu municipal	25/mai/17	11 880,00	Ajuste directo			09/ago/17	5 940,00			5 940,00	5 940,00			5 940,00	

MUNICIPIO DE CAMINHA

€

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência				Pagamentos acumulados				Observações
	Objecto	Data	Valor	Modalidades de adjudicação	N.º do registo	Data		Trabalhos Normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Total	Trabalhos Normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Total	
Laurinda Corugeira Araujo	Limpeza e manutenção do edifício administrativo	13/jun/17	20 340,00	Ajuste directo			19/set/17	8 475,00			8 475,00	8 475,00			8 475,00	
Sabseg - Mediações de Seguros S.A.	Aquisição de seguros	20/jun/17	74 987,06	Ajuste directo			21/jul/17	27 760,15			27 760,15	27 760,15			27 760,15	
Coordenada decimal - Associação de nadadores salvadores	Nadadores-Salvadores para epoca balnear 2017	01/jul/17	13 551,00	Ajuste directo			31/ago/17	13 551,00			13 551,00	13 551,00			13 551,00	
Laurinda Corujeira Araújo	Prestação de serviços para limpeza das instalações das piscinas municipais - Vila Praia de Âncora	22/set/17	15 120,00	Ajuste directo			20/dez/17	2 520,00			2 520,00	2 520,00			2 520,00	
Aquisição de bens																
Infoportugal, S.A.	Aquisição de cartografia vectorial e raster à escala 1:10000	09/mar/15	54 393,43	Ajuste directo			07/set/15	2 719,66			2 719,66	54 393,43			54 393,43	
João Gavinho, Ld.ª	Fornecimento de combustível e lubrificantes para ferry-boat "Santa Rita Cássia"	18/jun/15	46 993,45	Ajuste directo			28/ago/15	6 300,96			6 300,96	46 993,45			46 993,45	
Petróleos de Portugal - Petrogal S.A.	Fornecimento de combustível a granel - Gás propano para piscinas de Vila Praia de Âncora	12/nov/15	180 120,00	Concurso público			25/jan/16	60 180,96			60 180,96	127 431,63			127 431,63	
Gasolar - Carlos da Veiga Fernandes & Filhos, Ld.ª	Fornecimento gasóleo aquecimento para estabelecimentos de ensino do concelho de Caminha (EB's e JI's)	05/fev/16	14 400,00	Ajuste directo			18/mar/16	5 807,42			5 807,42	14 400,00			14 400,00	
Gasolar - Carlos da Veiga Fernandes & Filhos, Ld.ª	Gasóleo para beneficiação da rede viária florestal	27/set/16	13 495,93	Ajuste directo			28/dez/16	1 044,00			1 044,00	1 075,54			1 075,54	
Inforportugal- Sistemas de informação e conteudos	Fornecimento de ortofotomapas 1:2000 "Elaboraçao de cadastro das infraestruturas existentes nos sistemas"	03/mai/17	32 990,00	Ajuste directo			21/jul/17	26 392,00			26 392,00	26 392,00			26 392,00	
João Gavinho, Ld.ª	Fornecimento de combustível e lubrificantes para ferry-boat "Santa Rita Cássia" - ano 2016	29/abr/16	49 125,85	Ajuste directo			19/mai/16	26 319,11			26 319,11	49 125,85			49 125,85	
João Gavinho, Ld.ª	Fornecimento de combustível e lubrificantes para ferry-boat	05/jun/17	44 294,00	Ajuste directo			21/jul/17	29 513,77			29 513,77	29 513,77			29 513,77	
Total								***1 880 892,80***	***0,00***		***1 880 892,80***	***4 168 414,03***	***0,00***	***0,00***	***4 168 414,03***	

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – CÓDIGO POCAL 8.3.4

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – DESPESA – CÓDIGO POCAL 8.3.4.1

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR 2 PÁGINAS NUMERADAS DE 1 A 2

TRANSFERÊNCIAS CAPITAL – DESPESA – CÓDIGO POCAL 8.3.4.2

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR 1 PÁGINA NUMERADA

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – RECEITA – CÓDIGO POCAL 8.3.4.4

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR 1 PÁGINA NUMERADA

TRANSFERÊNCIAS CAPITAL – RECEITA – CÓDIGO POCAL 8.3.4.5

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR 1 PÁGINA NUMERADA

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - DESPESA
CMC

Período : 2017/01/02 - 2017/12/31

Ano : 2017
Página : 1

Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Finalidade	Classific. Económica	Transferências Efectuadas	Observações
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	ANA MARGARIDA CANAS FERNANDES		040802	1.590,00	
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	ANDREIA CRISTINA MORENO		040802	1.590,00	
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	BEATRIZ MARTINS MEIRA NOVO		040802	1.590,00	
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	BRUNO MIGUEL PEREIRA		040802	1.590,00	
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	FEDRA PATRICIA BRITO ARAUJO		040802	1.590,00	
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	GONCALO MANUEL LIMA PORTUGAL MOTA		040802	1.590,00	
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	MARIA JOÃO CERQUEIRA DA SILVA		040802	1.590,00	
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	MONICA SOFIA VIEITAS DA SILVA		040802	1.590,00	
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	PAULA MOURA DE CARVALHO CORREIA		040802	1.590,00	
al. hh), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	VALTER LUCIANO FERNANDES VALADARES MOREIRA		040802	1.590,00	
al. ll), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	FREGUESIA ARGELA		04050102	6.084,43	
al. ll), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	FREGUESIA DE DEM		04050102	5.877,80	
al. ll), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	FREGUESIA DE RIBA ÂNCORA		04050102	11.509,61	
al. ll), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	FREGUESIA DE SEIXAS		04050102	15.603,64	
al. ll), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	FREGUESIA DE VILA PRAIA ANCORA		04050102	28.195,75	
al. ll), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	FREGUESIA DE VILAR DE MOUROS		04050102	12.348,27	
al. ll), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	FREGUESIA DE VILE		04050102	4.316,72	
al. ll), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	FREGUESIA DE ÂNCORA		04050102	12.819,78	
al. ll), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	FREGUESIA LANHELAS		04050102	7.650,54	
al. ll), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	UNIÃO FREGUESIAS DE CAMINHA (MATRIZ) E VILARELHO		04050102	28.106,09	
al. ll), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	UNIÃO FREGUESIAS DE GONDAR E ORBACÉM		04050102	14.400,00	
al. ll), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	UNIÃO FREGUESIAS DE MOLEDO E CRISTELO		04050102	16.700,10	
al. ll), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	UNIÃO FREGUESIAS DE VENADE E AZEVEDO		04050102	13.907,31	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	A SELVA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS - ASSOCIAÇÃO PROTECTORA ANIMAIS DE CAMINHA		040701	37.500,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	ACAPO - ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS E AMBLIOPES DE PORTUGAL		040701	720,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	AGRUPAMENTO ESCOLAS SIDÓNIO PAIS		040701	65.669,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	ANCORA-PRAIA FUTEBOL CLUBE		040701	7.875,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO AMIGOS CAMINHO SANTIAGO VIANA CASTELO (AACS - VIANA)		040701	1.800,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA JUVENTUDE VILA PRAIA		040701	6.750,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO FANFARRA VILA PRAIA DE ANCORA		040701	5.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CAMINHA		040701	19.050,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA PRAIA DE ANCORA		040701	31.800,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO NORTE CULTURAL - ORQUESTRA REGIONAL DO NORTE		040701	7.500,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	ASSOCIAÇÃO TRIATLO DE CAMINHA		040701	187,50	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	ATLÉTICO CLUBE DE CAMINHA		040701	5.875,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	C.A.C. - CLUB ANDEBOL CAMINHA		040701	2.250,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	CASA DO POVO DE LANHELAS		040701	4.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	CASA REPOUSO CONFRARIA BOM JESUS MAREANTES		040701	4.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	CAT-BENJAMIM (APPACDM)		040701	4.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	CENTRO BEM ESTAR SOCIAL DE SEIXAS		040701	4.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	CENTRO CULTURAL DESPORTIVO ANCORENSE		040701	15.387,50	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	CENTRO DE INSTRUÇÃO E RECREIO VILARMOURENSE		040701	1.500,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	CENTRO PAROQUIAL SOCIAL SANTA MARIA RIBA ANCORA		040701	4.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	CENTRO SOCIAL E CULTURAL VILA PRAIA DE ANCORA		040701	4.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL ANCORA		040701	4.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MOLEDO		040701	4.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL Nª.SRª.ENCARNAÇÃO DE VILARELHO		040701	4.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	CLUBE DE PRATICANTES DE KARATÉ DE CAMINHA		040701	450,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	CONFRARIA DE SÃO BENTO		040701	2.700,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	Desnivel Positivo Associação Desportiva E Recerativa Luso-galaica		040701	3.500,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	FABRICA IGREJA PAROQUIAL Nª.SRª.ASSUNÇÃO - CAMINHA		040701	16.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	FABRICA IGREJA PAROQUIAL SANTIAGO DE CRISTELO		040701	500,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	FABRICA IGREJA PAROQUIAL ST.MARINHA DE ARGELA		040701	250,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	FEDERAÇÃO DE TRIATLO PORTUGAL		040701	5.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	FREGUESIA DE RIBA ÂNCORA		04050102	5.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	FUNDAÇAO SERRALVES		040701	25.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	GRUPO DE DANÇAS E CANTARES GENUINOS DA SERRA D'ARGA		040701	7.500,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	GRUPO DESPORTIVO CULTURAL VENADE		040701	4.500,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	GRUPO MOTARD VILAR MOUROS		040701	1.500,00	

Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Finalidade	Classific. Económica	Transferências Efectuadas	Observações
al. u), do n.°1, do art.°33 da lei 75/2013	JUCAMINHA		040701	2.625,00	
al. u), do n.°1, do art.°33 da lei 75/2013	KRISALIDA - ASSOCIAÇAO CULTURAL DO ALTO MINHO		040701	16.248,50	
al. u), do n.°1, do art.°33 da lei 75/2013	LANHELAS FUTEBOL CLUBE		040701	3.375,00	
al. u), do n.°1, do art.°33 da lei 75/2013	NAUTIMINHO - ASSOCIAÇÃO NAUTICA DO MINHO		040701	4.875,00	
al. u), do n.°1, do art.°33 da lei 75/2013	ORFEÃO DE VILA PRAIA ANCORA		040701	1.500,00	
al. u), do n.°1, do art.°33 da lei 75/2013	PATRONATO NOSSA SENHORA DA BONANÇA		040701	4.000,00	
al. u), do n.°1, do art.°33 da lei 75/2013	RANCHO FOLCLÓRICO DA CASA DO POVO DE BARBEITA		040701	7.000,00	
al. u), do n.°1, do art.°33 da lei 75/2013	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CAMINHA		040701	4.000,00	
al. u), do n.°1, do art.°33 da lei 75/2013	SOCIEDADE COLUMBOFILA ANCORENSE		040701	187,50	
al. u), do n.°1, do art.°33 da lei 75/2013	SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO ANCORENSE		040701	5.500,00	
al. u), do n.°1, do art.°33 da lei 75/2013	SOCIEDADE MUSICAL BANDA LANHELENSE		040701	25.000,00	
al. u), do n.°1, do art.°33 da lei 75/2013	SPORTING CLUBE CAMINHENSE		040701	12.112,50	
al. u), do n.°1, do art.°33 da lei 75/2013	SURF CLUBE PRAIA DE ANCORA		040701	300,00	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	ABEL RODRIGUES DE SEQUEIRA DUQUE		040802	300,00	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	ANA MARIA LIMA MACIEL ALVES		040802	832,20	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	ANABELA COSTA FERNANDES PEREIRA		040802	92,30	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	ANTÓNIA LUISA SIMÕES RIBEIRO DA SILVA		040802	82,98	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	ARMANDO NUNES SA		040802	250,00	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	CLARA SOFIA BARBOSA PEREIRA RODRIGUES		040802	749,01	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	ELIANA MARTINS GONÇALVES		040802	729,45	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	Hilária Albertina Dantas		040802	314,62	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	ISABEL CRISTINA DA FIGUEIREDO GOMES		040802	164,12	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	JOANA VANESSA SILVA ALVARENGA		040802	358,05	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	JOAO MANUEL VICENTE MONTEIRO		040802	450,00	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	JOSÉ ALBERTO SERRO MARTINS		040802	79,40	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	JOSÉ MANUEL ALVES MARTINS		040802	500,00	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	JOÃO MANUEL MIRANDA RIBEIRO		040802	410,00	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	LEANDRO JOAQUIM DUARTE FERREIRA		040802	600,00	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	LUCILIA DE JESUS LIMA MACIEL CARVALHO		040802	481,27	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	LUIS MANUEL ALVES		040802	118,10	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	LUISA MARIA FERNANDES CACAIS SANTOS		040802	269,63	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	MANUEL JOSE CARVALHO DE VASCONCELOS		040802	149,91	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	MANUEL RAIMUNDO VALADARES PRESA		040802	500,00	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	MARIA ANJOS ARAUJO MELO		040802	250,00	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	MARIA CRISTINA MOREIRA BRANDAO DA SILVA		040802	400,00	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	MARIA DE LURDES MORAIS ALVES DE CARVALHO		040802	866,91	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	MARIA DO CARMO PIRES VILA NOVA		040802	469,12	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	MARIA OLIVIA RIBEIRO DE PASSOS		040802	520,00	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	PEDRO MIGUEL AMORIM DE ARAUJO		040802	466,98	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	Sonia Susana Gonçalves Correia		040802	750,50	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	TELMA ALEXANDRA CAMPOS REAL		040802	680,39	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	TERESA DA COSTA LIMA		040802	700,00	
al. v), do n.°1, do art.°33 da Lei 75/2013	TERESA DE JESUS DA SILVA MACIEL RACHAO		040802	629,36	
			Total ...	610.071,84	

TRANSFERÊNCIAS CAPITAL - DESPESA
CMC

Período : 2017/01/02 - 2017/12/31

Ano : 2017

Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Finalidade	Classific. Económica	Transferências Efectuadas	Observações
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	FREGUESIA ARGELA		08050102	27.826,28	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	FREGUESIA DE DEM		08050102	31.267,45	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	FREGUESIA DE RIBA ÂNCORA		08050102	21.500,00	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	FREGUESIA DE SEIXAS		08050102	24.236,79	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	FREGUESIA DE VILA PRAIA ANCORA		08050102	50.915,04	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	FREGUESIA DE VILAR DE MOUROS		08050102	24.032,55	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	FREGUESIA DE VILE		08050102	10.556,42	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	FREGUESIA DE ÂNCORA		08050102	22.953,02	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	FREGUESIA LANHELAS		08050102	21.500,00	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	UNIÃO FREGUESIAS DE CAMINHA (MATRIZ) E VILARELHO		08050102	29.091,39	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	UNIÃO FREGUESIAS DE GONDAR E ORBACÉM		08050102	4.679,54	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	UNIÃO FREGUESIAS DE MOLEDO E CRISTELO		08050102	15.426,31	
al. l), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	UNIÃO FREGUESIAS DE VENADE E AZEVEDO		08050102	7.956,18	
al. o), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	FABRICA IGREJA PAROQUIAL Nª.SRª.ASSUNÇÃO - CAMINHA		080701	7.000,00	
al. o), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	FABRICA IGREJA PAROQUIAL SANTA EULÁLIA DE VENADE		080701	10.000,00	
al. o), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	FREGUESIA DE ÂNCORA		08050102	13.000,00	
al. o), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	UNIÃO FREGUESIAS DE MOLEDO E CRISTELO		08050102	12.000,00	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	ANCORA-PRAIA FUTEBOL CLUBE		080701	70.060,21	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	CENTRO CULTURAL DESPORTIVO ANCORENSE		08050102	2.446,49	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	CENTRO CULTURAL DESPORTIVO ANCORENSE		080701	46.483,32	
al. u), do n.º1, do art.º33 da lei 75/2013	FREGUESIA DE VILAR DE MOUROS		08050102	15.000,00	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	ANTONIO QUINTAS DE SOUSA		080802	1.272,00	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	Antonio Jose Cigarra Rocha		080802	9.350,88	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	C.BARROS, LDA		080802	221,26	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	CAMINTINTAS - COMÉRCIO DE TINTAS E FERRAMENTAS,LDA.		080802	92,25	
al. v), do n.º1, do art.º33 da Lei 75/2013	CLEMENTINA DE JESUS GOMES MACIEL VIEIRA		080802	4.932,18	
			Total ...	483.799,56	

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - RECEITA
CMC

Período : 2017/01/02 - 2017/12/31

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Finalidade	Classific. Económica	Transferências Orçadas	Transferências Obtidas	Observações
Lei 42/2016, de 28 dezembro	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, IP		06030601	638.513,00	27.534,79	
Lei 42/2016, de 28 dezembro	COMISSAO NACIONAL PROMOÇAO DIREITOS PROTECAO CRIANÇAS E JOVES		06030199	400.000,00	19.333,32	
Lei 42/2016, de 28 dezembro	DIRECCAO REGIONAL EDUCACAO DO NORTE		06030199	400.000,00	275.517,86	
Lei 42/2016, de 28 dezembro	DIRECÇÃO GERAL AUTARQUIAS LOCAIS		06030101	5.100.713,00	5.100.537,70	
Lei 42/2016, de 28 dezembro	DIRECÇÃO GERAL AUTARQUIAS LOCAIS		06030102	233.451,00	233.451,00	
Lei 42/2016, de 28 dezembro	DIRECÇÃO GERAL AUTARQUIAS LOCAIS		06030103	172.961,00	172.961,00	
			Total ...	6.945.638,00	5.829.335,67	

TRANSFERÊNCIAS CAPITAL - RECEITA
CMC

Período : 2017/01/02 - 2017/12/31

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Finalidade	Classific. Económica	Transferências Orçadas	Transferências Obtidas	Observações
Lei 42/2016, de 28 dezembro	AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, IP		10030701	6.145.936,71	538.546,66	
Lei 42/2016, de 28 dezembro	DIRECÇÃO GERAL AUTARQUIAS LOCAIS		10030101	566.746,00	566.746,00	
			Total ...	6.712.682,71	1.105.292,66	

ENDIVIDAMENTO – CÓDIGO POCAL 8.3.6

EMPRÉSTIMOS – CÓDIGO POCAL 8.3.6.1

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR 2 PÁGINAS NUMERADAS DE 1 A 2

OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS – CÓDIGO POCAL 8.3.6.2

DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR 12 PÁGINAS NUMERADAS DE 1 A 12

Empréstimos

Ano 2017

Caracterização do empréstimo	Data da aprovação pela AM	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Taxa de juro		Encargos do ano				Encargos do ano vencidos e não pagos	Dívida em 1 de janeiro 2017	Dívida em 31 de dezembro 2017	Observações
					Número de registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	outros encargos	Total				
Curto prazo																			
Abertura de crédito em c/c	17/fev/17	29/mar/17	1 ano	1 ano	——	——	Dificuldades de tesouraria	245 000,00	245 000,00			245 000,00	776,69		245 776,69				
							Total . . .	245 000,00	245 000,00			245 000,00	776,69		245 776,69				
Médio e longo prazos																			
9015/001581/287/0019	30.Set.04	22.Nov.04	20 Anos	13 anos	2954	03.Fev.05	Financiamento Projectos PPI (N)	739 965,00	708 446,72	0,90%	0,09%	42 943,89	220,60	8,00	43 172,49		344 339,76	301 395,87	
9015/001820/987/0019	29.Abr.05	24.Mai.05	20 Anos	11 anos	1531	23.Jun.05	Financiamento Projectos PPI (I)	1 065 135,81	1 026 530,69	0,60%	0,0%	61 193,04		8,00	61 201,04		520 140,76	458 947,72	
9015/001821/887/0019	29.Abr.05	24.Mai.05	20 Anos	11 anos	1530	23.Jun.05	Financiamento Projectos PPI (N)	725 210,00	725 210,00	0,90%	0,0%	43 038,40		8,00	43 046,40		365 826,34	322 787,94	
PREDE - parte do Estado	20/jan/09	6/abr/09	10 Anos	7 anos	868	5/mai/09	Prog. de Reg. Extr de Div do Estado (PREDE)(N)	1 000 000,00	1 000 000,00	1,28%	1,29%	200 000,00	5 742,11		205 742,11		500 000,00	300 000,00	
Contrato mlp - BPI	18/dez/09	22/jan/10	20 Anos	7 anos	119	1/fev/10	Financiamento Projectos PPI (N)	3 400 000,00	2 372 500,00	1,18%	1,18%	116 017,45	19 193,42		135 210,87		1 829 669,96	1 713 652,51	
Contrato mlp - BPI	18/abr/10	25/mai/10	20 Anos	6 anos	739	2/jun/10	Financiamento Projectos PPI (N)	2 250 000,00	485 000,00	1,20%	1,17%	26 944,44	4 291,35		31 235,79		370 486,05	343 541,61	
PAEL	28/set/12	16/nov/12	14 anos	4 anos	1682	11/abr/13	Programa de apoio a economia local (N)	2 281 988,63	2 281 988,63	2,32%	2,10%	164 808,86	39 802,99		204 611,85		1 730 492,83	1 565 683,97	
							Total . . .	11 462 279,44	8 599 656,04			654 946,08	69 250,47	24,00	724 220,55		5 660 955,70	5 006 009,62	
							Total geral. . .	11 707 279,44	8 844 656,04			899 946,08	70 027,16	24,00	969 997,24		5 660 955,70	5 006 009,62	

(I) - Nos termos do nº 6 do artº 19 da Lei nº 55-B/2004

ENTIDADE	OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período : 2017/01/02 a 2017/12/31	2018/03/19	2017	1

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
22		FORNECEDORES		7.517.724,48		9.926.027,60
22.1		Fornecedores c/corrente		3.568.165,80		2.282.928,75
	10	PINHEIRO & SANTOS, LDA.		61,50		3.226,96
	10008	ANA FILIPA FONSECA MENINA		300,00		
	10010	FATIMA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO DOS SANTOS		540,00		
	10011	ELENA MARIA VARELA ALONSO				1.200,00
	10014	VEDIGONÇALVES - VEDAÇOES, LDA		9.077,40		11.648,10
	10015	LURAMED SERVIÇOS MEDICOS E DE ENFERMAGEM, LDA		12.000,00		12.000,00
	10022	LUIS MAURICIO - CASA DOS LEDS, LDA		1.199,25		1.943,40
	10023	PALCOS E BASTIDORES UNIPESSOAL, LDA		535,05		4.498,00
	10024	CARLOS SA RIBEIRO, LDA				24.249,45
	10033	PATAMAR TRANQUILO UNIP., LDA		2.267,99		
	10039	SINGULAR PLURAL - LER, ARTE E COMUNICAÇAO, UNIPESSOAL LDA		53,00		
	10040	DECANTER PRIMEIRAS MARCAS, LDA		24,11		
	10076	ISABEL BICHO UNIPESSOAL, LDA,		10.455,00		
	10100	CUNHA BASTOS - SOCIEDADE DE CONSTRUÇOES ELECTRICAS, CIVIS E OBRAS PUBLICAS				1.842,80
	10105	GLOBAL NOTICIAS - MEDIA GROUP, SA				418,20
	10107	H. B. BRANCO - SOLUÇOES INTEGRADAS, UNIPESSOAL LDA				6.137,70
	10110	MARIA PUREZA SILVA SOUSA				200,00
	10120	CINEBOX, LDA.				4.489,50
	10123	AST - ALTITUDE SOLUÇOES TOPOGRAFICAS, LDA				553,50
	10127	ACONTECIMAX UNIPESSOAL LTD				6.150,00
	10137	ANTONIO MANUEL RAMOS PAZ DO VALE				250,00
	10140	LUÍS MINA LDA.				974,04
	10147	MARISA REGINA DE SÁ CASTRO				49,00
	10153	RUI CARVALHO DESIGN, LDA.				14.034,30
	10177	SIMAO PEDRO VILA VERDE VASCONCELOS				323,26
	10181	NUNO MACEDO GOMES UNIPESSOAL, LDA				963,09
	10186	AS CORPORATE, LDA				41.143,50
	10214	WENATURE - ECOTOURISM AND NATURE TECHONOLOGIES, LDA.				18.037,95
	10219	ESTEVES, BRAGA E ANDREIA, LDA				5.412,00
	10224	ADEMINHO-ASSOCIAÇAO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO ALTO MINHO INTERIOR				3.823,76
	10229	WIRE MAZE - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A.				10.500,76
	10230	ELECTRO RADIO COMERCIAL				98,00
	10232	RUI VALADARES, UNIPESSOAL, LDA				586,13
	10247	AYSA - PROD. E EQUIP. PARA INDUSTRIA E CONSTRUÇAO, LDA				2.865,90
	10250	JANZ - CONTAGEM E GESTAO DE FLUIDOS				1.101,22
	10258	FUTURVIDA - FABRICAÇÃO DE VEICULOS ESPECIAIS, LDA				25.584,00
	10260	AUTO RENO MINHO - COMÉRCIO AUTOMÓVEIS, LDA.				27.950,00
	10263	ALFREDO ALBERTO PEREIRA LOPES ALVES				922,50
	10280	RUTE ALEXANDRA DOMINGUES GUERREIRO				402,00
	10290	ACENTRAL FOLQUE CENT. GALEGO DE MUSICA POPULAR - NOENTE PARADISE S.L				200,00
	10293	BLISQ CREATIVE, LDA				156,21
	10311	ART'ENCENA - ASSOCIAÇAO CULTURAL DE ANIMAÇAO E TEATRO				2.000,00
	10313	ANTONIO MANUEL MOURO CARDOSO				2.350,00
	1032	REPSOL COMBUSTIVEIS, S.A.		9.944,68		
	10330	EXPERBALADE - UNIPESSOAL, LDA				1.623,60
	10357	ALQUILER DE MESAS SILLAS Y LONA - MONICA GANDARA DE LA MOTA				250,00
	10363	FOXPRO - SISTEMAS PROFISSIONAIS DE SOM E LUZ				1.845,00
	10366	PROTEK - MARCOS CARVALHO RIBEIRO, UNIPESSOAL				101,48
	10371	MARIO SERGIO LAGES UNIPESSOAL, LDA				6.703,50
	10379	B.P.L. BALEIRA PESCAS, LDA				2.180,00
	10387	NUNO MIGUEL OLIVEIRA MARTINS DE ABREU				984,00
	10388	MARIO LOGISTICA E DISTRIBUIÇAO, SA				246,00
	10391	PARÊNTISIS & SÍLABAS - LDA				178,15
	10392	INSTITUTO POLITECNICO DE VIANO DO CASTELO				121,19
	10398	JOSE ANTONIO DURAES ARAUJO				92,25
		A TRANSPORTAR ...		46.457,98		252.610,40

ENTIDADE	OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período : 2017/01/02 a 2017/12/31	2018/03/19	2017	2

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		46.457,98		252.610,40
	10403	PLUMAPAPEL - COMERCIO DE PAPEL, LDA				502,95
	10413	EMPATIA - ARQUEOLOGIA, CONSERVAÇÃO E RESTAURO,LDA				7.380,00
	10425	RAZAO, ESTRATEGIA, CRIATIVIDADE E GESTAO DA COMUNICAÇAO, LDA				507,72
	10426	ALMA RURAL UNIPESSOAL, LDA				676,50
	10427	ARABOT HI-FI, LDA				1.485,80
	1145	AREAL EDITORES		307,50		307,50
	117	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA PRAIA DE ANCORA		2.398,50		2.656,80
	12	CAMINTINTAS - COMÉRCIO DE TINTAS E FERRAMENTAS,LDA.		4.563,46		9.541,12
	125	ASSOCIAÇÃO NORTE CULTURAL - ORQUESTRA REGIONAL DO NORTE				2.000,00
	126	MOVIGLOBAL - NORBERTO FERNANDES, LDA.				1.050,42
	128	FERTECNICA - JOSE FERNANDO MIRANDA COSTA, LDA.		3.071,80		
	132	GRAFINAL - ARTES GRÁFICAS, LDA.		870,23		1.353,00
	140	SERRAÇÃO RODRIGUES, LDA.		2.873,34		9.521,43
	147	CAPITOLINA - SUPERMERCADOS		425,04		210,97
	154	JORNAL O CAMINHENSE		184,50		246,00
	155	C.BARROS, LDA		3.326,76		1.457,35
	16	ALIPIO DIAS & IRMÃO, LDA.				659,32
	1733	RESTAURANTE FONTE NOVA - ROSA MARIA SOUSA PIRES		114,00		
	1741	COVA DA ONÇA - DOMINGUES & GONCALVES,LDA		247,50		234,00
	1775	SEREIA DA GELFA - EMPREENDIMENTOS TURISTICOS, LDA				639,60
	1787	NELITA - COSTA,FREITAS, MARTINS & Cª. LDª.				234,50
	1789	ADELINA FERNANDA MACIEL SALES GOMES		125,00		
	179	AVIC-AUTOCARROS E VIAGENS IRMÃOS CUNHA, LDA.		233,98		325,00
	180	CENTRO SOCIAL E CULTURAL VILA PRAIA DE ANCORA		3.010,70		755,22
	185	SERMARCO - INDÚSTRIA DE SERRALHARIA LDA				131,73
	187	ANTÓNIO MATOS,LDA.		34.174,50		35.979,17
	1870	COSTA & SÁ, LDA.				80,07
	1873	PETROLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL S.A.		8.635,76		14.032,95
	189	VIDRARIA JOMI		70,33		
	19	MÁRIO GONÇALVES, LDA.				2.756,91
	191	VILAPRAIA - ART.PAPELARIA E REP.,LDA		830,02		
	196	SOUMAD - COMÉRCIO DE MADEIRAS E DERIVADOS, LDA.		76,01		3.039,44
	202	AUTO VIAÇÃO CURA, LDA		5.155,30		
	203	TRANSCOLVIA - TRANSP.COLECTIVOS V.CASTELO, LDA.		2.124,70		
	206	GRUPNOR - GRUPO PORT.ELEVADORES NORTE, LDA.		2.341,35		1.401,71
	211	IVO FERNANDES, LDA				2.729,37
	2154	CONSERVATORIA REGISTO PREDIAL CAMINHA		750,00		
	216	VALORMINHO - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESID.SOLIDOS, SA		101.577,94		163.500,64
	2167	RESTAURANTE ANCORA PARQUE - EDUARDO MANUEL ALVES GONÇALVES				133,10
	2240	JOÃO MATOS, LDA				436,16
	227	RESTAURANTE REMO - SILVA & OLIVEIRA, LDA.		4.160,00		650,00
	2282	GRACIANO AFONSO QUESADO		1.127,96		1.709,95
	231	AUTO VIAÇÃO MINHO, LDª		425,00		
	2437	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA		2.904,78		673,00
	2477	PÚBLICO - COMUNICAÇÃO SOCIAL, S.A.		182,66		
	2583	SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES		5.750,00		17.655,64
	2727	SEGURADORAS UNIDAS, S.A.				368,77
	273	Chicolinha - Comércio De Téxteis Lda				80,00
	2773	PROSPORT - ROCHA,MOREIRA,PINTO & SOARES,LDA				608,85
	2793	MANUEL DA SILVA PEREIRA E FILHOS LDA		1.565,18		2.521,50
	2821	ASSOCIATION PORTUGAISE CULTURELLE & SOCIALE				3.000,00
	2947	ELECTRO-CÓI, LDA		676,50		403,44
	2954	VIA VERDE PORTUGAL		12,30		12,30
	3004	AGRUPAMENTO ESCOLAS SIDÓNIO PAIS				1.833,30
	3156	BRICANTEL - COM. MATERIAL ELECTRICO DE BRAGANÇA, LDA				1.732,46
	3281	STAPLES - OFFICE CENTRE		43,85		
	3361	IEP - INSTITUTO ELECTRONICO PORTUGUES		885,60		1.992,60
		A TRANSPORTAR ...		241.680,03		551.818,66

ENTIDADE	OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período : 2017/01/02 a 2017/12/31	2018/03/19	2017	3

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		241.680,03		551.818,66
	348	IGAP - INSTITUTO GESTÃO ADMINISTRAÇÃO PUBLICA		790,00		175,00
	358	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CAMINHA		2.398,50		
	359	ASSOCIAÇÃO NACIONAL MUNICIPIOS PORTUGUESES		4.781,35		9.597,13
	36	MARIA TERESA BRAGA CERQUEIRA		15,00		
	3692	SCHMIT+SOHN ELEVADORES		355,52		
	3694	TOBOR - ACESSÓRIOS PARA A INDUSTRIA, LDA.		637,80		60,18
	3698	PARAKY - FERNANDO NEIVA DA ROCHA				416,80
	3722	Meira De Sá - Projectos De Engª E Serviços, Ldª		492,00		
	377	DIAMANTINO LOURENÇO RODRIGUES DE BÁRTOLO				1.120,00
	38	CTT - CORREIOS DE PORTUGAL,SA / SERVIÇOS CONTABILIDADE E FINANÇAS		1.272,28		
	3880	HANNA INSTRUMENTS PORTUGAL - INSTRUMENTOS DE CONTROLE, LDA				1.282,89
	39	EMPRESA DE TRANSPORTE COURENSE, LDA				3.160,00
	394	STAND MOTO LIZ - CASTILHO, OLIVEIRA & C.LDA				114,02
	398	CAMINHA 2000 (JORNAL DIGITAL REGIONAL) - LUIS C.SANTOS ALMEIDA		150,00		150,00
	399	IMPORQUÍMICA - INDÚSTRIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO QUÍMICA, LDA.				848,85
	4068	MARIA ROSA MARTINS VIEIRA LOPES VERDE - UTILIDADES COSTA VERDE		236,25		
	4135	NORTEL - EQUIP. HOTELEIROS, LDA				554,98
	4153	SOPREM - NORTE COMERCIO E INDUSTRIA DE MADEIRAS LDA		1.757,30		16.395,00
	4156	ESRI PORTUGAL - SISTEMAS E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA		18.388,50		
	4168	RIS 2048 - SISTEMAS INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO,LDA.		447,47		577,21
	4185	GERMACAR, LDA		92,25		4.242,70
	4190	MÁQUINAS E FERRAMENTAS - JOSÉ CARLOS COUTINHO, LDA.		159,83		420,36
	4206	REALVITUR - VIAGENS E TURISMO		438,00		438,00
	4250	FLUIDRA COMERCIAL PORTUGAL				95,55
	4268	TABACARIA ATENAS				18,61
	43	LUÍS ANTÓNIO DA CUNHA & IRMÃO, LDA.		1.670,83		2.990,93
	4318	CORREIO DO MINHO		5.535,01		
	4331	MANUEL ANTÓNIO PEREIRA DA COSTA				922,50
	4341	ROLIMA-BOBINAGEM DE MOTORES, LDA				1.729,50
	437	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO				302,00
	438	SOCIEDADE MUSICAL BANDA LANHELENSE		2.700,00		
	4431	IRMÃOS JÁCOME,LDA.		2.158,65		4.312,38
	4467	Vianalube - Comércio De Lubrificantes,lda.		67,65		
	4553	LUZIAUTO ACESSÓRIOS - PARENTE & SOUSA, LDA		117,78		
	4589	ANCORPEÇAS - COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS AUTO, LDA.		1.021,91		857,61
	4604	METALOCAMINHA - METALOMECANICA, LDA.		867,64		1.532,01
	4704	PETROPNEUS - ANTÓNIO R.OLIVEIRA AMARAL & FILHO, LDA.		2.440,00		1.906,65
	4747	ROSA MARIA MONTES VAZ		63,62		61,50
	4764	A NOSSA TERRA - DIRENOR,LDA.		4.397,25		6.063,90
	481	PASTELARIA CAMINHENSE				92,40
	4942	TSF - RADIO NOTICIAS, SA				4.477,20
	5006	DO LUSCO Ó FUSCO		250,00		
	501	AQUAMATIC (NORTE), S.A.				1.092,24
	504	SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CAMINHA		465,00		
	506	CAMIPÃO,S.A.		617,58		1.048,12
	51	JOÃO GAVINHO, LDA.		3.659,54		
	5111	LIBWARE - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DOC., LDA		9.040,50		9.040,50
	5127	RIBEIRO & LIMA - COMERCIO DE PEDRAS, LDA		1.045,50		
	515	ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL EUROPA				2.450,00
	5227	IDEOGRAMA - CIDÁLIA MARIA MARTINS VIEIRA SANTOS		1.070,10		
	523	RESIDENCIAL ARCA NOVA		2.805,00		
	5286	KONICA MINOLTA BUSINESS SOLUTIONS PORTUGAL, UNIPESSOAL LDA		2.076,24		10.305,84
	5348	CONSTRUÇÕES REFOIENSE UNIPESSOAL, Ldª		3.227,52		
	5440	FÁBRICA METALÚRGICA DA GANDRA, LDA		482,18		778,00
	5443	SOFIA MARTINS AFONSO - ELECTROTEC				1.418,19
	5453	RUBI DECOFLOR - MARIA PILAR PEREIRA DA SILVA		137,00		
	5483	JOÃO JOSÉ MACHADO PACHECO - SERRALHARIA DO CALVÁRIO				590,40
		A TRANSPORTAR ...		320.008,58		643.457,81

ENTIDADE	OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período : 2017/01/02 a 2017/12/31	2018/03/19	2017	4

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		320.008,58		643.457,81
	5533	PALCOS SR - ORGANIZAÇÕES DE EVENTOS, LDª		1.500,60		4.698,60
	5555	J. CABRAL, LDA - EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS				197,93
	5667	OFFICEMATICA - COMERCIO E ASSISTENCIA A EQUIPAMENTO ESCRITORIO E INFORMATICA, LD		2.641,86		11.584,94
	5678	ORLANDO JOSE GONÇALVES AIRES		2.719,53		15.478,32
	57	A GRAFICA DO MINHO - HUMBERTO LIMA,LDA.		4.798,54		5.630,94
	575	CRISQUIMICA - CRISTIANO MIGUEL CUNHA CORREIA		2.959,98		3.405,64
	5770	CLIANCORA - CENTRO ENFERMAGEM E SERVIÇOS MÉDICOS		633,33		
	5805	CONFIAUTO - INDUSTRIA COMERCIO AUTOMOVEIS, SA		431,71		
	5809	VIRA A BOMBAR - ASSOCIACAO RECREATIVA E CULTURAL		250,00		
	5831	GRUPO DE DANÇAS E CANTARES GENUINOS DA SERRA D'ARGA		350,00		
	586	MARTINS & LOPES,LDA		32,31		4,92
	5881	CAMINHAEQUI		436.324,64		287.287,33
	59	DROGARIA NOVA - BARROS & LIMA, LDA.		1.180,29		26,45
	5922	BRANCO & BRANCO - SERVIÇOS ELECTRICOS, LDA		346,92		308,08
	5947	METALÚRGICA ARVORENSE LDA		608,85		735,54
	5981	FUTURDESGASTE		80,72		838,37
	5999	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MINHO LIMA - CIM ALTO MINHO		57.538,00		126.802,62
	6056	ABREU & DELGADO, LDA		735,12		735,12
	6069	DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.				29.513,85
	607	BOAVENTURA & BOAVENTURA, LDA		3.202,82		
	6079	CONSELHO DIRECTIVO BALDIOS FREGUESIA RIBA ANCORA				1.328,40
	6099	VALICOM - GESTÃO DE INFRA ESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES,EIM		2.923,72		
	6107	SAMBIENTAL - LIMPEZA DE SANEAMENTO, LDA		8.077,14		11.927,92
	6162	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA RECREATIVA E CULTURAL DE DEM		250,00		
	6179	AREA ALTO MINHO				738,00
	6212	EL DUQUE - ESPECTÁCULOS EQUESTRES-OLGA BURGOS CHAMORRO		54.000,00		54.000,00
	6214	STERICYCLE PORTUGAL, LDA		227,90		
	6265	MARCO CLAUDIO TORRES LIMA		7.742,50		1.906,50
	6276	TRIBUTUBOS,LDA		1.050,29		7.534,35
	6282	EQUILIBRIUM - LABORATÓRIO CONTROLO DE QUALIDADE E PROCESSOS, LDA		4.533,78		2.582,66
	6303	JOÃO MANUEL FONTAÍNHA FERNANDES				470,83
	638	JORGE JOSE CERQUEIRA FERNANDES				442,80
	642	CASA DOS RAPAZES E OFICINAS DE SÃO JOSÉ		492,00		
	6481	PALETE DE EMOÇÕES - PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, LDA		738,00		3.075,00
	6509	TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL, E.R.		4.575,00		
	664	HOTEL MEIRA - HERDEIROS DE SIMÃO MEIRA, LDA.		2.149,20		3.718,50
	6652	CEDIS - CONSULTORES EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA, LDA		1.230,00		
	680	CAPITANIA PORTO DE CAMINHA		4.690,42		6.168,06
	6803	SUMA MATOSINHOS - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, S.A.		375,45		2.567,93
	6815	VIALIMPA DE LAURINDA ARAÚJO UNIPESSOAL, LDA.				5.811,75
	6850	GRUPO VENDAP		147,60		6.654,30
	691	OVNITUR - VIAGENS E TURISMO,LD.		2.080,00		8.923,75
	70	BELTRÃO COELHO "MINHO"		818,97		
	703	MEDIDATA NET		104,55		8.148,70
	7086	MAXIFARDAS - IND.VESTUÁRIO PARA TRABALHO, LDA		460,91		
	7101	SOINCA - Sociedade Industrial de Cucujães, S.A.				2.146,35
	7166	VIALIVRE, S.A		68,29		68,29
	7204	ALVARO MARTINEZ CARRERO - RESTAURANTE O COUTO				2.241,00
	7280	JOSE DOMINGOS CARDOSO RODRIGUES		112,25		
	7318	RESTAURANTE FOZ DO ANCORA - ANTÓNIO JOSÉ DE OLIVEIRA PERALTA				180,00
	7360	ALFREDO BARROSO, LDA				33.191,55
	74	MANUEL SILVA PEREIRA		2.054,10		
	741	COMBUSTIVEIS RIBAS, LDA		197,10		
	7441	EP - EQUIPAMENTOS DE PROTECÇÃO / ELIAS MANUEL FONTAINHAS PRESA				2.533,35
	7463	BRAGAEVENTOS - PRODUÇAO E ORGANIZAÇAO DE EVENTOS,LDA		3.075,00		
		A TRANSPORTAR ...		938.517,97		1.297.066,45

ENTIDADE	OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período : 2017/01/02 a 2017/12/31	2018/03/19	2017	5

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		938.517,97		1.297.066,45
	7508	DOMINGOS ALMEIDA RIBEIRO				350,00
	7511	RESIDENCIAL SÃO PEDRO - MARIA OLÍVIA DO REGO MARTINS VIEIRA		4.740,00		2.825,00
	7564	RESTAURANTE MURALHA DE CAMINHA - MURALHA SOMBRIA TURISMO E RESTAURAÇÃO, LDA.		970,00		570,00
	7579	EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA,S.A.		324,18		1.892,35
	7590	Norberto Henrique Da Silva Ribeiro				1.000,00
	7597	AUDIO STAGE, LDA		1.722,00		19.618,52
	7605	CERTIKIN PORTUGAL, S.A. - AQUAAMBIENTE		1.883,38		
	7672	MOMEL - COMERCIO DE ARTIGOS SANITARIOS E REGA, S.A		3.071,64		
	7691	AQUANINFA LAVAGEM E LIMPEZA A SECO UNIPESSOAL, LDA		99,00		
	7708	PAULO NUNO LOUREIRO GONÇALVES		48,40		18,00
	7745	HCH - INVESTIMENTOS TURISTICOS, LDA		760,00		
	7784	YING DINGYOU - LOJA DA AMIZADE				26,95
	7845	ASSOCIAÇÃO CULTURAL MITO DO HOMEM PLANTADO - TEATRO DE MARIONETAS DE MANDRAGORA				3.555,00
	7857	AURELIO PEINADO VILAR				4.000,00
	7874	MULTITENDAS - COMERCIO E ALUGUER DE TENDAS, LDA		30.959,10		23.203,95
	7937	TELFOR - COMÉRCIO DE TEXTEIS, LDA		2.779,80		12.669,00
	7983	JOSÉ MANCIO COSTA, UNIPESSOAL, LDA.		38,91		38,17
	7994	DIMACER - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA		58,28		904,20
	8033	EDP - SERVIÇO UNIVERSAL, SA		14.554,89		
	8041	MARIA DE LURDES COELHO CARREIRA AMARO				128,00
	8048	PRIMUS LEAN - ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO, lDA		1.697,40		
	8052	SAGILAB - LABORATÓRIO ANALISES TÉCNICAS, SA		1.045,52		1.418,82
	8093	CASA DO LAVRADOR - MARIA JULIETA PIRES ALVES-SOC.UNIPESSOAL, LDA.		15,65		
	820	RÁDIO LUZ - JOÃO VALENTE UNIPESSOAL,LDA.		19.935,84		39.950,40
	8212	VIANAS, SA				787,20
	8255	ELEVATRANS PRE-FABRICADOS, S.A.		13.001,10		32.527,35
	83	A.D.S.E - DIRECÇÃO GERAL PROTECÇÃO SOCIAL FUNCIONÁRIOS AG.ADMIN.PÚBLICA		1.036,29		12.535,71
	830	RESTAURANTE ANCORA MAR				400,00
	8355	OLGA MARIA LIMA PIRES ALDEIA NOVA		10,00		
	84	VODAFONE PORTUGAL - COMUNICAÇÕES PESSOAIS,S.A.		3.705,45		3.929,31
	8425	VALDEMAR ANTÓNIO PORTO ALVES DE CASTRO		300,00		350,00
	8441	SPORMEX - EVENTS & EXHIBITIONS,LDA.		1.845,00		1.660,50
	8450	FARRA FANFARRA, ASSOCIAÇÃO CULTURAL		7.500,00		6.000,00
	8454	MARTINS & FILHOS, S.A. EMPREITEIROS		1.704,78		3.099,60
	8461	LUSÁGUA SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.		192.500,40		519.594,25
	8471	ELISÁRIO COELHO E CASTRO CUNHA		4.500,00		
	8495	DROGARIA AUGUSTO BERNARDO & HENRIQUES, LDA		280,00		1.654,15
	8536	NORTALUGA - VENDA E ALUGUER DE EQUIPAMENTO		21.712,97		23.584,52
	8603	CHAMBRE DE COMMERCE E D'INDUSTRIE FRANCO-PORTUGAISE		1.500,00		
	8657	ANTONIO FRANCISCO ROCHA SOUTULHO				6.088,50
	866	MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES AMORIM FREIRE		294,00		
	8740	UNIÃO FREGUESIAS DE GONDAR E ORBACÉM		250,00		
	8765	LUIS MAURICIO GIESTAS GONÇALVES - INST.ELETRICAS SOC.UNIPESSOAL,LDA.				4.797,00
	8820	FÁTIMA CAMARA & CRISTINA COSTA, LDª		433,00		
	8821	WEE WORLD ENTERTAINMENT EVENTS		3.567,00		1.722,00
	8823	MARCOBRINDE II - SOCIEDADE POR QUOTAS, LDA.		9.047,09		7.526,45
	883	MINHOBRINDE - AGENCIA DE PUBLICIDADE,LDA		583,02		1.217,57
	8904	SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC,S.A.		9.163,50		10.694,87
	8925	TAKE FILM - PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS, UNIPESSOAL LDA.		4.245,96		3.394,80
	8928	Rádio Alto Minho - Sociedade De Informação Regional, Lda		2.238,60		1.845,00
	8947	OVAVA ENGENHARIA, LDA.				1.511,06
	8950	INTEGRAL - SERVIÇOS INTEGRAIS DE SEGURANÇA,LDA		14.053,98		14.339,34
	9020	ELSPEC PORTUGAL, LD.ª		3.608,21		
		A TRANSPORTAR ...		1.320.302,31		2.068.493,99

ENTIDADE	OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período : 2017/01/02 a 2017/12/31	2018/03/19	2017	6

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		1.320.302,31		2.068.493,99
	9024	Rui Pedro Lourenço Valadares		34,13		
	9027	RESTAURANTE PALADAR - LIDIA MARIA VASCONCELOS DE LIMA RODRIGUES				21,40
	9046	VERDE MINHO TRANSPORTES - JOSÉ ALVES & FILHOS LDA		12.969,44		
	9087	EXIBIRANCORA - LIMPEZA E JARDINS UNIPESSOAL,LDA.		1.992,48		2.169,72
	9126	RESTAURANTE "O CLUBE" - ALBINA LUÍS DA CUNHA FERNANDES				1.887,00
	9137	CIAB - TRIBUNAL ARBITRAL DE CONSUMO		762,50		1.775,00
	9153	RICARDO ALVES DA SILVA		1.476,00		
	9158	Alius Vetus - Associação Cultural, História e Património		1.800,00		1.800,00
	9165	PÉDEXUMBO - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DE MÚSICA E DANÇA		2.290,00		3.380,00
	919	AVIC - ANTÓNIO DOS PRAZERES DA SILVA & FILHOS LDA.		1.225,00		7.140,00
	9261	REDE2048 - SISTEMAS INFORMATICOS E COMUNICOES LDA				6.553,44
	9263	CEVAL - CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DO ALTO MINHO		1.000,00		
	9278	JARDINS E LIMPEZAS FILIPE SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDª		565,80		
	9296	Masseira Bar - Tiago Cunha, Lda.				225,00
	9307	RAINHO & NEVES - ARTES GRAFICAS		12.853,50		10.081,08
	9398	FERNANDO RUI RIBEIRO FONTAINHAS DE OLIVEIRA		230,02		
	9409	PIANO B - COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE PIANOS, LDA.		1.537,50		1.660,50
	9429	IBERLED - SOLUÇOES DE ILUMINAÇAO		1.832,09		
	9434	ABREU E PEDRA - HIGIENE E BEM ESTAR, LDA		636,83		425,47
	9437	KRISALIDA - ASSOCIAÇAO CULTURAL DO ALTO MINHO		5.748,50		1.250,00
	9439	MOTODIESEL - JORGE M. L. MEIRA				780,41
	9453	LUBRILIXA - LUBRIFICANTES E ACESSORIOS P/CAUTOMOVEIS E CAMIOES, UNIP. LDA		858,35		
	9455	DRAGADOS DEL NOROESTE,S.L.		20.000,00		
	9484	PEÇASLIMIA - COMERCIO DE PEÇAS E ACESSORIOS DE AUTOMOVEIS, LDA		3.356,34		5.000,20
	9508	INSONORIDADE - PRODUÇOES DE ESPETACULOS MUSICAIS, LDA		17.632,05		15.750,15
	9509	HERDEIROS DE ANIBAL RODRIGUES DA CUNHA		169,13		
	9511	MIT - MAKE IT HAPPEN,LDA.		13.120,00		
	9531	PATRICK ALVES ESTEVES		2.982,75		922,50
	9575	LAZARA - AUTOCARES		1.455,00		9.080,00
	9599	BLACK RAVEN - CONSULTORIA CULTURA, UNIP, LDA		1.968,00		
	9607	E.Q.NEOQUIM, S.L.				609,00
	9614	CARLOS MARTINS, UNIPESSOAL, LDA				1.510,39
	9628	ÁGUAS DO NORTE, S.A.		2.053.820,23		111.168,26
	9634	DERODAS UNIPESSOAL, LDA		2.615,00		
	9641	AMAVICAL - MAQUINAS E FERRAMENTAS, LDA		379,68		
	9661	MINHO BUS - TRANSPORTES DO MINHO, LDA		750,00		
	9676	JP PRODUÇOES, LDA		46.309,50		16.851,00
	9757	HOTEL PORTA DO SOL - AMAZING SLEEP ATIVIDADES HOTELEIRAS, UNIPESSOAL, LDA		7.881,40		654,00
	9776	JOSÉ LUIS LEITE UNIPESSOAL, LDA.		60,00		2.643,73
	9808	SMARTSTEP - SISTEMAS DE MOBILIDADE INTEGRADOS, LDA				3.318,54
	9818	CAMINHOS SOLIDOS, LDA		129,15		
	984	BRINDIGRAFICA		445,26		
	9843	PAGINAUTENTICA - PUBLICAÇOES LDA				2.152,50
	9849	GAFSPORT - ARTIGOS DE DESPORTO, UNIPESSOAL		1.676,62		345,35
	9859	CALVOLIMA, LDA		1.239,84		1.551,63
	9864	JOAO PEDRO AMORIM PASSOS		600,00		
	9865	TIAGO JOSE NOBRE GARRINHAS		300,00		
	9867	ERESERV - MOBILIARIO URBANO UNIPESSOAL, LDA		492,00		
	9870	LILIANA MARISA AMORIM CERQUEIRA ALVES QUESADO		750,00		
	9871	CARLOS GONÇALVES BRAS		300,00		
	9872	JOSE CARLOS SALGUEIRO VILAS BOAS		400,00		
	9891	PADRÃO POSITIVO, LDA.		2.695,35		1.451,74
	9894	COFINA MEDIA,SA		615,00		
	9898	SECUNDINO PINTO RODRIGUES - PINTO INSUFLAVEIS		1.537,50		
	9907	VIDALGYM UNIPESSOAL, LDA.		7.266,84		
		A TRANSPORTAR ...		3.559.061,09		2.280.652,00

ENTIDADE	OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período : 2017/01/02 a 2017/12/31	2018/03/19	2017	7

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		3.559.061,09		2.280.652,00
	9940	VJR - COMERCIO E REPRESENTAÇOES, LDA		134,96		
	9956	CORO SINFONICO INES DE CASTRO - ASSOCIAÇAO ECO DOS PASSADOS		1.500,00		2.000,00
	9957	GAITAPARTA - ASSOCIAÇAO CULTURAL E RECREATIVA		2.200,00		
	9958	DLIMIT TACTIC SL		20,00		
	9959	ASSOCIACION CORO LICEO DE VILAGARCIA		1.500,00		
	9962	EXPM, LDA		399,75		276,75
	9971	FABRICA IGREJA PAROQUIAL SÃO TIAGO DE CASTELO DO NEIVA		600,00		
	9994	LARA HOTEL - SOCIEDADE TURISTICA DO MINHO, LDA		1.750,00		
	9999	CÂNDIDA ROSA GÓIOS MINA		1.000,00		
22.3		Acordos Pagamento		3.783.832,98		7.479.256,54
22.3.004		AGUAS NOROESTE 2012 - MLP		1.127.634,67		
22.3.005		AGUAS NORTE 2015 - CP		551.404,16		551.405,76
22.3.006		AGUAS NORTE 2015 - MLP		1.611.118,22		1.059.874,82
22.3.007		SUMA - CP		493.675,93		
22.3.009		AGUAS NORTE 2017 - CP				1.173.595,18
22.3.010		AGUAS NORTE 2017 - MLP				4.694.380,78
22.8		Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		165.725,70		163.842,31
22.8.002		Fornecedores conta corrente agregada		162.728,36		162.644,15
	10011	ELENA MARIA VARELA ALONSO		900,00		
	10153	RUI CARVALHO DESIGN, LDA.				6.014,70
	1032	REPSOL COMBUSTIVEIS, S.A.				3.939,06
	10368	GALP POWER, S.A.				88.294,52
	12	CAMINTINTAS - COMÉRCIO DE TINTAS E FERRAMENTAS,LDA.				306,00
	140	SERRAÇÃO RODRIGUES, LDA.				285,36
	154	JORNAL O CAMINHENSE		98,40		
	1787	NELITA - COSTA,FREITAS, MARTINS & Cª. LDª.		84,96		
	180	CENTRO SOCIAL E CULTURAL VILA PRAIA DE ANCORA		285,36		92,25
	183	GLOBAL NOTICIAS PUBLICAÇÕES, S.A.		119,31		
	1873	PETROLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL S.A.		537,97		
	2111	LAURINDA CORUJEIRA ARAÚJO				2.084,85
	2282	GRACIANO AFONSO QUESADO				261,84
	29	MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA,S.A.		52,36		52,36
	3004	AGRUPAMENTO ESCOLAS SIDÓNIO PAIS		1.504,82		
	3156	BRICANTEL - COM. MATERIAL ELECTRICO DE BRAGANÇA, LDA				1.608,48
	3361	IEP - INSTITUTO ELECTRONICO PORTUGUES				49,20
	3402	FREGUESIA DE VILA PRAIA ANCORA		11.745,06		
	3411	FREGUESIA DE VILAR DE MOUROS				7.967,45
	3507	MEADELA PEÇAS				418,20
	36	MARIA TERESA BRAGA CERQUEIRA		15,00		
	360	COMPANHIA SEGUROS LUSITÂNIA, S.A.		383,16		383,16
	3692	SCHMIT+SOHN ELEVADORES		408,48		410,93
	38	CTT - CORREIOS DE PORTUGAL,SA / SERVIÇOS CONTABILIDADE E FINANÇAS		17.021,01		11.257,65
	4208	FREGUESIA DE DEM		15.267,45		
	4589	ANCORPEÇAS - COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS AUTO, LDA.				112,16
	4604	METALOCAMINHA - METALOMECANICA, LDA.				1.696,58
	5667	OFFICEMATICA - COMERCIO E ASSISTENCIA A EQUIPAMENTO ESCRITORIO E INFORMATICA, LD				178,39
	577	Albergaria Quim Barreiros - Bugalho & Barreiros - Sociedade Hoteleira, Lda				235,00
	586	MARTINS & LOPES,LDA		225,00		
	5901	FREGUESIA DE RIBA ÂNCORA				10.733,17
	5909	FREGUESIA DE ÂNCORA		5.245,60		3.544,64
	6024	FREGUESIA DE VILE		7.056,42		
	6214	STERICYCLE PORTUGAL, LDA		2.251,22		
	624	MARIA CELESTE COSTA DA FONTE VERDE LIRIO		4.482,40		4.516,88
	6298	CERVMUSIC - PROMOÇÃO EVENTOS MUSICAIS				9.225,00
	6527	PINGO DOCE - DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR, S.A.				3,08
		A TRANSPORTAR ...		7.419.682,76		9.915.856,20

ENTIDADE	OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período : 2017/01/02 a 2017/12/31	2018/03/19	2017	8

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		7.419.682,76		9.915.856,20
	6677	VALTER FERREIRA ARCANJO, LDA.		402,21		
	680	CAPITANIA PORTO DE CAMINHA				51,69
	7523	UNIDADE LOCAL DE SAUDE DO ALTO MINHO - VIANA CASTELO		60,00		
	7564	RESTAURANTE MURALHA DE CAMINHA - MURALHA SOMBRIA TURISMO E RESTAURAÇÃO, LDA.				75,00
	7648	J.LARA, FILHO & COMPANHIA LDA				30,70
	8033	EDP - SERVIÇO UNIVERSAL, SA		9,27		
	84	VODAFONE PORTUGAL - COMUNICAÇÕES PESSOAIS,S.A.		160,28		
	8461	LUSÁGUA SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.				4.690,16
	8739	UNIÃO FREGUESIAS DE CAMINHA (MATRIZ) E VILARELHO		17.213,36		
	8793	UNIÃO FREGUESIAS DE VENADE E AZEVEDO		3.504,50		2.544,00
	8925	TAKE FILM - PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS, UNIPESSOAL LDA.		713,40		
	9046	VERDE MINHO TRANSPORTES - JOSÉ ALVES & FILHOS LDA		2.460,00		
	916	M. D. J. - RIBAS,LDA.				91,64
	9263	CEVAL - CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DO ALTO MINHO				1.000,00
	9300	REINA PIRES, LDA				168,00
	9398	FERNANDO RUI RIBEIRO FONTAINHAS DE OLIVEIRA				135,00
	9484	PEÇASLIMIA - COMERCIO DE PEÇAS E ACESSORIOS DE AUTOMOVEIS, LDA				187,05
	9628	ÁGUAS DO NORTE, S.A.		67.277,56		
	9696	FLORA CIDALIA PEDROSA PEREIRA		88,85		
	9894	COFINA MEDIA,SA		2.460,00		
	9962	EXPM, LDA		153,75		
	9995	RUI PEDROSA TOPOGRAFIA SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA		541,20		
22.8.003		Fornecedores - compras		2.997,34		1.198,16
23		EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		5.660.955,70		5.006.009,62
23.1		Em moeda nacional		5.660.955,70		5.006.009,62
23.1.1		De curto prazo		565.167,13		676.261,44
23.1.1.1		Empréstimos bancários		565.167,13		676.261,44
23.1.1.1.1		CAIXA GERAL DEPOSITOS		147.154,26		147.266,02
23.1.1.1.1.02		9015/001581/287/0019		42.922,82		43.034,59
23.1.1.1.1.03		9015/001820/987/0019		61.193,04		61.193,03
23.1.1.1.1.04		9015/001821/887/0019		43.038,40		43.038,40
23.1.1.1.2		BANCO BPI,SA		153.204,01		164.186,56
23.1.1.1.2.02		CONTRATO EMP. C. PRAZOS		126.259,57		137.242,12
23.1.1.1.2.03		EMPRESTIMO CP BPI		26.944,44		26.944,44
23.1.1.1.3		ESTADO - DIRECCAO GERAL TESOURO E FINANCAS		100.000,00		200.000,00
23.1.1.1.4		ESTADO - DIRECCAO GERAL TESOURO E FINANCAS - PAEL		164.808,86		164.808,86
23.1.2		De médio e longo prazo		5.095.788,57		4.329.748,18
23.1.2.1		Empréstimos bancários		5.095.788,57		4.329.748,18
23.1.2.1.1		CAIXA GERAL DE DEPOSITOS		1.083.152,60		935.865,51
23.1.2.1.1.11		9015/001581/287/0019		301.416,94		258.361,28
23.1.2.1.1.14		9015/001820/987/0019		458.947,72		397.754,69
23.1.2.1.1.15		9015/001821/887/0019		322.787,94		279.749,54
23.1.2.1.2		BANCO BPI		2.046.952,00		1.893.007,56
23.1.2.1.2.01		CONTRATO EMP. M.L.PRAZOS		1.703.410,39		1.576.410,39
23.1.2.1.2.02		EMPRESTIMO M.L.P. BPI		343.541,61		316.597,17
23.1.2.1.8		ESTADO-DIRECÇÃO GERAL TESOURO E FINANCAS		400.000,00		100.000,00
23.1.2.1.9		ESTADO-DIRECÇÃO GERAL TESOURO E FINANCAS - PAEL		1.565.683,97		1.400.875,11
24		ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		349.033,85		508.306,91
24.2		Retenção de impostos sobre rendimentos		30.066,59		33.340,43
24.2.1		Trabalho dependente		29.081,00		30.916,00
24.2.2		Trabalho independente		408,59		2.424,43
24.2.6		SOBRETAXA EXTRAORDINÁRIA		577,00		
24.5		Contribuições para a Seguranca Social		318.788,72		474.543,64
24.5.1		CAIXA GERAL DE APOSENTAÇOES		57.871,00		120.332,96
24.5.1.1		CGA-DESCONTO DO PESSOAL		24.027,20		22.946,88
24.5.1.2		CGA-ENCARGOS DA AUTARQUIA		33.843,80		97.386,08
	2019	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		33.843,80		97.386,08
		A TRANSPORTAR ...		13.266.617,77		15.085.710,61

ENTIDADE	OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período : 2017/01/02 a 2017/12/31	2018/03/19	2017	9

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		13.266.617,77		15.085.710,61
24.5.2		ADSE		213.407,53		255.071,15
24.5.2.1		ADSE-DESCONTOS DO PESSOAL				8.680,72
24.5.2.2		ADSE-ENCARGOS DA AUTARQUIA		213.407,53		246.390,43
	83	A.D.S.E - DIRECÇÃO GERAL PROTECÇÃO SOCIAL FUNCIONÁRIOS AG.ADMIN.PÚBLICA		213.407,53		246.390,43
24.5.3		IGFSS		47.510,19		99.139,53
24.5.3.1		IGFSS-SEGURANÇA SOCIAL FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS		12.988,58		13.345,36
24.5.3.2		IGFSS-SEGURANÇA SOCIAL-REGIME GERAL		2.839,01		2.276,08
24.5.3.3		IGFSS-SEGURANÇA SOCIAL-OUTROS				243,89
24.5.3.4		IGFSS - ENCARGOS DA AUTARQUIA		31.682,60		83.274,20
	413	INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL		31.682,60		83.274,20
24.7		TAXAS		178,54		422,84
24.7.1		CERTIFICADO REGISTO CIDADÃOS DA UE		178,54		422,84
26		OUTROS DEVEDORES E CREDORES		5.604.728,13		6.638.080,39
26.1		Fornecedores de imobilizado		4.815.967,29		5.568.629,95
26.1.1		Fornecedores de imobilizado, c/c		257.072,08		1.217.921,32
	10022	LUIS MAURICIO - CASA DOS LEDS, LDA				4.579,20
	10100	CUNHA BASTOS - SOCIEDADE DE CONSTRUÇOES ELECTRICAS, CIVIS E OBRAS PUBLICAS				7.044,68
	10142	ESPAÇUS, S.A				10.397,43
	10218	JUSTBIT - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E GESTÃO INDUSTRIAL, LDA.				7.679,87
	10266	LARUS - ARTIGOS PARA CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS, LD.				6.765,66
	10271	ANTONIO MANUEL GOMES CARVALHO				50.000,00
	10275	ITEN SOLUTIONS - SISTEMAS DE INFORMAÇAO, SA				9.026,97
	10401	ASTILLEROS EL PASAJE, S.L. - CONSTRUCCION Y REPARACION DE BARCOS				1.032,00
	1145	AREAL EDITORES				1.353,00
	12	CAMINTINTAS - COMÉRCIO DE TINTAS E FERRAMENTAS,LDA.		902,21		1.489,53
	128	FERTECNICA - JOSE FERNANDO MIRANDA COSTA, LDA.				3.237,98
	140	SERRAÇÃO RODRIGUES, LDA.		779,82		1.628,52
	161	LIVRARIA BERTRAND				1.105,08
	187	ANTÓNIO MATOS,LDA.				4.271,53
	189	VIDRARIA JOMI		1.986,00		
	19	MÁRIO GONÇALVES, LDA.				2.797,76
	197	LUSOESTRADA, LDA		2.970,70		1.653,86
	2373	SOCIEDADE ALBINO MATOS FERNANDES - ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO,LDA.				70.412,88
	2636	ROCHA & ALVES, LDA.				14.553,96
	275	CUNHA AMORIM & RIBEIRO,LDª				2.074,15
	2773	PROSPORT - ROCHA,MOREIRA,PINTO & SOARES,LDA				3.856,05
	2793	MANUEL DA SILVA PEREIRA E FILHOS LDA		18.598,35		33.861,44
	2947	ELECTRO-CÓI, LDA		2.440,94		
	3156	BRICANTEL - COM. MATERIAL ELECTRICO DE BRAGANÇA, LDA		1.397,53		3.183,24
	3497	NUNO BRANDAO COSTA - ARQUITECTO UNIPESSOAL, LDA		9.202,61		
	3702	SUMINISTROS NAVALES SANTA TECLA, S.L				1.656,00
	3913	MARIO R.C.PINTO, LDA		514,14		3.493,20
	3938	ILHAPOR-LINHAS DE TRANSMISSÃO E PROPULSÃO LDA				2.583,00
	398	CAMINHA 2000 (JORNAL DIGITAL REGIONAL) - LUIS C.SANTOS ALMEIDA		1.000,00		
	40	VIVEIROS JUCA		2.761,30		4.142,25
	4123	VIDRARIA LANHELENSE - ADOLFO MARROCOS LDA		313,65		
	4153	SOPREM - NORTE COMERCIO E INDUSTRIA DE MADEIRAS LDA		1.234,98		10.172,88
	4156	ESRI PORTUGAL - SISTEMAS E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA				18.388,50
	4168	RIS 2048 - SISTEMAS INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO,LDA.		5.311,14		6.544,83
	43	LUÍS ANTÓNIO DA CUNHA & IRMÃO, LDA.		676,96		1.964,31
	4604	METALOCAMINHA - METALOMECANICA, LDA.				2.433,24
	4810	ANCORNET,LDA				1.499,37
	5348	CONSTRUÇÕES REFOIENSE UNIPESSOAL, Ldª		22.696,88		22.143,38
		A TRANSPORTAR ...		13.600.501,24		15.757.369,88

ENTIDADE	OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período : 2017/01/02 a 2017/12/31	2018/03/19	2017	10

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		13.600.501,24		15.757.369,88
	6066	PROASOLUTIONS.PT - ARQUITECTURA, GESTÃO ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE,LDA.		4.305,00		11.003,58
	607	BOAVENTURA & BOAVENTURA, LDA				580.266,48
	6079	CONSELHO DIRECTIVO BALDIOS FREGUESIA RIBA ANCORA				3.745,35
	6276	TRIBUTUBOS,LDA				7.604,79
	6985	PREDILHETES - CONSTRUÇÕES UNIPESSOAL, LDA		8.030,26		728,02
	7101	SOINCA - Sociedade Industrial de Cucujães, S.A.				3.192,47
	7174	CONTENUR PORTUGAL,SA				2.091,00
	74	MANUEL SILVA PEREIRA		4.575,60		
	7590	Norberto Henrique Da Silva Ribeiro		5.000,00		
	7678	INFOPORTUGAL - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E CONTEUDOS, SA		3.345,18		
	7994	DIMACER - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA				712,17
	8048	PRIMUS LEAN - ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO, lDA		18.846,80		50.271,52
	8224	EXTRUPLAS - RECICLAGEM, RECUPERAÇÃO E FABRICO DE PRODUTOS PLASTICOS, LDA				7.440,27
	8454	MARTINS & FILHOS, S.A. EMPREITEIROS				86.064,13
	8495	DROGARIA AUGUSTO BERNARDO & HENRIQUES, LDA		838,88		
	8650	TERRA & PEDRA - TERRAPLANAGENS LDA		80.589,29		45.728,40
	8765	LUIS MAURICIO GIESTAS GONÇALVES - INST.ELETRICAS SOC.UNIPESSOAL,LDA.				36.914,34
	9064	AMC CONSTRUÇÕES, LDA		8.556,99		18.589,27
	9261	REDE2048 - SISTEMAS INFORMATICOS E COMUNICOES LDA		5.854,22		3.159,01
	9429	IBERLED - SOLUÇOES DE ILUMINAÇAO		6.094,90		
	9432	UTM, SL				790,00
	9484	PEÇASLIMIA - COMERCIO DE PEÇAS E ACESSORIOS DE AUTOMOVEIS, LDA		84,33		
	9614	CARLOS MARTINS, UNIPESSOAL, LDA		111,00		664,02
	9748	ENÉRGICA - ACADEMIA DE FORMAÇÃO E CONSULTORIA, LDA.		25.106,64		30.196,07
	9867	ERESERV - MOBILIARIO URBANO UNIPESSOAL, LDA		2.365,91		2.289,03
	9890	NAUTITEJO - COMERCIO DE ARTIGOS NAUTICOS, UNIPESSOAL LDA				1.721,18
	9980	DETALHE VIRTUAL - SISTEMAS TECNICOS, LDA		1.340,70		
	9981	SOCIEDADE DE CONSTRUÇOES VILARELHO, LDA		2.247,20		
	9987	OVO SOLUTIONS - SOLUÇOES AMBIENTAIS, SA		2.214,00		
	9992	EXOTIKVALOR - ENGENHARIA E AMBIENTE, LDA		4.777,97		7.724,47
26.1.2		Fornecedores de Locação Financeira		4.657,67		
26.1.2.3		BANCO BANIF MAIS		4.657,67		
26.1.2.3.1		BANCO BANIF MAIS - C.L.FIN. 1022497 - CP		4.657,67		
26.1.3		CAU		197.353,83		192.272,92
26.1.3.1		For.Imb.- Valores Monetários - Agregada		197.353,83		192.272,92
	1140	ANTONIO SERAFIM DIAS GRENHO		2.368,00		2.368,00
	1844	CARLOS JOSE FERNANDES & Cª. LDA		30.376,91		27.401,91
	2373	SOCIEDADE ALBINO MATOS FERNANDES - ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO,LDA.		449,03		449,03
	2636	ROCHA & ALVES, LDA.		16.289,78		16.289,78
	2793	MANUEL DA SILVA PEREIRA E FILHOS LDA		4.076,86		4.076,86
	3791	FDO - PROJECTOS, LDA		1.413,50		1.413,50
	4637	C. S. CONSTRUCOES, LDA		313,64		313,64
	5154	AUGUSTO OLIVEIRA FERREIRA & CA.,LDA.		6.827,15		6.827,15
	5348	CONSTRUÇÕES REFOIENSE UNIPESSOAL, Ldª		31.555,50		31.555,50
	5843	GONÇALVES & CACHADINHA, SA		3.999,04		3.999,04
	6	AURÉLIO MARTINS SOBREIRO & FILHOS, SA		1.262,83		1.262,83
	6283	IRMAOS PEIXOTO, LDA - CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA CIVIL		489,33		
	715	CAMARA MUNICIPAL DE CAMINHA		57.132,21		57.132,21
	718	ALVARO DA COSTA MARTINS E IRMÃO, LDA		1.237,27		1.237,27
	739	BAPTISTA & DOMINGOS, LDA		6.751,76		6.751,76
	74	MANUEL SILVA PEREIRA				842,21
	77	BETOMINHO - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO, SA.		2.595,86		2.355,63
	79	ARMINDO AFONSO,LDA. - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS		8.953,15		6.457,42
	8048	PRIMUS LEAN - ENGENHARIA & CONSTRUÇÃO, lDA		1.928,46		1.928,46
		A TRANSPORTAR ...		13.967.464,06		16.830.927,65

ENTIDADE	OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período : 2017/01/02 a 2017/12/31	2018/03/19	2017	11

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		13.967.464,06		16.830.927,65
	82	MONTEADRIANO - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.		552,93		552,93
	856	JOÃO RODRIGUES AFONSO & CA LDª		432,15		432,15
	9064	AMC CONSTRUÇÕES, LDA		18.348,47		18.625,64
26.1.5		Fornecedores Imobilizado - outros		4.324.781,06		4.157.865,71
26.1.5.1		CaminhaEqui - Curto prazo		384.570,76		504.904,98
26.1.5.2		CaminhaEqui - Médio Longo prazo		3.940.210,30		3.652.960,73
26.1.8		Fornecedores de Imobilizado-Fact. recepção e confe		32.102,65		570,00
	12	CAMINTINTAS - COMÉRCIO DE TINTAS E FERRAMENTAS,LDA.		245,94		
	8210	MICROSOFT IRELAND OPERATIONS, LTD.		570,00		570,00
	9748	ENÉRGICA - ACADEMIA DE FORMAÇÃO E CONSULTORIA, LDA.		31.286,71		
26.2		Pessoal		329,23		329,23
26.2.6		Cauções do pessoal		329,23		329,23
	715	CAMARA MUNICIPAL DE CAMINHA		329,23		329,23
26.3		Sindicatos		1.456,00		1.504,76
26.3.1		STAL		973,05		1.027,58
26.3.4		SINDICATO TRANSP. FLU. COST. MARINHA MERCANTE		5,30		
26.3.5		SINTAP (SINDICATO TRAB. ADMINIST. PUBLICA ENT. FINS PUBLICOS)		477,65		477,18
26.7		Consultores, assessores e intermediários		57.916,13		58.249,72
	10013	RAMIRO ANTONIO CACAIS PINTO		4.980,00		
	10027	ECOSYMBOL, LDA		1.414,50		
	10042	ENVIPRIME - CONSULTORIA E ESTUDOS TÉCNICOS DE AMBIENTE E SEGURANÇA, SA		4.744,73		4.744,72
	134	DOMOTEC - INSTALAÇÕES ESPECIAIS, LDA.		2.189,40		
	9955	ANTÓNIO ALBUQUERQUE CALVÃO - PROJETOS ARQUITETURA, LDA.		44.587,50		53.505,00
26.8		Devedores e credores diversos		690.400,35		958.857,30
26.8.1		DEVEDORES E CREDORES DIVERSOS		535.633,68		482.070,18
26.8.1.2		Credores das Administrações Públicas		535.633,68		482.070,18
26.8.1.2.6		Fundo de Apoio Municipal - CP		107.127,00		160.690,50
26.8.1.2.7		Fundo de Apoio Municipal - MLP		428.506,68		321.379,68
26.8.4		Credores de transferências das autarquias locais		133.179,13		43.139,74
26.8.4.1		Administração autárquica		133.179,13		43.139,74
26.8.4.1.4		Freguesias		60.715,85		
	3402	FREGUESIA DE VILA PRAIA ANCORA		17.872,52		
	3411	FREGUESIA DE VILAR DE MOUROS		16.000,00		
	4208	FREGUESIA DE DEM		12.000,00		
	5909	FREGUESIA DE ÂNCORA		3.000,00		
	8740	UNIÃO FREGUESIAS DE GONDAR E ORBACÉM		3.600,00		
	8793	UNIÃO FREGUESIAS DE VENADE E AZEVEDO		8.243,33		
26.8.4.1.9		Outros		72.463,28		43.139,74
	10171	NAUTIMINHO - ASSOCIAÇÃO NAUTICA DO MINHO				1.625,00
	113	CENTRO CULTURAL DESPORTIVO ANCORENSE				3.462,50
	116	C.A.C. - CLUB ANDEBOL CAMINHA				750,00
	117	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA PRAIA DE ANCORA		2.000,00		8.475,00
	2049	SOCIEDADE COLUMBOFILA ANCORENSE		62,50		125,00
	278	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL ANCORA		1.110,04		
	279	SPORTING CLUBE CAMINHENSE				4.037,50
	2898	JUCAMINHA		875,00		1.750,00
	358	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CAMINHA		10.725,00		12.000,00
	403	ATLÉTICO CLUBE DE CAMINHA				1.125,00
	485	ANCORA-PRAIA FUTEBOL CLUBE				2.625,00
	5090	SURF CLUBE PRAIA DE ANCORA		100,00		200,00
	5408	GRUPO DESPORTIVO CULTURAL VENADE		1.125,00		1.125,00
	637	ARA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA RIBA ANCORA		250,00		250,00
	7501	LANHELAS FUTEBOL CLUBE				1.125,00
	7523	UNIDADE LOCAL DE SAUDE DO ALTO MINHO - VIANA CASTELO		114,74		114,74
	8134	ASSOCIAÇÃO TRIATLO DE CAMINHA		62,50		125,00
	8485	FEDERAÇÃO DE TRIATLO PORTUGAL		2.100,00		2.100,00
		A TRANSPORTAR ...		19.018.256,99		21.592.142,71

ENTIDADE	OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DATA	ANO	PAGINA
CMC	Período : 2017/01/02 a 2017/12/31	2018/03/19	2017	12

COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		19.018.256,99		21.592.142,71
	8652	Desnivel Positivo Associação Desportiva E Recerativa Luso-galaica		375,00		375,00
	9542	FUNDO DE APOIO MUNICIPAL		53.563,50		
	9664	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA JUVENTUDE VILA PRAIA				1.750,00
26.8.5		DEVEDORES E CREDORES DE OPERAÇOES NÃO ORÇAMENTAIS		21.587,54		32.054,30
26.8.5.1		AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE PROCEDIMENTOS		6.566,00		6.566,00
26.8.5.1.1		REABILITAÇÃO TEATRO VALADARES		1.845,00		1.845,00
26.8.5.1.2		REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO PAVILHAÕ MUNICIPAL V.P.		1.537,50		1.537,50
	1844	CARLOS JOSE FERNANDES & Cª. LDA		307,50		307,50
	200	ANTONIO ALVES RIBEIRO & FILHOS, LDª		307,50		307,50
	7360	ALFREDO BARROSO, LDA		307,50		307,50
	7393	OPENLINE - PORTUGAL		307,50		307,50
	79	ARMINDO AFONSO,LDA. - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS		307,50		307,50
26.8.5.1.3		REQUALI E AMPLIAÇÃO PAVILHAÕ MUNICIPAL CAMINHA		922,50		922,50
26.8.5.1.4		BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CAMINHA		1.400,00		1.400,00
	1844	CARLOS JOSE FERNANDES & Cª. LDA		200,00		200,00
	7337	CONSTRUÇÕES ARTUR ALVES DE FREITAS II, LDA		200,00		200,00
	7754	FESTA & FESTA S.A		200,00		200,00
	7760	MARTINS E SOARES LDA.		200,00		200,00
	7761	CONDURIL, SA		200,00		200,00
	7765	VILACELOS CONSTRUCOES S.A.		200,00		200,00
	79	ARMINDO AFONSO,LDA. - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS		200,00		200,00
26.8.5.1.5		RECOLHA/TRANSP. RSU, FORNC.LAVAGEM CONTENT./LIMPEZA URBANA PRAIA CAMINHA		861,00		861,00
	2788	SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE,S.A.		123,00		123,00
	8447	RECOLTE S.A.		123,00		123,00
	8452	ECOAMBIENTE - CONSULTORES ENGENHARIA GESTÃO PREATAÇÃO DE SERVIÇOS		123,00		123,00
	8453	HIDURBE - GESTÃO DE RESIDUOS, S.A		123,00		123,00
	8456	CLECE - SUCURSAL EM PORTUGAL, SA		123,00		123,00
	8460	RESTRADAS - REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS DO NORTE, LDA		123,00		123,00
	8461	LUSÁGUA SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.		123,00		123,00
26.8.5.5		PENHORAS - FINANÇAS/AGENTES EXECUCAO				193,00
	7516	MARIA CLARA PEREIRA BARBOSA BARROSO				193,00
26.8.5.9		OUTROS		15.021,54		25.295,30
26.8.5.9.1		DESCONTOS DE VENCIMENTOS PARA PENHORAS		685,08		436,97
26.8.5.9.2		ATAM				13,07
26.8.5.9.3		TRABALHOS POR CONTA DE TERCEIROS		2.588,14		2.588,14
26.8.5.9.3.1		MASSA FALIDA S C FELGUEIRAS, LDª		2.588,14		2.588,14
26.8.5.9.4		EXECUÇÕES FISCAIS - FUNCIONÁRIOS		9,85		9,85
26.8.5.9.4.4		JOÃO FERREIRA		9,85		9,85
26.8.5.9.5		EXECUÇÕES FISCAIS		10.564,87		13.600,53
26.8.5.9.6		SERVIÇOS SOCIAIS TRAB. CAMARA MUNICIPAL		1.173,60		1.220,55
26.8.5.9.9		SERVIÇO ELEIÇÕES				7.426,19
26.8.9		Credores Diversos - Outros				401.593,08
26.8.9.9		OUTROS CREDORES DIVERSOS				401.593,08
	10172	JOÃO GABRIEL NEIVA MARQUES				401.593,08
26.9		Adiantamentos por contas de vendas		38.659,13		50.509,43
26.9.2		Por conta de venda de imoveis		38.659,13		50.509,43
		TOTAL ...		19.132.442,16		22.078.424,52

VOLUME V | INSTRUÇÃO
TRIBUNAL DE CONTAS

Índice

ANEXOS À INSTRUÇÃO (RESOLUÇÃO Nº 6/2013 – 2ª SECÇÃO) 1

GUIA DE REMESSA – ANEXO II 2

NORMAS DE CONTROLO INTERNO E SUAS ALTERAÇÕES 3

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA 4

SÍNTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS – ANEXO IV 5

MAPA DE FUNDOS DE MANEIO – ANEXO V 7

RELAÇÃO DE EMOLUMENTOS NOTARIAIS E CUSTAS DE EXECUÇÕES FISCAIS – ANEXO VI 21

RELAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES – ANEXO VII 22

RELAÇÃO NOMINAL DE RESPONSÁVEIS – ANEXO VIII 24

MAPA DAS PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE - ANEXO I 26

ANEXOS À INSTRUÇÃO

RESOLUÇÃO N.º 6/2013 – 2ª SECÇÃO

GUIA DE REMESSA

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 1 PÁGINA NUMERADA

GUIA DE REMESSA

MUNICIPIO DE CAMINHA

Envia à Direcção Geral do Tribunal de Contas os documentos constitutivos da conta de gerência relativa ao período de 1 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2017

Nº do Doc.	DESIGNAÇÃO
1	Balanço
2	Demonstração de Resultados
3	Controlo Orçamental da Despesa
4	Controlo Orçamental da Receita
5	Fluxos de Caixa
6	Contas de Ordem
7	Operações de Tesouraria
8	Caracterização da Entidade
9	Contratação administrativa
10	Empréstimos
11	Relatório de Gestão
12	Acta da reunião em que foi discutida e votada a conta
13	Norma de controlo interno e suas alterações
14	Síntese das Reconciliações Bancárias
15	Relação Nominal dos Responsáveis
16	Parecer e certificação legal nos termos da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro

O Dirigente responsável pela área Administrativa e Financeira

Assinatura _____

NORMAS DE CONTROLO INTERNO E SUAS ALTERAÇÕES

NORMAS DE CONTROLO INTERNO E SUAS ALTERAÇÕES DOCUMENTO EM ANEXO CONSTITUÍDO POR
MANUAL DE PROCEDIMENTOS NUMERADO DE 1 A 33
MANUAL DE PROCEDIMENTOS – PARTE FINANCEIRA NUMERADO DE 1 A 24

Manual de Procedimentos

ÍNDICE

LISTA DE REFERÊNCIAS	2
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
CAPÍTULO II - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	4
CAPÍTULO III - FUNCIONAMENTO DE SERVIÇOS	4
SECÇÃO I - Atendimento	4
SECÇÃO II - Comunicações	5
CAPÍTULO IV - TRAMITAÇÃO DOCUMENTAL	6
SECÇÃO I - Disposições gerais	6
SECÇÃO II - Correio recebido	6
SECÇÃO III - Correio expedido	9
SECÇÃO IV - Documentos e procedimentos internos	10
SECÇÃO V - Celebração e arquivo de contratos	11
CAPÍTULO V - REGIME DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	12
SECÇÃO I - Disposições gerais	12
SECÇÃO II - Fundos de maneio	12
SECÇÃO III - Aquisição de bens e serviços e locação	13
SECÇÃO IV - Empreitadas de obras públicas	15
CAPÍTULO VI - FUNDOS COMUNITÁRIOS E OUTROS FINANCIAMENTOS	20
CAPÍTULO VII - PROCEDIMENTOS DE NATUREZA ECONÓMICO-FINANCEIRA	20
SECÇÃO I - Documentação de índole financeira	20
SECÇÃO II - Execução orçamental	21
SECÇÃO III - Património	23
SECÇÃO IV - Gestão das disponibilidades	24
SECÇÃO V - Análise contabilística	27
CAPÍTULO VIII - PESSOAL	28
SECÇÃO I - assiduidade e pontualidade	28
SECÇÃO II - Trabalho extraordinário	30
SECÇÃO III - Dispensas	30
SECÇÃO IV - Férias	31
SECÇÃO V - Faltas	31
SECÇÃO VI - Regime de desempenho de funções	32
SECÇÃO VII - Sistema de avaliação do desempenho	32
SECÇÃO VIII - Período de descanso	32
CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS	33

LISTA DE REFERÊNCIAS

REFERÊNCIA	DESIGNAÇÃO
DAF	Divisão Administrativa e Financeira
DOPPGU	Divisão de Obras Particulares, Planeamento e Gestão Urbanística
ECAD	Entidade Competente para Autorizar a Despesa (ou para adjudicar)
FEP	Ficha de Execução do Projecto
GAP	Gabinete de Apoio à Presidência
PPI	Plano Plurianual de Investimentos
SCAP	Secção de Contabilidade, Aprovisionamento e Património
SEGATL	Secção de Expediente Geral, Arquivo, Taxas e Licenças

MANUAL DE PROCEDIMENTOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

1. As presentes normas visam disciplinar e homologar todos os procedimentos promovidos pelos serviços municipais, funcionando como um instrumento efectivo de orientação ao desempenho das actividades administrativas e financeiras.

2. É ainda propósito deste normativo estabelecer um conjunto de regras definidoras de políticas, métodos e procedimentos de controlo dos actos de administração, a fim de assegurar o cumprimento dos preceitos legais e regulamentares aplicáveis.

ARTIGO 2.º

1. Compete às chefias das divisões, dentro da respectiva unidade orgânica, implementar o cumprimento das normas definidas no presente documento e dos preceitos legais em vigor.

2. Nas divisões cujas chefias não se encontrem providas, as funções referidas no número anterior serão exercidas por funcionário designado por Vereador a quem tenham sido delegado competências na respectiva divisão.

3. A chefia da Divisão Administrativa e Financeira (DAF) deverá acompanhar a aplicação das presentes normas nos serviços municipais, comunicando no final de cada trimestre à presidência o grau de respeito pelas mesmas e a necessidade de eventuais ajustamentos ou novas regulamentações, competência esta extensiva a todo o pessoal dirigente e superiores hierárquicos.

ARTIGO 3.º

1. Compete aos titulares de um cargo de chefia designar quem os substitui em situações de ausência, falta ou impedimento, ficando esta designação sujeita a concordância de superior hierárquico.

2. O exercício das funções em substituição abrange os poderes delegados ou subdelegados e deverão respeitar a estrutura hierárquica de funcionamento.

ARTIGO 4.º

O serviço de cada secção/sector desenvolve-se de acordo com as instruções dadas pelo respectivo responsável, o qual dirigirá o trabalho a executar e promoverá o ambiente mais adequado ao exercício das funções a desenvolver, em conformidade com as instruções recebidas dos seus superiores.

ARTIGO 5.º

É ao responsável pela secção/sector que compete responder por tudo o que aconteça no local de trabalho que dirige, designadamente no que respeita às regras de funcionamento estabelecidas e a eventuais atrasos no desenvolvimento das várias tarefas a executar.

ARTIGO 6.º

As presentes normas são aplicáveis a todos os serviços da autarquia.

CAPÍTULO II

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

ARTIGO 7.º

As competências delegadas pela Câmara Municipal na presidência constarão do *ANEXO I* ao presente normativo.

ARTIGO 8.º

As competências delegadas pela presidência nos vereadores e por estes no pessoal dirigente expressam-se através de despachos que constituirá o *ANEXO II* às presentes normas.

CAPÍTULO III

FUNCIONAMENTO DE SERVIÇOS

SECÇÃO I

ATENDIMENTO

ARTIGO 9.º

1. Os funcionários com funções de atendimento estarão sempre identificados através do nome e categoria profissional, devendo apresentar-se asseados e de traje cuidado, procedendo ao atendimento com o propósito de colaborar na resolução dos problemas colocados pelos munícipes.

2. O atendimento ao público por parte dos serviços faz-se das 8 horas e 30 minutos às 15 horas e 30 minutos, com intervalo das 12 horas e 30 minutos às 13 horas e 30 minutos.

3. Quando o atendimento se fizer em horário diferente ao expresso no número anterior, deverá o mesmo ser divulgado por edital.

ARTIGO 10.º

1. A marcação de contactos com os vereadores ou os chefes de divisão far-se-á sempre através nos núcleos de apoio, com indicação prévia dos assuntos a tratar.

2. A presidência utiliza marcação autónoma, segundo metodologia definida por este órgão.

ARTIGO 11.º

Sempre que o funcionário que proceder ao atendimento não puder, de imediato, resolver a pretensão do munícipe, deverá acompanhar o procedimento até à sua resolução final, mantendo o interessado informado da situação do processo sempre que a mesma se altere.

ARTIGO 12.º

É proibida a deslocação dos funcionários do atendimento, sob qualquer pretexto, sem que sejam devidamente substituídos.

SECÇÃO II

COMUNICAÇÕES

ARTIGO 13.º

O serviço de comunicações funcionará, ininterruptamente, todos os dias úteis, entre as 8 horas e 30 minutos e as 16 horas e 30 minutos.

ARTIGO 14.º

1. A instalação de equipamentos de comunicações está sujeita a apreciação prévia da chefia da DAF, carecendo o acesso telefónico ao exterior de autorização da presidência.

2. A atribuição dos números de telefone é da competência da chefia da DAF.

ARTIGO 15.º

1. Sempre que se torne imprescindível comunicar, dever-se-á seleccionar o meio mais económico para o fazer.

2. O responsável por cada secção/sector garantirá a utilização mínima dos meios de comunicação, sem que seja colocada em causa a eficiência dos respectivos serviços.

ARTIGO 16.º

Competirá ao chefe da DAF proceder ao acompanhamento da evolução dos custos de utilização de cada equipamento de comunicação, informando a presidência sempre que a sua evolução mereça preocupação e aconselhe a introdução de novas medidas de utilização.

CAPÍTULO IV

TRAMITAÇÃO DOCUMENTAL

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 17.º

1. Os suportes de comunicação administrativa escrita, de natureza interna e externa, devem sempre identificar os funcionários e agentes ou titulares dos órgãos subscritores dos mesmos e a qualidade em que o fazem.

2. A identificação faz-se mediante assinatura ou rubrica, com indicação da data, cargo, nome e referência à competência, quando delegada.

ARTIGO 18.º

1. Na redacção dos documentos (formulários, ofícios, minutas de requerimentos, avisos, convocatórias, certidões e declarações), em especial na comunicação com os cidadãos, deve usar-se linguagem simples, clara, concisa e significativa, sem siglas, termos técnicos, expressões reverenciais ou intimidatórias.

2. As minutas e os modelos de requerimentos devem incluir instruções de preenchimento simples e suficientes.

ARTIGO 19.º

1. Todos os documentos de circulação interna ou externa devem ser formatados na DAF, após consulta às chefias das divisões que promovem a sua utilização, para definição dos conteúdos dos mesmos.

2. A aprovação de todos os documentos compete à presidência e expressa-se por despacho em informação que fundamente utilidade da sua implementação, a elaborar pela chefia da DAF.

SECÇÃO II

CORREIO RECEBIDO

ARTIGO 20.º

1. Toda a correspondência dirigida ao município é confidencial até à sua primeira distribuição.

2. Todos os documentos que contenham elementos empresariais ou pessoais, são classificados de "reservados", não sendo admitida a sua divulgação a não ser por determinação judicial.

ARTIGO 21.º

1. O registo de toda a correspondência recebida far-se-á no próprio dia em que é entregue no município.

2. Toda a correspondência é obrigatoriamente registada e classificada, segundo o competente plano, na Secção de Expediente Geral, Arquivo, Taxas e Licenças (SEGATL).

3. O disposto no número anterior não se aplica aos requerimentos relativos a processos de licenciamento de obras particulares e operações de loteamento, cujo registo é feito no Sector de Apoio Administrativo e Arquivo da Divisão de Obras Particulares, Planeamento e Gestão Urbanística (DOPPGU) e às facturas ou documentos equivalentes, que são registadas na Secção de Contabilidade, Aprovisionamento e Património (SCAP).

Artigo 22.º

1. Todos os dias úteis haverá uma distribuição da correspondência recebida, após o competente registo.

2. Os documentos registados fora da SEGATL, face às suas especificidades, serão tratados e acompanhados pelos serviços de registo sob orientação da chefia da respectiva divisão, nos termos das normas estabelecidas neste normativo, com as necessárias adaptações.

Artigo 23.º

1. Compete à SEGATL proceder à primeira distribuição dos documentos recepcionados, os quais serão previamente despachados por responsável a designar pela presidência e no respeito pelas orientações desta.

2. A entidade referida no número anterior promoverá a primeira distribuição do correio pela vereação e chefias de divisão e dirigirá à presidência os documentos que merecerão orientação e ponderação mais cuidada, dada a sua relevância.

3. Após o despacho referido no número 1., a SEGATL registará o destino de todos os documentos a distribuir pelas entidades atrás citadas, as quais ficarão responsáveis pela sua localização, após recepção dos mesmos efectuada em listagem própria.

Artigo 24.º

1. Os processos em circulação conterão todos os despachos sequenciais que expressem a cada momento os circuitos efectuados, a data em que foram proferidos e a identificação de quem os exarou.

2. Os despachos recairão sobre a primeira folha dos documentos ou, na falta de espaço conveniente, inserir-se-ão em folha que se anexa, na qual se identificará o documento a que se reporta.

3. Nenhum serviço poderá receber qualquer documento que lhe não esteja expressamente dirigido por despacho.

Artigo 25.º

1. A circulação de documentos entre a Presidência, a Vereação ou o Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) e as divisões, far-se-á através da chefia da respectiva divisão, salvo procedimentos específicos estabelecidos em diplomas legais ou regulamentos.

2. Os documentos respeitantes a procedimentos (concursos) abertos e atinentes ao regime da despesa pública deverão ser entregues, no próprio dia em que se recepcionam, na SCAP.

Artigo 26.º

Não é permitida a circulação ou o arquivo de documentos ou processos com mais de uma folha, sem que todas se encontrem devidamente numeradas e rubricadas.

Artigo 27.º

1 Todos os documentos, com excepção dos que se limitam a fazer qualquer comunicação ou a sua tramitação seja específica, deverão ser apreciados e informados no prazo máximo de 12 dias, a fim de ser possível dar resposta aos interessados até um mês após a sua recepção.

2. No caso de não ser possível respeitar o determinado no ponto anterior, fica o funcionário que tiver o documento na sua posse no 30º dia (contado seguidamente) posterior à data de entrada obrigado a elaborar um ofício, nesse próprio dia, a remeter ao requerente ou peticionário e a ser subscrito pelo Chefe da Divisão respectiva, dando conta da situação em que o documento se encontra e perspectivando, desde logo, a data da resolução do assunto exposto.

3. Se por qualquer motivo imperativo não for possível a apreciação do documento até 5 dias da data prevista para resolução do assunto definido no ponto anterior, deverá o detentor do documento entregar até àquela data informação detalhada à respectiva Chefia de Divisão, propondo nova data para ultimar o assunto, passando esta a promover nova comunicação ao interessado e a acompanhar todo o processo até à sua resolução.

4. Os prazos fixados nos números anteriores são prazos máximos, devendo os assuntos breves, ou os que pela sua natureza ou imposição legal sejam tidos como urgentes, ser tratados em prazo mais curto.

Artigo 28.º

1. Os documentos serão arquivados:

   a) No Sector de Apoio Administrativo e Arquivo da DOPPGU, no que respeita aos documentos referentes aos processos de licenciamento de obras particulares e de operações de loteamento;

   b) Na SCAP, quanto aos documentos financeiros que se apensarão aos respectivos processos contabilísticos;

c) Na Secção de Pessoal, no que concerne aos documentos reportados à vida profissional dos funcionários do município, os quais se arquivarão nos processos individuais dos respectivos funcionários;

d) No GAP, os considerados *reservados* pela presidência;

e) No arquivo geral da SEGATL, os que se não referenciam nas alíneas anteriores.

2. Os processos/documentos cujo último acto administrativo que sobre eles recaiu se verificou há mais de dois anos e não se preveja a sua activação, passarão a ser arquivados no Arquivo Geral, cuja organização e funcionamento é da responsabilidade da Divisão Sócio-Cultural.

3. No que concerne ao arquivamento de processos de licenciamento de obras particulares e de operações de loteamento, o despacho será exarado pela chefia da DOPPGU.

4. Qualquer documento só será aceite para arquivo se o mesmo contiver despacho expresso nesse sentido.

SECÇÃO III

CORREIO EXPEDIDO

ARTIGO 29.º

1. É obrigatório o registo da correspondência expedida na SEGATL, a qual formará um arquivos de cópias de todos os documentos que saiam da Câmara Municipal.

2. Os ofícios a remeter ao exterior devem ser dirigidos à secção referida no número anterior, com os documentos que lhe dizem respeito e a indicação e rubrica de quem os minutou, até às 15 horas do dia de envio.

3. O registo mencionado no número 1. integra em cada documento uma referência composta por um número de ordem, a sigla da secção que o elaborou e os dois últimos dígitos do ano de envio.

Artigo 30.º

Os ofícios emitidos pelos serviços do município que se destinem exclusivamente a remeter ou solicitar documentos ou informações e a comunicar decisões devidamente expressas em documentos escritos, serão subscritos pelas chefias das respectivas divisões, competindo à presidência, ou vereadores no âmbito das suas competências delegadas, subscrever a restante correspondência.

Artigo 31.º

1. Compete à SEGATL, para além do registo, acompanhar todos os documento a expedir até que sejam colocados no correio.

2. Os documentos remetidos por *correio registado* deverão ter apensas às cópias arquivadas os respectivos talões de registo e a secção referida no número anterior acompanhar a chegada do *aviso de recepção* sempre que a ele houver lugar.

SECÇÃO IV

DOCUMENTOS E PROCEDIMENTOS INTERNOS

ARTIGO 32.º

As comunicações/informações internas prestadas sobre processos administrativos devem ser referenciadas por numeração sequencial dentro do mesmo serviço, identificar este e o respectivo ano.

Artigo 33.º

Dos documentos emitidos apenas pode ser extraído um original, que será rubricado pelo subscritor, devendo nos demais exemplares que venham a ser extraídos ser mencionada a circunstância de se tratar de *cópia* ou *2ª via*, consoante a situação.

Artigo 34.º

1. A emissão de certidões, atestados e outros actos meramente declarativos deve efectuar-se mediante requerimento oral ou escrito, designadamente telefónico, electrónico ou por fax.

2. Nos casos em que o requerimento seja feito oralmente, será lavrado texto do pedido formulado, do qual constem os elementos necessários, que será assinado e datado pelo funcionário que receber o pedido, o qual é registado nos mesmos termos a que se encontra sujeito documento equivalente.

3. Os pedidos de certidões narrativas, devidamente informados, deverão ser entregues ao chefe da SEGATL dentro do prazo de 3 dias após a data do registo de entrada, competindo a este a emissão das respectivas certidões, com excepção para as certidões narrativas referentes a processos de obras particulares e operações de loteamento, as quais são emitidas no Sector de Apoio Administrativo e Arquivo da DOPPGU e subscritas pela respectiva chefia.

4. A emissão de certificações através de cópias de documentos compete à chefia da secção respectiva e deve ser efectuada até ao dia seguinte ao da sua apresentação.

Artigo 35.º

1. Os processos administrativos, seja qual for o seu objecto, apenas poderão ser requisitados pela Presidência, Vereação, Chefias de Divisão e serviços por estas expressamente indicados.

2. Para efeitos de pedido de um processo arquivado, torna-se indispensável o preenchimento de requisição própria, da qual deverá constar sua identificação rigorosa e a data de devolução.

3. O serviço de arquivo solicitará a devolução do processo para arquivo na data de devolução indicada na requisição referida no número anterior.

Artigo 36.º

1. Apenas terão acesso aos documentos em arquivo os funcionários dos respectivos serviços de arquivo e as respectivas chefias de divisão.

2. Junto a qualquer documento que seja arquivado dever-se-á encontrar toda a informação ao mesmo respeitante.

Artigo 37.º

Compete à DAF proceder à leitura diária dos Diários da República ou à sua consulta na *Internet* e, em consequência, remeter às Chefias das Divisões os sumários de todos os diplomas cujo objecto tenha relação com as funções naquelas desenvolvidas.

SECÇÃO V

CELEBRAÇÃO E ARQUIVO DE CONTRATOS

ARTIGO 38.º

A celebração de quaisquer contratos, seja qual for a sua natureza, incluindo contratos-programa e protocolos, é efectuada pela DAF.

ARTIGO 39.º

1. Os originais dos contratos celebrados pelo município são arquivados na DAF, segundo orientação da chefia desta divisão.

2. Compete à chefia da divisão identificada no número anterior remeter cópias dos contratos celebrados aos serviços que lhes devem dar execução e acompanhamento.

CAPÍTULO V

REGIME DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 40.º

1. Na execução do orçamento do município devem ser respeitados os princípios e regras constantes do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), assim como todas as orientações de gestão definidas pela Câmara Municipal e pela presidência.

2. Em qualquer acto de contratação pública dever-se-á ter em atenção o preceituado nos diplomas legais aplicáveis e as regras e princípios constantes deste documento.

ARTIGO 41.º

1. O despacho da presidência que permite definir a entidade competente para autorizar a despesa (ECAD) integra o *ANEXO II* que faz parte integrante deste documento.

2. A ECAD define as condições a respeitar na nomeação dos júris ou comissões dos vários procedimentos, os quais terão em atenção que a DAF e a divisão promotora da despesa deverão estar representadas.

ARTIGO 42.º

1. Os processos dos respectivos procedimentos são compostos na SCAP, devendo os sectores técnicos fornecer os cadernos de encargos e as partes técnicas dos programas de concurso.

2. Todos os procedimentos são conduzidos pela SCAP, excepto no que se encontrar definido de forma diversa, que acompanhará os actos necessários até à requisição externa ou celebração do contrato e visto do Tribunal de Contas, se a estes houver lugar.

SECÇÃO II

FUNDOS DE MANEIO

ARTIGO 43.º

1. Para suportar os encargos com pequenas despesas, urgentes e inadiáveis, indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços do município, o *ANEXO III* ao presente normativo integra o Regulamento dos Fundos de Maneio aprovado pela Câmara Municipal.

2. Faz parte ainda do anexo referido no número anterior os fundo constituídos e os seus titulares.

SECÇÃO III

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E LOCAÇÃO

ARTIGO 44.º

1. Sempre que se torne necessária a aquisição de bens e serviços ou locação, à frente designado por *aquisição*, os serviços onde se localiza a necessidade deverão dar início ao respectivo procedimento com a emissão da competente requisição interna.

2. O documento referido no número anterior deverá ser submetido a apreciação da Entidade Competente para Autorizar a Despesa (ECAD) após informação de cabimento prestada pela SCAP.

3. Encontrando-se reunidas as condições orçamentais que permitam a aquisição, ou promovidos os actos legais que as criem, a requisição interna será remetida à SCAP para a respectiva tramitação procedimental caso o despacho da entidade competente para autorizar a despesa seja favorável.

ARTIGO 45.º

Compete à SCAP promover todo o procedimento de aquisição até à emissão da requisição externa ou à celebração do competente contrato, dos quais serão enviadas cópias ao serviço requisitante.

ARTIGO 46.º

1. As aquisições de valor superior a € 1.000,00 (mil euros) deverão, sempre que possível, ser precedidas de consulta a mais de um fornecedor de bens ou prestador de serviços, sem prejuízo de procedimentos mais exigentes impostos por lei.

2. A impossibilidade de dar satisfação à orientação mencionada no ponto anterior carece de fundamentação da chefia da divisão requisitante.

ARTIGO 47.º

1. É proibida a recepção de bens ou serviços sem que tenha sido emitida requisição externa ou celebrado contrato, salvo em situações de emergência, que possam pôr em causa o funcionamento de serviços essenciais, cuja regularização se fará de imediato.

2. Não poderão ser emitidas requisições de bens ou serviços que se não integrem nas competências deste município nos termos da lei e não se encontrem consideradas nos seus documentos previsionais.

ARTIGO 48.º

A aquisição de bens que se destinem a representação municipal carece de despacho da Presidência.

ARTIGO 49.º

1. As facturas ou notas de honorários referentes a aquisições ficam sujeitas ao registo de entrada na SCAP, a qual recolherá informação no serviço que emitiu a requisição interna.

2. Da informação referida no número anterior, a prestar no prazo de 5 dias úteis, deverá constar:

   a) Se os bens ou serviços descritos, assim como os seus valores, conferem com a requisição externa ou o contrato;

   b) Se os bens ou serviços entregues correspondem integralmente ao que se requisitou e se encontram em perfeito estado de funcionamento;

   c) Se se encontram reunidas as condições para se poder proceder ao respectivo pagamento.

3. A eventual prestação de garantias nos respectivos procedimentos é verificada pela SCAP.

ARTIGO 50.º

1. A recepção dos bens realizar-se-á no armazém ou no local de destino.

2. É expressamente proibido recepcionar qualquer bem sem que o mesmo venha acompanhado pela competente guia de remessa, salvo se no momento da recepção for entregue a respectiva factura.

ARTIGO 51.º

1. A guia de remessa, se existir, anexar-se-á à respectiva factura no momento da informação referida no artigo 50º.

2. Competirá à SCAP conferir a factura e promover o seu pagamento dentro dos prazos e critérios fixados para o efeito.

ARTIGO 52.º

As ordens de pagamento emitidas, juntamente com os respectivos cheques nominativos, quando for este o meio de pagamento utilizado, ficarão depositadas na SCAP até ao pagamento, momento em que estes documentos devem ser entregues ao tesoureiro.

ARTIGO 53.º

1. Compete à DAF, através da SCAP, promover as aquisições de bens de uso e consumo corrente, as quais deverão ser consideradas para todos os serviços do município.

2. Para o efeito, deverá, após contacto com as chefias de todas as divisões, o Chefe da DAF definir as quantidades a adquirir em função dos períodos aconselháveis de aprovisionamento, definindo-se, como referência, o ano civil.

3. Estes bens serão guardados em espaço próprio e os seus movimentos de entrada e saída serão devidamente registados e acompanhados na DAF através de requisições subscritas pelas chefias das respectivas divisões.

SECÇÃO IV

EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS

ARTIGO 54.º

1. Compete ao chefe da divisão indicada no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) a implementação dos actos que permitem a execução dos projectos constantes daqueles planos, nos períodos aí referidos.

2. O cabimento de qualquer valor de um projecto do PPI será obrigatoriamente precedido de Ficha de Execução do Projecto (FEP), a qual conterá como elementos relevantes:

   a) Código e designação do projecto (conforme se encontra expresso no PPI);

   b) Descrição sumária da execução/aquisição do projecto;

   c) Valor previsto para a execução/aquisição com referência ao IVA;

   d) Dotação inicial, actual e disponível e respectiva apreciação;

   e) Fontes de financiamento;

   f) Período previsto de execução;

   g) Despacho da entidade competente para autorizar a despesa;

   h) Data e assinatura nos termos do determinado no CPA (Código do Procedimento Administrativo).

ARTIGO 55.º

1. A entidade competente para adjudicar (ECAD), imediatamente após a informação de cabimento dada pela SCAP na informação referida no artigo anterior, poderá autorizar a abertura do competente procedimento, caso aquela informação seja favorável.

2. Caso a informação de cabimento seja negativa, poderá a ECAD promover proposta de modificação do orçamento e do PPI que permita a realização do projecto/acção.

ARTIGO 56.º

1. Após a abertura das propostas, as mesmas deverão ser apreciadas no prazo máximo de 10 dias.

2. Se dada a dimensão da obra, o prazo supracitado for insuficiente, antes do mesmo se esgotar, deverá ser requerido à ECAD a sua prorrogação pelos dias julgados necessários para o efeito.

ARTIGO 57.º

Do relatório fundamentado sobre o mérito das propostas, que compete elaborar à comissão definida nos termos da lei aplicável ou ao serviço requisitante, deverá constar:

a) Introdução à obra, abordando os seus aspectos mais relevantes;
b) Apreciação das propostas, na qual se afirmará expressamente que respeitam integralmente o processo do concurso;
c) Indicação do prazo de execução da obra e sua comparação com o que consta do PPI;
d) Mapa das propostas;
e) Fundamentos para determinação da proposta mais vantajosa nos termos dos parâmetros definidos no programa do concurso, referindo se os preços indicados são de aceitar e justificando, se for caso disso, a divergência entre o valor estimado do contrato que serviu para escolha do tipo de procedimento e o valor da proposta;
f) Caso se torne indispensável reforçar a verba disponível, tendo em atenção o valor da proposta considerada mais vantajosa, deverá ser apresentada, em anexo, propostas de modificação do orçamento e do PPI;
g) Outros aspectos considerados relevantes.

Artigo 58.º

Após a elaboração o relatório final, deverá a SCAP rectificar o cabimento nos termos do valor da proposta colocada na primeira posição na grelha de classificação e registar o competente compromisso.

Artigo 59.º

Após a elaboração do relatório final e do competente cabimento referidos no artigo anterior, o processo é entregue à entidade competente para efeitos de adjudicação.

Artigo 60.º

Após emissão de requisição externa ou celebração do contrato escrito e registo contabilístico do competente compromisso, será remetida uma cópia daquele documento à chefia da divisão responsável, a qual conduzirá e acompanhará a execução do projecto, competindo à DAF acompanhar a execução financeira do mesmo através da SCAP.

Artigo 61.º

Elaborado o auto de consignação da obra nos termos definidos pelo diploma legal aplicável, será ajustado o plano de trabalhos, sempre que tal se justificar nos termos do mesmo diploma (actualmente o capítulo III do título IV do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março), cópia do qual será entregue à SCAP.

Artigo 62.º

1. Os autos de medição, devidamente subscritos pelos serviços de fiscalização da Câmara e pelo representante do empreiteiro, serão elaborados no estrito cumprimento do determinado no processo do concurso, considerando-se mensais e reportados ao último dia de cada mês, se nada se encontrar estipulado em contrário.

2. Serão sempre emitidos autos de medição seja qual for o seu montante.

3. Dentro de 10 dias após a data a que se reporta o auto de medição, será este, com a devida informação, remetido à SCAP, para efeitos de apreciação do ponto de vista orçamental, a elaborar no prazo de dois dias.

Artigo 63.º

Da informação técnica dos autos de medição referida no artigo anterior a remeter à SCAP, para além de outros elementos considerados pertinentes, deverá constar:

a) Identificação do projecto;
b) Identificação do adjudicatário;
c) Prazo contratual de conclusão da obra e data provável da sua conclusão;
d) Quadro resumo dos autos emitidos;
e) Sempre que o desvio entre o cronograma financeiro e a sua execução superar 25% do valor acumulado, será prestada informação que fundamente esse desvio;
f) Deverá ainda constar da informação a afirmação clara de que os trabalhos executados, os materiais aplicados e os preços considerados respeitam integralmente as condições de adjudicação, pelo que o respectivo auto merece ser aprovado e pago.

Artigo 64.º

Da informação a prestar pela SCAP, sobre a informação orçamental dos autos de medição, deve constar:

a) O valor da adjudicação;
b) O valor dos autos pagos;
c) O saldo do projecto;
d) O valor do auto;
e) O saldo orçamental do compromisso;
f) Se o auto deve ser pago face aos valores orçamentais apurados, tendo em conta os pagamentos já efectuados.

Artigo 65.º

A factura referente aos autos de medição é registada na SCAP, onde é junta aos respectivos autos depois de devidamente informados.

Artigo 66.º

1. Os trabalhos a mais necessários à realização da empreitada apenas poderão ser executados depois de aprovados.

2. Os trabalhos referidos no ponto anterior apenas poderão ser aprovados mediante apresentação, à ECAD, de relatório circunstanciado sobre as causas que estiveram na base da sua necessidade a elaborar pela chefia da divisão responsável e do qual fará parte, obrigatoriamente:

   a) Razões que aconselham a sua execução;

   b) O seu enquadramento legal, com referência expressa aos preceitos legais que o permitem;

   c) Novo plano de trabalhos e novo plano financeiro;

   d) Cabimento orçamental confirmado pela SCAP.

3. O relatório referido no número anterior deverá ter em atenção o determinado no diploma legal aplicável sobre a definição dos trabalhos a mais, reduzindo-os ao mínimo possível.

Artigo 67.º

Os trabalhos indispensáveis ao bom andamento da obra, cuja execução, pela sua natureza, seja inadiável, poderão ser autorizados pela fiscalização, sendo submetida informação elaborada nos termos do artigo anterior à ECAD, no dia útil imediato à decisão.

Artigo 68.º

Para cada empreitada será nomeada, pela chefia da divisão responsável pela execução do projecto, a respectiva fiscalização nos termos definidos no diploma legal aplicável.

Artigo 69.º

Compete à DAF a execução de todos os actos financeiros referentes às empreitadas de obras públicas nos termos destas normas, designadamente no que respeita à revisão de preços, descontos para garantia, prazos de pagamento, adiantamentos ao empreiteiro e respectivos reembolsos e garantias.

Artigo 70.º

1. Encontrando-se a obra concluída, realizar-se-á a competente vistoria para efeitos de recepção provisória.

2. Verificando-se, pela vistoria realizada, que a obra está, no seu todo ou em parte, em condições de ser recebida, a chefia da divisão responsável elaborará o auto de recepção provisória correspondente.

3. O auto referido no número anterior, depois de visado pela ECAD, e acompanhado dos últimos autos de medição se ainda houver lugar à sua emissão, será remetido à SCAP para os efeitos subsequentes.

Artigo 71.º

No prazo de 20 dias a contar da data do auto de recepção provisória, a SCAP elaborará a conta da empreitada, da qual consta obrigatoriamente:

a) Uma conta-corrente à qual serão levados, por verbas globais, os valores de todas as medições e revisões ou eventuais acertos das reclamações já decididas e dos prémios vencidos e das multas contratuais aplicadas;

b) Um mapa de todos os trabalhos executados a mais ou a menos do que os previstos no contrato, com a indicação dos preços unitários pelos quais se procedeu à sua liquidação;

c) Um mapa de todos os trabalhos e valores sobre os quais haja reclamações, ainda não decididas, do empreiteiro, com expressa referência ao mapa da alínea anterior, sempre que daquele também constem.

Artigo 72.º

Da conta da empreitada elaborada, após a sua aprovação pela ECAD, será remetida cópia pela SCAP ao empreiteiro nos termos definidos legalmente para o efeito.

Artigo 73.º

Caso haja lugar a INQUÉRITO ADMINISTRATIVO nos termos do diploma legal aplicável, os competentes procedimentos deverão ser desencadeados pela SCAP.

Artigo 74.º

1. Concluído o prazo de garantia a chefia da divisão responsável mandará proceder a nova vistoria de todos os trabalhos da empreitada, havendo lugar à emissão do auto de RECEPÇÃO DEFINITIVA da obra se tudo estiver em ordem.

2. Visado pela entidade competente para adjudicar o auto referido no número anterior, será o mesmo remetido à SCAP para restituição dos depósitos de garantia e quantias retidas, extinção da caução e liquidações eventuais.

Artigo 75.º

1. A SCAP deverá promover no 1º trimestre de cada ano a publicação na 2ª série do *Diário da República* da lista de todas as adjudicações de obras públicas efectuadas no ano anterior, nos termos do artigo 275º do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março.

2. Deverá ainda a SCAP, nos termos expressos no artigo 276º da lei referida no número anterior, enviar ao Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do

Imobiliário, no mês seguinte ao termo de cada semestre, os seguintes elementos informativos:

a) Identificação dos contratos de obra pública que se celebraram no semestre anterior;

b) Os elementos constantes do nº 2 do artigo 34º da Directiva nº 93/37/CE, do Conselho.

CAPÍTULO VI

FUNDOS COMUNITÁRIOS E OUTROS FINANCIAMENTOS

Artigo 76.º

Os processos de candidatura a fundos comunitários ou outros fundos de financiamento serão elaborados pelos serviços das áreas em que os projectos a financiar de enquadram, sobre orientação do GAP.

Artigo 77.º

1. Mal se encontre aprovado o financiamento, cópia da decisão de aprovação e peças essenciais do processo deverão ser entregues na SCAP a fim destes serviços acompanharem os respectivos recebimentos.

2. Para a execução do referido no número anterior, a SCAP reunirá todos os documento necessários à solicitação dos respectivos financiamentos, remetendo, de imediato os competentes processos logo que reunidas as condições para tal efeito.

Artigo 78.º

1. Sempre que o desrespeito pelo programa aprovado possa colocar em causa a percepção de todo o financiamento, a chefia da DAF conduzirá directamente todo o processo tendo em vista garantir o cumprimento integral do plano de financiamento.

2. Se eventualmente se colocar em causa o recebimento integral de todo o financiamento, a chefia da DAF, logo que tal seja perceptível, informará a presidência da situação.

CAPÍTULO VII

PROCEDIMENTOS DE NATUREZA ECONÓMICO-FINANCEIRA

SECÇÃO I

DOCUMENTAÇÃO DE ÍNDOLE FINANCEIRA

Artigo 79.º

1. Os documentos de receita poderão ser emitidos fora da DAF, muito embora os recebimentos correspondentes apenas podem ser efectuados na tesouraria.

2. A emissão de documentos de despesa apenas pode ter lugar na DAF, nos termos da presente norma e preceitos legais aplicáveis.

Artigo 80.º

As Ordens de Pagamento apenas podem ser executadas depois de se encontrarem subscritas pela presidência e pela chefia da SCAP.

Artigo 81.º

1. O pagamento de quaisquer importâncias a pessoas singulares ou colectivas apenas se deverá efectuar após a apresentação do competente recibo de quitação.

2. Em casos excepcionais, suportados por despacho do chefe da DAF, poder-se-á proceder ao pagamento sem a apresentação do documento referido no número anterior.

SECÇÃO II

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Artigo 82.º

1. Compete aos chefes das divisões gerir as verbas atribuídas no orçamento e no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) afectas às mesmas, sob a orientação dos vereadores com competências delegadas nas respectivas áreas municipais.

2. Fica excluída do disposto no número anterior o agrupamento das despesas correntes referente às despesas de pessoal e atinentes aos contratos já celebrados, cujas verbas serão geridas pela chefia da DAF.

Artigo 83.º

A SCAP deverá garantir o cumprimento das normas legais aplicáveis aos diversos processos de contratação pública e dos princípios e regras estabelecidos neste documento, intervindo, sempre que necessário, no sentido de colaborar com todos os outros serviços do município, aconselhando os procedimentos que melhor se adeqúem às situações que não forem devidamente conduzidas.

Artigo 84.º

1. Os cabimentos a promover no orçamento anual deverão circunscrever-se às despesas estritamente necessárias e conter-se dentro das dotações das respectivas rubricas orçamentais.

2. Se alguma situação imprevista ocorrer, obrigando à elaboração de modificação orçamental, esta deverá ser precedida de informação que fundamente a sua necessidade e imprevisibilidade a submeter a despacho da presidência.

Artigo 85.º

O exercício das competências decorrentes do determinado no nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, no que concerne às transferências orçamentais respeitará as normas internas expressas no ANEXO IV ao presente documento.

Artigo 86.º

1. A execução dos projectos constantes do PPI deverão situar-se dentro dos limites aí considerados, devendo reduzir-se ao absolutamente necessário e imprevisível qualquer montante de trabalhos a mais, a submeter à apreciação da presidência.

2. Não poderão ser utilizadas verbas de projectos com valores "a definir", sem que previamente seja assegurado o seu financiamento

3. Relativamente às despesas de natureza permanente e contínua, deverá o chefe da DAF comunicar aos respectivos chefes de divisão os casos que eventualmente façam prever para o exercício em curso exiguidade de dotação, a fim destes tomarem atempadamente as medidas adequadas e oportunas que contenham as despesas nos limites dos valores orçamentados.

4. Será considerada falta grave a realização de qualquer despesa sem que previamente seja emitido o documento competente que permita a aquisição com base na previsão do seu custo. Sempre que este processamento seja de todo impossível, a situação deverá ser regularizada imediatamente após a respectiva aquisição.

Artigo 87.º

1. As alterações e revisões ao Orçamento e ao PPI que forem julgadas necessárias, deverão ser suportadas por propostas subscritas pelos vereadores com competências delegadas nas respectivas áreas.

2. As propostas referidas no número anterior serão fundamentadas com informação elaborada pelas chefias das respectivas divisões, nelas se explicitando quer os reforços, quer as anulações, antes do início do processo de aquisição em apreço, para o que contarão com o apoio burocrático e técnico da DAF.

Artigo 88.º

Para satisfação de deliberações do executivo municipal ou despachos da presidência, competirá ao chefe da DAF supervisionar o orçamento e o PPI, utilizando verbas por cabimentar, com conhecimento prévio da chefia da respectiva divisão.

SECÇÃO III

PATRIMÓNIO

Artigo 89.º

1. É obrigatório o inventário patrimonial de todos os bens duradouros e equipamentos propriedade do município, cujo valor de aquisição seja superior a 50 € (cinquenta euros).

2. Cada funcionário é responsável pelos bens e equipamentos que lhe estejam atribuídos, para o que subscreverá documento de posse no momento da sua entrega.

3. Relativamente aos bens e equipamentos colectivos, o dever consignado no número anterior é cometido ao responsável da secção/sector em que se integram.

4. Em Janeiro de cada ano a SCAP enviará, a cada funcionário ou responsável da secção/sector, um inventário patrimonial actualizado da sua responsabilidade, a fim do mesmo ser devidamente subscrito.

Artigo 90.º

Sempre que, por qualquer motivo, um bem ou equipamento deixe de ter utilidade, deve o funcionário a quem o mesmo esteja distribuído comunicar tal facto ao respectivo chefe de divisão, o qual submeterá informação para abate do bem, se assim o entender, à ECAD definida em função do seu valor contabilístico, cujo documento, depois de despachado, será entregue na SCAP para actualização do respectivo inventário.

Artigo 91.º

Deverá ainda manter-se sempre actualizado o inventário dos bens imóveis, do domínio público e do domínio privado, o qual deverá reconciliar-se mensalmente com os registos contabilísticos respectivos.

Artigo 92.º

1. Sempre que, pelo município, seja adquirido um prédio urbano, com excepção de terrenos para construção e venda, deverá a SCAP, logo após a entrega da escritura, desencadear as seguintes acções:

   a) Promover a sua inscrição matricial e registral em nome do município;

   b) Requerer junto das entidades competentes, o averbamento da titularidade ou o cancelamento, consoante as circunstâncias, dos contratos de saneamento básico, fornecimento de energia eléctrica e serviço de comunicações telefónicas.

2. As chaves dos bens imóveis do município ficam guardadas na SCAP.

SECÇÃO IV

GESTÃO DAS DISPONIBILIDADES

Artigo 93.º

Compete ao tesoureiro executar os procedimentos atinentes ao funcionamento da tesouraria no respeito pelas normas legais e regulamentares, sob orientação do Chefe da DAF.

Artigo 94.º

No âmbito da gestão das disponibilidades, compete à tesouraria:

a) Proceder à arrecadação das receitas;

b) Promover o pagamento das despesas;

c) Liquidar os juros moratórios referentes à arrecadação das receitas;

d) Proceder ao depósito, em instituições bancárias, de valores monetários excedentes em tesouraria, nos termos definidos pelo Chefe da DAF;

e) Movimentar, em conjunto com a Presidente de Câmara ou vereador com competências delegadas para o efeito, os fundos depositados em instituições bancárias;

f) Proceder à guarda dos valores entregues na tesouraria, em dinheiro e documentos;

g) Elaborar balancetes diários de tesouraria;

h) Elaborar mensalmente as reconciliações bancárias de todas as contas do município.

Artigo 95.º

1. A importância em numerário existente em caixa no momento do seu encerramento diário não deve ultrapassar o valor máximo de € 5.000,00 (cinco mil euros).

2. Em consequência do disposto no número anterior, dever-se-á promover uma aplicação segura dos valores ociosos, competindo ao Chefe da DAF decidir sobre a forma de aplicação, segundo orientação da presidência.

Artigo 96.º

1. Compete à Presidência da Câmara submeter à apreciação do órgão executivo a decisão de abrir contas bancárias tituladas pela autarquia.

2. A utilização dos valores depositados nas contas tituladas pela autarquia é feita, simultaneamente, pelo tesoureiro e pela Presidência da Câmara ou vereador com competência delegada.

ARTIGO 97.º

1. Os cheques serão emitidos na SCAP e apensos às respectivas ordens de pagamento.

2. A ordem de pagamento com o cheque que lhe diz respeito, após estarem devidamente subscritos pela Presidente da Câmara, vereador ou dirigente com competências próprias ou delegadas, serão remetidos à tesouraria para pagamento.

Artigo 98.º

1. Os cheques não preenchidos estão à guarda do chefe da SCAP.

2. Os cheques que venham a ser anulados após a sua emissão, ficam sujeitos a despacho do chefe da DAF para esse efeito, sendo arquivados sequencialmente pela SCAP, após inutilização das assinaturas, quando as houver.

Artigo 99.º

Os talões de depósito dos valores excessivos à guarda da tesouraria nos termos do artigo 96.º das presentes normas, serão preenchidos pela SCAP e visados pelo chefe da DAF, sendo posteriormente entregues ao tesoureiro para o competente procedimento de depósito.

Artigo 100.º

1. A cobrança de receitas municipais por entidades diversas da tesouraria, que não tenham acesso a meios informáticos para emissão da correspondente guia de recebimento, carece de autorização da presidência e é efectuada através da emissão de documento de receita, com numeração sequencial, que indiquem o serviço de cobrança.

2. Os documentos de receita previstos no número anterior, devidamente numerados e sequenciais, serão fornecidos mensalmente, em data fixa, pela SCAP aos serviços que estejam autorizados a realizar as cobranças.

3. Na data indicada nos termos do número anterior, será feita conferência dos documentos de receita distribuídos, sendo devolvidos à SCAP aqueles que tenham sido inutilizados.

Artigo 101.º

As receitas cobradas fora da tesouraria deverão dar entrada nesta no final do próprio dia da cobrança.

Artigo 102.º

1. A Tesouraria manterá permanentemente actualizadas as contas-correntes referentes a todas as instituições bancárias onde se encontrem contas abertas em nome do município.

2. O tesoureiro fará reconciliações bancárias a todas as contas do município reportadas ao último dia de cada mês, as quais serão entregues ao Chefe da DAF até ao dia 10 do mês seguinte.

3. O chefe da DAF designará rotativamente funcionário, que não se encontre afecto à tesouraria nem tenha acesso às respectivas contas-correntes, para confrontar as reconciliações referidas no número anterior com os registos da contabilidade.

4. Quando se encontrem diferenças nas reconciliações bancárias, estas são averiguadas e prontamente regularizadas, se tal se justificar, mediante despacho da presidência, a inserir em informação da chefia da DAF com os adequados fundamentos.

Artigo 103.º

1 Após cada reconciliação bancária mensal, o tesoureiro analisa a validade dos cheques em trânsito, promovendo o respectivo cancelamento junto da instituição bancária nas situações que o justifiquem, efectuando-se os necessários registos contabilísticos de regularização.

2. Os actos referidos no número anterior carecem de despacho, nesse sentido, do chefe da DAF.

Artigo 104.º

O estado de responsabilidade do tesoureiro pelos fundos, montantes e documentos entregues à sua guarda é verificado, na presença daquele ou seu substituto, através da contagem física do numerário e documentos sob a sua responsabilidade, a realizar pelos funcionários que para o efeito forem designados pelo chefe da DAF, nas seguintes condições:

a) Trimestralmente, em dia a fixar pelo chefe da DAF, aleatoriamente e sem aviso prévio;

b) No encerramento das contas de cada exercício económico;

c) No final e no início do mandato do órgão executivo eleito ou do órgão que o substituiu, no caso daquele ter sido dissolvido;

d) Quando for substituído o tesoureiro.

Artigo 105.º

1. São lavrados termos de contagem dos montantes sob a responsabilidade do tesoureiro, assinados pelos seus intervenientes e, obrigatoriamente, pelo Presidente da Câmara, pelo Chefe da DAF e pelo tesoureiro, no início e no final do mandato do órgão executivo.

2. Em caso de substituição do tesoureiro, os termos da contagem serão assinados igualmente pelo tesoureiro cessante.

Artigo 106.º

1. Para efeitos de controlo de tesouraria e do endividamento são obtidos junto das instituições de crédito extractos de todas as contas de que o município é titular.

2. Com a aprovação das Conta de Gerência e sempre que surjam alterações que agravem o montante de endividamento, a chefia da DAF apresentará relatório que analise a sua situação, tendo em atenção os limites fixados na Lei das Finanças Locais.

Artigo 107.º

O tesoureiro responde directamente perante o órgão executivo pelo conjunto das importâncias que lhe são confiadas.

Artigo 108.º

1. O tesoureiro é responsável pelo rigoroso funcionamento da tesouraria nos seus diversos aspectos nos termos das normas aplicáveis.

2. A responsabilidade do tesoureiro cessa no caso dos factos apurados não lhe serem imputáveis e não estiverem ao alcance do seu conhecimento.

Artigo 109.º

1. As ordens de pagamento, rubricadas por quem as emite/confere, só podem ser pagas depois de se encontrarem subscritas pela presidência ou em quem esta delegar as respectivas competências.
2. No momento do pagamento, os documentos referidos no número anterior serão assinados pelo tesoureiro ou por quem o substituir.

Artigo 110.º

1. As ordens de pagamento apenas deverão ser arquivadas, na SCAP, depois de lhes ser apenso o competente recibo de quitação.

2. As excepções à regra mencionada no número anterior apenas poderão ter lugar mediante despacho do Chefe da DAF.

Artigo 111.º

Tendo em atenção que a generalidade dos procedimentos administrativos localizados na tesouraria se relacionam com terceiros, é expressamente proibido divulgar quaisquer dados ou informações no âmbito deste sector da DAF.

SECÇÃO V

ANÁLISE CONTABILÍSTICA

ARTIGO 112.º

1. Até ao 5.º dia de cada mês, a SCAP elaborará o balancete de fornecedores referente ao último dia do mês anterior, o qual deverá ser remetido ao Chefe da DAF;

2. Se a chefia referida no número anterior entender haver motivos que o justifique, deverá apresentar relatório fundamentado à presidência no qual integre os aspectos considerados relevantes.

Artigo 113.º

1. Até ao dia referido no número 1 do artigo anterior, a chefia da DAF, após contacto com as chefias das restantes divisões, apresentará à presidência previsão das receitas e despesas para os três meses seguintes, informando da sua compatibilidade com os valores orçamentais.

2. Do documento referido no número anterior constará uma análise dos desvios verificados no mês anterior entre os montantes previstos e os efectivamente executados.

Artº 114.º

1. A DAF, através da SCAP, deverá acompanhar permanentemente os fluxos monetários de entrada e de saída, assim como os custos e os proveitos, apresentando relatório mensal sobre a sua evolução à presidência da Câmara Municipal até 15 dias após o encerramento do mês anterior.

2. Dos relatórios referidos em 1., os trimestrais deverão conter, nomeadamente:

   a) Evolução dos registos contabilísticos orçamentais considerando os valores registados em períodos homólogos de anos anteriores e sua compatibilização com as dotações orçamentais;

   b) Evolução dos registos contabilísticos patrimoniais e sua evolução, tendo em atenção os registos verificados em períodos homólogos de anos anteriores;

   c) Análise da execução do PPI, com referência expressa aos projectos mais relevantes;

   d) Apreciação da situação dos empréstimos de curto e médio e longo prazos;

   e) Apresentação de quadro que explicite a situação dos financiamentos externos aprovados;

   f) Referência à situação financeira da autarquia e análise da situação da tesouraria.

CAPÍTULO VIII

PESSOAL

SECÇÃO I

ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE

ARTIGO 115.º

1. Os funcionários devem comparecer ao serviço durante os períodos de trabalho constantes dos respectivos horários, os quais se encontram afixados na Secção de Pessoal após

aprovação da presidência, e aí comparecer continuamente, não podendo ausentar-se, salvo se autorizados superiormente, sob pena de marcação de falta nos termos da legislação aplicável.

2. O pessoal isento de horário de trabalho não fica dispensado da observância do dever geral de assiduidade nem do cumprimento da duração semanal de trabalho legalmente estabelecida.

ARTIGO 116.º

1. As entradas e saídas são registadas em "relógio de ponto", mediante acto individual efectuado pelo próprio.

2. Os trabalhadores cujo serviço se desenvolver exclusivamente no exterior poderão, por decisão dos chefes de divisão respectivos, ser dispensados da marcação de ponto ou ficar obrigados a esta apenas no início e no final da jornada de trabalho.

3. Após a marcação do ponto, o funcionário deverá dirigir-se, de imediato, para o seu local de trabalho.

4. Sempre que um funcionário, por qualquer motivo, não consiga proceder ao seu registo de assiduidade, deverá contactar, de imediato, a Secção de Pessoal a fim de regularizar a situação.

ARTIGO 117.º

Os registos de assiduidade são estritamente individuais, constituindo falta disciplinar grave a utilização de meios fraudulentos para aquele efeito.

ARTIGO 118.º

A saída do local onde se desenvolve o trabalho apenas é permitida, em caso de necessidade imperiosa e para o tratamento de assuntos cuja resolução só pode ter lugar fora do mesmo e apenas com o funcionário a deslocar, com autorização do responsável pelo respectivo serviço.

ARTIGO 119.º

1. Diariamente será extraída folha de assiduidade, referente ao dia útil anterior, que será entregue na manhã desse mesmo dia ao chefe da respectiva divisão.

2. O chefe da divisão terá três dias para devolver a folha de assiduidade referida no número anterior à Secção de Pessoal com a competente informação, perante a qual esta registará as faltas daí decorrentes.

ARTIGO 120.º

1. Sempre que um funcionário tenha necessidade de faltar ao serviço durante um período limitado de tempo, poderá solicitar alteração ao horário de trabalho para compensação das horas a utilizar.

2. O pedido referido no número anterior carece de aprovação do respectivo chefe de divisão.

SECÇÃO II

TRABALHO EXTRAORDINÁRIO

ARTIGO 121.º

Compete aos chefes de divisão autorizar a realização de horas extraordinárias, procurando-se reduzir ao mínimo indispensável, no estrito cumprimento da lei e dentro dos montantes orçamentados.

ARTIGO 122.º

Apenas poderão ser executados trabalhos em dias de descanso semanal, descanso complementar e feriados com autorização do vereador com competências delegadas na respectiva área, a conceder em petição apresentada pela chefia da divisão.

SECÇÃO III

DISPENSAS

ARTIGO 123.º

Os pedidos de dispensa ao serviço deverão enquadrar-se nos estritos parâmetros legais e serão apreciados e despachados pelos chefes das respectivas divisões.

ARTIGO 124.º

1. As solicitações pontuais de saída para a resolução de assuntos de natureza particular poderão ser autorizadas pelos chefes das respectivas divisões e terão que respeitar as seguintes regras:

   a) as dispensas não compensadas deverão ser raras e não poderão ultrapassar as duas horas;

   b) as dispensas superiores a duas horas poderão ser autorizadas desde que seja apresentado horário de compensação do mesmo número de horas e não haja inconveniente para o serviço.

2. A Secção de Pessoal procederá ao controlo das compensações autorizadas.

SECÇÃO IV

FÉRIAS

ARTIGO 125.º

1. Até 28 de Fevereiro, os chefes de divisão apresentarão aos elementos do executivo, no âmbito das suas competências, as propostas de plano de férias dos funcionários afectos aos respectivos serviços, no respeito pela legislação aplicável.
2. A aprovação dos planos é da competência da entidade referida no número anterior, os quais deverão ser remetidos à Secção de Pessoal até 15 de Março.
3. Em princípio, poderá ser tolerada em cada secção/sector uma sobreposição de 12 dias por cada funcionário além de 4.

ARTIGO 126.º

Sempre que, por motivos imperiosos, haja necessidade de alterar os períodos de férias constantes dos planos aprovados, torna-se indispensável a aposição de despacho da entidade referida no artigo anterior em informação/comunicação (consoante o interesse seja da administração ou do trabalhador) devidamente fundamentada.

ARTIGO 127.º

A aprovação do plano de férias não dispensa os funcionários de comunicarem com 3 dias de antecedência, relativamente ao início de cada período de férias, a forma de eventualmente poderem ser contactados.

SECÇÃO V

FALTAS

ARTIGO 128.º

1. A intenção de faltar deve ser participada ao dirigente respectivo, por escrito e antes da ocorrência
2. Não sendo possível ao funcionário participar previamente a falta por escrito, poderá fazê-lo oralmente no próprio dia, devendo, neste caso, apresentar a participação escrita no dia em que regressar ao serviço.

ARTIGO 129.º

As faltas por conta do período de férias não carecem de fundamentação por parte do funcionário, podendo ser autorizadas desde que sejam cumpridos os requisitos enunciados no artigo anterior.

ARTIGO 130.º

Sempre que dê entrada na Secção de Pessoal atestado médico ou outro documento legalmente admitido, justificativo da situação de doença de um funcionário, será tal facto comunicado no próprio dia ao chefe da divisão onde esse funcionário presta serviço, bem como aos serviços de higiene e segurança no trabalho.

SECÇÃO VI

REGIME DE DESEMPENHO DE FUNÇÕES

ARTIGO 131.º

Não poderão ser atribuídas a qualquer funcionário, de forma predominante e continuada, funções que não sejam compatíveis com o conteúdo funcional da sua carreira.

SECÇÃO VII

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

ARTIGO 132.º

1. O processo de avaliação do desempenho respeitará escrupulosamente os prazos legais e visará distinguir os funcionários pelo trabalho que cada qual desenvolve.
2. As menções qualitativas mais elevadas deverão ser atribuída apenas e só aos trabalhadores que, pela sua competência profissional e pelo cumprimento absoluto e escrupuloso dos seus deveres profissionais, se mostraram trabalhadores de excepção.

ARTIGO 133.º

Os actos e procedimentos administrativos inerentes à apreciação do comportamento profissional de cada trabalhador respeitarão os textos legislativos aplicáveis e orientações expressas pela presidência.

SECÇÃO VIII

PERÍODO DE DESCANSO

ARTIGO 134.º

1. Após a marcação do ponto só é permitido um período de descanso até 15 minutos a meio da manhã e a meio da tarde.

2. Nenhum funcionário poderá localizar o período de descanso na primeira ou na última hora de cada período de trabalho, salvaguardando situações excepcionais devidamente autorizadas pelo superior hierárquico.

ARTIGO 135.º

Apenas no período de descanso é permitida a utilização do bar, cujo horário de funcionamento é definido por despacho da presidência da Câmara.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 136.º

À contagem dos prazos indicados neste normativo aplicam-se as regras definidas no artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo, salvo disposição expressa em contrário.

ARTIGO 137.º

Os anexos ao presente normativo são considerados documentos autónomos que poderão ser actualizados sempre que oportuno.

ARTIGO 138.º

As chefias das divisões, ou quem exercer esta funções, deverá implementar os regulamentos internos julgamos necessários para cumprimento integral dos preceitos deste normativo, os quais ficam sujeitos a homologação da presidência.

ARTIGO 139.º

São revogadas todas as normas aprovadas sobre as matérias reguladas no presente diploma.

ARTIGO 140.º

As presentes normas entram em vigor de forma progressiva, consoante orientação da presidência, a partir do dia 1 de Julho de 2005.

Município de Caminha, 22 de Junho de 2005

A Presidente da Câmara

Drª Júlia Paula Costa

MANUAL DE PROCEDIMENTOS – Parte financeira

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

1. As presentes normas visam disciplinar e homologar todos os procedimentos promovidos pelos serviços municipais, funcionando como um instrumento efectivo de orientação ao desempenho das actividades administrativas e financeiras.

2. É ainda propósito deste normativo estabelecer um conjunto de regras definidoras de políticas, métodos e procedimentos de controlo dos actos de administração, a fim de assegurar o cumprimento dos preceitos legais e regulamentares aplicáveis.

ARTIGO 2.º

1. Compete às chefias das divisões, dentro da respectiva unidade orgânica, implementar o cumprimento das normas definidas no presente documento e dos preceitos legais em vigor.

2. Nas divisões cujas chefias não se encontrem providas, as funções referidas no número anterior serão exercidas por funcionário designado por Vereador a quem tenham sido delegado competências na respectiva divisão.

3. A chefia da Divisão Administrativa e Financeira (DAF) deverá acompanhar a aplicação das presentes normas nos serviços municipais, comunicando no final de cada trimestre à presidência o grau de respeito pelas mesmas e a necessidade de eventuais ajustamentos ou novas regulamentações, competência esta extensiva a todo o pessoal dirigente e superiores hierárquicos.

ARTIGO 3.º

1. Compete aos titulares de um cargo de chefia designar quem os substitui em situações de ausência, falta ou impedimento, ficando esta designação sujeita a concordância de superior hierárquico.

2. O exercício das funções em substituição abrange os poderes delegados ou subdelegados e deverão respeitar a estrutura hierárquica de funcionamento.

ARTIGO 4.º

O serviço de cada secção/sector desenvolve-se de acordo com as instruções dadas pelo respectivo responsável, o qual dirigirá o trabalho a executar e promoverá o ambiente mais adequado ao exercício das funções a desenvolver, em conformidade com as instruções recebidas dos seus superiores.

ARTIGO 5.º

É ao responsável pela secção/sector que compete responder por tudo o que aconteça no local de trabalho que dirige, designadamente no que respeita às regras de funcionamento estabelecidas e a eventuais atrasos no desenvolvimento das várias tarefas a executar.

ARTIGO 6.º

As presentes normas são aplicáveis a todos os serviços da autarquia.

CAPÍTULO II

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

ARTIGO 7.º

As competências delegadas pela Câmara Municipal na presidência constarão do *ANEXO I* ao presente normativo.

ARTIGO 8.º

As competências delegadas pela presidência nos vereadores e por estes no pessoal dirigente expressam-se através de despachos que constituirá o *ANEXO II* às presentes normas.

...

CAPÍTULO V

REGIME DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 9.º

1. Na execução do orçamento do município devem ser respeitados os princípios e regras constantes do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), assim como todos os preceitos legais e normas regulamentares aplicáveis, segundo as orientações de gestão definidas pela Câmara Municipal e pela Presidência.

2. A aprovação de encargos decorrentes da contratação pública terão em atenção que as dotações orçamentais são anuais, muito embora não seja de aplicar um regime duodecimal às rubricas do orçamento não utilizadas regularmente durante o exercício económico.

3. Em qualquer acto de contratação pública dever-se-á ter em atenção o preceituado nos diplomas legais aplicáveis e as regras e princípios constantes deste manual.

ARTIGO 10.º

1. O despacho da presidência que permite definir a entidade competente para autorizar a despesa (ECAD) integra o *ANEXO II* que faz parte integrante deste documento.

2. A ECAD define as condições a respeitar na elaboração dos respectivos procedimentos, assim como procede à nomeação dos júris ou comissões necessários aos vários actos administrativos, nos quais o SAP e a divisão promotora da despesa deverão estar representados.

ARTIGO 11.º

1. Os processos dos respectivos procedimentos são compostos no SAP, devendo os sectores técnicos fornecer os cadernos de encargos, as peças desenhadas e as partes técnicas dos programas de concurso quando houver lugar à sua utilização.

2. Todos os procedimentos são conduzidos pelo SAP, excepto no que se encontrar definido de forma diversa, que acompanhará os actos administrativos necessários até à emissão da requisição externa ou celebração do contrato e visto do Tribunal de Contas, se a estes houver lugar.

SECÇÃO II

FUNDOS DE MANEIO

ARTIGO 12.º

1. Para suportar os encargos com pequenas despesas, urgentes e inadiáveis, indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços do município, o *ANEXO III* ao presente normativo integra o Regulamento dos Fundos de Maneio.

2. Faz parte ainda do anexo referido no número anterior os fundo constituídos e os seus titulares.

SECÇÃO III

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E LOCAÇÃO

ARTIGO 13.º

1. Sempre que se torne necessária a aquisição de bens e serviços ou locação, à frente designado por *aquisição*, os serviços onde se localiza a necessidade deverão dar início ao respectivo procedimento com a emissão da competente requisição interna.

2. O documento referido no número anterior com identificação exaustiva dos bens ou serviços a adquirir, devidamente fundamentado, deverá ser submetido a apreciação da ECAD após informação de disponibilidade orçamental.

3. Caso a informação de disponibilidade orçamental seja solicitada ao SAP, este prestá-la-á no período de 4 horas, sendo os casos urgentes, devidamente fundamentados, tratados no próprio momento.

4. Encontrando-se reunidas as condições orçamentais que permitam a aquisição, ou promovidos os actos legais que as criem, e sendo o despacho da ECAD favorável, a requisição interna será remetida ao SAP para o registo do competente cabimento orçamental e a respectiva tramitação processual, caso os preceitos legais e regulamentares se encontrem respeitados.

ARTIGO 14.º

1. Compete ao SAP promover todo o procedimento de aquisição até à emissão da requisição externa ou à celebração do competente contrato, o que dará lugar ao registo do competente compromisso orçamental, sendo enviadas cópias daqueles documentos ao serviço requisitante.

2. Caso a disponibilidade orçamental seja insuficiente, compete à divisão requisitante promover os actos necessários à modificação orçamental se a aquisição for imprescindível.

ARTIGO 15.º

1. As aquisições de valor superior a € 1.000,00 (mil euros) deverão, sempre que possível, ser precedidas de consulta a mais de um fornecedor de bens ou prestador de serviços, sem prejuízo de procedimentos mais exigentes impostos por lei.

2. A impossibilidade de dar satisfação à orientação mencionada no ponto anterior carece de fundamentação da chefia da divisão requisitante.

ARTIGO 16.º

1. É proibida a recepção de bens ou serviços sem que tenha sido emitida requisição externa ou celebrado contrato, salvo em situações de emergência, que possam pôr em causa o funcionamento de serviços essenciais, cuja regularização se fará de imediato.

2. Não poderão ser emitidas requisições de bens ou serviços que se não integrem nas competências deste município nos termos da lei e não se encontrem consideradas nos documentos previsionais.

ARTIGO 17.º

A aquisição de bens que se destinem a representação municipal carece de despacho da Presidência.

ARTIGO 18.º

1. As facturas ou documentos equivalentes (ex: notas de honorários), à frente designadas por *facturas*, referentes a aquisições ficam sujeitas ao registo contabilístico no SAP no próprio

dia em que são recepcionadas no município, devendo ser movimentada a crédito a conta *228 «Fornecedores - Facturas em recepção e conferência»*.

2. No dia do registo as facturas serão remetidas aos serviços que emitiram as respectivas requisições internas, para ser prestada a informação técnica no prazo de 5 dias úteis.

3. Da informação referida no número anterior deverá constar:

   a) Se os bens ou serviços descritos, assim como os seus valores, conferem com a requisição externa ou o contrato;

   b) Se os bens ou serviços entregues correspondem integralmente ao que se requisitou e se encontram em perfeito estado de funcionamento;

   c) Se se encontram reunidas as condições para se poder proceder ao respectivo pagamento.

4. A eventual prestação de garantias nos respectivos procedimentos é verificada pelo SAP.

ARTIGO 19.º

1. O SAP solicitará, por escrito, as informações técnicas referidas no artigo anterior caso as mesmas não sejam entregues no prazo estabelecido, às quais se juntará a respectiva fundamentação para o incumprimento.

2. Caso o SAP não receba resposta ao pedido referido no ponto 1. em 3 dias úteis, deverá o caso ser levado ao conhecimento da presidência.

ARTIGO 20.º

1. A recepção dos bens realizar-se-á no armazém ou no local de destino a indicar na Requisição Interna.

2. É expressamente proibido recepcionar qualquer bem sem que o mesmo venha acompanhado pela competente guia de remessa, salvo se no momento da recepção for entregue a respectiva factura.

3. A guia de remessa, se existir, anexar-se-á à respectiva factura no momento da informação referida no artigo 18º.

ARTIGO 21.º

1. Recepcionada e apreciada favorável e incondicionalmente a factura, competirá ao SAP conferir este documento no que concerne:

   a) À sua compatibilidade com o requisição externo ou contrato;

   b) Ao rigor das operações aritméticas efectuadas;

   c) À determinação do IVA;

   d) Ao valor comprometido para o efeito.

2. Após a conferência da factura, e da rectificação do cabimento e compromisso orçamentais se tal se justificar, o SAP promoverá o competente registo contabilístico, debitando a conta *228 «Fornecedores - Facturas em recepção e conferência»* e creditando, em contrapartida, a conta *221 «Fornecedores - Fornecedores, c/c»*.

3. Com o registo contabilístico mencionado no ponto anterior, o SAP procederá à entrega dos respectivos documentos de despesa ao SC até ao final do dia seguinte ao da recepção referida no ponto 1.

4. Caso a apreciação técnica da factura seja desfavorável, o SAP conduzirá a resolução das questões levantadas com a colaboração do serviço requisitante.

ARTIGO 22.º

1. O SC promoverá a liquidação das facturas no prazo de 5 dias a contar da entrega por parte do SAP, emitindo a Ordem de Pagamento (OP) com o respectivo cheque nominativo, se a ele houver lugar, que ficará depositada na SC à ordem do CDAF.

2. A emissão dos respectivos cheques, para pagamento dos documentos liquidados far-se-á por ordem do CDAF nos termos das decisões tomadas pela presidência.

3. No momento do pagamento, o SC facultará as OP e respectivos cheques à Tesouraria que os devolverá após os competentes registos contabilísticos e assinaturas necessárias.

4. As OP, juntamente com os originais dos documentos que fundamentam os respectivos pagamentos, ficarão arquivadas segundo a sua numeração sequencial, em capas próprias, à responsabilidade do SC, competindo a este serviço a remessa dos cheques para os destinatários.

5. Apenas o Chefe da DAF poderá permitir a junção de cópias dos originais às OP, desde que se indique naquelas cópias o local de arquivo dos respectivos originais.

6. A consulta de qualquer OP ficará sujeita a requisição subscrita pelo responsável do serviço requisitante, a qual substituirá no arquivo aquele documento e seus anexos até à sua devolução.

7. A requisição mencionada no número anterior deverá mencionar a data, o motivo da consulta, o período de consulta e o funcionário responsável pela sua devolução e ficará sujeita a apreciação pelo responsável pelo SC que acompanha o processo até à devolução da OP.

ARTIGO 23.º

1. Compete à DAF, através do SAP, promover as aquisições de bens de uso e consumo corrente, as quais deverão ser consideradas para todos os serviços do município.

2. Para o efeito, deverá, após contacto com as chefias de todas as divisões, o Chefe da DAF definir as quantidades a adquirir em função dos períodos aconselháveis de aprovisionamento, definindo-se, como referência, o ano civil.

3. Estes bens serão guardados em espaço próprio e os seus movimentos de entrada e saída serão devidamente registados e acompanhados no DAF através de requisições subscritas pelas chefias das respectivas divisões.

SECÇÃO IV

EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS

ARTIGO 24.º

1. Compete ao chefe da divisão indicada no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) a implementação dos actos que permitam a execução dos projectos constantes daquele plano, nos períodos aí referidos.

2. O cabimento orçamental de qualquer valor de um projecto de execução do PPI a elaborar pelo SAP será obrigatoriamente precedido de Ficha de Execução Financeira (FEF), a qual conterá como elementos relevantes:

   a) Código e designação do projecto (compatível com a designação expressa no PPI);

   b) Descrição sumária da execução do projecto;

   c) Valor previsto para a execução com referência ao IVA e ao montante estimado para efeitos de revisão de preços;

   d) Dotação orçamental inicial, actual e disponível e respectiva apreciação;

   e) Fontes de financiamento;

   f) Período previsto de execução;

   g) Plano financeiro;

   h) Despacho da entidade competente para autorizar a despesa;

   i) Data e assinatura nos termos do determinado no Código do Procedimento Administrativo (CPA).

3. Caso a execução de um investimento não esgote o projecto do PPI em que se integra, a FEP deverá identificar o empreendimento com o código do projecto atrás referido, acrescido de letra sequencial do alfabeto.

ARTIGO 25.º

1. A ECAD, mediante informação de cabimento orçamental favorável, poderá autorizar a abertura do competente procedimento tendo em vista a adjudicação do projecto.

2. Caso a informação de cabimento seja negativa, poderá a ECAD promover proposta de modificação do orçamento e do PPI que permita a realização do projecto/acção.

ARTIGO 26.º

1. Caso a ECAD insira despacho favorável à abertura do competente procedimento, o processo deverá ser remetido ao SAP, juntamente com todas as peças técnicas (nomeadamente caderno de encargos, peças desenhadas e a parte técnica do programa de concurso), a fim deste serviço tomar todas as diligências necessárias à satisfação daquele despacho.

2. O SAP procederá então ao cabimento orçamental, após o que promoverá os actos administrativos necessários nos termos das normas legais e dos regulamentos.

ARTIGO 27.º

1. Após a abertura das propostas, as mesmas deverão ser apreciadas no prazo máximo de 10 dias.

2. Se dada a dimensão da obra, o prazo supracitado for insuficiente, antes do mesmo se esgotar, deverá ser requerido à ECAD a sua prorrogação pelos dias julgados necessários para o efeito.

ARTIGO 28.º

Do relatório fundamentado sobre o mérito das propostas, que compete elaborar à comissão definida nos termos da lei aplicável ou ao serviço requisitante, deverá constar:

a) Introdução à obra, abordando os seus aspectos mais relevantes;
b) Apreciação das propostas, na qual se afirmará expressamente que respeitam integralmente o processo do concurso;
c) Indicação do prazo de execução da obra e sua comparação com o que consta do PPI;
d) Mapa das propostas;
e) Fundamentos para determinação da proposta mais vantajosa nos termos dos parâmetros definidos no programa do concurso, referindo se os preços indicados são de aceitar e justificando, se for caso disso, a divergência entre o valor estimado do contrato que serviu para escolha do tipo de procedimento e o valor da proposta;
f) Caso se torne indispensável reforçar a verba disponível, tendo em atenção o valor da proposta considerada mais vantajosa, deverá ser apresentada, em anexo, proposta de reforço do cabimento ou de modificação do orçamento e do PPI;
g) Outros aspectos considerados relevantes.

Artigo 29.º

1. Após a elaboração o relatório final, este deverá ser submetido à apreciação da ECAP através do SAP a fim deste rectificar o cabimento nos termos do valor da proposta considerada mais vantajosa.

2. Promovendo a ECAP a adjudicação, o processo será devolvido ao SAP para proceder ao registo do compromisso orçamental e promover os actos administrativos que se seguirem.

Artigo 30.º

Artigo 30.º

1. Após emissão de requisição externa ou celebração do contrato escrito, será remetida uma cópia daquele documento à chefia da divisão responsável, a qual conduzirá e acompanhará a execução do projecto, competindo à DAF acompanhar a execução financeira do mesmo através do SAP.

2. A divisão responsável pela execução do projecto manterá o SAP informado de todas as decisões que se prendam com os aspectos financeiros e administrativos da empreitada, competindo a este serviço zelar pelo cumprimento integral dos preceitos legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 31.º

Elaborado o auto de consignação da obra nos termos definidos pelo diploma legal aplicável, será ajustado o plano de trabalhos, sempre que tal se justificar nos termos do mesmo diploma (actualmente o capítulo III do título IV do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março), cópia do qual será entregue no SAP.

Artigo 32.º

1. Os autos de medição, devidamente subscritos pelos serviços de fiscalização do Município e pelo representante do empreiteiro, serão elaborados no estrito cumprimento do determinado no processo do concurso, considerando-se mensais e reportados ao último dia de cada mês, se nada se encontrar estipulado em contrário.

2. Serão sempre emitidos autos de medição seja qual for o seu montante.

3. Dentro de 10 dias após a data a que se reporta o auto de medição, será este, com a devida informação, remetido ao SAP para efeitos de apreciação financeira, a elaborar no prazo de 2 dias.

Artigo 33.º

Da informação técnica dos autos de medição referida no artigo anterior a remeter ao SAP, para além de outros elementos considerados pertinentes, deverá constar:

a) Identificação do projecto (código e designação);

b) Identificação do adjudicatário;

c) Prazo contratual de conclusão da obra e data provável da sua conclusão (havendo afastamento entre estas datas, torna-se indispensável a respectiva fundamentação);

d) Quadro resumo dos autos emitidos;

e) Sempre que o desvio entre o cronograma financeiro e a sua execução superar 25% do valor acumulado, será prestada informação que fundamente esse desvio;

f) Deverá ainda constar da informação a afirmação clara de que os trabalhos executados, os materiais aplicados e os preços considerados respeitam integralmente as condições de adjudicação, pelo que o respectivo auto merece ser aprovado e pago.

Artigo 34.º

1. Da informação financeira a prestar pelo SAP mencionada no ponto 3 do artº 32º, deverá constar:

   a) O valor da adjudicação;

   b) O valor dos autos pagos;

   c) O saldo do projecto;

   d) O valor do auto;

   e) O saldo orçamental do compromisso;

   f) Se o auto pode ser pago face aos valores orçamentais apurados, tendo em conta os pagamentos já efectuados.

2. A informação mencionada no ponto anterior fica sujeita a visto da coordenação do SAP, a qual tomará as diligências que aquela informação aconselhar.

Artigo 35.º

1. A factura referente aos autos de medição é registada no SAP, onde é junta aos respectivos autos depois de devidamente informados.

2. O SAP confere a factura nos termos do artº 21º, com as respectivas adaptações, promovendo o competente registo contabilístico na conta-corrente do terceiro (fornecedor), após o que remeterá a factura junta ao respectivo auto de medição para o SC para efeitos de liquidação e pagamento.

3. O SC emitirá a respectiva OP e promoverá os actos administrativos subsequentes conforme se encontra expresso no artº 22º.

Artigo 36.º

1. Os trabalhos a mais necessários à realização da empreitada apenas poderão ser executados depois de aprovados.

2. Os trabalhos referidos no ponto anterior apenas poderão ser aprovados mediante apresentação, à ECAD, de relatório circunstanciado sobre as causas que estiveram na base da sua necessidade a elaborar pela chefia da divisão responsável e do qual fará parte, obrigatoriamente:

   a) Mapa de medição dos trabalhos previstos, explicitando a quantidade, os preços unitários e os valores totais;

   b) Razões que aconselham a sua execução;

   c) O seu enquadramento legal, com referência expressa aos preceitos legais que o permitem;

   d) Novo plano de trabalhos e novo plano financeiro;

   e) Verba orçamental disponível para a execução dos respectivos trabalhos.

3. O relatório referido no número anterior deverá ter em atenção o determinado no diploma legal aplicável sobre a definição dos trabalhos a mais, reduzindo-os ao mínimo possível.

Artigo 37.º

1. Aprovados os trabalhos a mais, deverá o processo ser remetido até ao final do dia seguinte ao da aprovação ao SAP a fim de ser efectuado o cabimento e o compromisso orçamentais e reprogramada a execução financeira do projecto.

2. O SAP, promoverá os actos necessários decorrentes da aprovação dos trabalhos a mais, designadamente os que eventualmente decorram da sua apreciação pelo Tribunal de Contas.

Artigo 38.º

Os trabalhos indispensáveis ao bom andamento da obra, cuja execução, pela sua natureza, seja inadiável, poderão ser autorizados pela fiscalização, sendo submetida informação elaborada nos termos do artigo anterior à ECAD, no dia útil imediato à decisão.

Artigo 39.º

Para cada empreitada será nomeada, pela chefia da divisão responsável pela execução do projecto, a respectiva fiscalização nos termos definidos no diploma legal aplicável.

Artigo 40.º

1. Compete à DAF/SCAP a execução de todos os actos financeiros referentes às empreitadas de obras públicas nos termos destas normas e dos preceitos legais aplicáveis, designadamente no que respeita à revisão de preços, descontos para garantia, prazos de pagamento, adiantamentos ao empreiteiro e respectivos reembolsos e garantias.

2. Para efeitos do determinado no número anterior, os serviços técnicos responsáveis pela execução das empreitadas apresentarão todos os elementos necessários à fundamentação dos actos financeiros a implementar, designadamente o cálculo das revisões de preços se a elas houver lugar.

Artigo 41.º

1. Encontrando-se a obra concluída, realizar-se-á a competente vistoria para efeitos de recepção provisória nos termos da legislação aplicável.

2. Verificando-se, pela vistoria realizada, que a obra está, no seu todo ou em parte, em condições de ser recebida, a chefia da divisão responsável elaborará o auto de recepção provisória correspondente.

3. O auto referido no número anterior, depois de visado pela ECAD, e acompanhado dos últimos autos de medição se ainda houver lugar à sua emissão, será remetido ao SAP para os efeitos subsequentes.

Artigo 42.º

No prazo de 20 dias a contar da data do auto de recepção provisória, o SAP, com a colaboração dos serviços da divisão que acompanharam a execução da obra, elaborará a conta da empreitada, da qual consta obrigatoriamente:

a) Uma conta-corrente à qual serão levados, por verbas globais, os valores de todas as medições e revisões ou eventuais acertos das reclamações já decididas e dos prémios vencidos e das multas contratuais aplicadas;

b) Um mapa de todos os trabalhos executados a mais ou a menos do que os previstos no contrato, com a indicação dos preços unitários pelos quais se procedeu à sua liquidação;

c) Um mapa de todos os trabalhos e valores sobre os quais haja reclamações, ainda não decididas, do empreiteiro, com expressa referência ao mapa da alínea anterior, sempre que daquele também constem.

Artigo 43.º

Da conta da empreitada elaborada, após a sua aprovação pela ECAD, será remetida cópia pelo SAP ao empreiteiro nos termos definidos legalmente para o efeito.

Artigo 44.º

Caso haja lugar a INQUÉRITO ADMINISTRATIVO nos termos do diploma legal aplicável, os competentes procedimentos deverão ser desencadeados pelo SAP.

Artigo 45.º

1. Concluído o prazo de garantia a chefia da divisão responsável mandará proceder a nova vistoria de todos os trabalhos da empreitada, havendo lugar à emissão do auto de RECEPÇÃO DEFINITIVA da obra se tudo estiver em ordem.

2. Visado pela ECAD o auto referido no número anterior, será o mesmo remetido ao SAP para restituição dos depósitos de garantia e quantias retidas, extinção da caução e liquidações eventuais.

Artigo 46.º

1. O SAP deverá promover no 1º trimestre de cada ano a publicação na 2ª série do *Diário da República* da lista de todas as adjudicações de obras públicas efectuadas no ano anterior, nos termos do artigo 275º do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março.

2. Deverá ainda o SAP, nos termos expressos no artigo 276º da lei referida no número anterior, enviar ao Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário, no mês seguinte ao termo de cada semestre, os seguintes elementos informativos:

   a) Identificação dos contratos de obra pública que se celebraram no semestre anterior;

   b) Os elementos constantes do nº 2 do artigo 34º da Directiva nº 93/37/CE, do Conselho.

CAPÍTULO VI

FUNDOS COMUNITÁRIOS E OUTROS FINANCIAMENTOS

Artigo 47.º

Os processos de candidatura a fundos comunitários ou outros fundos de financiamento serão elaborados pelo SAP com a colaboração técnica da chefia da divisão em que os projectos a financiar de enquadram, sobre orientação do GAP.

Artigo 48.º

1. Mal se encontre aprovado o financiamento, cópia da decisão de aprovação e peças essenciais do processo deverão ser entregues no SAP a fim deste serviço acompanhar a execução programada e os respectivos recebimentos.

2. Para a execução do referido no número anterior, o SAP reunirá todos os documento necessários à solicitação dos respectivos financiamentos, remetendo, de imediato os competentes processos logo que reunidas as condições para tal efeito.

Artigo 49.º

1. Sempre que o desrespeito pelo programa aprovado possa colocar em causa a percepção de todo o financiamento, a chefia da DAF conduzirá directamente todo o processo tendo em vista garantir o cumprimento integral do plano de financiamento.

2. Se eventualmente se colocar em causa o recebimento integral de todo o financiamento, a chefia da DAF, logo que tal seja perceptível, informará a presidência da situação.

CAPÍTULO VII

PROCEDIMENTOS DE NATUREZA ECONÓMICO-FINANCEIRA

SECÇÃO I

DOCUMENTAÇÃO DE ÍNDOLE FINANCEIRA

Artigo 50.º

1. Os documentos de receita poderão ser emitidos fora da DAF, muito embora os recebimentos correspondentes devam ser entregues na tesouraria diariamente.

2. A emissão de documentos de despesa apenas pode ter lugar na DAF, nos termos da presente norma e preceitos legais aplicáveis.

Artigo 51.º

1. Sem prejuízo dos preceitos já estabelecidos, caso não seja possível emitir as OP no prazo de 20 dias após o despacho autorizador do pagamento, deverá ser apresentada ao chefe da DAF informação que fundamente o atraso verificado, a qual se apensará à respectiva OP com a apreciação que sobre ela recair.

2. As OP apenas podem ser executadas depois de se encontrarem subscritas pela presidência e assinadas por quem as elaborou, pela chefia da DAF ou em quem este delegar esta competência, que as confere, e pelo tesoureiro.

Artigo 52.º

1. O pagamento de quaisquer importâncias a pessoas singulares ou colectivas apenas se deverá efectuar após a apresentação do competente recibo de quitação.

2. Em casos excepcionais, suportados por despacho do chefe da DAF, poder-se-á proceder ao pagamento sem a apresentação do documento referido no número anterior.

SECÇÃO II

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Artigo 53.º

1. Compete aos chefes das divisões gerir as verbas atribuídas no orçamento e no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) afectas às mesmas, sob a orientação dos vereadores com competências delegadas nas respectivas áreas municipais, tendo em atenção que o seu montante global é o limite das despesas a promover no respectivo exercício económico.

2. Fica excluída do disposto no número anterior no que respeita à gestão das verbas orçamentais o agrupamento das despesas correntes referente às despesas de pessoal e atinentes aos contratos já celebrados, cujas verbas serão geridas pela chefia da DAF.

Artigo 54.º

1. A SCAP deverá garantir o cumprimento das normas legais aplicáveis aos diversos processos de contratação pública e dos princípios e regras estabelecidos neste documento, intervindo, sempre que necessário, no sentido de colaborar com todos os outros serviços do município, aconselhando os procedimentos que melhor se adeqúem às situações que não forem devidamente conduzidas.

2. Sempre que o chefe da DAF apurar que a evolução das utilizações das dotações orçamentais das várias divisões coloca em causa o montante das despesas a suportar até ao final do exercício económico em curso, deverá interrogar a respectiva chefia de divisão para que apresente fundamentação que suporte ser a dotação orçamental disponível suficiente.

3. Caso seja entendido que a dotação orçamental disponível é insuficiente para suportar as despesas do próprio ano, a chefia da divisão em causa elaborará informação que justifique a imprescindibilidade de todas as despesas assumidas até ao momento, mencione fundamentadamente o montante mínimo indispensável para o corrente exercício e indique dentro do orçamento da própria divisão verbas disponíveis para eventual transferência.

4. A informação referida no número anterior apreciada favoravelmente pelo Vereador do pelouro, receberá informação complementar do Chefe da DAF sobre o enquadramento orçamental da proposta de transferência de verbas, após o que será submetida a despacho da presidência.

Artigo 55.º

1. Os cabimentos a promover no orçamento anual deverão circunscrever-se às despesas estritamente necessárias e conter-se dentro das dotações das respectivas rubricas orçamentais.

2. Se alguma situação imprevista ocorrer, obrigando à elaboração de modificação orçamental, esta deverá ser precedida de informação proveniente da chefia da divisão que acompanhe a execução do respectivo orçamento que fundamente a sua necessidade e imprevisibilidade a submeter a despacho da presidência após apreciação do Vereador do pelouro e de parecer do SAP.

3. A informação referida no número anterior deverá integrar os aspectos referido no número 3 do artº 54º.

Artigo 56.º

O exercício das competências decorrentes do determinado no nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, no que concerne às transferências de verbas para entidades externas ao Município, respeitará as normas internas expressas no ANEXO IV ao presente documento.

Artigo 57.º

1. A execução dos projectos constantes do PPI deverão situar-se dentro dos limites aí considerados, devendo reduzir-se ao absolutamente necessário e imprevisível qualquer montante de trabalhos a mais, os quais ficarão sujeitos a visto da presidência.

2. Não poderão ser utilizadas verbas de projectos com valores "a definir", sem que previamente seja assegurado o seu financiamento.

3. Relativamente às despesas de natureza permanente e contínua, deverá o chefe da DAF comunicar aos respectivos chefes de divisão os casos que eventualmente façam prever para o exercício em curso exiguidade de dotação, a fim destes tomarem atempadamente as medidas adequadas e oportunas que contenham as despesas nos limites dos valores orçamentados.

4. Será considerada falta grave a realização de qualquer despesa sem que previamente seja emitido o documento competente que permita a aquisição com base na previsão do seu custo. Sempre que este processamento seja de todo impossível, a situação deverá ser regularizada imediatamente após a respectiva aquisição.

Artigo 58.º

1. As modificações ao Orçamento e ao PPI que forem julgadas necessárias, deverão ser suportadas por propostas subscritas pelos vereadores com competências delegadas nas respectivas áreas.

2. As propostas referidas no número anterior serão fundamentadas com informação elaborada pelas chefias das respectivas divisões, nelas se explicitando quer os reforços, quer as anulações, antes do início do processo de aquisição em apreço, para o que contarão com o apoio burocrático e técnico da SCAP.

Artigo 59.º

Para satisfação de deliberações do executivo municipal ou despachos da presidência, competirá ao chefe da DAF supervisionar o orçamento e o PPI, utilizando verbas por cabimentar, com conhecimento prévio da chefia da respectiva divisão.

SECÇÃO III

PATRIMÓNIO

Artigo 60.º

1. É obrigatório o inventário patrimonial de todos os bens duradouros e equipamentos propriedade do município, cujo valor de aquisição seja superior a 50 € (cinquenta euros).

2. Cada funcionário é responsável pelos bens e equipamentos que lhe estejam atribuídos, para o que subscreverá documento de posse no momento da sua entrega.

3. Relativamente aos bens e equipamentos colectivos, o dever consignado no número anterior é cometido ao responsável da secção/sector em que se integram.

4. Em Janeiro de cada ano a SCAP enviará, a cada funcionário ou responsável da secção/sector, um inventário patrimonial actualizado da sua responsabilidade, a fim do mesmo ser devidamente subscrito.

Artigo 61.º

Sempre que, por qualquer motivo, um bem ou equipamento deixe de ter utilidade, deve o funcionário a quem o mesmo esteja distribuído comunicar tal facto ao respectivo chefe de divisão, o qual submeterá informação para abate do bem, se assim o entender, à ECAD definida em função do seu valor contabilístico, cujo documento, depois de despachado, será entregue no SAP para actualização do respectivo inventário.

Artigo 62.º

Deverá ainda manter-se sempre actualizado o inventário dos bens imóveis, do domínio público e do domínio privado, o qual deverá reconciliar-se mensalmente com os registos contabilísticos respectivos.

Artigo 63.º

1. Sempre que, pelo município, seja adquirido um prédio urbano, com excepção de terrenos para construção e venda, deverá o SAP, logo após a entrega da escritura, desencadear as seguintes acções:

   a) Promover a sua inscrição matricial e registral em nome do município;

   b) Requerer junto das entidades competentes, o averbamento da titularidade ou o cancelamento, consoante as circunstâncias, dos contratos de saneamento básico, fornecimento de energia eléctrica e serviço de comunicações telefónicas.

2. As chaves dos bens imóveis do município ficam guardadas no SAP.

Artigo 64.º

1. O SAP manterá actualizadas permanentemente as fichas do imobilizado.

2. Mensalmente se reconciliarão as fichas e os registos contabilísticos quanto ao montante das aquisições e das amortizações acumuladas.

SECÇÃO IV

GESTÃO DAS DISPONIBILIDADES

Artigo 65.º

Compete ao tesoureiro executar os procedimentos atinentes ao funcionamento da tesouraria no respeito pelas normas legais e regulamentares, sob orientação do Chefe da DAF.

Artigo 66.º

No âmbito da gestão das disponibilidades, compete à tesouraria:

a) Proceder à arrecadação das receitas;

b) Promover o pagamento das despesas;

c) Liquidar os juros moratórios referentes à arrecadação das receitas;

d) Proceder ao depósito, em instituições bancárias, de valores monetários excedentes em tesouraria, nos termos definidos pelo chefe da DAF de acordo com as normas estabelecidas;

e) Promover transferências de valores em depósito entre contas ou aplicações financeiras conforme determinações do chefe da DAF, no respeito por orientações definidas pela Presidência.

f) Movimentar, em conjunto com a Presidência da Câmara ou Vereador com competências delegadas para o efeito, os fundos depositados em instituições bancárias;

g) Proceder à guarda dos valores entregues na tesouraria, em dinheiro e documentos;

h) Elaborar balancetes diários de tesouraria;

i) Elaborar mensalmente as reconciliações bancárias de todas as contas do município.

Artigo 67.º

1. A importância em numerário existente em caixa no momento do seu encerramento diário não deve ultrapassar o valor máximo de € 5.000,00 (cinco mil euros).

2. Em consequência do disposto no número anterior, dever-se-á promover uma aplicação segura dos valores ociosos, competindo ao Chefe da DAF decidir sobre a forma de aplicação, segundo orientação da Presidência.

Artigo 68.º

1. Compete à Presidência da Câmara submeter à apreciação do órgão executivo a decisão de abrir contas bancárias tituladas pela autarquia.

2. A utilização dos valores depositados nas contas tituladas pela autarquia é feita, simultaneamente, pelo tesoureiro e pela Presidência da Câmara ou vereador com competência delegada.

ARTIGO 69.º

1. Os cheques, requisitados por determinação da presidência, serão entregues ao Chefe da DAF que encarregará funcionário do SC de os relacionar e controlar nos termos de orientações que entender adequadas.

2. A emissão de cheques para pagamento de OP terá lugar no SC, ficando apensos a estas até ao seu pagamento.

3. As OP com os cheques que lhes dizem respeito, após estarem devidamente subscritos pela Presidência da Câmara, Vereador ou dirigente com competências próprias ou delegadas, serão remetidos à tesouraria para assinatura e pagamento.

Artigo 70.º

1. Os cheques não preenchidos estão à guarda do funcionário referido no nº 1 do artigo anterior, que os manterá devidamente acondicionados e em segurança.

2. Os cheques que venham a ser anulados após a sua emissão, ficam sujeitos a despacho do chefe da DAF para esse efeito, sendo arquivados sequencialmente no SC, após inutilização das assinaturas, quando as houver.

3. A Tesouraria apurará os cheques referentes a pagamentos efectuados há mais de 6 meses sem tenham sido movimentados procedendo à entrega da respectiva relação ao chefe da DAF, o qual promoverá a sua análise e eventual cancelamento junto da competente instituição financeira dos cheques que justificarem tal acto.

Artigo 71.º

Os talões de depósito dos valores excessivos à guarda da tesouraria, nos termos do artigo 67.º das presentes normas, serão preenchidos pela tesouraria e visados pelo chefe da DAF, após o que se procederá ao competente depósito e respectivo registo contabilístico.

Artigo 72.º

1. As receitas cobradas fora da tesouraria deverão dar entrada nesta no final do próprio dia da cobrança.

2. A cobrança de receitas municipais por entidades diversas da tesouraria, que não tenham acesso a meios informáticos para emissão da correspondente guia de recebimento (GR), carece de autorização da presidência e é efectuada através da emissão de documento de receita, com numeração sequencial, que indiquem o serviço de cobrança.

3. Os documentos de receita previstos no número anterior, devidamente numerados e sequenciais, serão fornecidos mensalmente, em data fixa, pelo SC aos serviços que estejam autorizados a realizar as cobranças.

4. Na data indicada nos termos do número anterior, será feita conferência dos documentos de receita distribuídos, sendo devolvidos ao SC aqueles que tenham sido inutilizados.

Artigo 73.º

1. Os documentos originais que justificam as receitas do Município serão apensos às respectivas GR.

2. Apenas o Chefe da DAF poderá permitir a junção de cópias dos originais às GR, desde que se indique naquelas cópias o local de arquivo dos respectivos originais.

Artigo 74.º

1. A Tesouraria manterá permanentemente actualizadas as contas-correntes referentes a todas as instituições bancárias onde se encontrem contas abertas em nome do município.

2. Os extractos de conta dos bancos serão analisados no prazo de 2 dias pelo SC e entregues, de seguida, na Tesouraria para efeitos de reconciliação.

3. O tesoureiro fará reconciliações bancárias a todas as contas do município reportadas ao último dia de cada mês, as quais serão entregues ao Chefe da DAF até ao dia 10 do mês seguinte.

4. O chefe da DAF designará rotativamente funcionário, que não se encontre afecto à tesouraria nem tenha acesso às respectivas contas-correntes, para confrontar as reconciliações referidas no número anterior com os registos da contabilidade.

5. Quando se encontrem diferenças nas reconciliações bancárias, estas são averiguadas e prontamente regularizadas, se tal se justificar, mediante despacho da presidência, a inserir em informação da chefia da DAF com os adequados fundamentos.

Artigo 75.º

1 Após cada reconciliação bancária mensal, o tesoureiro analisa a validade dos cheques em trânsito, promovendo o respectivo cancelamento junto da instituição bancária nas situações que se justifiquem, efectuando-se.

2. Os actos referidos no número anterior carecem de despacho, nesse sentido, do chefe da DAF em informação fundamentada da Tesouraria, a qual será remetida ao SC a fim de serem efectuados os necessários registos contabilísticos de regularização.

Artigo 76.º

O estado de responsabilidade do tesoureiro pelos fundos, montantes e documentos entregues à sua guarda é verificado, na presença daquele ou seu substituto, através da contagem física do numerário e documentos sob a sua responsabilidade, a realizar pelos funcionários que para o efeito forem designados pelo chefe da DAF, nas seguintes condições:

a) Trimestralmente, em dia a fixar pelo chefe da DAF, aleatoriamente e sem aviso prévio;

b) No encerramento das contas de cada exercício económico;

c) No final e no início do mandato do órgão executivo eleito ou do órgão que o substituiu, no caso daquele ter sido dissolvido;

d) Quando for substituído o tesoureiro.

Artigo 77.º

1. São lavrados termos de contagem dos montantes sob a responsabilidade do tesoureiro, assinados pelos seus intervenientes e, obrigatoriamente, pelo Presidente da Câmara, pelo Chefe da DAF e pelo tesoureiro, no início e no final do mandato do órgão executivo.

2. Em caso de substituição do tesoureiro, os termos da contagem serão assinados igualmente pelo tesoureiro cessante.

Artigo 78.º

1. Para efeitos de controlo de tesouraria e do endividamento são obtidos junto das instituições de crédito extractos de todas as contas de que o município é titular.

2. Com a aprovação das Conta de Gerência e sempre que surjam alterações que agravem o montante de endividamento, a chefia da DAF apresentará relatório que analise a sua situação, tendo em atenção os limites fixados na Lei das Finanças Locais.

Artigo 79.º

O tesoureiro responde directamente perante o órgão executivo pelo conjunto das importâncias que lhe são confiadas.

Artigo 80.º

1. O tesoureiro é responsável pelo rigoroso funcionamento da tesouraria nos seus diversos aspectos nos termos das normas aplicáveis.

2. A responsabilidade do tesoureiro cessa no caso dos factos apurados não lhe serem imputáveis e não estiverem ao alcance do seu conhecimento.

Artigo 81.º

1. As OP, rubricadas por quem as emite/confere, só podem ser pagas depois de se encontrarem subscritas pela presidência ou em quem esta delegar as respectivas competências.

2. No momento do pagamento, os documentos referidos no número anterior serão assinados pelo tesoureiro ou por quem o substituir.

Artigo 82.º

1. As OP apenas deverão ser arquivadas, no SC, depois de lhes ser apenso o competente recibo de quitação.

2. As excepções à regra mencionada no número anterior apenas poderão ter lugar mediante despacho do Chefe da DAF.

Artigo 83.º

Tendo em atenção que a generalidade dos procedimentos administrativos localizados na tesouraria se relacionam com terceiros, é expressamente proibido divulgar quaisquer dados ou informações no âmbito deste sector da DAF.

SECÇÃO V

ANÁLISE CONTABILÍSTICA

ARTIGO 84.º

1. Até ao 10.º dia de cada mês, o SC apreciará os extractos de conta corrente dos clientes dos fornecedores e dos restantes devedores e credores com as contas do Município, procedendo às respectivas reconciliações.

2. O SC elaborará também uma análise mensal aos balancetes de todos os devedores e credores não reconciliados, fundamentando os respectivos saldos.

3. Se a chefia da DAF entender haver motivos que o justifique face às análises indicadas nos números anteriores, deverá apresentar relatório fundamentado à presidência no qual integre os aspectos considerados relevantes.

Artigo 85.º

1. Até ao dia referido no número 1 do artigo anterior, a chefia da DAF, após contacto com as chefias das restantes divisões, apresentará à presidência previsão das receitas e despesas para os três meses seguintes, informando da sua compatibilidade com os valores orçamentais.

2. Do documento referido no número anterior constará uma análise dos desvios verificados no mês anterior entre os montantes previstos e os efectivamente executados.

Artº 86.º

1. A DAF, através do SC, deverá acompanhar permanentemente os fluxos monetários de entrada e de saída, assim como os custos e os proveitos, apresentando relatório mensal sobre a sua evolução à presidência da Câmara Municipal até 15 dias após o encerramento do mês anterior.

2. Dos relatórios referidos em 1., os trimestrais deverão conter, nomeadamente:

   a) Evolução dos registos contabilísticos orçamentais considerando os valores registados em períodos homólogos de anos anteriores e sua compatibilização com as dotações orçamentais;

   b) Evolução dos registos contabilísticos patrimoniais e sua evolução, tendo em atenção os registos verificados em períodos homólogos de anos anteriores;

   c) Análise da execução do PPI, com referência expressa aos projectos mais relevantes;

   d) Apreciação da situação dos empréstimos de curto e médio e longo prazos;

   e) Apresentação de quadro que explicite a situação dos financiamentos externos aprovados;

   f) Apreciação das grandezas e coeficientes a respeitar nos termos das leis e regulamento em vigor;

g) Referência à situação financeira da autarquia e análise da situação da tesouraria.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 87.º

À contagem dos prazos indicados neste normativo aplicam-se as regras definidas no artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo, salvo disposição expressa em contrário.

ARTIGO 88.º

Os anexos ao presente normativo são considerados documentos autónomos que poderão ser actualizados sempre que oportuno.

ARTIGO 89.º

As chefias das divisões, ou quem exercer estas funções, deverão implementar os regulamentos internos julgados necessários para cumprimento integral dos preceitos deste normativo, os quais ficam sujeitos a homologação da presidência.

ARTIGO 90.º

São revogadas todas as normas aprovadas sobre as matérias reguladas no presente diploma.

ARTIGO 91.º

As presentes normas entram em vigor, embora a título experimental, a partir do dia 2 de Outubro de 2006.

Município de Caminha, 1 de Outubro de 2006

A Presidente da Câmara

Drª Júlia Paula Costa

LISTA DE REFERÊNCIAS

REFERÊNCIA	DESIGNAÇÃO
DAF	Divisão Administrativa e Financeira
DOPPGU	Divisão de Obras Particulares, Planeamento e Gestão Urbanística
ECAD	Entidade Competente para Autorizar a Despesa (ou para adjudicar)
FEF	Ficha de Execução Financeira
GAP	Gabinete de Apoio à Presidência
GR	Guia de Recebimento
OP	Ordem de Pagamento
PPI	Plano Plurianual de Investimentos
SAP	Serviço de Aprovisionamento e Património
SC	Serviço de Contabilidade
SCAP	Secção de Contabilidade, Aprovisionamento e Património
SEGATL	Secção de Expediente Geral, Arquivo, Taxas e Licenças

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

DOCUMENTO CONSTITUÍDO POR 2 PÁGINAS, NUMERADAS DE 1 A 2

ENTIDADE	RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA Nº. 249	DATA	ANO	PÁGINA
CMC	Data : 2017/12/29	2018/03/15	2017	1

CONTA	CX/BC	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO DIA		ACUMULADO		SALDO	
			DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREDOR
11		CAIXA	2.140.815,47	2.136.408,52	4.030,98	5.591,56	2.144.846,45	2.142.000,08	2.846,37	
11.1		Caixa	2.138.665,12	2.135.033,52	4.030,98	5.214,21	2.142.696,10	2.140.247,73	2.448,37	
	CX1	CAIXA 1 CAMINHA	1.926.462,85	1.923.674,12	2.490,29	3.417,48	1.928.953,14	1.927.091,60	1.861,54	
	CX2	CAIXA 2 VPA	212.202,27	211.359,40	1.540,69	1.796,73	213.742,96	213.156,13	586,83	
11.8		Fundo de maneio	1.752,35	1.375,00		377,35	1.752,35	1.752,35		
11.8.1		FUNDO DE MANEIO A	350,00	350,00			350,00	350,00		
11.8.1.01		AQUISIÇÃO BENS-COMB.LUBRIFICANTES-GASOLEO(04)	50,00	50,00			50,00	50,00		
	JP1	FUNDO DE MANEIO A	50,00	50,00			50,00	50,00		
11.8.1.02		AQUISIÇÃO DE BENS - OUTROS BENS(01.02)	150,00	150,00			150,00	150,00		
	JP2	FUNDO MANEIO A	150,00	150,00			150,00	150,00		
11.8.1.04		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - OUTROS(01.02)	150,00	150,00			150,00	150,00		
	JP4	FUNDO MANEIO A	150,00	150,00			150,00	150,00		
11.8.2		FUNDO MANEIO B	550,00	550,00			550,00	550,00		
11.8.2.01		AQUISIÇÃO BENS-COMB.LUBRIFICANTES-GASOLEO(04)	50,00	50,00			50,00	50,00		
	DH1	FUNDO DE MANEIO B	50,00	50,00			50,00	50,00		
11.8.2.02		AQUISIÇÃO DE BENS - OUTROS BENS(04)	250,00	250,00			250,00	250,00		
	DH2	FUNDO MANEIO B	250,00	250,00			250,00	250,00		
11.8.2.04		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - OUTROS(04)	250,00	250,00			250,00	250,00		
	DH4	FUNDO MANEIO B	250,00	250,00			250,00	250,00		
11.8.3		FUNDO MANEIO C	550,00	275,00		275,00	550,00	550,00		
11.8.3.01		AQUISIÇÃO BENS-COMB.LUBRIFICANTES	50,00	25,00		25,00	50,00	50,00		
	DI	FUNDO MANEIO D	50,00	25,00		25,00	50,00	50,00		
11.8.3.02		AQUISIÇÃO DE BENS - OUTROS BENS	250,00	125,00		125,00	250,00	250,00		
	DA		250,00	125,00		125,00	250,00	250,00		
11.8.3.04		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - OUTROS	250,00	125,00		125,00	250,00	250,00		
	DAA		250,00	125,00		125,00	250,00	250,00		
11.8.4		FUNDO MANEIO	200,00	200,00			200,00	200,00		
11.8.4.01		Aquisição de bens - outros bens	100,00	100,00			100,00	100,00		
	PM1		100,00	100,00			100,00	100,00		
11.8.4.05		Aquisição de serviços - outros	100,00	100,00			100,00	100,00		
	PM2		100,00	100,00			100,00	100,00		
11.8.5		FUNDO MANEIO	102,35			102,35	102,35	102,35		
11.8.5.01		AQUISIÇÃO DE BENS - OUTROS BENS	52,35			52,35	52,35	52,35		
	EF1	FUNDO MANEIO E	52,35			52,35	52,35	52,35		
11.8.5.02		AQUISIÇÃO SERVIÇOS - OUTROS	50,00			50,00	50,00	50,00		
	EF3		50,00			50,00	50,00	50,00		
11.9		TRANSFERENCIAS DE CAIXA	398,00				398,00		398,00	
11.9.2		ARMANDA MARIA	149,00				149,00		149,00	
	TC2	ARMANDA MARIA	149,00				149,00		149,00	
11.9.3		MIGUEL JOSÉ MELO DE SOUSA	149,00				149,00		149,00	
	TC3	MIGUEL SOUSA	149,00				149,00		149,00	
11.9.5		Helena Martins	100,00				100,00		100,00	
	TC5	HELENA MARTINS	100,00				100,00		100,00	
12		DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	17.165.416,66	16.357.653,46	24.482,79	5.183,97	17.189.899,45	16.362.837,43	827.062,02	
12.1		CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	13.030.576,83	12.801.857,74	19.359,71	5.183,97	13.049.936,54	12.807.041,71	242.894,83	
12.1.1		Depósitos à ordem:	13.030.576,83	12.801.857,74	19.359,71	5.183,97	13.049.936,54	12.807.041,71	242.894,83	
12.1.1.01		0035/00001363730	12.618.746,01	12.455.146,88	19.359,71	5.183,97	12.638.105,72	12.460.330,85	177.774,87	
	0035/00001363730	CGD	12.618.746,01	12.455.146,88	19.359,71	5.183,97	12.638.105,72	12.460.330,85	177.774,87	
12.1.1.02		0035/00025412431	68.081,96	2.975,00			68.081,96	2.975,00	65.106,96	
	0035/00025412431	CGD	68.081,96	2.975,00			68.081,96	2.975,00	65.106,96	
12.1.1.03		0035/00028742730	343.748,86	343.735,86			343.748,86	343.735,86	13,00	
	0035/00028742730	CGD	343.748,86	343.735,86			343.748,86	343.735,86	13,00	
12.4		MILLENNIUM - BCP	826,60	665,00			826,60	665,00	161,60	
12.4.1		Depósitos à ordem:	826,60	665,00			826,60	665,00	161,60	

ENTIDADE	RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA Nº. 249	DATA	ANO	PÁGINA
CMC	Data : 2017/12/29	2018/03/15	2017	2

CONTA	CX/BC	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO DIA		ACUMULADO		SALDO	
			DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE	15.171.392,30	14.938.266,26	23.390,69	10.775,53	15.194.782,99	14.949.041,79	245.741,20	
12.4.1.01		0033/00049943264	826,60	665,00			826,60	665,00	161,60	
	0033/00049943264	BCP	826,60	665,00			826,60	665,00	161,60	
12.5		BANCO PORTUGUES INVESTIMENTO	214.591,08	166.615,89			214.591,08	166.615,89	47.975,19	
12.5.1		Depósitos à ordem:	214.591,08	166.615,89			214.591,08	166.615,89	47.975,19	
12.5.1.01		0010/22889850001	214.591,08	166.615,89			214.591,08	166.615,89	47.975,19	
	0010/22889850001	BPI	214.591,08	166.615,89			214.591,08	166.615,89	47.975,19	
12.6		BANCO PORTUGUES NEGOCIOS	586.072,05	558.182,44	1.166,79		587.238,84	558.182,44	29.056,40	
12.6.1		Depósitos à ordem:	586.072,05	558.182,44	1.166,79		587.238,84	558.182,44	29.056,40	
12.6.1.01		0079/03794805101	358.656,46	330.826,04	1.166,79		359.823,25	330.826,04	28.997,21	
	0079/03794805101	BPN	358.656,46	330.826,04	1.166,79		359.823,25	330.826,04	28.997,21	
12.6.1.03		0079/02129551810001	227.415,59	227.356,40			227.415,59	227.356,40	59,19	
	0079/02129551810001	BPN	227.415,59	227.356,40			227.415,59	227.356,40	59,19	
12.8		BANCO SANTANDER TOTTA	3.031.608,74	2.584.424,25	3.956,29		3.035.565,03	2.584.424,25	451.140,78	
12.8.1		Depósitos à ordem:	3.031.608,74	2.584.424,25	3.956,29		3.035.565,03	2.584.424,25	451.140,78	
12.8.1.01		0018/0003.21749908020	3.031.608,74	2.584.424,25	3.956,29		3.035.565,03	2.584.424,25	451.140,78	
	0018/21749908020	BST	3.031.608,74	2.584.424,25	3.956,29		3.035.565,03	2.584.424,25	451.140,78	
12.B		CRÉDITO AGRÍCOLA	301.741,36	245.908,14			301.741,36	245.908,14	55.833,22	
12.B.1		Depósitos à ordem:	301.741,36	245.908,14			301.741,36	245.908,14	55.833,22	
12.B.1.01		40251001466	301.741,36	245.908,14			301.741,36	245.908,14	55.833,22	
	0045/40251001466	SICAM	301.741,36	245.908,14			301.741,36	245.908,14	55.833,22	
		TOTAL DE DISPONIBILIDADES	19.306.232,13	18.494.061,98	28.513,77	10.775,53	19.334.745,90	18.504.837,51	829.908,39	
		DOCUMENTOS	18.293,29				18.293,29		18.293,29	
		DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	15.677.162,57	15.557.074,66	23.291,84	5.553,60	15.700.454,41	15.562.628,26	137.826,15	
		DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	1.664.956,93	972.874,69			1.664.956,93	972.874,69	692.082,24	

TESOUREIRO	FUNCIONÁRIO	ÓRGÃO EXECUTIVO
_____	_____	_____

SÍNTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Município de Caminha **Síntese das Reconciliações Bancárias ano 2017**

Instituições bancárias		Saldo 31.Dez.2017	Saldo Contabilístico	Observações
Banco	nº conta			
Caixa Geral Depósitos	00001363730	294 801,69 €	177 774,87 €	1
Caixa Geral Depósitos	00025412431	65 106,96 €	65 106,96 €	
Caixa Geral Depósitos	00028742730	13 596,47 €	13,00 €	1
Millennium BCP	00049943264	161,60 €	161,60 €	
Banco BPI	22889850001	35 668,08 €	47 975,19 €	1
Banco BIC	3794805101	36 954,79 €	28 997,21 €	1
Banco BIC	2129551810001	59,19 €	59,19 €	
Banco Santander Totta	000321749908020	445 507,99 €	451 140,78 €	1
Crédito Agrícola	40251001466	46 885,06 €	55 833,22 €	1
		TOTAL	**827 062,02 €**	

(1) - Reconciliação efetuada e justificadas as divergências

Município de Caminha, 1 de Março de 2018

A Chefe da Divisão Finanças e Administração

Marlene Castilho

MAPAS DE FUNDOS DE MANEIO

Município de Caminha **Fundo de Maneio A**

Gerência			De 1 de Janeiro 2017 até 31 de Dezembro 2017
Titular do Fundo de Maneio			Presidente da Câmara Municipal
Dotação orçamental			02 01 02 02 - Aquisição de bens/Comb. e lubrificantes/Gasóleo
Valor do Fundo			Cinquenta euros (50,00 €) - Desp. nº 01/2017, de 4 janeiro
Data da constituição			4.Janeiro.2017 (constituído através da NTL nº 22)
Dotação orçamental			02 01 02 02 - Aquisição de bens/Comb. e lubrificantes/Gasóleo
Valor do Fundo			Cinquenta euros (50,00 €) - Desp. nº 03/2017, de 25 outubro
Ordens de pagamento			
Nº	Data	Valor	Obs.
Total		***0,00 €***	

Nota: Fundo de Maneio saldado pela NTL nº 5305, de 27 de dezembro de 2017

Município de Caminha, 1 de Março de 2018

A Chefe da Divisão Finanças e Administração

Marlene Castilho

O Presidente da Câmara

Miguel Alves

Município de Caminha **Fundo Maneio A**

Gerência			**De 1 de Janeiro 2017 até 31 de Dezembro 2017**
Titular do Fundo de Maneio			Presidente da Câmara Municipal
Dotação orçamental			02 01 21 - *Aquisição de Bens/Outros bens*
Valor do Fundo			Cento e cinquenta euros (150,00 €) - Desp. nº 01/2017, de 4 janeiro
Data da constituição			4.Janeiro.2017 (constituído através da NTL nº 22)
Dotação orçamental			02 01 21 - *Aquisição de Bens/Outros bens*
Valor do Fundo			Cento e cinquenta euros (150,00 €) - Desp. nº 03/2017, de 25 outubro
Ordens de pagamento			
Nº	Data	Valor	Obs.
217	9/fev/17	28,68 €	
494	9/mar/17	85,50 €	
540	20/mar/17	10,62 €	
1328	29/mai/17	61,45 €	
1755	10/jul/17	127,16 €	
1884	29/jul/17	60,00 €	
2045	10/ago/17	142,00 €	
3256	7/nov/17	138,42 €	
3262	8/nov/17	102,00 €	
3310	21/nov/17	141,20 €	
3515	20/dez/17	96,10 €	
Total		***993,13 €***	

Nota: Fundo de Maneio saldado pela NTL nº 5305, de 27 de dezembro de 2017

Município de Caminha, 1 de Março de 2018

A Chefe da Divisão Finanças e Administração

Marlene Castilho

O Presidente da Câmara

Miguel Alves

Município de Caminha **Fundo de Maneio A**

Gerência			**De 1 de Janeiro 2017 até 31 de Dezembro 2017**
Titular do Fundo de Maneio			Presidente da Câmara Municipal
Dotação orçamental			02 02 25 99 - *Aquisição de Serviços/Outros*
Valor do Fundo			**Cento e cinquenta euros (150,00 €)** - Desp. nº 01/2017, de 4 janeiro
Data da constituição			4.Janeiro.2017 (constituído através da NTL nº 22)
Dotação orçamental			02 02 25 99 - *Aquisição de Serviços/Outros*
Valor do Fundo			**Cento e cinquenta euros (150,00 €)** - Desp. nº 03/2017, de 25 outubro
Ordens de pagamento			
Nº	Data	Valor	Obs.
24	12/jan/17	**141,94 €**	
217	2/fev/17	**100,69 €**	
540	20/mar/17	**123,45 €**	
666	27/mar/17	**132,00 €**	
795	20/abr/17	**47,80 €**	
1328	29/mai/17	**9,90 €**	
1589	22/jun/17	**132,00 €**	
1652	27/jun/17	**90,00 €**	
1755	10/jul/17	**12,00 €**	
1884	19/jul/17	**103,35 €**	
1954	25/jul/17	**150,00 €**	
1962	27/jul/17	**30,00 €**	
3256	7/nov/17	**16,54 €**	
3310	21/novv/17	**42,00 €**	
Total		***1 131,67 €***	

Nota: Fundo de Maneio saldado pela NTL nº 5305, de 27 de dezembro de 2017

Município de Caminha, 1 de Março de 2018

A Chefe da Divisão Finanças e Administração

Marlene Castilho

O Presidente da Câmara

Miguel Alves

Município de Caminha **Fundo de Maneio B**

Gerência	De 1 de Janeiro 2017 até 31 de Dezembro 2017
Titular do Fundo de Maneio	Vereador em regime de permanência - Rui Pedro T. F. Silva
Dotação orçamental	02 01 02 02 - Aquisição de bens/Comb. e lubrificantes/Gasóleo
Valor do Fundo	Vinte e cinco euros (25,00 €) - Desp. nº 01/2017, de 4 janeiro
Data da constituição	4.Janeiro.2017 (constituído através da NTL nº 23)
Titular do Fundo de Maneio	Vereador em regime de permanência - Rui Miguel Lages
Dotação orçamental	02 01 02 02 - Aquisição de bens/Comb. e lubrificantes/Gasóleo
Valor do Fundo	Vinte e cinco euros (25,00 €) - Desp. nº 03/2017, de 25 de outubro
Data da constituição	30.outubro.2017 (constituído através da NTL nº 3729)

Ordens de pagamento			Obs.
Nº	Data	Valor	
538	20/mar/17	10,00 €	
539	20/mar/17	20,00 €	
90	4/mai/17	25,00 €	
Total		***55,00 €***	

Nota: Fundo de Maneio saldado pela NTL nº 1725, de 4 de maio de 2017

Nota: Fundo de Maneio saldado pela NTL nº 5304, de 27 de dezembro de 2017

Município de Caminha, 1 de Março de 2018

A Chefe da Divisão Finanças e Administração

Marlene Castilho

O Presidente da Câmara

Miguel Alves

Município de Caminha **Fundo Maneio B**

Gerência	De 1 de Janeiro 2017 até 31 de Dezembro 2017
Titular do Fundo de Maneio	Vereador em regime de permanência - Rui Pedro T. F. Silva
Dotação orçamental	02 01 21 - *Aquisição de Bens/Outros*
Valor do Fundo	Cento e vinte cinco euros (125,00 €) - Desp. nº 01/2017, de 4 janeiro
Data da constituição	4.Janeiro.2017(constituído através da NTL nº 23)
Titular do Fundo de Maneio	Vereador em regime de permanência - Rui Miguel Lages
Dotação orçamental	02 01 21 - *Aquisição de Bens/Outros*
Valor do Fundo	Cento e vinte cinco euros (125,00 €) - Desp. nº 03/2017, de 25 de outubro
Data da constituição	30.outubro.2017 (constituído através da NTL nº 3729)

Ordens de pagamento			Obs.
Nº	Data	Valor	
538	20/mar/17	4,10	
Total		***4,10 €***	

Nota: Fundo de Maneio saldado pela NTL nº 1725, de 4 de maio de 2017

Nota: Fundo de Maneio saldado pela NTL nº 5304, de 27 de dezembro de 2017

Município de Caminha, 1 de Março de 2018

A Chefe da Divisão Finanças e Administração

Marlene Castilho

O Presidente da Câmara

Miguel Alves

Município de Caminha **Fundo Maneio B**

Gerência	De 1 de Janeiro 2017 até 31 de Dezembro 2017
Titular do Fundo de Maneio	Vereador em regime de permanência - Rui Pedro T. F. Silva
Dotação orçamental	02 02 25 99 - *Aquisição de Serviços/Outros*
Valor do Fundo	Cento e vinte cinco euros (125,00 €) - Desp. nº 01/2017, de 4 janeiro
Data da constituição	4.Janeiro.2017(constituído através da NTL nº 23)
Titular do Fundo de Maneio	Vereador em regime de permanência - Rui Miguel Lages
Dotação orçamental	02 02 25 99 - *Aquisição de Serviços/Outros*
Valor do Fundo	Cento e vinte cinco euros (125,00 €) - Desp. nº 03/2017, de 25 de outubro
Data da constituição	30.outubro.2017 (constituído através da NTL nº 3729)

Ordens de pagamento			
Nº	Data	Valor	Obs.
539	20/mar/17	46,00	
878	27/abr/17	18,00	
980	4/mai/17	75,99	
980	4/mai/17	125,00	
Total		***264,99 €***	

Nota: Fundo de Maneio saldado pela NTL nº 1725, de 4 de maio de 2017

Nota: Fundo de Maneio saldado pela NTL nº 5304, de 27 de dezembro de 2017

Município de Caminha, 1 de Março de 2018

A Chefe da Divisão Finanças e Administração

Marlene Castilho

O Presidente da Câmara

Miguel Alves

Município de Caminha **Fundo de Maneio C**

Gerência	De 1 de Janeiro 2017 até 31 de Dezembro 2017
Titular do Fundo de Maneio	Vereador em regime de permanência - Rui António Oliveira Fernandes
Dotação orçamental	02 01 02 02 - Aquisição de bens/Comb. e lubrificantes/Gasóleo
Valor do Fundo	Vinte e cinco euros (25,00 €) - Desp. nº 01/2017, de 4 janeiro
Data da constituição	4.Janeiro.2017 (constituído através da NTL nº 24)
Titular do Fundo de Maneio	Vereador em regime de permanência - Liliana de Sousa Ribeiro
Dotação orçamental	02 01 02 02 - Aquisição de bens/Comb. e lubrificantes/Gasóleo
Valor do Fundo	Vinte e cinco euros (25,00 €) - Desp. nº 03/2017, de 25 de outubro de 2017
Data da constituição	30.Outubro.2017 (constituído através da NTL nº 3728)

Ordens de pagamento			
Nº	Data	Valor	Obs.
326	23/fev/17	25,00 €	
687	30/mar/17	25,00 €	
2970	27/set/17	25,00 €	
3119	20/out/17	25,00 €	
Total		***100,00 €***	

Nota: Fundo de Maneio saldado pela NTL nº 3640, de 20 outubro de 2017

Nota: Fundo de Maneio saldado pela NTL nº 5333, de 29 dezembro de 2017

Município de Caminha, 1 de Março de 2018

A Chefe da Divisão Finanças e Administração

Marlene Castilho

O Presidente da Câmara

Miguel Alves

Município de Caminha **Fundo Maneio C**

Gerência			**De 1 de Janeiro 2017 até 31 de Dezembro 2017**
Titular do Fundo de Maneio			Vereador em regime de permanência - Rui António Oliveira Fernandes
Dotação orçamental			02 01 21 - *Aquisição de Bens/Outros*
Valor do Fundo			Cento e vinte e cinco euros (125,00€) - Despacho n.º 1/2017, de 4 janeiro
Data da constituição			4.janeiro.2017 (constituído através da NTL nº 24)
Titular do Fundo de Maneio			Vereador em regime de permanência - Liliana de Sousa Ribeiro
Dotação orçamental			02 01 21 - *Aquisição de Bens/Outros*
Valor do Fundo			Cento e vinte e cinco euros (125,00 €)- Desp. nº 03/2017, de 25 de outubro de 2017
Data da constituição			30.Outubro.2017 (constituído através da NTL nº 3728)
Ordens de pagamento			
Nº	Data	Valor	Obs.
326	23/fev/17	99,67 €	
687	30/mar/17	34,55 €	
1182	22/mai/17	3,51 €	
1572	14/jun/17	83,61 €	
1584	22/jun/17	60,00 €	
2366	28/ago/17	122,25 €	
2970	27/set/17	103,57 €	
3119	20/out/17	212,01 €	Reconstituição do fundo de maneio referente a dois meses
3597	29/dez/17	157,41 €	Reconstituição do fundo de maneio referente a dois meses
Total		***876,58 €***	

Nota: Fundo de Maneio saldado pela NTL nº 3640, de 20 outubro de 2017

Nota: Fundo de Maneio saldado pela NTL nº 5333, de 29 dezembro de 2017

Município de Caminha, 1 de Março de 2018

A Chefe da Divisão Finanças e Administração

Marlene Castilho

O Presidente da Câmara

Miguel Alves

Município de Caminha **Fundo Maneio C**

Gerência	De 1 de Janeiro 2017 até 31 de Dezembro 2017
Titular do Fundo de Maneio	Vereador em regime de permanência - Rui António Oliveira Fernandes
Dotação orçamental	02 02 25 99 - *Aquisição de serviços/Outros*
Valor do Fundo	**Cento e vinte e cinco euros (125,00€)** - Despacho n.º 1/2017, de 4 janeiro
Data da constituição	4.janeiro.2017 (constituído através da NTL nº 24)
Titular do Fundo de Maneio	Vereador em regime de permanência - Liliana de Sousa Ribeiro
Dotação orçamental	02 02 25 99 - *Aquisição de serviços/Outros*
Valor do Fundo	**Cento e vinte e cinco euros (125,00 €)**- Desp. nº 03/2017, de 25 de outubro de 2017
Data da constituição	30.Outubro.2017 (constituído através da NTL nº 3728)

Ordens de pagamento			
Nº	Data	Valor	Obs.
326	23/fev/17	4,64 €	
769	26/abr/17	43,78 €	
1182	22/mai/17	113,50 €	
1572	14/jun/17	10,08 €	
2366	28/ago/17	105,45 €	
2970	27/set/17	35,10 €	
3119	20/out/17	159,28 €	Reconstituição do fundo de maneio referente a dois meses
3597	29/dez/17	16,30 €	
Total		***488,13 €***	

Nota: Fundo de Maneio saldado pela NTL nº 3640, de 20 outubro de 2017

Nota: Fundo de Maneio saldado pela NTL nº 5333, de 29 dezembro de 2017

Município de Caminha, 1 de Março de 2018

A Chefe da Divisão Finanças e Administração

Marlene Castilho

O Presidente da Câmara

Miguel Alves

Município de Caminha **Fundo Maneio**

Gerência			**De 1 de Janeiro 2017 até 31 de Dezembro 2017**
Titular do Fundo de Maneio			Chefe da Divisão Financeira e Administração - Sandra Manuela F. Ferreira
Dotação orçamental			02 02 09 - *Aquisição de Bens/Comunicações*
Valor do Fundo			Cem euros (100,00 €) - Desp. nº 01/2017, de 4 janeiro
Data da constituição			4.Janeiro.2017 (constituido através da NTL nº 25)
Ordens de pagamento			
Nº	Data	Valor	Obs.
1023	11/mai/17	25,15 €	
3591	28/dez/17	15,45 €	
Total		***40,60 €***	

Nota: Fundo de Maneio saldado pela NTL nº 5314, de 28 dezembro de 2017

Município de Caminha, 1 de Março de 2018

A Chefe da Divisão Finanças e Administração

Marlene Castilho

O Presidente da Câmara

Miguel Alves

Município de Caminha **Fundo Maneio**

Gerência			**De 1 de Janeiro 2017 até 31 de Dezembro 2017**
Titular do Fundo de Maneio			Chefe da Divisão Financeira e Administração - Sandra Manuela F. Ferreira
Dotação orçamental			02 02 25 99 - *Aquisição de Serviços/Outros*
Valor do Fundo			**Cem euros (100,00 €)** - Desp. nº 01/2017, de 4 janeiro
Data da constituição			4.Janeiro.2017 (constituído através da NTL nº 25)
Ordens de pagamento			
Nº	Data	Valor	Obs.
1023	11/mai/17	23,93 €	
3591	28/dez/17	147,63 €	Reconstituição do fundo de maneio referente a seis meses
Total		***171,56 €***	

Nota: Fundo de Maneio saldado pela NTL nº 5314, de 28 dezembro de 2017

Município de Caminha, 1 de Março de 2018

A Chefe da Divisão Finanças e Administração

Marlene Castilho

O Presidente da Câmara

Miguel Alves

Município de Caminha **Fundo Maneio**

Gerência			**De 1 de Janeiro 2017 até 31 de Dezembro 2017**
Titular do Fundo de Maneio			Presidente da CPCJ - Eulália Patrícia Sousa Gomes
Dotação orçamental			02 01 21 - *Aquisição de Bens/Outros*
Valor do Fundo			**Cinquenta dois euros e trinta cinco cêntimos (52,35 €)** - Desp. Nº1/2017, de 4 de janeiro
Data da constituição			4.janeiro.2017 (constituído através da NTL nº 26)
Ordens de pagamento			
Nº	Data	Valor	Obs.
327	23/fev/17	**51,41 €**	
495	10/mar/17	**49,48 €**	
879	26/abr/17	**47,20 €**	
1573	16/jun/17	**50,46 €**	
1653	24/jul/17	**49,77 €**	
1654	28/jun/17	**47,90 €**	
2044	11/ago/17	**23,53 €**	
2069	21/ago/17	**16,50 €**	
3066	19/out/17	**51,53 €**	
3309	23/nov/17	**50,13 €**	
Total		***437,91 €***	

Nota: Fundo de Maneio saldado pela NTL nº 5330, de 29 de dezembro de 2017

Município de Caminha, 1 de Março de 2018

A Chefe da Divisão Finanças e Administração

Marlene Castilho

O Presidente da Câmara

Miguel Alves

Município de Caminha **Fundo Maneio**

Gerência			**De 1 de Janeiro 2017 até 31 de Dezembro 2017**
Titular do Fundo de Maneio			Presidente da CPCJ - Eulália Patrícia Sousa Gomes
Dotação orçamental			02 02 25 99 - *Aquisição de Serviços/Outros*
Valor do Fundo			Cinquenta euros (50,00 €) - Desp. nº 1/2017, de 4
Data da constituição			4.janeiro.2017 (constituído através da NTL nº 26)
Ordens de pagamento			
Nº	Data	Valor	Obs.
1653	24/jul/17	51,18 €	
2075	19/set/17	50,00 €	
2365	24/ago/17	15,14 €	
Total		***116,32 €***	

Nota: Fundo de Maneio saldado pela NTL nº 5330, de 29 de dezembro de 2017

Município de Caminha, 1 de Março de 2018

A Chefe da Divisão Finanças e Administração

Marlene Castilho

O Presidente da Câmara

Miguel Alves

RELAÇÃO DE EMOLUMENTOS NOTARIAIS E CUSTAS DE EXECUÇÕES FISCAIS

NÃO APLICÁVEL

RELAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Município de Caminha

Relação dos funcionários em situação de acumulação de funções

Gerência de 1 de Janeiro até 31 Dezembro de 2017

Situação na entidade a que respeita a conta				Cargos acumulados funções públicas e/ou privadas		
Nome	**Cargo ou Função**	**Data do provimento**	**Forma do provimento**	**Cargo ou função**	**Regime de acumulação**	**Data do despacho de autorização**
Aurora Maria Insuelas Pereira	Técnico Superior	2-abr-90	C.T.F.P.T.I	Coordenação concelhia da Sociedade Portuguesa de Autores	Atividades privadas	20-mai-09
José Rocha da Silva	Ass. Operacional	1-jun-87	C.T.F.P.T.I	Pesca	Atividades privadas	16-ago-09
Abílio Jose Fernandes Martins	Ass. Operacional	29-jan-07	C.T.F.P.T.I	Pesca	Atividades privadas	6-set-10
Mónia Jeanne Pires Valente Duarte	Técnica Superior	26-dez-06	C.T.F.P.T.I	Psicologia clínica	Atividades privadas	15-out-10
João António Branco Pinto	Ass. Técnico	15-mai-89	C.T.F.P.T.I	Docente/formador	Atividades privadas	14-jan-11
Vítor Manuel Rodrigues L. Serro	Técnico Superior	29-mar-91	C.T.F.P.T.I	Venda cosméticos	Atividades privadas	20-fev-12
Miguel Nuno Penteado Costa	Técnico Superior	15-abr-09	C.T.F.P.T.I	Elaboração de projetos	Atividades privadas	29-fev-12
Sérgio Manuel Borlido Cadilha	Técnico Superior	15-abr-09	C.T.F.P.T.I	Trabalhos arqueológicos	Atividades privadas	29-fev-12
Rui Miguel Silva Costa	Técnico Superior	14-fev-13	C.T.F.P.T.C	Designer gráfico / publicidade	Atividades privadas	1-mai-12
Rute Isabel Martins da Silva	Ass. Técnico	21-mar-11	C.T.F.P.T.I	Design gráfico	Atividades privadas	9-ago-12
Laureano de Sousa	Ass. Operacional	8-ago-03	C.T.F.P.T.I	Cobrança de quotas das associações	Atividades privadas	27-ago-12
João Fernando Valadares dos Santos	Ass. Operacional	29-mar-90	C.T.F.P.T.I	Treinador de remo	Atividades privadas	20-out-12
Maria de Lurdes Coelho Carreira Amaro	Técnica Superior	4-set-95	C.T.F.P.T.I	Atividades artesanais	Atividades privadas	3-jan-13
Rita Cesária Silva da Costa	Ass. Técnica	2-jul-98	C.T.F.P.T.I	Atividades artesanais	Atividades privadas	31-jan-13
Tomásia Cristina Pereira da Cunha	Ass. Técnica	6-mar-12	C.T.F.P.T.I	Formação	Atividades privadas	18-dez-14
Paulo Jorge Temporão Bouças	Ass. Operacional	7-abr-05	C.T.F.P.T.I	Som para eventos sociais	Atividades privadas	4-fev-15
Venâncio José Pinheiro da Silva	Ass. Operacional	2-set-13	C.T.F.P.T.I	Pesca	Atividades privadas	13-ago-15
Pedro Manuel da Cunha Fernandes	Técnico Superior	20-dez-10	C.T.F.P.T.I	Animação turística e associativismo desportivo	Atividades privadas	17-ago-15
Iranete de Sousa e Costa	Ass. Técnica	30-jul-08	C.T.F.P.T.I	Setor de Restauração	Atividades privadas	9-mar-16
José Alexandre Martins da Ascensão Luis	Técnico Superior	16-mar-99	C.T.F.P.T.I	Consultadoria	Atividades privadas	25-jul-16
Ricardo Ausina da Silva	Ass. Operacional	18-dez-08	C.T.F.P.T.I	Monitor desportivo	Atividades privadas	13-abr-17
Fernando Manuel Ribeiro Lopes	Ass. Operacional	21-set-12	C.T.F.P.T.I	Pesca	Atividades privadas	31-out-17
Paula Cristina Valença Dias	Técnico Superior	8-out-12	C.T.F.P.T.I	Psicólogo	Atividades privadas	29-nov-17

Município de Caminha, 1 de Março de 2018

A Chefe da Divisão Finanças e Administração

Marlene Castilho

RELAÇÃO NOMINAL DE RESPONSÁVEIS

Município de Caminha

Relação Nominal dos Responsáveis

Gerência	1 de Janeiro de 2017 até 31 Dezembro 2017			
Nome	**Situação na entidade**	**Remuneração líquida auferida**	**Período de responsabilidade**	**Morada**
Luis Miguel da Silva Mendonça Alves	Presidente	33 236,71 €	1 de janeiro a 31 de dezembro, exceto 11 de janeiro e 15 de março	Rua Pedro Homem de Melo, 239 - 4910 Vila Praia de Âncora
Guilherme Cesário Lagido Domingos	Vereador em regime de tempo inteiro	11 130,99 €	1 de janeiro a 31 de dezembro, exceto 2 de agosto e 20 de dezembro	Rua Jacob Afonso Martins Pinheiro - 4910 Vila Praia de Âncora
Rui Pedro Teixeira Ferreira da Silva	Vereador em regime de tempo inteiro	9 939,49 €	1 de janeiro a 20 de abril	Rua António Machado Vilas Boas, 314 4.º esq.trás - 4900 Viana do Castelo
Rui António de Oliveira Fernandes	Vereador em regime de tempo inteiro	20 552,75 €	1 de janeiro a 21 de outubro	Rua da Guarda Vila, 261 - 4910-201 Lanhelas
Liliana de Sousa Ribeiro	Vereador em regime de tempo inteiro	4 198,49 €	21 de outubro a 31 de dezembro	Rua Domingos José Gonçalves, 23 - A, 1º Drtº, 4910-402 Vila Praia de Âncora
Rui Miguel Rio Tinto Lages	Vereador em regime de tempo inteiro	4 394,16 €	21 de outubro a 31 de dezembro, exceto 13 de dezembro	Rua Conselheiro Miguel Dantas, 4910-131 Caminha
Flamiano Gonçalves Martins	Vereador		1 de janeiro a 21 de outubro, exceto 3 de maio; 17 de maio; 23 de agosto	Lugar da Aldeia Nova 235, 4910 Riba Ancora
Liliana Sofia Bouça Silva	Vereadora		1 de janeiro a 31 de dezembro, exceto 21 de junho; 19 de julho; 2 de agosto	Rua da Linda - 4910 Âncora
Manuel Sousa Marques	Vereador		11 de janeiro; 18 de Janeiro; 1 de fevereiro; 15 de fevereiro; 1 de março; 15 de março; 5 de abril; 3 de maio; 17 de maio; 19 de julho; 2 de agosto e 23 de agosto	Rua da Baralha, nº 255 - 4910-472 Vila Praia de Âncora
Vanda Maria da Cunha Pêgo	Vereadora		19 de abril a 21 de outubro	Rua Côto da Pena, 87, 4910-604 Vilarelho
José Manuel Martins Presa	Vereador		21 de outubro a 31 de dezembro	Rua do Requeixo, 157, 4910 Vila Praia de Âncora
Paulo Pinto Pereira	Vereador		21 de outubro a 31 de dezembro	Rua Domingues José Gonçalves, 23C, 2º Dtº, 4910 Vila Praia de Âncora

Município de Caminha, 1 de Março de 2018

A Chefe da Divisão Finanças e Administração

Marlene Castilho

MAPA DAS PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE

Participações em entidades societárias										
Entidade participada		Tipo Entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma de realização do capital		
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	Obs.
Caminhaequi S.A.	508607019	Sociedade Anónima	42990	€ 50 000	€ 24 500	49%	€ 24 500	€ 24 500		
Valorminho S.A.	503796328	Sociedade Anónima	38212	€ 900 000	€ 85 500	9,5%	€ 85 500	€ 85 500		
Águas Noroeste	509436595	Sociedade Anónima	37002	€ 70 000 000	€ 563 190	0,805%	€ 563 190	€ 563 190		
Polislitoral Norte	508829569	Sociedade Anónima		€ 26 100 000	€ 2 923 200	11,20%	€ 622 200	€ 622 200		

VOLUME VI | CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Nexia
Santos Carvalho &
Associados, SROC, S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do MUNICÍPIO DE CAMINHA (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 60.454.254 euros e um total de fundos próprios de 18.703.610 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.087.091 euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 15.474.633 euros de despesa paga e um total de 15.604.702 euros de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 8 da secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do MUNICÍPIO DE CAMINHA em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a opinião com reservas

1. O Município de Caminha ainda não concluiu a implementação de procedimentos que permitam assegurar um controlo regular da existência e do estado de conservação das imobilizações corpóreas e dos bens de domínio público. Adicionalmente, subsistem diferenças não clarificadas entre os registos matriciais, os registos prediais e os registos financeiros relativos aos imóveis do Município. Tendo em conta estes factos, não conseguimos quantificar os eventuais efeitos que advirão da conclusão destes procedimentos e reconciliações, ao nível das correspondentes rubricas de imobilizado, amortizações, subsídios ao investimento e património.

2. O Município de Caminha contabilizou em 2016 um montante de, aproximadamente, 172.000 euros a título de trabalhos para a própria entidade, para o qual não nos foi disponibilizado um suporte adequado. Desta forma, não nos conseguimos pronunciar sobre o mesmo, nem sobre o seu impacto nos resultados e nos fundos próprios do Município.

3. Por não nos terem sido disponibilizadas as demonstrações financeiras das empresas participadas, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2017, não nos é possível concluir quanto à razoabilidade destas participações na data do balanço, nem quanto à quantificação de eventuais ajustamentos para as contas do Município decorrentes das mesmas.

Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A., Pessoa Coletiva 502 270 136 Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 71, no Registo de Auditores da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 20161406 e na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o n.º 55140 Capital Social 50.000 Euros
Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A. is a member firm of the "Nexia International" network
Nexia International is a leading worldwide network of independent accounting and consulting firms, providing a comprehensive portfolio of audit, accountancy, tax and advisory services

Avenida da Boavista, 2881 - 2.º
Escritórios 14 e 15
4100-136 Porto - Portugal
Tel.: (+351) 225 193 660
Fax: (+351) 225 193 661

info@santoscarvsroc.pt
www.santoscarvsroc.pt

4. Os procedimentos que realizámos sobre os valores a receber de clientes pelo fornecimento de água, permitiram-nos, tal como em exercícios anteriores, identificar diferenças entre o valor das dívidas registadas no módulo de faturação e o valor das dívidas registadas na contabilidade do Município no final de 2017. Apesar dos esforços enveredados pelos Serviços Financeiros do Município, estas diferenças carecem ainda de explicação à data. Desta forma, não se encontram reunidas as condições que nos permitam concluir sobre as dívidas destes clientes, nem sobre o correspondente impacto desta situação nas vendas do Município em 2017.

5. A rubrica *Outros devedores – curto prazo* inclui um montante de 1.478.786 euros a haver do Município de La Guardai, devido por despesas incorridas com o serviço de transporte do Ferryboat, o qual se encontra em cobrança judicial. Em 2017, no âmbito do processo de circularização de saldos, não obtivemos qualquer resposta ao pedido efetuado a esta entidade, pelo que não nos é possível garantir que este saldo venha a ser integralmente recuperado.

6. O Município de Caminha encontra-se obrigado a suportar encargos com complementos de reforma e com serviços médicos hospitalares atribuídos e prestados a ex-funcionários. Contudo, estes encargos são registados na contabilidade à medida que vão sendo pagos, não existindo qualquer provisão nas contas para esta responsabilidade. Tendo em conta que não foi realizado qualquer estudo atuarial com vista a determinar o valor desta responsabilidade, não nos é possível quantificar o efeito que o seu registo teria nas demonstrações financeiras do Município de Caminha em 31 de dezembro de 2017.

7. De acordo com a informação que nos foi prestada pelo Advogado do Município, existem vários processos judiciais em curso contra a Instituição, sem que tenha sido feita uma avaliação e uma quantificação da eventual responsabilidade que estes possam vir a implicar. Desta forma, não nos é possível concluir quanto à eventual necessidade de ser constituída uma provisão para outros riscos e encargos associados a estas situações.

8. No âmbito do processo de confirmação externa de saldos de fornecedores e outros credores em 31 de dezembro de 2016, foram identificadas várias divergências não adequadamente justificadas, motivo pelo qual nos foi possível concluir, aquela data, quanto aos saldos destas rubricas, nem quanto ao correspondente impacto ao nível da demonstração dos resultados do ano 2016. Apesar de o processo de circularização dos saldos de fornecedores e outros credores ter sido concluído satisfatoriamente, à data de 31 de dezembro de 2017, não nos é possível avaliar o eventual efeito que a limitação verificada no final de 2016 possa ter implicado no resultado do exercício 2017.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A., Pessoa Coletiva 502 270 136 Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 71, no Registo de Auditores da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 20161406 e na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o n.º 56440. Capital Social 50 000 Euro
Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A. is a member firm of the "Nexia International" network
Nexia International is a leading worldwide network of independent accounting and consulting firms, providing a comprehensive portfolio of audit, accountancy, tax and advisory services

Avenida da Boavista, 2881 - 2.º
Escritórios 14 e 15
4100-136 Porto - Portugal
Tel.: (+351) 225 193 660
Fax: (+351) 225 193 661

info@santoscarvsroc.pt
www.santoscarvsroc.pt

Ênfase

A nossa certificação legal das contas do período 2016 incluía uma reserva por desacordo, pelo facto de o montante total do endividamento divulgado pelo Município de Caminha, aquela data, se encontrar subavaliado em aproximadamente 660.000 euros. Esta situação não se verifica com referência a 31 de dezembro de 2017.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A. - Pessoa Coletiva 502 270 136 - Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 71, no Registo de Auditores da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 20161406 e na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o n.º 56140 - Capital Social 50.000 Euros
Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A. is a member firm of the "Nexia International" network.
Nexia International is a leading worldwide network of independent accounting and consulting firms, providing a comprehensive portfolio of audit, accountancy, tax and advisory services

Avenida da Boavista, 2881 - 2.º
Escritórios 14 e 15
4100-136 Porto - Portugal
Tel.: (+351) 225 193 660
Fax: (+351) 225 193 661

info@santoscarvsroc.pt
www.santoscarvsroc.pt

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 12 de abril de 2018

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por:

André Miguel Andrade e Silva Junqueira Mendonça
ROC n.º 1530, registado na CMVM sob o n.º 20161140

Avenida da Boavista, 2881 - 2.º
Escritórios 14 e 15
4100-136 Porto - Portugal
Tel.: (+351) 225 193 660
Fax: (+351) 225 193 661

info@santoscarvsroc.pt
www.santoscarvsroc.pt

Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A., Pessoa Coletiva 502 270 136 Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 71, no Registo de Auditores da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 20161406 e na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o n.º 56440 Capital Social 50 000 Euro
Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A. is a member firm of the "Nexia International" network
Nexia International is a leading worldwide network of independent accounting and consulting firms, providing a comprehensive portfolio of audit, accountancy, tax and advisory services